



*A leitura.* Óleo sobre tela de Aldo Bonadei, 54x75cm.  
Acervo do Banco Central. Reprodução fotográfica de Sandra Bethlem.

.....

# O ENSINO PÚBLICO



## *Conselho Editorial*

### *Mesa Diretora*

Biênio 2003/2004

Senador José Sarney  
*Presidente*

Senador Paulo Paim  
*1.º Vice-Presidente*

Senador Eduardo Siqueira Campos  
*2.º Vice-Presidente*

Senador Romeu Tuma  
*1.º Secretário*

Senador Alberto Silva  
*2.º Secretário*

Senador Heráclito Fortes  
*3.º Secretário*

Senador Sérgio Zambiasi  
*4.º Secretário*

### *Suplentes de Secretário*

Senador João Alberto Souza  
Senador Geraldo Mesquita Júnior

Senadora Serys Slhessarenko  
Senador Marcelo Crivella

## *Conselho Editorial*

Senador José Sarney  
*Presidente*

Joaquim Campelo Marques  
*Vice-Presidente*

### *Conselheiros*

Carlos Henrique Cardim  
João Almino

Carlyle Coutinho Madruga  
Raimundo Pontes Cunha Neto

.....  
*Edições do Senado Federal – Vol. 4*

# O ENSINO PÚBLICO

*A. de Almeida Oliveira*



*Brasília – 2003*

EDIÇÕES DO  
SENADO FEDERAL

Vol. 4

---

O Conselho Editorial do Senado Federal, criado pela Mesa Diretora em 31 de janeiro de 1997, buscará editar, sempre, obras de valor histórico e cultural e de importância relevante para a compreensão da história política, econômica e social do Brasil e reflexão sobre os destinos do país.

Projeto Gráfico: Achilles Milan Neto

© Senado Federal, 2003

Congresso Nacional

Praça dos Três Poderes s/nº – CEP 70168-970 – Brasília – DF

CEDIT@cegraf.senado.gov.br

<http://www.senado.gov.br/web/conselho/conselho.htm>

.....

Oliveira, A. de Almeida.

O ensino público / A. de Almeida Oliveira. -- Brasília :

Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.

376 p. – (Edições do Senado Federal ; v. 4)

1. Ensino público, Brasil. I. Título. II. Série.

CDD 371.01

.....

.....

## *Sumário*

PREFÁCIO  
*pág. 13*

AO LEITOR  
*pág. 23*

### PARTE PRIMEIRA **VISTAS GERAIS**

CAPÍTULO PRIMEIRO  
O Brasil e a sua ignorância  
*pág. 39*

CAPÍTULO SEGUNDO  
Razão de ser, plano e fim deste livro  
*pág. 55*

### PARTE SEGUNDA **DA ORGANIZAÇÃO DO ENSINO**

CAPÍTULO PRIMEIRO  
Da instrução obrigatória  
*pág. 67*

CAPÍTULO SEGUNDO  
Da gratuidade do ensino  
*pág. 87*

CAPÍTULO TERCEIRO  
Da liberdade do ensino  
*pág. 89*

CAPÍTULO QUARTO  
Da secularização do ensino  
*pág. 103*

CAPÍTULO QUINTO  
Da co-educação dos sexos  
*pág. 115*

CAPÍTULO SEXTO  
Do plano e limites do ensino  
*pág. 121*

CAPÍTULO SÉTIMO  
Algumas particularidades do ensino inferior  
*pág. 131*

CAPÍTULO OITAVO  
Algumas particularidades do ensino superior  
*pág. 143*

CAPÍTULO NONO  
Dos meios disciplinares  
*pág. 155*

CAPÍTULO DÉCIMO  
Da administração e inspeção das escolas  
*pág. 165*

**PARTE TERCEIRA**  
**ALGUMAS INSTITUIÇÕES NECESSÁRIAS**

CAPÍTULO PRIMEIRO  
Das escolas noturnas  
*pág. 177*

CAPÍTULO SEGUNDO  
Das escolas dos meninos desvalidos  
*pág. 181*

CAPÍTULO TERCEIRO  
Das conferências populares  
*pág. 191*

CAPÍTULO QUARTO  
Do correio franco  
*pág. 195*

PARTE QUARTA  
**DO MAGISTÉRIO**

CAPÍTULO PRIMEIRO  
Do professor, suas qualidades  
e suas virtudes  
*pág. 203*

CAPÍTULO SEGUNDO  
Da mulher no magistério  
*pág. 205*

CAPÍTULO TERCEIRO  
Das condições de que depende um bom magistério  
*pág. 209*

CAPÍTULO QUARTO  
Das escolas normais  
*pág. 211*

CAPÍTULO QUINTO  
Das conferências pedagógicas  
*pág. 219*

CAPÍTULO SEXTO  
Das vantagens do professorado  
*pág. 223*

PARTE QUINTA  
**DOS MÉTODOS DE ENSINO**

CAPÍTULO PRIMEIRO  
Definições e considerações necessárias  
*pág. 231*

CAPÍTULO SEGUNDO  
Da necessidade de adotar-se um método no nosso ensino  
*pág. 237*

CAPÍTULO TERCEIRO  
Dos modos de ensino  
*pág. 255*

PARTE SEXTA  
**DO MATERIAL DAS ESCOLAS**

CAPÍTULO PRIMEIRO  
Das escolas inferiores  
*pág. 261*

CAPÍTULO SEGUNDO  
Das escolas superiores  
*pág. 269*

PARTE SÉTIMA  
**DAS BIBLIOTECAS POPULARES**

CAPÍTULO PRIMEIRO  
Da importância e necessidade das bibliotecas populares  
*pág. 273*

CAPÍTULO SEGUNDO  
Do característico das bibliotecas populares e dos meios  
pelos quais devem elas ser organizadas  
*pág. 281*

PARTE OITAVA  
**DAS DESPESAS DA INSTRUÇÃO**

CAPÍTULO PRIMEIRO  
Da dotação do ensino  
*pág. 291*

CAPÍTULO SEGUNDO  
Como realizar-se a dotação do ensino?  
*pág. 297*

CAPÍTULO TERCEIRO  
Do patrimônio do ensino  
*pág. 307*

PARTE NONA  
**DAS MÃES DE FAMÍLIA**

CAPÍTULO PRIMEIRO  
A mulher e a civilização  
*pág. 313*

CAPÍTULO SEGUNDO  
Algumas influências da mulher  
*pág. 327*

CAPÍTULO TERCEIRO  
A mulher e a educação  
*pág. 333*

CAPÍTULO QUARTO  
A mulher no Brasil  
*pág. 341*

CAPÍTULO QUINTO  
Esperanças  
*pág. 347*

CONCLUSÃO

*pág. 351*

ADVERTÊNCIAS

*pág. 355*

ANEXOS

*pág. 357*

BIBLIOGRAFIA

*pág. 369*

ÍNDICE ONOMÁSTICO

*pág. 371*

.....

## *Prefácio*

**M**uito oportuna foi a decisão do Conselho Editorial do Senado Federal de trazer à luz este estudo sobre a educação no Império, intitulado *O Ensino Público*, escrito por Antônio de Almeida Oliveira (1843-1887). Tradicionalmente, a questão da educação no Império tem sido vista do ângulo da elite, com seus colégios suntuosos e corpo docente escolhido a dedo. No entanto, faltam sempre informações sobre o ensino das massas, e com muito boa razão, pois esse era que inexistente. Este estudo cobre uma área carente de maiores informações, especialmente tão detalhadas quanto o autor as apresenta.

Neste seu livro, o maranhense Antônio Oliveira abre uma janela por meio da qual vislumbra-se o cenário da educação pública brasileira no século XIX. Nele o autor debate uma série de problemas do ensino, faz acusações ao Governo do Império, aos políticos, à Igreja, e propõe soluções para os problemas da educação nacional. Causa espanto quão similares aos de hoje eram os problemas de então. Fica a impressão de ter o Brasil, em muitos aspectos, permanecido quase que estático durante esses últimos 127 anos, e não apenas na área da educação.

Antônio Oliveira estava eminentemente habilitado a escrever sobre o assunto do ensino público. Dedicara grande parte de sua vida à educação na Província do Maranhão, na Corte e mais tarde na Província

de Santa Catarina, da qual foi presidente de 1878 a 1880, assim informa Sacramento Blake, em seu Dicionário Bibliográfico Brasileiro.

Com o auxílio de amigos, Oliveira criara no Maranhão uma escola noturna para adultos, chamada Onze de Agosto. Em seguida, com o apoio de outros amigos fundara ainda uma biblioteca pública em São Luís, com o astronômico número – para a época – de cinco mil volumes, a qual ele pessoalmente financiou até a década de 1880. Sua luta incluía a criação de bibliotecas em todo o país, especialmente nas faculdades, que nem sempre as possuíam, faltando-lhes também laboratórios especializados.

Formado na Faculdade de Direito do Recife, onde colou grau em 1866, o autor militou como advogado, jornalista, educador, deputado geral e presidente provincial. Sua grande paixão era promover a educação básica de todo o povo brasileiro, e não apenas da elite, pois afirmava ele que só dessa maneira o país alcançaria o progresso. “De nada vale uma grande herança no meio de uma sociedade ignorante, corrompida e atrasada”, afirmava ele.

Na escola noturna Onze de Agosto, Oliveira pronunciou várias conferências sobre educação, trabalhos esses publicados em 1871, com os títulos de “A necessidade da instrução”, “A instrução e a ignorância”, “A sociedade e o princípio da associação” e “Discurso sobre a educação feminina”. Sua posição em prol da educação feminina é expressa em termos ainda hoje utilizados pelos defensores dessa mesma causa, exceto por alguns laivos machistas, de homem do século XIX – quando o varão era visto como o único “possuidor da razão” e a mulher vista apenas como a “senhora do amor”. Mesmo assim, Oliveira via na mulher a habilidade de aprender tanto quanto o homem e de ser a mestra ideal para lecionar nas escolas públicas por ele propostas, onde seria utilizada a pedagogia do amor de Pestalozzi, em oposição à pedagogia da brutalidade e da violência, então adotada no país. O método de ensino daquela época – se é que aquilo poderia ser chamado de método – respaldava-se no adágio de que “só se sabe bem o que se aprende dificilmente”. Daí, afirmava Oliveira, o conceito adotado por todos era que “os mestres mais cruéis são os melhores”. Esses então ministravam o ensino por meio de tremendas surras de palmatória e de outros métodos de humilhação dos alunos menos inteligentes, ou relapsos.

*Sobre a violência nas escolas, o escritor maranhense Aluísio Azevedo, em 1883, publicou uma descrição de um certo professor típico da época – talvez um tanto caricato, sugere Jean-Yves Merriem –, mas que vale a pena relembrar:*

*“Um tal Antônio Pires, homem grosseiro, batia nas crianças por gosto, por hábito de ofício. Na aula só fala a berrar, como se dirigisse uma boiada. Tinha as mãos grossas, a voz áspera, a catadura selvagem; e quando metia por dentro um pouco mais de vinha, ficava pior. Todos os pequenos da aula tinham birra no Pires. Nele enxergavam o carrasco, o tirano, o inimigo e não o mestre; mas visto que qualquer manifestação de antipatia redundava fatalmente em castigo, as pobres crianças fingiam-se satisfeitas; riam muito quando o beberão dizia alguma chalaça, e afinal, coitadas!, iam se habituando ao servilismo e à mentira! Os pais ignorantes, viciados pelos costumes bárbaros do Brasil, atrofiados pelo hábito de lidar com escravos, entendiam que aquele animal era o único professor capaz de ‘endireitar os filhos’. Elogiavam-lhe a rispidez e recomendavam-lhe que ‘não passasse a mão pela cabeça dos rapazes’ e que, quando fosse preciso, ‘dobrasse por conta deles a dose de bolos’.”*

*Seria a descrição acima realmente uma distorção da realidade? Comparando-se a descrição acima com a do professor em Memórias de um Sargento de Milícias, de Manuel Antônio de Almeida, constata-se que as duas são muito parecidas.*

*Oliveira era também um defensor da co-educação, que ele corretamente imaginava muito poucos no Brasil aceitariam. Daí o grande escândalo das primeiras escolas co-educacionais protestantes, “como a escola do Reverendo Chamberlaine, em São Paulo”, citada por Oliveira. Desde seu início, a escola de Chamberlaine fora co-educacional, com uma clientela de crianças de rua. Essa escola hoje chama-se Universidade Presbiteriana Mackenzie.*

*Homem de muitas idéias, o autor publicou em 1878 uma chamada Carta aos lavradores do Maranhão. Era um livreto de 65 páginas, distribuído gratuitamente por toda aquela Província. Nele Oliveira predicava as vantagens da cultura agrícola intensiva, tempos depois adotada no Maranhão. Escreveu também obras de jurisprudência: Assinacão em dez dias (1878) e Restituição **in integrum** (1884). Publicou ainda, em 1879, “Ação decenal no foro comercial e civil”, na Revista*

de Jurisprudência do Rio de Janeiro, sendo este artigo subsequente-mente reeditado, em 1883. No ano de sua morte (1887) veio à luz A lei das execuções, também de sua pena, deixando ainda um outro trabalho de jurisprudência, intitulado A Prescrição, publicado postu-ramente em 1896. Afirma Clóvis Bevilacqua, na História da Fa-culdade de Direito do Recife, ser este último o melhor trabalho de Oliveira, na área jurídica.

Deputado pelo Partido Liberal do Maranhão (1882-1885), porém republicano de primeira hora, Oliveira fundou e dirigiu naquela Província o jornal O Democrata (1877), tendo antes participado da redação de O Liberal (1876). Para ele, república queria dizer, acima de tudo, democracia, no modelo norte-americano. Evidentemente não era seguidor do positivismo, idéias essas que não encontraram abrigo neste seu trabalho.

O livro O Ensino Público foi dedicado pelo autor ao repu-blicanismo com as seguintes palavras: “Ao nascente mas já vitorioso Partido Republicano, oferece, dedica e consagra o Autor este trabalho em sinal de adesão à democracia, e dos votos que faz, para que esse só procure triunfar por meio da instrução do povo.” Palavras jogadas ao vento, pois a Repú-blica venceu pela violência, lançou fora a idéia da democracia e por quase meio século continuou a prestar tão pouca atenção à educação das massas quanto o Império.

Compreendia Oliveira ser a educação uma atividade dispendiosa. Assim o Império – especialmente após a derrocada financeira causada pela Guerra do Paraguai – dificilmente teria condições de arcar com os custos das 17.761 escolas que ele alegava teriam de ser construídas para dar educação básica a todas as crianças do país. O custo estimado seria de 159.848 contos de réis, valor este, explicava o autor, maior que toda a renda do país. Daí seus elaborados planos para a edificação dessas “casas-escolas”, como ele as designava, com específico padrão de arquite-tura que, imaginava ele, poderiam ser construídas e financiadas a longo prazo. Se bem que também criticasse o Governo que, afirmava o autor, gastava mais do que arrecadava, deixando a dívida para as gerações futuras! No entanto, argumentava serem os gastos com a educação um investimento, pois, como afirmava, “cada escola aberta hoje é uma cadeia fechada amanhã”.

*Chega a ser emocionante sua defesa da criação de bolsas escolares para as crianças carentes. O material escolar, a ser doado a essas crianças, incluiria, além de livros, papéis, lápis e ardósias, também mesas e cadeiras, pois os estudantes, pela prática de então, eram obrigados a levar de casa essa mobília para seu próprio uso nas salas de aula. Poucas das chamadas “escolas” de então possuíam mesas ou cadeiras para os alunos, e às vezes nem mesmo quadros-negros, mapas e globos mundiais, requeridos por lei. Essas “escolas” não passavam de casas particulares onde residiam os professores, contratados pelas províncias ou municípios, nas quais os mestres montavam uma sala de aula – em geral para um mínimo de 5 e no máximo 12 alunos – onde era ministrada a cadeira da especialidade do professor. Escolas seriadas não existiam, exceto o Colégio Pedro II, na Corte, e os liceus provinciais que seguiam o modelo daquela instituição. Essa situação permaneceria assim até a Revolução de 1930.*

*Sua paixão pela educação do povo brasileiro levou Oliveira a visitar os Estados Unidos da América, em data não revelada, porém mencionada várias vezes em seu estudo, a fim de observar o sistema de educação daquele país. Visitou especialmente as escolas de Boston, em Massachusetts, e as de Brooklyn – não se sabe se o autor referia-se à pequena cidade de Brooklyn, em Connecticut, na Nova Inglaterra, ou se ao burgo de Brooklyn, em Nova Iorque. Era imensa sua admiração pelo sistema de ensino público norte-americano, especialmente porque naquele país, na maioria dos Estados, a educação era obrigatória para todas as crianças até os 16 anos de idade. Já no Império brasileiro, observava Oliveira, leis declarando a obrigatoriedade do ensino existiam em várias províncias, mas eram leis inócuas, por não serem obedecidas em nenhuma delas.*

*Entretanto, não comungavam os estadistas brasileiros, inclusive o Imperador, com esse ideal de escolas para todos. D. Pedro II chegara a se opor aos planos da criação de uma escola normal feminina na Corte, por considerar as mulheres brasileiras fúteis, e sem as qualidades das européias, como informa a professora Margareth Rago.*

*Na sua admiração pelo sistema escolar norte-americano, Oliveira tivera um precursor na pessoa de Aureliano Cândido Tavares Bastos, em suas Cartas do Solitário (1862). Entre outras observações,*

*Tavares Bastos louvara aos céus as escolas públicas da Nova Inglaterra, sem obter nenhum apoio prático para o estabelecimento daquele sistema de ensino no Império. Ao contrário, a pessoa em geral considerada como o grande educador do Brasil, D. Pedro II, registrara em seu diário de 1862: “Tenho lido com atenção os artigos do Solitário no Mercantil... sobre as escolas socialistas [sic] da Nova Inglaterra... as idéias de liberdade que o Solitário advoga agradam-me, porém, não creio na conveniência de um sistema baseado sobre elas.”*

*Oliveira acusava os políticos de manterem o povo analfabeto, como um rebanho de eleitores ignorantes. Mais ainda, afirmava serem esses políticos “...como morcegos, que precisam das trevas para melhor sugar o sangue” de suas vítimas ignorantes. Idéias semelhantes a essas já tinham sido expressas, em 1865, pelo poeta Antônio José dos Santos Neves, taquígrafo do Senado, em versos dedicados ao Imperador, nos quais acusava os políticos de imaginarem ser seus eleitores rebanhos de cordeiros, e deliberadamente mantendo-os ignorantes para dessa maneira melhor subjugá-los. Santos Neves, talvez em consequência dessa publicação, perdeu seu emprego de taquígrafo do Senado, terminando sua carreira como funcionário da Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra.*

*O autor acusava também o clero de opor-se à educação pública – especialmente aqueles a quem denominava de “jesuítas”. Em consonância com os preceitos republicanos, propunha a secularização do ensino, com o que a Igreja recusava concordar. Essa oposição da Igreja à educação pública e laica permaneceria até a década de 1930, quando Getúlio Vargas entrou em entendimentos com o Cardeal Leme, a fim de introduzir o ensino religioso nas escolas brasileiras, em troca do apoio da Igreja ao novo regime estabelecido. Até então eram freqüentes as cartas pastorais dos bispos, como a de D. Silvério Gomes Pimenta, de Mariana, MG, ameaçando com as penas eternas os pais que enviassem seus filhos às escolas públicas, ou às protestantes, afirmando ainda ser melhor que as crianças morressem ignorantes do que perderem suas almas estudando em tais escolas iníquas.*

*Ao lerem-se os Anais da Câmara dos Deputados e os do Senado do Império, detectam-se neles pelo menos três grandes inimigos da educação pública.*

*Em primeiro lugar, havia os defensores do direito de a Igreja manter o monopólio do ensino. Esta posição estava em consonância com os ditames da Encíclica Quanta Cura e do Silabo dos Erros. O artigo 9º do Silabo declarava ser “doutrina falsa e perniciosa que escolas públicas devam ser criadas, sem distinção, para todas as crianças do povo, livres de toda autoridade eclesiástica”. Opunha-se portanto a Igreja ao sistema de ensino universal adotado, desde a Reforma, nos países protestantes, fundamentado nas fortes recomendações de Lutero e Melanchton, para a educação de todas as crianças.*

*Outros opositores da educação pública eram os deputados e senadores defensores dos interesses dos donos das escolas particulares. Esses argumentavam ser a educação uma forma de negócio como outra qualquer, e que por isso o Governo não deveria imiscuir-se em assuntos “do livre empreendimento”. Vislumbra-se talvez o motivo dessa oposição por meio da revelação da professora Margareth Rago: o capital investido nas escolas particulares na Corte e nas capitais das Províncias, a partir da década de 1850, fora capital do tráfico negreiro, redirecionado para a educação. Daí ser o compromisso desse capital unicamente com o lucro, e não com a qualidade do ensino ministrado naquelas escolas.*

*Finalmente, talvez os mais importantes desses inimigos da educação pública eram os políticos a quem Antônio Oliveira designava de morcegos-vampiros, e donos de rebanhos eleitorais. Esses cinicamente argumentavam contra todas as propostas de auxílio aos estudantes pobres (o que hoje seria chamado de bolsa-escola), alegando que isso criaria “uma distinção odiosa entre os alunos” das diferentes classes sociais. Ficava a distinta impressão que essa elite política não desejava que seus filhos se misturassem com as crianças de outras classes sociais.*

*Enquanto isso, grassava o analfabetismo no Brasil, chegando a 80% da população livre em 1872, subindo para 83% após a liberação dos escravos, e mantendo-se no patamar de 80% até 1920, quando baixou um pouco, para 76%, nas vésperas da Revolução de 1930. Compreende-se que “alfabetização” era definida como um conhecimento mínimo, comprovado por meio da habilidade de o indivíduo saber soletrar palavras, e desenhar o próprio nome.*

*Algumas ressalvas, entre outras, devem ser feitas ao trabalho de Oliveira, especialmente no que tange às condições das escolas e da*

*propagação da cultura nos Estados Unidos da América. A arquitetura das instituições de ensino, visitadas por ele em Boston, com enormes interiores, e salas de aula sem teto, que podiam ser inspecionadas a qualquer momento pelo diretor da escola, desde seu gabinete, colocado em uma posição elevada, como um “Big Brother” orweliano, não eram adotadas em todo aquele país, cujo sistema de educação jamais foi federal, e sim estadual e às vezes municipal. Não existia, nem existe ainda, um sistema educacional norte-americano, e sim sistemas estaduais e municipais de ensino norte-americano.*

*Mais ainda, o autor comete um equívoco quando afirma que os serviços dos correios nos Estados Unidos da América eram gratuitos, naquela época. Em verdade, este era o único serviço público assumido e subsidiado pelo Governo Federal norte-americano, como uma maneira de manter as comunicações pessoais e comerciais dentro de um patamar de custos que não ferisse financeiramente a população e o comércio. Havia naquela época alguns sistemas de correio particulares, a custos altíssimos, como o chamado Ponny Express, na década de 1860, que chegava a cobrar US\$5 por uma só carta entre o Missouri e a Califórnia. Isso em um tempo quando os assalariados bem pagos recebiam em média apenas US\$50 por mês. Os serviços dos correios norte-americanos eram baratos por serem subsidiados, porém nunca foram gratuitos, como imaginara Oliveira. Um século mais tarde, em 1966, reconhecendo o alto custo desses subsídios, foi passada uma lei federal, determinando que os correios cobrassem uma taxa real pelos seus serviços, e não mais uma taxa subsidiada.*

*O mesmo equívoco deve ser sublinhado, quanto aos jornais norte-americanos, disseminados por todo o país, até mesmo nas pequenas vilas, que Oliveira imaginava serem transportados gratuitamente pelo correio. Esses jornais na verdade eram subsidiados pelos anunciantes do comércio a distância, e pela indústria privada, por meio de um fantástico sistema de boiler-plates, ou seja, matrizes de jornal, fundidas em chumbo. Essas eram produzidas por uma grande companhia de Chicago, que as enviava pelas ferrovias a todos os jornais assinantes do país, em geral publicações quinzenais. Essas matrizes cobriam as notícias nacionais e internacionais – política, economia, novos descobrimentos científicos e outros assuntos de interesse, vindos de todo o mundo. Essas infor-*

*mações pré-fabricadas formavam o miolo dos jornais municipais, sendo que apenas as primeiras duas páginas dos mesmos eram realmente escritas e compostas pela redação do jornal, cobrindo notícias da sociedade, política e economia locais. Depois de impressas, as mesmas matrizes eram devolvidas a Chicago, para serem fundidas e o metal reutilizado. Os custos desse serviço, como já dito, eram pagos pelos anunciantes nacionais de todo tipo. Esse sistema tornava os jornais baratos e economicamente viáveis. Assim, mais de 22 mil publicações locais norte-americanas, durante o século XIX, utilizavam esse sistema de matrizes pré-fabricadas. Esse era um número astronômico de publicações, especialmente quando comparados aos pequenos jornais brasileiros – na sua maioria de vida efêmera –, que enfrentavam custos enormes, e chegavam a pouco mais de 200, em 1874, de acordo com as estatísticas de Oliveira.*

*Cumprindo ainda observar que uma das mais curiosas propostas de Oliveira seria hoje considerada absurda, pois feriria frontalmente o presente Código da Criança e do Adolescente: prisões escolares para alunos de mau comportamento contumaz. Esse tema abre uma janela para um problema pouco debatido na história da educação brasileira: o mau comportamento dos estudantes, filhos da elite, que se julgavam acima do bem e do mal. Um professor estrangeiro, no final do século XIX, chegou a comparar um desses alunos aos “al sacan”, garotos árabes aguadeiros, cujo mau comportamento dera à língua portuguesa um dos termos chulos ainda hoje freqüentemente utilizados por muitos. Outros estrangeiros registraram, por exemplo, que a criação da Faculdade de Direito de São Paulo, em 1827, transformara aquela pacata cidade em um antro de mau comportamento e “imoralidades” estudantis, em consequência da presença daqueles alunos, filhos da elite nacional. Daí o problema que Oliveira pretendia corrigir com suas prisões escolares, prenúncio talvez das Febens de hoje. Talvez fosse esse mau comportamento dos alunos uma das razões da brutalidade dos professores de então, que viam na violência a única maneira de manter a disciplina entre alunos altamente indisciplinados. A brutalidade e a violência eram o principal método de ensino então adotado, e utilizado não apenas para fins disciplinares.*

*Outro aspecto do ensino do século XIX merece ser mencionado, pois ainda é encontrado entre os cursinhos que preparam alunos para os vestibulares universitários: o método de repetição da informação, em voz*

*alta, nas salas de aula. Viajantes estrangeiros sempre comentavam que no Brasil a teoria do ensino parecia estar baseada na idéia de que quanto mais o aluno gritasse mais ele aprenderia. Assim, os alunos repetiam as lições em voz alta. Em voz alta, não. Em voz altíssima! Gritavam! Ber-ravam! Repetindo em uníssono as lições, até que todos as decorassem.*

*Poderíamos continuar enumerando vários outros aspectos de grande interesse e de curiosidade nessa história de educação pública do Império – como apresentados por Antônio de Almeida Oliveira –, tecendo ainda outros comentários sobre algumas das muitas e ingênuas soluções educacionais propostas por ele. Ficaré no entanto ao leitor a tarefa de deliciar-se com essas descobertas, constatando, talvez, no final de sua leitura, que no Brasil “as coisas quanto mais mudam mais permanecem as mesmas”.*

*Brasília, 1º de janeiro de 2001.*

DAVID GUEIROS VIEIRA

.....

## *Ao Leitor*

Não me julgueis sem me ouvir. Se minhas palavras não vos convencerem, fazei justiça à minha intenção. É só o que vos peço.

**O** leitor desejará saber por que dedico este trabalho ao Partido Republicano. Nada mais justo do que o dizer-lhe eu alguma coisa a esse respeito.

*É o Brasil um país admirável em todos os sentidos.*

*Seu solo tem uma superfície de 7.992.000 quilômetros quadrados,\* e encerra em si todas as pedras preciosas e todos os minerais conhecidos.*

*Seus rios ainda ninguém pôde contar e descrever.*

*Suas baías são magníficas, seus portos, seguros e grandes, alguns como não têm a Europa e nenhuma outra parte do mundo.*

---

\* Conselh. Pereira da Silva – *Situation Politique*.

*Sua flora é tão opulenta e portentosa que ainda não está toda conhecida.*

*Suas planícies, suas florestas, suas montanhas, seu clima prestam-se para todo o trabalho, como para toda a espécie de indústria.*

*Numa palavra, seus recursos naturais de abundantes e variíssimos que são, poderiam fazer a felicidade de 400 milhões de homens.*

*Entretanto neste país, que tem tudo grande e majestoso, só o homem é pequeno.*

*Pequeno digo neste sentido. Os brasileiros são em geral inteligentes e dotados de bons músculos e boa índole. Mas de um lado pelos seus costumes, de outro pelas suas instituições não podem acudir ao aceno, com que a natureza de todas as partes solicita a sua vontade para as conquistas da civilização e do progresso.*

*Daí duas conseqüências, que a ninguém passam despercebidas:*

*Primeira – a maioria da população vegeta na mais triste miséria.*

*Segunda – a parte que não vive na miséria, afetada pela solidariedade dos interesses sociais, não está contente com a sua sorte, e de balde procura melhorá-la. Semelhante a um carro atrelado por trás e pela frente, a sociedade acha-se presa por forças opostas, e nesse estado penosamente ensaia algum passo no caminho das suas aspirações. Pelo que do Sul, do Norte, do Centro do Império uma voz uníssona se levanta, como um grito de dor, e deplora a situação do país votado pela providência aos mais altos destinos.*

*Por que semelhante anomalia? Concorrem para isso duas espécies de causas. Uma é de ordem social; outra, de ordem política. Por brevidade exponho-as sem discriminação.*

*Pela natureza das coisas, pela imensidade do nosso território, pelas tendências, pelo gênio dos povos americanos, o Estado do Brasil devia formar não a associação dos brasileiros,\* mas a associação das associações brasileiras.*

---

\* Palavras da Const. do Imp.

*Temos vinte províncias, todas extensas e de populações disseminadas.*

*Pedia portanto a administração, a economia e o bem próprio de cada uma que elas fossem unidas, mas independentes do centro comum.*

*Todas se governariam por si mesmas, todas administrariam os seus negócios particulares. Mas para a gestão dos interesses comuns cada uma delegaria ao Estado os poderes necessários, e esta entidade, que todas sustentariam, seria o representante da União.*

*Entretanto assim não quis o nosso arbitrário poder constituinte, e o resultado foi a impotência, em que se acham as províncias já não digo para conseguirem todo o bem-estar a que têm direito, mas para satisfazerem as suas indeclináveis necessidades.*

*Este efeito, ninguém pergunta como se opera: todos vêem a sua formação e o seu desenvolvimento.*

*Em vez de cada província se reger e governar livremente, obedecem todas a um governo longínquo, que faz e desfaz as suas autoridades, põe e dispõe nos seus interesses.*

*Mas como os interesses das províncias raramente se harmonizam com o do poder central, quase sempre são por este sacrificados!*

*Em vez de concorrerem as províncias só com o necessário para os encargos da União, a União chama a si quase todas as rendas que elas produzem, e, feitas as despesas de cada uma, fica com o resto para melhoramentos e bens comuns.*

*Mas as despesas das províncias o Estado as faz com a parcimônia do pai, que deixa a família entregue a todas as privações, para ter meios de entreter os seus desperdícios. E os prometidos melhoramentos e bens comuns, à vista do que sucede às necessidades ordinárias, não podem sequer merecer a atenção que elas merecem!*

*Fosse muito embora cumprida a palavra do Estado, ainda assim justas queixas podiam fazer as suas pupilas.*

*Se elas fossem os juizes dos seus interesses, cometeriam as empresas, que reputassem melhores, e tratariam de realizá-las por si mesmas.*

*Se nelas ficassem as suas rendas, a que mais rendesse, mais melhoramentos empreenderia.*

*Se cada qual cuidasse de si, não seriam estas beneficiadas em prejuízo daquelas, não ficariam as pobres e atrasadas sem o estímulo da necessidade, que é o agulhão do trabalho e a mãe de todas as invenções.*

*Se se desse tão salutar concurso não se veria essa estagnação, em que vivem umas por amor de outras. Terrível sistema, que é a negação da economia política e da mais trivial ciência governativa! Basta dizer-se que ele visa igualdades e comunhões impossíveis e aniquila a vida local, que é a pedra angular da liberdade e do progresso, chamando os princípios vitais das extremidades para o centro, e apenas deixando nelas a seiva indispensável para se não amortecerem!*

*Assim a centralização política e financeira em que vivemos é o primeiro mal do Brasil, ou o mal de que quase todos os outros procedem.*

*Envilecido o trabalho pela escravidão, devíamos reabilitá-lo pelo desenvolvimento intelectual dos povos. Sem recursos, porém, para cuidar da instrução de seus filhos, nenhuma província pôde até hoje conseguir aquele fim. De modo que todo país jaz embrutecido pela ignorância e enervado pela ociosidade.*

*O trabalho entre nós, se não é mais a vergonha dos tempos passados, é uma coisa sem atrativo e sem estima. A prova é que, salva uma ou outra exceção, o serviço das nossas profissões produtoras é feito por braços escravos. Seguramente dos 177,047,888,000 rs. \* da exportação do país, nem um terço é devido ao braço livre.*

*À escravidão e à ignorância reúnem-se ainda outros males.*

*O povo ativo não conta facilidades, nem cômodos nem garantias de natureza alguma. De um lado faltam-lhe as vias de comunicação, falta-lhe o crédito, faltam-lhe as máquinas, os canais, as pontes e todos os mais auxiliares do trabalho. De outro a guarda nacional\*\* e o recrutamento são verdadeiros gênios*

---

\* Temos 1.670.031 escravos. Suponha-se render cada um rs. 75\$ por ano, o que está muito abaixo da realidade e teremos só para eles 125,252,325,000, mais de dois terços, que são rs. 118,031,925,332.

\*\* Depois de escritas estas linhas promulgou-se a reforma da guarda nacional. Não obstante deixei-as tais e quais estavam, porque a mesma reforma pouco melhorou a instituição.

*de extermínio, que de vez em quando atacam as casas dos pobres, paralisando o movimento e a vida que encontram, e deixando após si a desolação da miséria e da ruína!*

*Além do que, e como se isso não bastasse para infelicitar o povo, neste imenso país quem não herda ou não pode comprar não possui um palmo de terra.*

*O Estado entende que não deve dar, mas só vender ou aforar as terras públicas.*

*Mas a compra nem todos podem fazer, e o mesmo foro, que parece coisa de nonada, não deixa de dar más conseqüências. Sem falar de outras – os inconvenientes da natureza do domínio por exemplo – só a dificuldade do pagamento do foro e da transferência das posses é bastante para desgostar o trabalhador e diminuir a sua produção.*

*Daqui resulta que o pobre que quer ser lavrador, não podendo adquirir nem terras públicas nem particulares, encosta-se aos proprietários, e lhes pede licença para trabalhar nos seus domínios.*

*A licença é quase sempre concedida, mas o infeliz que a obtém, só por esse fato contrai obrigações, nenhuma das quais pode quebrar sem perder o benefício, a que deve a sua roça e o seu sustento.*

*Semelhante situação por certo não convida ao trabalho, antes desanima a quem quer trabalhar.*

*Em propriedade alheia nenhum trabalho é bastante profícuo.*

*Desta verdade deu a Inglaterra um grande exemplo\* quando libertou as terras dependentes da Igreja e dos monges. E deste exemplo encareceu um gênio os resultados quando disse\*\* : “A opulência do pequeno número aviltava a natureza humana. As suas riquezas empobreciam o resto do reino. Foi preciso destruir-se esse abuso para o reino tornar-se rico.”*

*Dir-me-ão que nós não temos terras dependentes da Igreja.*

*Mas temos todas as terras sob o domínio do Estado e de grandes proprietários que as não cultivam; o que dá os mesmos ou piores efeitos.*

---

\* No século XVI.

\*\* Voltaire.

*Não há propriedade como a que é livre de todo ônus, ou a que apenas paga os tributos gerais impostos pelo legislador para o bem comum e a manutenção do Estado.*

*É essa propriedade que fez a riqueza dos Estados Unidos, e que mais concorreu para a da França e das cidades livres da Alemanha. No resto do mundo mesmo não é difícil achar-se a sua influência. A história das nações cultas reza que o comércio geral não floresceu, as artes não foram honradas, as cidades não cresceram e se aformosearam enquanto os povos não tiveram terras próprias.*

*Assim, digam o que disserem falsos socialistas: eles nunca poderão mostrar que o Estado tem boas razões para fazer o que faz com as terras públicas.*

*Os mesmos princípios, que condenam a servidão do braço, condenam a servidão da terra.*

*Seja qual for a condição a que se sujeite, o homem sempre cultiva melhor a terra própria que a alheia.*

*Só o amor da propriedade avigora seus membros, multiplica suas forças e torna real o dito inglês: liberty and property, property and liberty.*

*Estes fatos têm ainda um alcance, que eu não devo deixar em silêncio. Refiro-me à formação da família, que no dizer de Portalis é o viveiro do Estado.*

*Quem não é proprietário se inclina pouco ao matrimônio.\**

*Dependente dos outros, sem abrigo, sem renda certa para sua mulher e seus filhos, o proletário teme fazer proletários como ele.*

*Desse modo, sua atividade é quebrada, sua alma embrutecida, seus estímulos, seus melhores desejos são sufocados, suas forças não se exercem com a elasticidade que puderam apresentar.*

---

\* Que o bem-estar dos povos influi muito para os casamentos é fato geralmente observado. A estatística dos casamentos na Europa cresce ou decresce na razão das maiores ou menores colheitas de trigo.

*O senhor de propriedade, ao contrário, deseja ter uma mulher que o acompanhe, e um filho ao menos, que herde seu nome e seus bens.*

*Satisfeito esse desejo, o terreno de cada cultivador necessariamente torna-se dez vezes mais fértil que dantes. O homem trabalha com mais ardor para si que para outrem, e mais quando tem do que quando não tem família.*

*Nessas condições, a família faz a sua riqueza e a sua felicidade, e ele faz a riqueza e a felicidade da família.*

*E neste estado tudo é lucro para o comércio, para a indústria, para o tesouro público, para o bem geral e todas as forças sociais.*

*Se por estes motivos muitas famílias não se formam no país, por outros igualmente notórios não o procuram as famílias estrangeiras que emigram de suas nações.*

*Nos seus relatórios ao parlamento, o governo sempre lhe dá conta de esforços feitos em bem da emigração.*

*Não obstante, a emigração nos deixa a um lado e dirige para o Prata.\**

*Gastam-se somas consideráveis com esse melhoramento e a população do Império pouco ou nada cresce.*

*Qual a razão desse malogro? Todos a conhecem, mas poucos se atrevem declará-la.*

*O governo parece crer que o bom êxito de todos os cometimentos está em gastar com eles muito dinheiro.*

*Daí o abrir o cofre público e esquecer os melhores meios de ação.*

*Se não fosse isso, ele veria que os estrangeiros não nos procuram por motivos que nenhum dinheiro pode abalar.*

*Chamai a vossa casa um menino estranho, e convidai-o para ficar convosco. Se ele ali achar agrado, franqueza e liberdade, será capaz de esquecer a famí-*

---

\* Li há pouco em um jornal que, de 1<sup>o</sup> de janeiro até 31 de agosto deste ano, só Buenos Aires recebeu 40.956 emigrantes.

*lia por amor de vós. Se, porém, for outra a vossa conduta, não haverá consideração alguma que o retenha ao vosso lado.*

*Não será pouco ou menos isto o que sucede aos estrangeiros que aportam às nossas plagas?*

*Apenas passam alguns dias conosco, a situação em que se acham é o abandono.*

*Abandonados, a sua vida é uma luta insana, e de todos os dias, de todas as horas, de todos os momentos. Eles lutam com a nossa ignorância, com os nossos escravos, com os nossos costumes, com as nossas moléstias, com as nossas necessidades, com as nossas instituições! Para coroar todos esses males falta-lhes a primeira das liberdades – a liberdade religiosa – e a primeira das proteções – a proteção ao trabalho. Que muito é, pois, que uns se percam, outros morram, outros volvam aos seus países, e todos estes fatos desacreditem o Brasil nos centros de emigração?*

*Não sou dos que entendem que devemos esperar tudo dos poderes públicos. Todavia creio não estar em erro pensando que a extinção destes males pertence ao Estado; é dever dos nossos estadistas e políticos.*

*Mas os nossos estadistas!... eles nada fazem nesse sentido. Uns não têm idéias, nem princípios, nem vista, senão interesses opostos aos da nação. Outros têm idéias e princípios, mas não podem realizá-los ou se realizam hoje e os inimigos da véspera os nulificam amanhã.*

*Assim, todas as reformas não passam de sonhos ou quimeras com que se entretêm os ignorantes ou se cansa a paciência dos que o não são.*

*E para que tudo isso melhor suceda, o povo não pode dar força aos políticos que lhe servem, nem afastar do poder os que não curam dos seus interesses.*

*Não pode sim, é verdade incontestável. O povo é nada neste Baixo Império.*

*Pedro I fez-lhe na Independência um presente de gregos; e este entregou-o manietado e agrilhoado ao mais forte poder que a realza constitucional tem exercido.*

*Quando a nação deu com o engano e quis corrigi-lo, era impossível. O monstro de harmonia, que se chama equilíbrio e chave do nosso organismo político,*

*deixou-o sem movimentos ou só com os movimentos agradáveis ao supremo chaveiro. Dir-se-ia que a nação é para ele uma coisa semelhante a um boneco dançador ou a uma rede de croché. Boneco, dança como lhe parece. Croché, tolera-o enquanto no tecido não entram certas cores. Entradas que sejam, puxa pela ponta e tudo se desmancha!...*

*Daí para cá todos os esforços têm sido iguais ao primeiro, e infelizmente não há esperança de melhores tentativas.*

*Para não ser assim, fora preciso que todo o povo quisesse reivindicar os seus direitos. Mas por desgraça nossa não é isso que sucede.*

*Primeiramente, a lei exclui dos negócios públicos a maioria dos cidadãos ativos. A grande massa dos votantes elege um limitado número de eleitores; e só estes fazem a representação nacional.*

*Em segundo lugar dos não excluídos, uns a dependência, outros a ignorância, outros a especulação, outros um receio mal-entendido, os afasta do povo e leva para o lado do poder. O pequeno número que resta não pode, pois, deixar de ser impotente: é impotente ante o povo e ante o poder.*

*Se tais são as causas da nossa infelicidade, vê-se que todas residem no regime político que temos, é claro que, para nos desprendermos do rochedo a que fomos acorrentados, torna-se preciso ferir luta com o poder que se assenta na sua cumiada.*

*Para isso dois partidos se preparam: o liberal e o republicano.*

*Conheço um e outro, e faço inteira justiça às suas intenções.*

*Mas o liberal já está condenado antes de subir ao poder. É mulher defeituosa, que tem na gestação a causa da sua morte.*

*Ele não quer abolir a realeza, mas conciliá-la com o povo, ou simplesmente limitar o seu poder. Daí o presságio de seu fim. A sua história será sempre a mesma que até agora: reagir contra o mal dos adversários, e cair logo que, preparado o terreno para as suas evoluções, se dispuser a praticar as reformas do seu programa. Tudo isto por uma simples razão: a coroa não admitirá essas reformas, incompatíveis com a sua existência; e o partido não terá meios de sustentar-se. Quando ele menos pensar, seus membros serão dispersos, como já tem sucedido, e seus inimigos, na forma dos precedentes, chamando a si as suas idéias, tratarão de realizá-la ao sabor de contrários interesses.*

*Nestas condições, tornando-se cada vez mais difícil a missão do Partido Conciliador, só o Republicano tem probabilidade de ser bem-sucedido.*

*Este partido não tem meios-termos; não procura conciliar o que é inconciliável, nem compatibilizar o que é incompatível.*

*Ele diz: – A monarquia tem sido funesta ao Brasil. A ela é que devemos todos os nossos males – a centralização que nos atrofia, os desperdícios que nos arruinam, a ignorância que nos deprime, a política de opressão que nos esmaga, a corrupção, de que ela e seu governo precisam para sustentar-se. Conseqüentemente nada de esperanças na Coroa; nada de reformas com ela. Ou a morte com ela ou a salvação com a República.*

*E o partido que fala com tanto senso é um partido novo, sem ódios, sem paixões, sem precedentes que comprometam suas vistas ou ponham em dúvida a energia das suas virtudes e das suas ações.*

*Filho do patriotismo e da razão, criado à luz das mais puras crenças, desenvolvido à prova das mais altas dedicações, tem se tornado o campo neutro, onde os membros dos outros partidos vão depor seus ressentimentos e receber a água lustral da abnegação e do desinteresse. Pelo que ainda no seu entusiasmo e no seu vigor oferece uma inelutável garantia do seu triunfo!*

*Sim, um partido que se forma em condições como estas não pode deixar de triunfar. Se sua aurora não tem de ser dia, e seu sol não tem de luzir, devemos duvidar do poder dos raciocínios, a lógica das leis que regem os acontecimentos e os corpos sociais, ou dizer que uma triste fatalidade zomba de nós.*

*Eu, porém, não sou fatalista. Quando não tivesse um Deus para primeiro artigo das minhas crenças, diria antes de tudo – Creio na liberdade e nas leis morais.*

*Por estas razões espero tudo do Partido Republicano; e a ele darei, como tenho dado, toda a dedicação de que sou capaz.*

*Mas o partido republicano não quer só dedicações. Tendo ele por fim a liberdade, deve ter por base a instrução, por meio, o trabalho e a ordem. Instrução para iluminar, trabalho e ordem para facilitar o seu caminho.*

*Repelindo a democracia o brocardo monárquico: “O homem não pode se governar ou conduzir por si mesmo, precisa de uma luz externa que o guie e de um*

*apoio estranho que o sustente”, é claro que ela só poderá triunfar pelo esclarecimento das massas populares. O povo que dirige ou que faz por si mesmo o que o governo poderia fazer, deve possuir luzes, que lhe mostrem a natureza e a consequência dos seus atos, ou que o façam juiz dos seus próprios interesses.*

*Esclarecer, pois, o povo em semelhante governo não é só o desencargo de um dever, é ainda uma condição da sua existência. Se a segurança das monarquias está nas trevas, a segurança das repúblicas está na luz.*

*Dedicando, portanto, o meu trabalho ao Partido Republicano, não faço mais que manifestar o modo por que compreendo a democracia e desejo que ela entre nós se estabeleça.*

*Não é uma lição que pretendo dar ao mesmo partido; peço ao leitor que note esta circunstância. Ao contrário, com o meu ato apenas interpreto os seus sentimentos tantas vezes provados até por obras.*

*Quem tiver acompanhado a propaganda republicana saberá que é esta pouco mais ou menos a linguagem dos seus autores:*

*Se sois verdadeiro republicano, cuidai e cuidai sempre da educação do povo. Ignorância e república são idéias que se repelem. Foi pela falta de instrução que não se sustentaram as famosas repúblicas da Antiguidade. É esta a principal diferença entre os governos monárquicos e republicanos: Estes deixando ao homem o poder de governar-se, dão-lhe na instrução o meio de saber donde parte e para onde vai. Aqueles repousando em princípios contrários sempre se mostraram amigos das trevas. A luz ofusca-os, o homem que pensa ameaça-os. Guardas cruéis dos seus súditos, os reis só querem uma coisa: é que eles não se tornem cidadãos. Nesse intuito, alguns até não se contentam com a ignorância. Recorrem à corrupção e ao erro! Inventam falsas morais, falsas ciências, falsas políticas, falsas religiões. Para os reis há duas coisas melhores que o carrasco e o canhão: uma é a corrupção; outra, o erro! É por esses meios que eles têm servos e defensores, e é com estes instrumentos que eles cavalgam as nações. Eles não amam tanto a mentira senão por que Cristo disse que só pela verdade os homens se libertariam.\**

*Se não é ao Partido Republicano, a quem então explicais que a instrução popular faz parte das suas aspirações?*

---

\* Alguns desses pensamentos são de Aimé Martin.

*Explico aos seus detratores. A esses homens, por conveniência incrédulos, que querem desacreditar sua missão, desfigurando suas vistas e emprestando-lhe idéias que ele não tem. E a esses outros aparentemente frívolos que no dizer de Chateaubriand só sabem combater com as armas do ridículo.*

*Miséraveis!... Em vão procurais convencer as vossas mentiras. Não é tão facilmente que se trucidam a verdade. Um partido, que tem a instrução por base e o trabalho por meio, nunca será o que dizeis. Pode ser que o seja algum seu membro desvairado, mas não por culpa sua e é por isso que ele quer a instrução geral.*

*Demais sabeis em quantas classes se dividem os detratores do Partido Republicano? Eles são medrosos, especuladores ou ignorantes. Escolhei a vossa classe como quiserdes. Nenhuma será mais forte que as outras. Nenhuma poderá impedir o contágio das idéias livres. Nenhuma suspenderá o acontecimento da realização dessas idéias, logo que elas tenham amadurecido na consciência nacional.*

*Por quê? Escutai: são simples as minhas razões.*

*Sois medrosos? Eu não combato os vossos terrores. Faço justiça às vossas intenções, e digo somente – o vosso medo nada vos deixará fazer nem pró nem contra a democracia no dia em que seu pleito se julgar.*

*Sois especuladores? Os vossos próprios atos se encarregarão de vos desmascarar. A linguagem dos especuladores tem isto de bom consigo: torna-os indignos de fé. Acabareis por não merecer confiança à ninguém: nem à coroa, nem à nação.*

*Sois ignorantes? Apresentais o maior obstáculo, não há dúvida. Mas é para vos vencer que os apóstolos da idéia levantam escolas, abrem casas de leitura e pregam sã moral em toda a parte.*

*O dia em que o nível moral da sociedade se elevar à altura de ser geralmente compreendida a república, esse dia será seu dia.*

*Está longe, me dirão.*

*Não pode ser, se toda a mocidade já é republicana. Feliz a idéia que tem por si a mocidade.*

*Mas que esteja, não importa. O homem não trabalha só para si, nem só para a geração a que pertence. Além disso, quanto mais tempo se der à instrução, tanto mais certos os seus efeitos.*

*Maranhão, 13 de outubro de 1873.*

A. DE ALMEIDA OLIVEIRA

PARTE PRIMEIRA  
VISTAS GERAIS

.....

## *Capítulo Primeiro*

### O BRASIL E A SUA IGNORÂNCIA

I

**L**i algures um conto oriental muito próprio para o texto deste capítulo.

Danah, moço bonito e herdeiro de grande nome e grande fortuna, fazia os maiores esforços para viver ditoso, e representar brilhante papel no seu país.

Dinheiro, tinha-o para gastar prodigamente. Amigos, ele os angariava e possuía sempre em grande número. Mulheres, não sabia, tantas o desejavam, a que amasse ou escolhesse!

Sempre cercado de muita gente, preparava caçadas, corridas, jogos, lautos banquetes, tudo em suma, que lhe parecia poder convergir para o seu fim.

Mas...oh! decepção! Um como ruim fado agourentava todos os seus desígnios, e fazia recuar diante dele o alto das suas aspirações.

Mal cessava o ruído das suas festas o pobre anfitrião se via solitário e exposto a um tédio mortal. Muita vez no meio delas assaltava-lhe o espírito tamanho desgosto da vida que ele abandonava seus amigos a furto, e ia se engolfar na mais penosa meditação.

Uma noite, já bastante desfalcado o seu haver, quando ele, em vão procurando repouso, fazia consigo mesmo amargas queixas da sorte, uma visão o surpreendeu e lhe falou assim:

“Não te assustes, mancebo. Muitos anos há que velo sobre ti sem nunca te fazer mal, pelo contrário, procurando fazer-te bem.

“Cativas das tuas graças, admiradora da tua generosidade, como do teu gentil parecer, sou aquela infeliz que despresaste pelos libertinos, que te cercam!... E se invisível ando sempre perto de ti, é porque deu-me esse poder a grande rainha das fadas.

“Sei, portanto, o que tens, o que desejas, o que sofres, e agora, que julgo chegada a ocasião, quero provar-te como me penalizam os teus infortúnios, e quanto desejo libertar-te deles.

“É justo o que aspira o teu magnânimo coração. Teus dotes, teu nascimento, tua fortuna, bem que já muito abalada, dão-te direito a seres um dos primeiros homens da nossa sociedade.

“Mas não te pareça que aquelas condições sejam bastantes para a consecução de tal fim, nem acredites na eficácia dos meios que empregas.

“Tu pensas que a importância e a felicidade podem provir das diversões que promoves, e tens por amigos aqueles que nelas tomam parte?

“Oh! deplorável engano! oh! miseranda cegueira! Por meu amor te juro que se não procurares outros meios levarás sempre vida inglória e sem valia.

“Os teus amigos são falazes como os santelmos do deserto. Desfrutam-te, e deixam-te solitário sem se lembrar de ti quando fora da tua presença.

“E as diversões, sejam elas quais forem, caçadas, danças, banquetes ou jogos, são o que há de menos próprio para te dar popularidade, importância e amigos. Se elas não te cercam de invejosos e parasitas, não passam do preço caríssimo, por que compras momentâneos gozos. Eu só as comparo ao refrigério de uma chuva passageira no meio de um calor bochornal. Finda a chuva e o calor continua com a mesma ou com maior intensidade.

“Se, pois, ao que vejo das tuas queixas te enfestas dessa vida, e queres seriamente reformá-la, traçarei aqui a linha, pelo qual deves dirigir a tua conduta.”

Atônito e confuso Danah fez a custo um sinal afirmativo, e a visão continuou:

“Tu não trabalhas, nem sabes coisa alguma. Teu corpo nunca se afadigou em demanda de fins úteis. Teu espírito nunca refletiu nas realidades da vida, ou só tem visto o mundo por meio de prismas mentirosos.

“Ora, isso é contrariar a natureza, e portanto impedi-la de produzir seus frutos. Ninguém pode ser feliz na ignorância, na irreflexão e na ociosidade.

“A ociosidade é mãe de fadigas, que nenhum trabalho produz. Mais ainda: ao ocioso os deuses não concedem prazer algum. Por quê? me perguntarás. Porque com o trabalho é que se compram os prazeres. Porque o ocioso, só cuidando em prevenir a necessidade das coisas agradáveis, procura sempre saciar-se nelas antes de desejá-las. Ele come sem ter apetite, bebe sem ter sede e dorme por não saber em que empregar o seu tempo!

“A irreflexão equipara o homem ao bruto, e pela íntima relação em que está com a ociosidade não é alheia às conseqüências, que desta defluem.

“Enfim a ignorância é que gera a irreflexão e a ociosidade, e que constitui por um lado a fonte de todos os males do homem, por outro a venda, que o priva de aplicar-lhes o apropriado remédio.

“É por isso que vives cheio de tédio, e a ventura anda tão arredia de ti. Se não fosses ocioso e não vivesses na irreflexão e na ignorância terias gozos de espírito capazes de te fazerem feliz, e não serias vítima da ilusão, que te domina. Quero dizer: não procurarías a felicidade em objetos, que não podem dar-te como esses peraltas que te acompanham, e essas diversões, que te arruinam.

“Queres ver se tenho razão? – Vai ouvir as lições do grande Mjegui. Elas desenvolverão teu pensamento, e este se encarregará da tua felicidade.

“Sim, Danah, o pensamento do homem é como o solo: encerra tesouros inestimáveis. Para os gozar o essencial é cada um saber o meio de descobri-los.

“Quando estiveres de posse desses tesouros, possuirás um benéfico e suave poder, ao qual submeterás os homens, os animais, as coisas, toda a natureza. E quando chegares a esse estado não te será mais desconhecido nenhum dos bens, que ambicionas. Serviços à pátria, amigos dedicados, paz de espírito, íntima satisfação de quem passa seus dias entretido em obras úteis, nada em suma te faltará do que é preciso para o homem ser feliz e viver coberto de honras.”

Desapareceu a visão e Danah entrou a refletir. Que transformação lhe era aconselhada! De que sacrifícios se fazia depender a sua felicidade!

Uma grande luta então se estabeleceu dentro em si mesmo. A princípio para substituir a calma pela confusão, que escurecia suas idéias. Depois para vencer a vacilação, que o levava do desejo ao receio e do receio ao desejo de experimentar...

Ora, a luz da verdade de fulgente que era parecia-lhe adorável. Ora, o seu deslumbramento como que o embalava num sonho, e lhe fazia pensar em mais uma ilusão a desfazer.

Não é, porém, facilmente que se repele a verdade quando ela se nos impõe.

Como quer, pois, que estivesse, Danah passou a noite inteira num contínuo contemplar daquela luz, só parecendo que evitava cerrar as pálpebras para não deixá-la fugir.

Assim no dia seguinte, à hora em que seus amigos esperavam ser chamados para recomeçar os prazeres da véspera, o filho de Pakistund seguia o caminho do sábio, que a visão lhe indicara a fim de pedir-lhe as suas lições.

Concedido o favor, Danah dividiu o seu tempo entre o estudo e o trabalho, e procurou aproveitá-lo da melhor forma possível.

Se muito ou pouco esforço lhe custou essa mudança não me lembro eu agora. O certo é que alternando o estudo com a direção dos seus negócios, e sendo tão constante em uma como em outra coisa, o mancebo não tardou a se convencer do que a sua encantada amante lhe

disse. À medida que seu espírito se esclarecia, o tédio era substituído pelos doces prazeres do espírito, e o tempo menos e menos lhe custava a passar.

Outra coisa igualmente certa é que, se a reforma de sua vida angariou-lhe desafetos e ao princípio o deixou isolado, também por fim deu-lhe inúmeros amigos.

No meio de tudo suas herdades até então abandonadas começaram a prosperar, e sua fortuna tornou a se refazer.

Quando Danah viu estes resultados era já o moço mais falado do seu país.

Ele ainda não tinha trinta e cinco anos, e todos lhe davam já o lugar, que Pakistund em vida ocupara pelo seu saber como pela sua importância comercial e política, e constituía ele só o empório do comércio de muitos povos circunvizinhos.

## II

Seja ou não real a minha história (chamo-a minha porque a narrei) ninguém poderá negar a sabedoria que nela se contém.

Na forma, no conceito, no fundo, uma luz ali brilha com todas as proporções para constituir-se o centro, em torno do qual deve girar o pensamento do homem: a luz do maior princípio moral que se conhece.

Esse princípio o leitor já o percebeu. Escreve-se assim – sem instrução e sem trabalho nada de bom pode a criatura humana fazer.

Direi mais: Pois que a verdade é a mesma para o homem ou para o povo, a história que acabo de referir encerra uma lição, que muito pode aproveitar a este moço dissoluto que se chama Brasil. Pervertido, Danah é o resumo de todos os seus males. Regenerado, é o molde, em que ele deve procurar o meio de evitar sua ruína.

Rico, ao Brasil de nada servem as suas riquezas. Novo Plutus vive no meio delas sem poder utilizá-las. Não há país onde se fale tanto em riquezas como o Brasil. Entretanto em nenhum outro é tão difícil a vida e tão incerto o futuro dos cidadãos.

Grande, as suas terras jazem incultas como baldios. Se para qualquer fim os estrangeiros as procuram, quase nenhum proveito daí

lhe resulta. Sabe-se que é pequena a escala da colonização. Além disso os seus hóspedes, desgostosos dos seus costumes e das suas instituições, mal se acha saciada a ambição que os move, dão-lhe as costas com as riquezas que adquirem, e levam consigo a seiva que poderia vivificá-lo.

Formoso, risonho, sedutor, usa e abusa por tal modo da sua mocidade, que está todo podre de vícios. Um governo corrupto e corruptor o avilta e aniquila, e ele suporta tudo sem murmúrio. Como se deu com o povo eleito sob o poder dos faraós, parece até que o queixar-se apenas serviria de aumentar seus males. Para cúmulo de suas desgraças nenhum Moisés tenta pôr termo a elas, mas falsos amigos o desfrutam e traem, e ele não tem ação para puni-los. Falta-lhe mesmo a coragem para desprezá-los!

Tudo isto donde procede? Da ignorância e da falta de trabalho.

A ignorância quebranta, esteriliza a sua atividade. A falta de trabalho o tem de pés e mãos inertes. Tira-lhe a um tempo a força do caráter, a independência e a liberdade de ação.

Não me ponho com demonstrações; mas duvido que alguém seriamente me conteste.

O Brasil é infeliz porque não trabalha, e não trabalha porque é ignorante, não sabe aproveitar os elementos de vida que possui.

Que ele não trabalha vê-se da sua indústria e da sua lavoura. Aquela é nenhuma, e esta apenas dá para comprar no estrangeiro o que ele não sabe ou não pode fazer.<sup>1</sup> Razão por que, fugindo-lhe toda a prata e ouro que se cunha, nos seus apuros financeiros tem por único recurso a emissão do papel-moeda, isto é, o contraimento de dívidas, cuja solução empraça para as gerações futuras.

1 Segundo o último Relatório do Sr. Ministro da Fazenda a nossa exportação no exercício de 1871 a 1872 foi de 177,047,880\$rs, ao passo que a importação no mesmo exercício subiu a rs. 155,724:525\$000. Não é pois exagerado o meu dizer, principalmente atendendo-se à observação, que faz o mesmo Relatório, de que a importação daquele exercício foi muito inferior à do exercício de 1870 a 1871. Também se deve ter em vista que, posto a exportação seja maior que a importação, nem todos os povos do Império, senão uma pequena parte deles, tem direito ao saldo que se verifica.

E que é ignorante não se vê só da escassez do trabalho e desses saques feitos sobre o futuro, porém de outros dados ainda mais certos.

Esses dados são a soma da população, o algarismo dos iletrados ou analfabetos, a despesa que se faz com a cultura intelectual do povo, o número dos seus escolares e dos seus estabelecimentos educativos, os museus, os jornais, as bibliotecas que conta, as sociedades, pelas quais promove a literatura e a instrução comum.

É certamente enfadonho o interrogatório de cada um destes dados. Entretanto espero que o leitor me permita fazê-lo.

### III

Conta<sup>2</sup> este vasto território uma população de 10.161.041 pessoas, sendo 8.490.910 livres e 1.670.131 escravas.

Em que proporção pensa o leitor que estão os ignorantes? 15%, 20%, 25%, 30%, 35%? Engana-se redondamente. Só os escravos, cuja ignorância, de obrigatória que é, não se pode pôr em dúvida, representam<sup>3</sup> 16% da população geral.

Pelo que toca à população livre não sei exatamente a quanto ela elevará esses 16%. Todavia posso fazer um cálculo, que, segundo creio, não fica muito aquém da realidade. É ele fornecido pelo recenseamento desta capital, que passa por uma das mais cultas do Império.

S. Luís divide-se em três freguesias de populações pouco mais ou menos iguais.

Dentre elas a mais importante é sem dúvida a de Nossa Senhora da Vitória: aí está o comércio e a maior parte do funcionalismo público.

2 Segundo a Repartição de Estatística, relatório deste ano. A população do Município Neutro, bem como a das províncias de Alagoas, Piauí e Paraná, é contada conforme o recenseamento do ano passado; a das outras, por cálculos aproximados. Não há, porém, receio de que o recenseamento em muitas províncias fique abaixo desses cálculos. daquelas em que já é conhecido o seu resultado, só o Piauí deu menos do que supunha. No Paraná houve um excesso de 20.000 habitantes. Nas Alagoas um de 41.316. No Município Neutro um de 39.591. Note ainda o leitor que nos cálculos antigos em nenhuma província se compreenderam os índios.

3 Desprezada a fração. *Et sic* nos demais cálculos da mesma natureza, que adiante hei de fazer.

Pois bem: nessa freguesia, que tem mais instrução que as outras, e que deu 9.012 habitantes, foram contados 5.176 analfabetos.

Como, porém, neste número se compreendem os escravos, que andam por 2.623, subtraídos eles ficam, para 6.389 habitantes livres, 2.553 ignorantes não escravos.

Ora, 2.553 são 39% de 6.389. Portanto se numa cidade, como a que tomei para base do cálculo, os ignorantes dão 39% da população livre, não exagero dizendo que noutras partes eles darão 40%, 60%, 70%, 80% e 90%. Donde resulta que sendo 64 o médio entre 39 e 90 e adicionando-se a esse algarismo os 16% dos escravos, seguramente 80% da população geral são ignorantes.<sup>4</sup>

Andam todas as rendas do país por 127,773:509\$691rs, sendo 103 mil contos das gerais<sup>5</sup> 21,041:217\$512 das provinciais,<sup>6</sup> e 3,732:292\$179 das municipais.<sup>7</sup> Entretanto dessa soma apenas se tiram 6,127:363\$092 para as despesas da instrução, sendo 4,035:799\$176 por parte das províncias<sup>8</sup> e 2,091:563\$916 por parte do Estado!<sup>9</sup>

Pois que o povo livre sobe a 8.490.910 pessoas, e os meninos em idade escolar representam em toda a parte 1/7 ou 14% da população, deveriam ter freqüentando escolas 1.212.987 meninos.<sup>10</sup>

4 O Sr. Davi Moreira Caldas, distinto jornalista de Teresina, dando-me algumas informações, que lhe pedi acerca da sua província, disse-me o seguinte (em carta de 24 de julho do corrente ano): “Conforme o relatório do atual presidente há pouco lido perante a assembléa provincial, nesta província apenas sabem ler 22.298 pessoas, isto é, 5/42 do total da população livre.” Esta triste realidade não me deixa mentir.

5 Lei nº 2.348, de 25 de agosto do corrente ano.

6 Segundo o mapa nº 1. Vid. no fim do volume.

7 Achei isso no *Novo Mundo* de 24 de fevereiro deste ano.

8 Segundo o mapa nº 1. Essa despesa é feita unicamente com a instrução primária e secundária.

9 Segundo a citada lei de 25 de agosto. Cumpre observar que a despesa a cargo do Estado não tem por objeto só a instrução superior. Nos seus 2.091 contos (desprezo a fração) entram 658 da instrução primária e secundária do Município Neutro e 250 de diversos estabelecimentos da Corte, como a Biblioteca Pública, o Liceu de Artes e Ofícios, o Instituto Comercial, a Academia de Belas-Artes e os asilos de surdos-mudos e cegos.

10 Vid. mapa nº 2 no fim do volume.

Mas dizem documentos que tenho em meu poder<sup>11</sup> que o total<sup>12</sup> dos meninos que freqüentam as escolas de instrução primária e secundária pública e particular é 182.926 ou 15% de 1.212.987. Logo 1.030.061 meninos ou 85% dos que podiam ir à escola crescem na ignorância!<sup>13</sup>

Subtraia-se desses algarismos a parte dos alunos da instrução secundária, os quais andam por 12.859, e mais vergonhosa há de ser a proporção da freqüência escolar!

Quantos são os nossos estabelecimentos educativos? O exposto já mostra que não pode deixar de ser muito diminuto o seu número. Não obstante eu o menciono para dizer toda a verdade.

São 4.890<sup>14</sup> todas as nossas escolas de instrução primária, 3.792 públicas e 1.098 particulares.

Do ensino secundário apenas temos 358 estabelecimentos: 110 públicos e 248 particulares.

Dividida a população por 5.248<sup>15</sup> há uma escola para 1.617 habitantes. Dividida por 4.890 cabe uma para 1.736!

Uma coisa melhor que tudo pode dar a medida da ignorância de um povo. É a instrução do sexo feminino.

Do que tenho dito já se pode ver qual seja entre nós essa instrução.

Só recebendo instrução em todo o Império 182.926 meninos, ainda que esse número fosse igualmente dividido pelos dois sexos, insignificante seria o quinhão do feminino.

---

11 Mapas e cartas particulares, que recebi de quase todas as províncias. Quanto às que não me prestaram informações recorri aos Relatórios dos seus presidentes, assim como aos do Sr. Ministro do Império e da Repartição de Estatística.

12 Vid. mapa nº 3 no fim do volume.

13 Este algarismo, que não pode ser posto em dúvida, ainda mostra que tive razão em dizer que 80% da população geral são ignorantes. Os meninos que vão à escola não chegam a dar 2% da população geral!

14 Vid. mapa nº 3.

15 4.890+358.

À vista, porém, do que pode a mulher instruída fazer pelo bem geral não deixo de consignar esta agravante da nossa situação.

Dos 4.890 estabelecimentos de instrução primária, que temos, apenas 1.752 pertencem ao sexo feminino, sendo 1.339 públicos e 413 particulares, uns e outros freqüentados por 50.758 alunas.

Dos de instrução secundária, que são 358, só 85 não pertencem ao sexo masculino, sendo 1 público e 84 particulares, todos freqüentados por 2.554 alunas! Donde se vê que tendo o sexo feminino 1.837 escolas e 53.312 escolares, o sexo masculino tem mais que ele 3.411 escolas e 129.614 alunos!

Bem justo foi Mr. Agassis<sup>16</sup> quando fez preceder destas palavras o que queria notar sobre a condição da mulher no Brasil. “Pouco tenho a dizer da escola das meninas. O Brasil quase não se importa com a educação das mulheres. O nível do seu ensino mesmo é pouco elevado. Até nos colégios freqüentados pelas filhas das classes ricas, todos os mestres se queixam de lhes serem tiradas as alunas justamente na idade em que a inteligência começa a desenvolver-se.”

Se é miserável o ensino elementar, o que se pode dizer com relação ao profissional? O leitor patriota, estou certo, antes quisera que eu não tocasse nesta chaga. Está, porém, no meu dever o não deixá-la despercebida.

Todos os nossos estabelecimentos de instrução profissional não passam de 69! E note-se que para chegarem a tanto contei, a par dos de instrução superior civil e militar, todos aqueles que, embora difundindo poucos conhecimentos, preparam os alunos para o exercício de profissões. É assim que compreendi no mesmo plano as escolas dos educandos e menores artífices,<sup>17</sup> aprendizes marinheiros e outras que constam do mapa<sup>18</sup> nº 4.

<sup>16</sup> *Voyage au Bresil.*

<sup>17</sup> A instituição dos educandos artífices é provincial, a dos menores artífices é geral, anda anexa aos arsenais de guerra.

<sup>18</sup> Vid. no fim do volume.

Nem uma universidade, nem uma escola de ciências físicas e naturais!

Esta falta não tem qualificativo!

O estrangeiro, que nos visita ou de longe nos observa, não saberá compreender como um povo que se arroga o título de civilizado não tem o ensino universitário, nem procura sanar essa falta aumentando o número das faculdades que possui.

Nem procura sanar: é a expressão verdadeira.

Por parte das províncias não se pode esperar a fundação da mais simples faculdade, estando elas disso inibidas pela errônea interpretação, que se tem dado ao Ato Adicional.

Por parte do Estado, poucos políticos se preocupam com essa idéia. Eu sei apenas de dois ou três, que a têm externado no parlamento com formal reprovação da maior parte dos seus membros!

A criação de novas faculdades para que serviria? Perguntam alguns retrógrados, que aliás passam por ilustrações. Para tornar maior o já crescido número dos doutores. Ora, não é isso o que nos falta. O que nos falta são escolas, que habilitem o povo para o trabalho, como se sem certos conhecimentos científicos algum trabalho importante possa ser empreendido, e a difusão desses conhecimentos seja possível onde não há homens que os propaguem!

Dignos êmulos de Pieborgne, se vos pedissem a criação dessas escolas, vós com pesar confessaríeis a sua necessidade, mas argumentaríeis com os recursos financeiros do país, ou com a falta de pessoal idôneo para regê-las.

Entretanto, nada disso seria digno de admiração. Vós sois como os morcegos. Precisais das trevas para viver: só nas trevas podeis sugar o sangue das vossas vítimas. Pelo vosso bem deixaríeis o povo a braços com todas as misérias, se pudésseis impedir que ele se queixasse!

Se tudo isto é exíguo e ridículo, o que diremos dos outros dados que nos falta considerar? O leitor vai ver e julgar por si. Eu não farei comentário algum.

Jornais só contamos 272, na sua maior parte hebdomadários<sup>19</sup> e de muitas pequenas edições.

Montesquieu, em Londres, admirou-se muito de ver um pedreiro lendo o seu jornal em cima de uma casa. Se ele hoje resuscitasse e percorresse o Brasil, sem dúvida se admiraria, mas de ver a pouca importância que aqui tem esse instrumento da civilização. Possuímos um jornal para 33.828 habitantes livres!

Instituições que agora começam a ser apreciadas, posto que há muito tempo existem na Corte, em S. Salvador e no Recife, são apenas dez todos os nossos museus, três naquelas cidades e sete<sup>20</sup> nas capitais do Pará, Maranhão, Ceará, Alagoas, São Paulo e Minas.

19

PROVÍNCIAS	DIÁRIOS	HEBDOMADÁRIOS
Amazonas.....	2	4
Pará.....	5	16
Maranhão.....	2	5
Piauí.....		6
Ceará.....	2	4
Rio Grande do Norte.....		6
Paraíba.....	1	2
Pernambuco.....	2	11
Alagoas.....	2	7
Bahia.....	3	18
Sergipe.....		4
Espírito Santo.....		6
Santa Catarina.....		4
Rio de Janeiro.....	4	16
Município Neutro.....	10	60
S. Pedro.....	11	13
S. Paulo.....	4	27
Minas.....	3	3
Paraná.....		3
Mato Grosso.....		3
Goiás.....		3
Soma.....	51	221

20 São Paulo tem dois. O de São Luís ainda está se criando; mas já o menciono, porque seu núcleo aumenta todos os dias, e espera-se que seja breve a sua inauguração.

Mais feliz que a dos museus tem sido a idéia das bibliotecas e gabinetes de leitura, pois se acha realizada em maior número de províncias. Não obstante todas as bibliotecas que possuímos são 71: 34 públicas e 37 particulares; 22 na Corte com 279.291 volumes e 49 em 16 províncias com 136.556.<sup>21</sup>

Enfim, de sociedades científicas, literárias e promotoras da instrução, bem pobre é o grande Império do Cruzeiro. Das três espécies apenas se contam 87: 29 na Corte<sup>22</sup> e 58 em 13 províncias.<sup>23</sup>

#### IV

Nada mais que o exposto seria preciso para dar em resultado a nossa ignorância.

Mas como se isso ainda não bastasse, um fato eloqüentíssimo prova que desses mesmos meios que servem à instrução não se colhem todos os frutos desejáveis.

Sabe o leitor que fato é esse? Eu lhe digo com franqueza. Mas por brevidade só falarei das bibliotecas e das escolas.

As bibliotecas são de pequena utilidade. Coisa já observada por um sábio estrangeiro,<sup>24</sup> o povo desta terra não ama a leitura, nem acredita nas suas vantagens. Poucas são as pessoas que freqüentam as bibliotecas,<sup>25</sup> e essas mesmas, na sua maior parte, não com o fim de se ilustrar, mas de se distrair, pelo que só procuram livros de literatura. Os

---

21 Vid. mapa nº 5 no fim do volume.

22 Científicas 6, literárias 15, promotoras da instrução 8.

23 Amazonas, 2; Pará, 4; Maranhão, 5; Pernambuco, 9; Alagoas, 1; Bahia, 6; Sergipe, 2; Rio de Janeiro, 8; São Pedro, 5; São Paulo, 10; Paraná, 1; Minas, 4; Goiás, 1; – Científicas, 9; literárias, 34; auxiliares da instrução, 15.

24 Mr. Agassis – obra citada. Impressionou-lhe tanto a nossa negação pela leitura que ele fala disso mais de uma vez. Para se ver a que ponto ele levou as suas observações citarei a passagem do cap. 15, pág. 466: “Nada surpreende tanto o estrangeiro como esta ausência de livros nas casas brasileiras. Se o pai exerce uma profissão liberal tem uma pequena biblioteca de tratados de Medicina ou de Direito, mas ninguém vê os livros disseminados pela casa como objeto de uso cotidiano.”

25 As 23 bibliotecas, de que dá notícia o Relatório da Repartição de Estatística, foram freqüentadas no ano passado por 18.885 pessoas.

livros de ciências, os que tratam de coisas sérias, os que podem espalhar idéias úteis, esses não lhes agradam, são aborrecidos ou massantes, como ordinariamente se diz.<sup>26</sup>

Quanto às escolas, têm elas contra si muitos inconvenientes.

Para só tratar das capitais, apontarei os seguintes.

As escolas que temos podiam ser freqüentadas pelo duplo dos alunos. Se não são é porque há muita irregularidade na freqüência escolar. O único meio de fazer cessar essa irregularidade, o princípio da instrução obrigatória, pode-se dizer que entre nós ainda não foi adotado. Posto muitas províncias o tenham em suas leis, ainda nenhuma o legislou convenientemente.

Deixando este ponto, o observador encontra logo outro inconveniente no estreito círculo do ensino. Escrita, leitura e cálculo: eis em regra todo o programa das nossas escolas!

Enfim, ajunte-se a tudo isso a falta de instrução, método e desvelo nos professores, e reconhecer-se-á que o ensino tem estes grandes defeitos.

Além de não ser dado com regularidade, não compreende todas as matérias, cujo conhecimento ninguém pode dispensar.

Salvas algumas exceções, os professores em geral não ajudam, antes prejudicam o desenvolvimento dos meninos. Homens, que só em falta de melhor emprego seguiram o magistério, que para ele não se preparam, e que por mal remunerados procuram fora dele suprimir a exigüidade das suas rendas, nem só estão abaixo do mérito que o cargo exige como ensinam mal o pouco que sabem.

É princípio recebido nas nações cultas que a instrução geral só deve abranger estudos, cuja utilidade o homem pode sentir durante toda a vida. Assim como que não se deve cultivar a memória em prejuízo das faculdades do espírito, que são mais ativas e mais fecundas, nem ensinar à criança o que ela não compreende intuitivamente, porque pode ser logo esquecido.

Estes axiomas pedagógicos são a cada passo menosprezados pelo geral dos professores.

– Como? perguntarão eles indignados?

---

26 Dentre 486 obras que durante um ano se leram na Biblioteca Popular Maranhense, 395 são de literatura.

– Que livros dais a ler aos vossos discípulos?

– A cartilha da doutrina cristã, o manual de Monte Verde, a história de D. João de Castro e...

– Ora, é precisamente aí que está uma das vossas culpas. Não devíeis preferir os livros nacionais pelos estrangeiros, os morais pelos teológicos, os científicos pelos literários. Aqueles e outros livros, que a pretexto de relegiosos e clássicos tão familiares são nas escolas, os meninos não os compreendem ou compreendem com grande prejuízo da sua educação. Basta dizer-se que preocupam seu espírito com preceitos carranças, histórias banais e doutrinas abstratas, o que sopeia o desenvolvimento da razão e da moralidade.

Estes inconvenientes não se dariam se tivéssemos melhores professores.

Em vez de aprenderem a ter medo de almas do outro mundo, de sortilégios, de demônio e mistérios, os meninos seriam iniciados nos princípios da verdadeira religião, que consiste simplesmente em amar a Deus e aos homens. Em vez de se entreterem com façanhas belicosas e práticas metafísicas, teológicas ou idólatras, seriam educados segundo as vistas da civilização moderna, ou afeitos desde a escola a pensar nas instituições e os costumes de que mais precisa o seu país.

## V

A quem se deve imputar a culpa deste mal? É necessário que eu examine este ponto antes de passar adiante.

Quanto a mim toda a culpa é do Estado e só do Estado. As províncias fazem o que podem e se mais não fazem é porque o Estado as reduziu a uma impotência invencível. Ele monopolizou a instrução superior e não lhe deu desenvolvimento algum. Ele descentralizou o serviço da inferior, e deixou todas as suas despesas à cargo das províncias, não obstante saber que estas, com as rendas que têm, nenhum impulso lhe dariam.

Então querieis a centralização do ensino? É outro o meu pensamento. O progresso da instrução pública é em grande parte uma questão de dinheiro. Não há boas escolas nem bons mestres sem muita e muita despesa. Se, pois, condeno aquele procedimento do Estado é só para mostrar que ele com a centralização fingiu fazer ao país um grande bem, mas fez-lhe na realidade um grande mal.

Eu quero a descentralização do ensino, até da província para o município, mas em outras condições, não do modo por que a temos.

A quem interessa a instrução pública? Só ao município? Só à província?

Ninguém quererá excluir o Estado da partilha dos seus benefícios. Ele se sustenta com os tributos que impõe a riqueza particular, e esta, sabem todos, tem por única fonte a instrução pública. Como diz M. Jules Simon, não é contando-se unicamente a fertilidade do seu solo, o número das suas minas e a feliz situação de seus portos que se calcula a riqueza de uma nação. Se ela não tiver homens pode possuir tudo isso em abundância, e não ser nem rica no interior, nem poderosa no exterior.

Conseqüentemente, se o Estado reconhecia ser preciso descentralizar o ensino inferior, não devia fazê-lo como fez, dando às províncias o direito de legislar sobre ele e pondo-se de fora das respectivas despesas.

A descentralização é tanto mais censurável quanto se vê, que nem ao menos foi acompanhada das liberdades e recursos que ela pedia. É assim que o Estado não deu às províncias toda soma de poder<sup>27</sup> que fora preciso, nem para o forçoso aumento das suas despesas lhes deixou meios de criarem novos tributos.

O que o Estado fez, não há pois negá-lo, foi desembaraçar-se de um peso, que pouco lhe agradava. E o que um Estado honesto faria era dizer às províncias – “Legislai como vos parecer melhor, mas de modo que a descentralização chegue ao município. Para esse fim, ajudareis ao município, como eu ajudo a vós, deixando-vos muitas matérias tributáveis, ou concorrendo diretamente com a minha quota nas despesas!”

---

27 Um exemplo é o princípio da instrução obrigatória, que as províncias não podem estabelecer por não estar nas suas atribuições, como decidiu o Aviso nº 280 de 19 de junho de 1861. Desejo a instrução obrigatória, mas à vista da legislação em vigor sou forçado a convir que o citado Aviso não pode incorrer em censura alguma. Felizmente o governo geral, vendo a tendência dos espíritos para a reforma da instrução, tem fechado os olhos às leis feitas pelas províncias naquele sentido. Resta agora que o parlamento torne direito o que já é fato para as províncias revalidarem as suas leis, e assim não acontecer que em caso de questão deixem de ser impostas as penas decretadas por elas. Eu, como magistrado, jamais aplicaria penas decretadas por poder incompetente, fossem elas as mais salutares.

.....

## *Capítulo Segundo*

### RAZÃO DE SER, PLANO E FIM DESTE LIVRO

I

**A** ignorância em que vivemos é sobremodo vergonhosa, quer para a nação em geral, quer para cada província em particular.

Mas por honra do país, nele já se manifesta uma pronunciada tendência para sairmos de tão anômala situação.

Como que cheio de remorsos, o Estado faz por si a propaganda da instrução, e comparte com as províncias o empenho e o esforço, que seu melhoramento reclama. Creio mesmo que, se as províncias o exigirem, ele não está longe de quotizar-se com elas para as despesas escolares.

De outro lado, as províncias não medem os seus recursos quando se lhes fala do ensino público.

Já compenetradas de que só por meio dele poderão fazer sérios progressos, cada qual envida seus esforços para melhorá-lo, e a caridade tanto individual como associada procura ajudá-las no seu empenho.

Assim é que as assembléias provinciais aumentam a despesa do ensino à medida que crescem as suas rendas,<sup>1</sup> e a filantropia dos ricos todos os dias se revela por meio de pingues doações à instrução pública.<sup>2</sup>

Assim ainda quase diariamente a imprensa registra a criação de novos focos de luz, e o estabelecimento de associações beneficentes, em cujos fins entra a instrução pública.

Realizada fora da Corte,<sup>3</sup> a idéia das escolas noturnas, pela primeira vez nesta província em 1868, não tardou a ser abraçada pelas outras, de modo que já hoje conta o Império 136 escolas dessa natureza, sendo 83 públicas e 53 particulares, todas freqüentadas por 5.720 pessoas.<sup>4</sup>

Da mesma forma que a dos cursos noturnos, a criação de bibliotecas e gabinetes de leitura é outra prova da tendência da época para o desenvolvimento da instrução.

Recentemente inauguraram-se bibliotecas em 16 províncias,<sup>5</sup> entre as quais uma, a do Rio de Janeiro, que por lei de 26 de dezembro de 1871 mandou criar um estabelecimento desses em cada uma das suas cidades.

Finalmente, ainda por dois meios a idéia toma vulto e cresce.

Um: quase todas as províncias estão introduzindo reformas no seu ensino, sendo principais pontos dessas reformas os três conhecidos

1 Segundo o relatório do Sr. Ministro do Império, de maio de 1872, a despesa da instrução nas províncias andava por 3,362,687,522 rs. Entretanto o mapa nº 1, que organizei sobre dados mais modernos, mostra que a mesma despesa já sobe a 4,035,799,176 rs.

2 Só nesta capital, em pouco mais de um ano, perto de 70 contos têm sido dados ao governo com destino às obras das quatro escolas que estamos fazendo. No interior, não é menos manifesta a proteção que se liberaliza à idéia. O governo tem recebido donativos de quatro casas já prontas para escolas, e presentemente não menos de oito se estão construindo com o mesmo fim.

3 A Corte tem o seu Liceu de Artes e Ofícios desde o ano de 1858.

4 Vid. o mapa nº 6 no fim do volume.

5 No ano passado criou-se uma biblioteca nesta cidade. Agora se acaba de criar outra, que tem o nome de militar. Chama-se assim por ser fundada para os militares que aqui destacarem. Seus volumes sobem a perto de 700.

princípios – instrução normal, aprendizado obrigatório e liberdade de ensino.

Outro: nos últimos anos tem-se notado considerável aumento, quer no número das escolas primárias,<sup>6</sup> quer no dos respectivos alunos.

Em 1867, o Sr. Conselheiro Barroso achou que os nossos estabelecimentos de instrução primária somavam 2.717. Em maio do ano passado, o Sr. Ministro do Império contou 4.202, e reconheceu que, de 1869 até então, tinha-se dado o acréscimo de 824. Agora conheço eu que o aumento de 1867 a 1869 foi de 1.161, e que o de maio de 1872 até hoje foi de 688. Donde se vê que o total dos acréscimos é 2.673.

Quanto à freqüência escolar, não é menos sensível o seu progresso. Vejamos as mesmas épocas.

Segundo o Sr. Conselheiro Barroso, em 1867 freqüentavam as escolas públicas e particulares 104.025 meninos. Segundo o Sr. Ministro do Império, em maio de 1872 já povoavam as escolas 125.867 alunos, isto é, tinha-se dado o acréscimo de 21.842. Mas com este aumento reconhece-se o de 19.243 no decurso de 1869 a 1870. Portanto, vendo-se hoje do meu mapa que os escolares sobem a 170.067, temos que nos últimos seis anos deram os seguintes aumentos:

De 1867 a 1869: 2.599; de 1869 a 1870: 19.243; de 1870 a 1873: 44.200.

## II

Do exposto se colige que a vida intelectual no Brasil não é ainda um fato, mas é já uma grande aspiração.

O país já conhece a correlatividade que existe entre o desenvolvimento do espírito e a prosperidade do gênero humano, ou a influência que a instrução exerce no destino do homem e dos povos.

---

<sup>6</sup> O ensino secundário tem estado apático, o que é uma prova irrecusável da sua inutilidade, pelo modo por que está organizado.

De 1867 até hoje, apenas deu-se o aumento de 4.259 alunos.

Ninguém mais ignora que da instrução é que nascem os bons costumes, o amor ao trabalho, e todas as virtudes, que fazem a felicidade das nações. Que os povos contam seus progressos pela destruição das barreiras da ignorância, ou pelos elementos novos, que as conquistas do espírito oferecem ao desenvolvimento da civilização.

Consultai o economista, o político, o moralista, o homem que quiserdes; todos vos responderão que a instrução é o bem mais estimável que existe, e se desejares saber por que, eles vos dirão:

O economista: “Para todos a riqueza intelectual é a mais segura, a mais comunicativa e a mais rendosa que existe. Segura contra ela tudo é impotente: os terremotos, os invernos, as secas, as guerras, as grandes calamidades. Comunicativa, transmite-se incondicionalmente, sem hipotecas, sem penhores, sem cauções. E o que mais é, quem a dá não deixa de possuí-la, nem tem interesse em ocultá-la. Rendosa, os seus proventos são incomensuráveis. Somam-se os dividendos das mais felizes empresas, mas não há cálculo que precise os juros do dinheiro que ela representa. Um povo inteligente e instruído tem recursos para tudo. Nasçam eles donde nascerem – da agricultura, do comércio, da indústria ou das artes –, com eles é feliz no interior, com eles faz-se respeitar no exterior.”

O moralista: “Queres ser bom homem? Procura cultivar o teu espírito. A tua instrução aproveitará tanto a ti e aos teus descendentes como aos teus amigos e ao teu país. Em razão da vida social e da mútua dependência em que nos achamos uns dos outros, muitos bens e muitos males que nos assistem provêm não só da nossa individualidade, como da de quem convive conosco. As trevas do espírito são para os misteres da vida individual e social como as do quarto escuro, em que um acidente nos obriga alta noite a caminhar. O homem nesta condição não acerta nem com o fósforo nem com o objeto que procura, ao contrário, topa e quebra o que não busca. Semelhantemente o ignorante, na comunhão social, dê-se-lhe embora toda a liberdade, não sabe nem como demandar a sua felicidade, nem como haver-se sem prejudicar a si e aos outros. Resta-lhe, é certo, o recurso de entregar-se à boa-fé e ditames alheios. Mas assim não lhe faltará só a plenitude da existência. Comunicando-se com seus semelhantes só por meio da palavra falada, desconhecendo a palavra desenhada pela pena e pela

imprensa, suas faculdades não terão luz nem espaço, e ele será o que os outros quiserem, bom ou mau, segundo as circunstâncias, sem mérito nem demérito nas suas ações, homem autômato por conseguinte!”

O político: “A democracia ganha terreno todos os dias. Tanto nas monarquias como nas repúblicas há uma verdadeira paixão pela igualdade. Daqui resulta que em todas as nações há de forçosamente crescer o número dos indivíduos, que por meio do seu voto tomam parte no governo do mundo. Alguns países já têm estabelecido o sufrágio universal. Em toda a parte, as multidões impacientes batem à porta das salas do escrutínio, e a aristocrática Inglaterra, mesmo, acaba de as entreabrir. Este movimento procede de causas tão profundas e tão gerais, que nenhum soberano, nenhum partido, nenhuma coalizão poderá paralisá-lo. Ora, sendo impossível detê-lo, é preciso aproveitá-lo para o bem, e este efeito a política só conseguirá fazendo com que cada extensão do sufrágio seja a conseqüência de um progresso da razão pública, ou que os homens não intervenham nos negócios da sociedade enquanto não forem capazes de bem dirigir os seus. Quem não sabe qual é o seu verdadeiro interesse é indigno de eleger aqueles que devem regular os interesses gerais. Dai o sufrágio a um povo ignorante, e ele cairá hoje na anarquia, amanhã no despotismo. O povo esclarecido, ao contrário, será logo livre e zeloso de sua liberdade. Os poderes arbitrários e usurpadores só têm uma razão de ser e um apoio: a fraqueza da razão pública.”<sup>7</sup>

É assim o geral da sociedade.

### III

À vista do que, aplicam-se inteiramente ao Brasil estas palavras, de M. Jules Simon – “Já não se trata de mostrar que o país precisa de escolas, tê-las por toda a parte, e tê-las excelentes. Esta necessidade é hoje compreendida pelos ricos e pelos pobres, pelos sábios e pelos ignorantes. Ninguém mais pergunta quem quererá ser boleeiro ou trabalhar com a charrua quando todo mundo for instruído.”

---

7 Tiro estas idéias da excelente obra de M. E. de Laveleye – *L'Inst. du Peuple*.

Mas para que o nosso mundo seja instruído bastará que o desejemos? Bastarão os esforços que estamos fazendo? Bastará duplicarmos ou triplicarmos as despesas da instrução? Não, sem dúvida.

Para os homens como para os povos, aquele que mais despende nem sempre é o que mais consegue. Para isso é preciso que o gasto seja feito debaixo de regra, a propósito, com prudência, com cautela necessária a estabelecer se não a certeza ao menos a probabilidade de um bom resultado. Assim, o que presentemente mais convém ao ensino público no Brasil não é só que nos esforcemos ou nos sacrifiquemos por ele, mas que saibamos o melhor meio de encaminhar os nossos esforços, e dirigir os nossos sacrifícios.

Imaginaí qualquer obra. Coisa ainda mais importante que ela, a sua boa direção é que constitui o seu fundamento e garante a sua perpetuidade e os seus desejáveis efeitos.

É, pois, no intuito de ajudar a direção da grande obra da instrução pública que pretendo traçar algumas linhas.

Serão elas incorretas e malfeitas, bem sei. Mas não me acusem de veleidade, nem me levem a mal a ousadia.

Muito se fala sobre a instrução pública, as reformas que ela pede, e os sacrifícios que ela demanda, sem que todavia ganhe com isso o assunto alguma coisa.

Alguma coisa sim: chame quem quiser um triunfo da idéia, o fato de se abrirem novas escolas destinadas a seguir a mesma rotina das antigas. Eu chamarei isso uma perda de forças. Em vez de diminuir-se, aumenta-se o número dos ignorantes. Para mim o ignorante não é só aquele que não sabe. É também o que sabe mal e o que não sabe o que deve.

A instrução dos povos, tem-se reconhecido geralmente, governa-se por certas leis em grande número fixas e invariáveis, e que não podem sem dano ser quebrantadas, por terem o caráter de leis naturais.

Entre nós ainda nenhum legislador compilou essas leis e procurou dar-lhes aplicação. Ainda nenhum autor mesmo as expendeu na sua totalidade. O trabalho que conheço mais lato no gênero, a estimável obra do Sr. Conselheiro Barroso, deixou muitos princípios em

silêncio, e destes só a imprensa jornalística de quando em quando louva alguns.

Mas é claro que não basta isso para que o seu conhecimento se torne aproveitável. Elementos de um todo harmônico, cujas partes por si sós não subsistem ou não dão frutos, se quiserdes experimentar um a um por força que serão maus, ou insignificantes os seus resultados.

Em tais condições é preciso que alguém reúna todas essas leis em um quadro que mostre a sua ação e os seus efeitos.

Eu esperava que outros empreendessem tão árdua tarefa, não obstante ela de há muito convidar-me. Mas até hoje nenhum campeão apareceu, nenhum paladino alçou a voz ou deu o primeiro passo.

Portanto apareço com o meu livro, se não para suprir a grande falta que deploro, ao menos para protestar contra o indiferentismo dos que melhores esforços podiam fazer.

Pode ser que vendo eles o meu cometimento, seu patriotismo e suas luzes não consintam que eu, que não tenho forças mas só vontade, seja o único lidador a erguer a frente na liça que o país tem aberto aos seus mais ilustrados filhos.

#### IV

No plano do meu trabalho não compreendo só a instrução inferior.

Sem me demorar muito nela, à superior também dedicarei as palavras que me parecerem traduzir necessidades da época.

Neste propósito ninguém veja o ânimo de menosprezar a instrução superior, ou de supô-la muito bem organizada, só sim de tratar do que reputo mais urgente.

Creio que a riqueza intelectual tem por principais laboratórios as academias, as universidades e as faculdades.

Mas, como diz o grande apóstolo da instrução na França, se nas academias se faz a ciência e nas universidades e faculdades se ensina a ciência já feita, nas escolas primárias e secundárias cada um

aprende a possibilidade de adquirir a ciência já feita ou de concorrer para fazê-la.

Já se vê que, compreendendo o verdadeiro papel de uma e outra instrução, e portanto não posso negar a cada uma o seu valor especial.

A instrução superior tem por fim criar homens científicos e sábios ou pelo menos formar ilustrações nos diversos ramos de conhecimentos.

A inferior procura espalhar certas idéias que a todos os homens são indispensáveis, e que por isso se podem chamar comuns.

O Sr. Amunategui<sup>8</sup> disse uma grande verdade a propósito de mostrar a influência que a instrução inferior exerce na vida do homem: “A instrução elementar acha-se em todas as suas obras e em todas as suas ações, posto que nem sempre a distingamos em algumas delas.”

Com efeito, a instrução elementar, se assim me posso exprimir, tem alguma coisa de ubiqua. A instrução técnica do químico, do juriconsulto, do médico, do poeta, de todos os profissionais, está unicamente neles. Quando muito uma parte dela se comunica às pessoas que amam os seus estudos. Mas em todos eles se acha a instrução inferior simbolizando a base em que cada um assentou o edifício dos outros conhecimentos.

Daqui melhor se deduz a importância relativa das duas instruções.

Ambas são necessárias, nenhuma é dispensável. Mas enquanto a inferior, de sua natureza deve ser universal, a superior não precisa desse caráter, não pode mesmo pretendê-lo. A diferença das aptidões e as necessidades de cada um fazem com que nem todos queiram ou possam seguir estudos superiores.

Se compreendo o valor comparativo da instrução superior, compreendo também que a sua organização não é satisfatória.

Dado pelo governo com exclusão dos particulares, incompleto em seu plano, peiado em seus raciocínios raquíticos em seu desenvolvi-

---

8 Insigne escritor chileno.

mento, ele não pode agradar senão aos amigos do obscurantismo e da ignorância.<sup>9</sup>

Assim o dizer pouco a seu respeito não significa nem uma desnecessidade, nem uma satisfação em que me ache, mas uma preferência que reputo justa.

---

9 Estes defeitos não passaram despercebidos à Mr. Luís Agassis. Ele diz na citada obra:

– Das escolas de Medicina e Direito: “As faculdades regulares só compreendem a Medicina e o Direito. O ensino, quer de umas quer de outras, é sério, mas um pouco restrito. Ao menos vejo que nas primeiras, onde meus estudos me permitem entrar, os ramos acessórios, que mais que tudo constituem a base da educação medical superior, são desprezados ou insuficientemente ensinados. Nas escolas de Medicina não se dá bastante importância à Zoologia, à Anatomia comparada, à Botânica, à Física e à Química: o ensino dessas matérias é dado pelos livros e não pelos fatos. De resto, enquanto no Brasil houver prejuízos contra o trabalho manual, nenhum ensino prático será feito. Enquanto aqueles que estudam a natureza acharem que não fica bem a um cavalheiro o andar com os seus espécimens e o seu martelo de geólogo, e fazer por suas mãos as suas preparações, eles não passarão de simples amadores: poderão conhecer admiravelmente os fatos relatados por outrem, umas não farão investigações originais. É por esta razão, como por causa da sua indolência pessoal, que os brasileiros permanecem estranhos ao estudo dos seus terrenos. Rodeados como estão por uma natureza que se acha acima de toda expressão, seus naturalistas são teóricos e não práticos, sabem mais da bibliografia científica de outros países, que da maravilhosa flora que possuem.”

– Da escola militar: “Aqui, como em todas as escolas públicas do Rio de Janeiro, acha-se um progresso notável, mas os velhos métodos teóricos ainda lhe levam vantagem. As cartas são grosseiras, a escola não tem grandes globos, nem baixos relevos, nem análises químicas, nem experiências de física, nem biblioteca digna deste nome.”

– Da escola central: “A escola central merece uma nota particular. Ela corresponde ao que entre nós se chama *Scientific School*, e devo dizer que em nenhuma parte do Brasil vi um estabelecimento de instrução, onde, como ali, sejam mais praticados e apreciados os melhores métodos de ensino. Os cursos de Matemática, de Química, de Física e de Ciências Naturais são extensos e seriamente feitos, mas mesmo neste estabelecimento causou-me admiração a mesquinharia dos meios de demonstração prática e experimental; os professores não me pareceram bastante convencidos de que as Ciências Físicas não se ensinam única ou principalmente por meio de manuais.”

## V

Compreende-se que eu não posso apresentar aqui todos os princípios susceptíveis de serem consagrados nas leis ou regulamentos da instrução pública.

Além do enfado, que com isso poderá causar ao leitor, acresce uma circunstância bem relevante. É que, apesar da homogeneidade dos nossos hábitos e costumes, diferenças peculiares de umas para outras províncias fazem com que a mesma lei não sirva para todas elas.

Assim, limitar-me-ei a dizer só o que reputo capital na matéria, ou a indicar aquelas medidas que nenhuma província pode deixar de adotar, se quiser seguir de perto o progresso e o desenvolvimento da civilização.

## VI

Quem procura saber os meios pelos quais se pode realizar este *desideratum*, sete condições logo acha necessárias.

São elas:

Que se organize convenientemente o ensino e se lhe faça uma boa dotação. Que ele seja dado em boas escolas e por bons mestres e bons métodos. Que a obra da escola seja auxiliada pelas mães de família. E que o povo encontre em toda a parte boas casas de leitura.

Tratarei especialmente de cada uma destas coisas, não com grande desenvolvimento, mas com aquele que me parecer necessário.

Usarei mesmo de um expediente, que me aconselha a brevidade. Quando em meu caminho encontrar idéias que a consciência geral tem admitido e aprovado, não as demonstrarei nem louvarei: apresentadas que sejam, passarei adiante.

PARTE SEGUNDA  
DA ORGANIZAÇÃO DO ENSINO

.....

## *Capítulo Primeiro*

### DA INSTRUÇÃO OBRIGATÓRIA

O

I

primeiro princípio que se deve converter em lei é o da instrução obrigatória.

A instrução obrigatória é o único meio capaz de generalizar a instrução e fazer que não sejam infrutíferos os nossos sacrifícios.

Proclamada com a reforma da Igreja para que seus adeptos melhor pudessem cumprir os deveres do novo culto, a obrigação escolar sempre encontrou inimigos acérrimos, mas nunca foi por eles desacreditada.

Hoje, a instrução obrigatória é um dos dogmas que a consciência geral tem estabelecido.

Quase toda a Europa<sup>1</sup> e muitos estados da América, nomeadamente o Massachusetts e o Connecticut,<sup>2</sup> a Confederação Argentina e o Chile infligem severas penas aos pais que deixam de promover a instrução de seus filhos.

---

<sup>1</sup> Excetuam-se apenas a França, a Bélgica, a Holanda e a Rússia.

<sup>2</sup> Dos Estados Unidos.

Entre nós mesmos a idéia não é nova. O Senador Vasconcelos a propôs pela primeira vez em Minas no ano de 1835, conseguindo que fosse adotada pela lei de 28 de março daquele ano. Se não obstante deixou de propagar-se foi por ter ficado sem aplicação na província, que pretendeu iniciá-la.

Dezenove anos depois<sup>3</sup> o Governo-Geral adotou o princípio para a Corte, mas ainda sem passar de letra morta, pelo que esse exemplo mesmo não repercutiu eficazmente<sup>4</sup> em parte alguma.

Em 1870, porém, a idéia começou novo curso, e parece que com mais felicidade.

Sem falar da Corte, onde todos os dias se reclama a sua execução, e da província de Minas, que a restabeleceu pela lei de 4 de abril de 1871, ela foi há pouco recebida nas províncias do Paraná, Rio de Janeiro, Sergipe,<sup>5</sup> Pará, Ceará, e Piauí.

Por que assim sucede? Porque a idéia é boa, e as idéias boas não morrem.

O leitor vai ver que a instrução obrigatória é a expressão de uma necessidade social e o exercício de um importantíssimo direito do Estado.

## II

Os países onde a instrução não é obrigatória deixam mais da metade dos seus meninos crescer na ignorância.

M. Jules Simon diz por exemplo da França – “Só temos 818 comunas sem escolas; todavia 884.087 meninos não vão à escola. O que prova isto? – Que nem sempre é por falta de escolas que os meninos deixam de aprender.”

3 No regulamento de 17 de fevereiro de 1854.

4 O Maranhão também adotou o princípio no Reg. de 2 de fevereiro de 1855, mas nunca lhe deu aplicação, apesar de expressamente o mandar a assembléa provincial por lei de 11 de julho de 1863.

5 No mapa, que recebi desta província, diz-se que o aprendizado não é obrigatório. Se não obstante o contrário se vê no texto é porque diz o Sr. Ministro do Império no seu Relatório de maio de 1872 que a assembléa provincial facultou ao Governo o ensaio do princípio nos lugares em que possa oferecer probabilidade de boa aplicação.

Se a criação de escolas fosse remédio soberano contra a ignorância, o Brasil não veria suas escolas frequentadas só por 170.067 meninos.<sup>6</sup>

Se bastasse haver escolas para haver escolares, províncias populosas como as da Bahia e Pernambuco não lamentariam que tão pequena seja a frequência das suas escolas.

Tenho em meu poder documentos<sup>7</sup> oficiais que mostram o seguinte: a Bahia que tem 1.140.000 habitantes, e em 1871 contava 274 cadeiras públicas de instrução primária, tinha uma inscrição escolar de 13.227 meninos, e destes mesmos só 11.921 eram frequentes! Pernambuco, com um milhão de habitantes e 334 escolas públicas, em 1872 apresentava apenas 15.149 meninos matriculados e 10.589 frequentes!

Temos uma província de imorredouras tradições. Ali se acham berços de grandes homens, teatros de grandes conhecimentos, almenaras donde têm partido e hão de partir os rebates das gloriosas cruzadas do nosso progresso. Ali difunde seus raios um brilhante centro científico. Ali vêem todos a maior prosperidade do Império. O leitor adivinhou já que aludo à província de S. Paulo.

Pois bem: essa província de perto de 800.000 almas, e que em 1871 possuía 424 escolas públicas de instrução primária,<sup>8</sup> não apresentaria uma inscrição escolar de 11.460 meninos, nem destes contaria frequentes só 8.688 se tivesse a instrução obrigatória.

Sabe-se o amor, direi melhor, o fanatismo com que a América do Norte trabalha pela instrução popular.

Pois bem: até nesse país excepcional, onde religião, tradições, costumes, instituições, tudo enfim pede a difusão das luzes pelas diversas classes sociais, lamenta-se que alguns Estados deixassem cair em desuso

---

6 Enquanto há na Itália 1 aluno para 15 habitantes, na Espanha 1 para 14, na França 1 para 8, na Inglaterra, Holanda e Bélgica 1 para 7, na Rússia 1 para 6, na Suíça, Baviera e Suécia 1 para 5, e nos Estados Unidos 1 para 3 e 4, entre nós há 1 para 49!

Verdade é que para isso concorre o pequeno número das nossas escolas – 4.890. Mas se estas podiam ser frequentadas pelo dobro dos alunos que têm, é claro que a instrução obrigatória reduziria consideravelmente aquele vergonhoso algarismo.

7 Vid. sobre a Bahia o Relatório que a Inspeção da Instrução Pública dirigiu ao Presidente da Província em 26 de janeiro de 1872. Sobre Pernambuco o Relatório que seu Presidente leu este ano perante a Assembléa provincial.

8 Do Relatório da Inspeção da Instrução Pública.

a antiga obrigação estabelecida pelos seus fundadores. Quero dizer: ali mesmo queixam-se alguns superintendentes do ensino de não serem as escolas mais freqüentadas do que são. O de New York por exemplo, Mr. Randall, exprime-se deste modo – “Não podemos fechar os olhos à evidência de que não há menos de 100.000 meninos, que não vão à escola, ou cujos meios de instrução se acham encerrados dentro de estreitíssimos limites”.

Assim o aprendizado obrigatório é medida necessária, porque para a instrução ser geral não basta haver escolas em toda a parte. Alguns pais se descuidam do dever de mandar instruir seus filhos. Outros precisam deles para auxiliares do seu trabalho. Outros enfim, por serem pobres, não os podem apresentar decentemente vestidos nas escolas.

Nem se me observe que o mal pode ser curado com remédios mais brandos.

Aqueles fatos são gerais ou comuns a todas as nações, e até hoje nenhuma se achou bastante instruída, que não deva esse benefício ao humanitário e civilizador princípio da obrigação escolar.

Foi sem dúvida por isso que Cousin pôs estas palavras no seu famoso Relatório sobre o ensino público da Prússia – “Eu não conheço país algum onde floresça a instrução popular sem ser por meio da instrução obrigatória”.

Pela mesma razão ainda disse M. de Laveleye na sua recente obra – *L' Instruction du Peuple*:

“Na Europa os países que conseguem levar a instrução a todas as classes sociais são os que têm estatuído a obrigação escolar. Aqueles que recuaram diante desse meio não realizam suas vistas, mau grado esforços perseverantes dos poderes públicos e os subsídios sempre crescentes do seu ensino primário.”

“Para se ver a vantagem do sistema coercitivo basta comparar a instrução entre os povos, que o aceitaram e aqueles que o repeliram.”

“Lançai a vista para a Inglaterra<sup>9</sup> e para a Suécia, para a França e para a Prússia, para a Bélgica e para a Suíça: em toda a parte vereis os mesmos resultados. De um lado a ignorância é indissipável, de outro a instrução está geralmente espalhada.”

9 M. de Laveleye fala assim da Inglaterra porque só em 1870 foi que ela adotou o princípio da instrução obrigatória.

“Na França, em conseqüência da irregularidade da freqüência escolar, um terço da população é completamente iletrado. Na Prússia quase todos os milicianos sabem ler, e a instrução das mulheres não deve ser inferior à dos homens, porque o número das meninas que vão à escola é tão grande como o dos alunos do outro sexo.”

### III

Sobre ser o princípio da competência e direito do Estado também não pode haver dúvida séria.

O menino precisa adquirir certos conhecimentos, sem os quais não pode preencher seu destino quando homem e cidadão. É essa uma necessidade tão imperiosa como a da alimentação, e que por isso geralmente se considera direito natural do filho para com o pai.

Por outro lado vê-se que nem só o bem do menino se põe em jogo.

É supremo interesse da sociedade que em seu seio não existam homens ignorantes e faltos de educação. Na ignorância e na falta de educação é que reside a fonte da miséria e da desordem, dos crimes e dos vícios de toda a sorte, como é nestes males que estão as principais causas dos perigos e desprezos sociais.

Assim é dever do pai instruir o filho e do Estado promover e facilitar o cumprimento do dever do pai.

O Estado portanto abre escolas em toda a parte, e espera que as façam freqüentar por seus filhos todos aqueles pais, que não puderem educá-los particularmente.

Se, porém, há pais degenerados, que não curam da educação de seus filhos, ou que a sacrificam a outros interesses, preciso é que o Estado faça desse procedimento um delito, e o torne passível de certa penalidade.

Sua intervenção tem tudo o que é preciso para ser legítima.

Ele exerce um duplo direito; obra no seu e no nome do filho. No nome do filho; porque este é vítima de um verdadeiro homicídio moral, que a sociedade, pela proteção que deve aos menores, não pode deixar de reprimir. No seu próprio nome porque, sem comprometer ou

embaraçar seus fins, o Estado não pode deixar que a ignorância multiplique o número dos pobres e mendigos, vagabundos e criminosos.

#### IV

Grande é o número das objeções que se fazem à instrução obrigatória. Eu escreveria um volume só com este assunto se quisesse passar todas elas em resenha. Para não sair, pois, dos limites que me tenho traçado examinarei somente quatro, que mais importantes me parecem.

#### V

“A instituição é antiliberal: protege o filho ofendendo a liberdade e autoridade do pai.”

Mas facilimo é ver-se o erro de semelhante afirmação.

Primeiramente, onde a instrução é obrigatória o ensino não pode deixar de ser livre. Quero dizer: é lícito a cada um abrir escolas, ou ensinar em casas particulares os seus e os filhos de outrem.

Ora, se a cada pai fica tanto a faculdade de ser ele próprio o mestre de seus filhos como o direito de fazê-los instruir pela escola pública ou privada, que mais confiança lhe inspirar, é claro que não se pode dizer a instituição antiliberal.

Caber-lhe-ia esse epíteto se ela privasse o pai de instruir seus filhos como e por quem melhor lhe parecesse. Mas o que se dá não é isso. A liberdade que a obrigação escolar tira ao pai é tão-somente a de deixar o filho na ignorância.

Em segundo lugar se o princípio é antiliberal só porque ataca este direito que chamarei da barbárie, a objeção indica não haver da parte de seus autores idéias muito exatas do que seja direito e liberdade.

Ninguém dirá que o espírito seja menos respeitável que o corpo, ou que só este precise de alimentos para preencher a sua missão. Assim, é natural que com o alimento do espírito se dê o mesmo que com o do corpo.

O que sucede quando um pai nega alimentos a seu filho? O Estado intervém para que este não morra de fome, obrigando o pai a fornecer-lhe os alimentos necessários a sua conservação.

Semelhantemente quando o despotismo ou o desleixo paterno chega a privar o filho dos benefícios da instrução, o Estado tem direito

de intervir para fazer cessar esse mal, obrigando o pai a mandar o filho à escola, aprender o que lhe é indispensável para poder cumprir seu destino como homem e membro da sociedade. A razão é a mesma do caso precedente. O ignorante é um faminto, ou a ignorância é uma fome como a daquele que se priva de alimentos. Pior ainda, pode-se dizer: o privado de alimentos morre, o ignorante vive inútil, se não exercendo o mal.

A não convirem nestes princípios quisera que os autores da objeção respondessem: Com que direito pode um pai conservar seu filho na ignorância e reduzi-lo a um animal perigoso, ou a um instrumento nas mãos dos outros? Não precisa a sociedade do concurso de todos os homens? Não tem ela o maior interesse em que todos conheçam os seus deveres? Não lhe corre a obrigação de proteger os fracos contra os fortes, os menores contra os maiores?

Se, pois, o filho tem o direito de aprender e o pai o de exercer sobre ele a sua autoridade, não é o fato de se obrigar este a instruir aquele o que em jurisprudência se chama ofensa de direito. Ao contrário ofensa se daria se pela confusão do uso com o abuso do direito paterno se não tomasse aquela providência.

Uma coisa é limitar-se o poder do agente, que abusa dos seus direitos em prejuízo de terceiros ou do corpo social; outra, ofender as suas faculdades dentro dos devidos limites.

Na instrução obrigatória só se dá o primeiro caso. A *tiranía* da lei não chega ao segundo. Os direitos dos indivíduos que se acham em frente um do outro não representam o espetáculo de dois carros, que se abalroam nas estreitezas de um beco, de modo que não podem andar sem um correr por cima do outro, ou sem ambos se esbandalharem reciprocamente, representam, sim, o daqueles que se encontram numa rua espaçosa e franca, onde um caminha ao lado do outro, e a nenhum é preciso parar ou interromper seu curso.

Vista a idéia a esta luz, onde há ofensa à liberdade do pai? Nenhuma dúvida há de que ela não existe ou se existe fica legitimada pelo fato da sua culpa.

É da natureza de todas as repressões de abusos o ofenderem a quem abusa, ainda que seja nos melindres do seu amor próprio. Mas a sociedade só por esse motivo não pode fechar os olhos a um abuso ou a um crime sem ser cúmplice dele, sem acoroçoar mesmo a sua propa-

gação. Se a sociedade, só pelo temor de ofender a liberdade paterna, pudesse deixar o pai privar o filho dos benefícios da escola, pela mesma razão deveria preferir a impunidade do criminoso à sua reclusão, ou como diz um autor, defender nele o princípio da liberdade individual desconhecido e violado.

## VI

Na segunda objeção se agrupam fatos de ordem diversa.

“A lei que estabelecesse o aprendizado obrigatório não seria exequível em todos os ângulos do Império.”

“A população está muito disseminada. Necessariamente ficarão grandes distâncias sem escolas.”

O território do país é imenso, não há dúvida. Também não nego que a população se ache muito disseminada, e seja impossível abrir escolas ao alcance de todos.

Isso, porém, não é motivo que conteste a minha tese. Sofisma tão miserável como o da ronda urbana, que se deitasse a dormir por não poder estar ao mesmo tempo em toda a parte, não sei como esse argumento pode iludir a quem o produz.

Nas cidades, nas vilas, em todos os lugares, onde há grande ou pequena população aglomerada, que obstáculo pode opor-se à execução da lei? Nenhum, absolutamente.

A escola fica longe? – Não. A escola fica no centro da população. O menino não tem que percorrer distância alguma para alcançá-la.

O menino não tem roupa com que possa aparecer na escola? Entretanto ele aparece ao público, é visto por toda a parte vadiando, se não fazendo coisas piores. Demais se tal roupa não serve para a escola diurna, qualquer vestimenta serve para as noturnas.

O pai não pode dar ao filho o material preciso para o ensino? O Estado que tome a si essa despesa.

O pai precisa do filho durante o dia para o ajudar no seu trabalho? O pai não tem o direito de explorar as forças do filho em prejuízo da sua educação.

É preciso conciliar-se o direito do menino com a necessidade do pai e da família? Faça-se ver ao pai que o interesse da família mesmo

exige que o menino freqüente a escola. E se não bastar isso dois meios ainda podem ser empregados. Um é fundar, o Estado, as escolas noturnas que forem necessárias para quem não puder ir às diurnas. Outro é alterar o horário das aulas, ou suprimir uma das suas sessões diárias. Em vez de abrir-se a escola duas vezes por dia, de manhã e de tarde, pode-se abrir só pela manhã, durando a sessão o tempo das duas. Deste modo, o pai, contando com o serviço do filho durante a metade do dia, dispensa-o na outra metade, e o menino, resida embora longe, pode ser assíduo à escola.

À vista destas considerações a impossibilidade a que fica reduzida? Aos lugares que não são cidades, vilas ou centros de população.

Mas ali mesmo a lei é exequível. A questão é o Estado se dispor para isso. Quer o leitor ver como?

Até a distância de um quarto de légua os meninos de fora das cidades, vilas ou povoações muito bem podem freqüentar as respectivas escolas, principalmente se elas se abrirem só uma vez por dia.

Daí para as maiores distâncias a escola ambulante e a liberdade do ensino farão o resto.

Com a escola ambulante mandará o Estado que os professores percorram anualmente tais e tais pontos de cada comarca, demorando-se certo tempo em cada um deles.

Pode-se me opor a falta de casa, em que o professor faça estação, bem como a deficiência da escola ambulante.

Mas nem por isso devemos proscrevê-la.

Num povo dotado de gênio tão hospitaleiro, como o nosso, quem negará hospedagem ao professor, sendo sua casa um bom ponto para a estação escolar? Os nossos lavradores, que tanto protegem as missões, deixarão de proteger a escola?<sup>10</sup> Não sem dúvida. O seu patriotismo, o seu interesse mesmo exige que o façam. Pode-se até contar que muitos darão agasalho aos meninos que morarem mais longe, a fim de se obviar a dificuldade do trajeto diário.

Quanto à deficiência do ensino, o não se poder ensinar muito não é motivo para se não ensinar pouco. O que direis do médico que por não poder debelar um mal incurável desistisse do intento de minorar as dores do enfermo?

---

10 Se eu não estivesse certo disso lembraria que o Estado construísse as casas necessárias.

Com a liberdade do ensino o pai, que não tiver o recurso da escola ambulante, achará sempre perto de si um homem, que supra aquela falta. Assim o Estado por qualquer justa remuneração solicite a vontade de quem quer esteja nesse caso.

Sim: em toda a parte se acha um homem que saiba ler, escrever e contar, e que, posto não seja muito alumiado, tenha bastante bom senso para se fazer mestre de um analfabeto.

Por que não será um homem destes o mestre dos meninos, que não podem ter melhor professor?

Um mau mestre! exclamarão.

– Mau mestre sim, o que tem isso, uma vez que não se lhes pode dar um bom?

Em matéria de instrução, como de alimentação, não se dispensa coisa alguma, enquanto não se pode opor ao mau o sofrível, ao sofrível o bom, ao bom o melhor.

Se estamos em paragens onde há falta de bons gêneros alimentícios, não comemos tudo que se pode arranjar? Pois da mesma forma o analfabeto, que é um faminto, não de pão mas de verdade, não achando um bom mestre no lugar em que vive, deve aprender com todo aquele que, embora seja pouco esclarecido, saiba alguma coisa que ele desconhece. O contrário é não ver-se que a ignorância é um mal que diminui à medida que se aprende, e que portanto está sujeita à regra: dos males o menor.

Dizendo isto note o leitor que não tenho falado do ensino, que as crianças podem receber dos seus próprios pais, tutores ou diretores, que nem sempre serão analfabetos.

Conte-se, pois, com mais este recurso, e não descreiamos da exequibilidade da lei.

## VII

Agora se diz “que o princípio da obrigação escolar é demasiadamente oneroso para o Estado”.

Tem certamente algum peso esta objeção. Mas não fazemos dela uma cabeça de Medusa que emudeça a voz das nossas aspirações.

Em matéria de instrução pública nenhuma despesa é sacrificio. O nome de sacrificio só merecem as despesas improdutivas ou de duvidoso resultado. Que o seja, porém, como grande número de homens têm se instruído à custa de enormes sacrificios pessoais, nenhum estado deve recuar diante dos sacrificios monetários que forem precisos em bem do esclarecimento do povo.

Para prova do que passemos ainda uma vez pelos olhos as vantagens da instrução.

Mão, braço, olho do homem para todos os seus cometimentos, a instrução é uma garantia e uma riqueza ao mesmo tempo individual e social.

Instruir o povo e aumentar a sua produção<sup>11</sup> e diminuir a sua força bruta e torná-lo cordato, pacífico e conhecedor dos seus

11 Às pessoas que duvidarem do que digo peço que atentem para os quadros seguintes. Transcrevo-os da citada obra de M. E. de Lavaley. Têm eles por fim provar, de um modo irrefutável, a relação de causa para efeito que existe entre a difusão das luzes e a produção da riqueza. O país que serve de exemplo é a América do Norte.

ESTADOS QUE POUCO TÊM FEITO PELA INSTRUÇÃO

	Produção anual por cabeça	{ Iletrados por 1.000 habitantes	
Dólares	56,91	Carolina do Sul . . . . .	594
"	55,72	Alabama . . . . .	490
"	54,77	Flórida . . . . .	480
"	61,45	Geórgia . . . . .	479
"	45,38	Carolina do Norte . . . . .	408
"	65,30	Luisiânia . . . . .	585

ESTADOS QUE TÊM FEITO MUITO PELA INSTRUÇÃO

"	166,60	Massachusetts . . . . .	38
"	149,66	Califórnia . . . . .	53
"	120,82	New Jersey . . . . .	34
"	164,60	Rhode Island . . . . .	34
"	112,00	New York . . . . .	31
"	156,05	Connecticut . . . . .	18
"	177,17	New Hampshire . . . . .	14

deveres<sup>12</sup> são idéias correlativas. Uma não existe sem indicar a existência da outra, da mesma forma que a bússola não descansa um ponteiro no norte sem logo mostrar o sul com o outro.

Ora, o estado, como protetor dos nossos direitos, tem obrigação de oferecer-nos todas as garantias tendentes a assegurar-nos o desenvolvimento de que eles são susceptíveis.

Competindo portanto ao Estado promover o desenvolvimento da instrução, é claro que deve empregar todos os esforços no intuito de manter a regularidade do ensino.

Como o Estado tem obrigação de manter a milícia de terra e mar, tem o dever já de fundar e sustentar escolas, já de velar para que nenhum cidadão cresça sem ir receber nelas o cunho, que a todos deve dar curso nas estações sociais. Seja-lhe preciso fornecer ao pobre livros, roupas, papel e penas, não pode o Estado fugir a essa despesa. Ela não

---

12 Fato que não sofre contestação. O autor que há pouco citei diz a propósito: “Em 1866 os Estados Unidos tinham 17.000 presos. Nos Estados da Nova Inglaterra 80% dos crimes são cometidos por analfabetos ou quase analfabetos; 3 a 7% da população dos Estados Unidos cometem 30% de todos os crimes e menos de 1/5 de 1% é cometido por pessoas realmente instruídas; 80 a 50% dos criminosos nunca aprenderam trabalho algum. Na Nova Inglaterra, 75% dos crimes são cometidos por estrangeiros, e assim 20% da população fornecem 75% dos criminosos, mas os emigrantes instruídos não aumentam o número dos presos; 80 a 90% dos criminosos são levados ao crime pela intemperança. Quase todos os meninos presos por delitos pertencem a famílias ignorantes. De 2.047 homicídios que se contaram em 1870 tiveram lugar: 417 na região do Norte com 23.541.977 habitantes, ou 1 para 57.300 habitantes, 269 na do Pacífico, com 1.004.691 habitantes, ou 1 para 3.730 habitantes; 1.361 na do Sul, com 14.009.315 habitantes, ou 1 para 10.300 habitantes. Assim o homicídio e a ignorância andam sempre em companhia.”

Para o mesmo fim transcrevo ainda, mas de outra parte, a seguinte estatística da criminalidade na Itália, país, como se sabe, muito ignorante.

“Do princípio do ano passado até o 1<sup>o</sup> de outubro cometeram-se na Itália 1.633 assassinatos e 29.510 ferimentos. Nesses 9 meses houve na Sicília 1 assassinato para 3.928 habitantes; na Sardenha, 1 para 4.780; em Nápoles e suas províncias, 1 para 5.044 habitantes; e no resto do reino 1 para 19.487. No dia 1<sup>o</sup> de janeiro havia nas prisões italianas 77.000 convictos, e as autoridades não tinham podido prender 18.000 criminosos que se achavam livres.”

está menos nas suas obrigações que a de vestir soldados e tratá-los quando doentes.

Mais ainda que a milícia às escolas deve ser o principal objeto da atenção do Estado.

A força militar assegura à sociedade uma proteção brusca e violenta, que para se tornar efetiva quase sempre necessita ferir ou constranger. Entretanto, a instrução é uma garantia de espontaneidade, de paz e de brandura, que traz sempre arvorada a bandeira da justiça, dos bons costumes e da ordem, sem ser preciso passar por cima de cadáveres, ou sem maculá-la de sangue.

Outra consideração: A instrução tudo consegue sem aviltar ou ferir o brio do homem, pelo contrário, enobrecendo-o. Entretanto o que acontece com a presença do soldado? Ela não lhe tira só o gosto de fazer o bem por amor ao bem. Acostuma-o de tal modo à obediência que nem sempre se pode contar com tranqüilidade e com ordem onde não se avista a lei gravada numa barretina ou numa farda; nem há cidadãos, sim, servos nos países onde os governos se fiam mais na repressão que na moral dos governados.

Assim ainda por aqui se vê que se a indigência de alguns meninos é obstáculo à lei da instrução obrigatória, ao Estado por amor da mesma lei necessariamente compete remover esse obstáculo, consagrando para isso uma verba especial entre as despesas do ensino.

## VIII

A quarta objeção receia que a instrução obrigatória dê lugar a perseguições políticas.

Sem dúvida que se a instrução pública não for servida por empregados conscienciosos e honestos pode-se abusar do meio coercitivo.

Mas, por Deus, não exageremos escrúpulos nem sacrifiquemos um princípio tão fecundo a um acidente tão fácil de evitar-se.

O princípio da obrigação escolar existe há quase dois séculos, e não consta que jamais fosse convertido em arma política. Porque, pois, só no Brasil há de isso acontecer?

Dê o Governo o exemplo aos seus subordinados e estes não se atreverão a fazer política por meio da força que a lei lhes confiou em bem da educação geral.

Ao menos neste ponto não podemos contar com a virtude dos partidos que se alternam no poder? Estará escrito que a educação da infância jamais há de merecer o seu respeito? – Se assim é descreiamos da civilização e da nossa perfectibilidade; e se chegamos a esta consequência não intentemos reforma alguma. De todas elas poderão nascer abusos. Assim queiram os especuladores e os traficantes, ou esses homens para quem não há honesto nem sagrado, e de quem a todo tempo se pode dizer como o poeta<sup>13</sup> que

*Venderiam o beijo derradeiro  
Da virgem que os amou!...*

## IX

Por que meio se fará efetiva a obrigatoriedade do ensino? Devo tratar minuciosamente desta questão, porque dela depende o bom ou mau êxito da lei.

Eu desejava instituir exame sobre as leis das províncias, que já consagraram o princípio, a fim de mostrar às que pretendem abraçá-lo quais são as disposições que a experiência tem aprovado ou reprovado.

Mas entre nós, pode-se afirmar, não há experiência a este respeito. Como já disse, a Corte e sete províncias têm estabelecido a obrigação escolar, mas sem que esta ainda passasse de letra morta, com certeza por causa dos defeitos da legislação.

Em tais circunstâncias, já me contentando com uma apreciação teórica, procurei obter essas leis, mas só três me vieram às mãos. Uma é do Município Neutro, outra, do Pará, outra, do Rio de Janeiro.<sup>14</sup>

Quatro requisitos essenciais deve preencher a lei da instrução obrigatória.

---

13 Álvares de Azevedo – Pedro Ivo.

14 Não falo da lei do Maranhão porque é velha e nunca foi aplicada, como já disse em outra parte. Demais, as disposições do Maranhão são iguais às do Município Neutro, com a única diferença de ser a multa menor.

Primeiro – estabelecer a idade escolar, e determinar o perímetro das escolas.

Segundo – dar ao executor todos os meios de verificar se há meninos que deixam de aprender.

Terceiro – autorizar socorros aos pais que por sua pobreza não puderem mandar os filhos à escola, como que estes sejam fornecidos de roupa e de todo o material preciso para o ensino.

Quarto – estatuir a penalidade, em que hão de incorrer os pais que por culpa deixarem de dar instrução a seus filhos e dispor sobre a execução dela.

Estes requisitos, a julgar pelas leis que consultei,<sup>15</sup> ainda em parte alguma foram bem estabelecidos.

Assim é que o terceiro não foi preenchido pela lei do Pará, e o quarto, que é o mais importante, por assim dizer não se acha nem nela nem na do Rio e Município Neutro.

Assim ainda a única pena estabelecida em todas três é a multa, e essa mesma sem ser acompanhada das providências necessárias à sua execução.

Ora, semelhante medida seria muito boa para os países, em que todos os cidadãos gozam de algum bem-estar. Mas no Brasil, onde os habitantes que deixam de mandar seus filhos à escola são precisamente os que não pagam contribuição ao Estado, a pena de multa por si só não pode deixar de ser ilusória.

À vista do exposto, sendo forçoso recorrermos à experiência das outras nações, proponho que aclimemos entre nós a legislação da Prússia. A Prússia é um dos países clássicos da instrução, e leva sobre os outros a vantagem de ter antiquíssima prática da obrigação escolar, pelo que seu sistema no dizer de todos os autores é o mais completo que se conhece.

As disposições que vigoram na Prússia são estas:

“Os meninos, a quem seus pais ou tutores não proporcionarem em suas casas a instrução necessária, podem, depois de completar

---

15 Não as transcrevo porque julgo isso desnecessário. Todas são omissas, e nenhuma pode completar as outras.

cinco anos, e devem, decorridos os seis anos de idade, ser mandados para a escola.”<sup>16</sup>

“O menino, que antes dos 14 anos tiver percorrido o círculo da instrução elementar, não poderá sair da escola sem permissão da junta escolar<sup>17</sup> e depois de exame favorável.”

“O pároco, e quando a escola não se achar no lugar da sua residência, o mestre pode conceder licenças até oito dias para o menino não comparecer por impedimentos particulares. À junta escolar compete decidir sobre a isenção de freqüência por mais tempo.”

“As juntas e autoridades municipais organizarão todos os anos um mapa dos meninos de idade escolar, bem como dos que freqüentam as escolas públicas, para o fim de verificarem se todos os pais provêm ou não a educação de seus filhos.”

“Os pais dos meninos são obrigados a velar para que eles sigam regularmente os cursos da escola pelo tempo determinado na lei. De seu lado os professores são obrigados a fazer listas da freqüência de suas escolas, e de quinze em quinze dias submetê-las às juntas escolares.”

“O Estado se compromete a suprir os pais pobres dos meios de que necessitarem para poderem mandar seus filhos à escola, como o fornecimento de vestiário e objetos indispensáveis ao ensino.”

“Da pobreza julgarão as juntas escolares.”

“Se os pais se esquecerem de instruir seus filhos os ministros dos cultos primeiramente, depois as juntas escolares lhes dirigirão as precisas admoestações. Sendo baldadas as admoestações, os meninos poderão ser conduzidos à escola por qualquer agente da autoridade municipal, e os pais serão condenados a multa, a prisão ou a trabalho em benefício da comuna.”

“As penas são impostas pela junta escolar.”

“As juntas em face das listas dos professores, e depois de ouvidos os motivos de desculpa, ou de balde citados os pais e tutores dos meninos, requererão as penas de negligência à autoridade policial do lugar, e esta lhes dará execução.”

---

16 A Prússia não assina perímetro, porque tem escolas ao alcance de todos.

17 Composta do vigário ou pastor, de um membro da câmara municipal e de um, dois ou mais chefes de família.

“A pena de prisão, para no caso de insolvabilidade dos delinqüentes, será determinada no campo pelo conselheiro provincial, nas cidades pelas câmaras municipais.”

“Além destas penas pode-se impor a de privação de socorros públicos.”

“Se tudo isso é importante, dá-se aos meninos um tutor que vele pela sua educação.”

Estas penas as assembleias provinciais não podem estatuir, mas ao Parlamento nacional cumpre autorizar o seu emprego.<sup>18</sup>

Nem se diga que a legislação ficará demasiadamente severa.

Eu penso que de outra formação não se poderá vencer a indiferença daqueles que, tendo crescido na ignorância, supõem que a instrução é coisa inútil a seus filhos. E se esta razão ainda não convence, pondero que todas as penas supramencionadas são defendidas pela valiosa autoridade de M. Jules Simon.

## X

Uma coisa por último exige o meio coercitivo, que em razão da sua grande importância julguei dever mencionar particularmente.

Para que sem vexame se possa impor aos pais a obrigação escolar é preciso que o Estado ponha assim uma escola à porta de cada cidadão.

O Brasil, país novo e onde tudo está por fazer, sem dúvida não terá meios de ocorrer a satisfação de semelhante necessidade.

Será isso o motivo para que ele não procure quanto possível aproximar-se daquela situação?

– Ninguém o dirá.

Que número de escolas então devemos ter? Vejamos.

Para termos uma escola por 700 habitantes ou 100 escolares, visto que estes representam sempre a sétima parte da população, deviam as escolas primárias subir a 12.324.

---

18 É pena que o Sr. Dr. Cunha Leitão não se lembrasse de consagrar o aprendizado obrigatório no projeto de reforma da instrução, que apresentou na Câmara temporária em julho deste ano.

Mas vê-se claramente que este número não é bastante. O cálculo só compreende a população livre.

Entretanto, é preciso que olhemos também para a escrava. Esta já se faz representar nas escolas, e dentro de poucos anos aumentará com  $1/5$  o número atual dos meninos de idade escolar.

Além do que a mesma população livre, disseminada como se acha em razão da grandeza do território, não satisfará suas necessidades em relação ao ensino, havendo apenas uma escola para 700 habitantes. Se em alguns lugares cada escola pode ser freqüentada por 100 meninos, noutros o número destes não passará de 40, 30, 20 e menos ainda, tendo, nada obstante, todos os dispersos igual direito ao ensino.

É forçoso, pois, que não nos contentemos só com 12.324 escolas.

Mas com que base poderemos elevar este número? perguntar-me-ão. Na falta de dados estatísticos só vejo um meio razoável; e ainda bem que é muito simples. Consiste ele em tomarmos o termo médio das escolas dos outros países.

Na Espanha a razão é de uma escola para 600 habitantes. Na França, Baviera, Holanda, Itália e Inglaterra há uma escola para 500 pessoas. Na Suécia, uma para 300. Nos Estados Unidos, uma para 160. Na Prússia, uma para 150.<sup>19</sup>

Ora, se o termo médio entre a Espanha e a Prússia é 375 segue-se que devemos ter uma escola para 375 habitantes ou 22.651 escolas.

Poderá este *desideratum* parecer exagerado? Não creio que haja quem assim pense, estando claramente expostos os seus fundamentos. Todavia, como pode-se dar o contrário, direi àqueles que o combaterem: para Portugal, cuja população não chega a cinco milhões, pede o Sr. D. Antônio da Costa 12.000 escolas.

Mas, posto os meninos precisem da instrução, eles ou seus pais nem sempre a querem.

Para que, pois, a queiram é forçoso estabelecer-se a gratuidade do ensino. Obrigar o povo a fazer coisas pagáveis é cercar a obrigação de uma dupla resistência.

<sup>19</sup> Segundo o Sr. Antônio da Costa, *Hist. da Inst. Pub. em Portugal*.

Haverá quem diga ainda: “A gratuidade restrita aos pobres seria bastante para evitar esse inconveniente.”

Mas isso é que para evitar um pequeno inconveniente daria lugar a dois muito grandes.

Primeiro – a prova da pobreza, o que não é só um aborrecimento e um vexame, mas uma verdadeira humilhação.

Segundo – a odiosa distinção, que criaria, de meninos ricos e pobres, a qual com o inspirar a uns a inveja, a outros, o desdém, seria o maior embaraço às nossas aspirações democráticas. A democracia só existe no seio da igualdade, e a igualdade exige que as vantagens sociais sejam, como o sol e o ar, livremente desfrutadas por todos os cidadãos.

Finalmente, nem é justo que aqueles que podem paguem o ensino de seus filhos. Eles é que sustentam as escolas, pois deles é que saem os impostos com que o Estado as mantém. Taxar, pois, o ensino de seus filhos é obrigá-los a pagar a mesma coisa duas vezes.

.....

## *Capítulo Segundo*

### DA GRATUIDADE DO ENSINO

A gratuidade do ensino não é conseqüência necessária da obrigação do aprendizado. Muitos países há onde o aprendizado é obrigatório sem que o ensino seja gratuito. Liberal como é, M. Jules Simon não pediu para a França senão uma gratuidade restrita àqueles meninos que não podem pagar o ensino.

Todavia, entendo que o ensino entre nós deve continuar a ser gratuito.

E não o digo simplesmente porque assim manda a Constituição do país. Nem só isso facilita a freqüência escolar como está mais em harmonia com a idéia que formo da instrução pública.

O Estado precisa da instrução geral, como condição da sua existência. Que a dê gratuitamente.

Poder-se-á dizer em contrário: “Se os meninos precisam da instrução, que a paguem.”

.....

## *Capítulo Terceiro*

### DA LIBERDADE DO ENSINO

O

I

utro princípio sem o qual não pode ser completo o organismo da instrução é a liberdade do ensino.

Não pode ser mais legítimo o fundamento da liberdade do ensino.

O ensino particular não é só um poderoso corretivo para o ensino público, é uma fonte de economia para o Estado.

Grande manifestação da liberdade do pensamento, ela é uma das maiores conquistas da civilização moderna.

Pela lei natural, como pela divina, ela é um direito tão respeitável que nenhuma consideração o pode tolher.

Manda a lei divina, o Evangelho, que se ensinem os que erram, ou são ignorantes. Como pode a sociedade dizer: “Só eu tenho o direito de ensinar?”

É a instrução aos olhos de Cristo um dos maiores bens, que podemos possuir, e o amor ao bem sob todos os seus aspectos a verdadeira síntese da doutrina que ele pregou aos homens. Como será lícito à sociedade dizer: “A instrução é, sim, o primeiro dos bens ou a origem de todos os bens, mas vós não fareis esse bem sem licença minha?”

Em face da lei natural a verdade não é menos patente.

Se cada um tem o direito de aprender tem igualmente o de ensinar. A instrução de uns é o complemento da de outros.

Como? Perguntará o leitor.

Esta vida é uma verdadeira luta entre a força física e a moral.

Nessa luta só sabe triunfar quem tem a inteligência esclarecida, ou quem tem instrução.

Ora, a parte mais esclarecida de todas as sociedades é sempre menor que a ignorante. Além do que, esta, por sua condição, não é só incapaz de lutar: às vezes até serve de agente à força física. Não é raro ver-se ela propagar os crimes e os vícios de que não pode fugir, e ser lançada como instrumento de destruição contra os homens de bem pelos ambiciosos ou os déspotas, que querem perdê-los.

Se, pois, cada homem esclarecido tem sempre de lutar com forças superiores às suas, o que lhe é preciso fazer para dar proficuidade à sua instrução? Para evitar que os atos, que ela prescreve, não sejam nulificados pela ignorância ou má vontade dos outros? Repartir por estes a sua ciência, erguê-los à altura dos seus pensamentos, inspirar-lhes os mesmos desejos de os realizarem.

## II

Que ensino deve ser livre? Só o inferior? Só o superior? Um e outro? É mister que eu trate particularmente de cada um dos termos desta questão.

## III

O ensino inferior deve ser livre não só por causa do professor e do pai de família, como por causa do Estado mesmo.

*Por causa do professor* – O professor exerce dois direitos, cada qual mais respeitável, o de escolher o seu trabalho, pois todo homem pode trabalhar no que quiser, e o de manifestar seu pensamento. Assim, só por este motivo não se pode pôr embaraço algum à sua atividade. Receie-se muito embora que ela cause prejuízo ao corpo social, não é isso motivo para impedir-se a sua manifestação. Enquanto o homem não obra deve-se esperar que seus atos sejam antes bons que maus: porque todo o homem tem por si a presunção de ser bom. Proibir-lhe, pois, o ensino

só porque ele pode causar algum prejuízo ao Estado é ao mesmo tempo tirar-lhe a possibilidade de fazer o bem. Para se evitar semelhante contingência o Direito Público moderno tem canonizado como verdade esta fórmula de Mr. Stewart Mill. Em boa justiça nenhum homem pode ser privado do direito de fazer uma coisa só porque no exercício do direito que a ela tem pode causar prejuízo à sociedade. O indivíduo obra, a sociedade vela: no momento em que ele se mostra mau a sociedade pune-o para ser bom. Fora disto não pode haver senão arbítrio e violência. A única razão que uma comunhão pode ter para usar da força contra qualquer dos seus membros é a necessidade de reprimir o seu mau procedimento e impedir que ele continue a fazer mal aos outros.

*Por causa do pai de família* – O Estado pode obrigar o pai a instruir o filho, mas não pode tirar-lhe a liberdade de escolher o mestre e o método do ensino. Para que o pai possa exercer essa liberdade deve o Estado consentir que o ensino livre se estenda por toda a parte. Como observa o meu ilustre mestre, o Sr. Conselheiro Barroso, o aprendizado obrigatório sem a liberdade do ensino é o pior dos despotismos, porque é o despotismo sobre a inteligência.

*Por causa do Estado* – Como diz M. Jules Simon, o impedir o Estado o exercício de qualquer liberdade é sempre uma falta e um dano. A liberdade necessita do ensino do Estado, mas o ensino do Estado, como o Estado mesmo e a humanidade inteira, necessita da liberdade. Essas duas forças, tão necessárias uma à outra, só estando separadas podem ser poderosas. A liberdade introduzida no Estado com certeza o expõe a censuras, porque naturalmente ousa o que o Estado não pode fazer. O Estado governando o ensino privado e tirando-lhe a liberdade que é a sua razão de ser, necessariamente o aniquila, porque tem tudo o que é preciso para esmagar a concorrência.

#### IV

As mesmas razões pelas quais se conclui a liberdade do ensino inferior aconselham a do superior.

Quem ensina exerce um direito muito respeitável.

Quem aprende, posto não seja obrigado, tem o direito de escolher seus professores, e não deve estar sujeito à contingência de ouvir as lições de quem não lhe inspira confiança.

Possa o estudante enganar-se e o mestre o perverter com funestas doutrinas, isso não autoriza nenhum sistema preventivo. A sociedade que espere os atos do professor e depois puna-os como merecerem.

Finalmente, a liberdade do ensino superior não é para o Estado menos necessária que a do inferior.

O ensino superior tem por fim vulgarizar a ciência, e a ciência vulgarizada pelo Estado nem é suficiente nem se acha ao alcance de todos.

Tivesse o Estado escolas superiores em toda a parte, compreendessem elas todos os ramos dos conhecimentos humanos, ainda assim o ensino particular seria necessário.

Como nas palavras – liberdade de ensino – não se compreende só a liberdade de abrir escolas, mas também a liberdade científica, ou do direito de exprimir o professor livremente as suas idéias, o ensino particular é o complemento natural do ensino público.

Assim é que ele propaga as doutrinas que o Estado deixa de propagar, emenda ou corrige as faltas que os professores públicos cometem, e obriga-os a serem mais estudiosos e mais dedicados ao magistério. Assim, ainda por seus métodos, seus sistemas, seus processos pode preparar os alunos em menos tempo que os professores do Estado.

Dir-me-ão que se a escola particular pode ensinar diversamente da do Estado, a sua existência é antes um mal que um bem.

Mas não nos iludamos com semelhante argumento.

Ninguém pode se supor impecável ou infalível.

Depois de expender a sua opinião às pessoas por quem ela pode ser refutada, e entretanto não o sendo, o homem pode presumir que ela seja verdadeira, mas não afirmar a sua verdade a fim de impedir a discussão, porque em todo tempo pode aparecer quem a refute. A franqueza dada a outrem de contradizer e reprovar as nossas idéias é a única condição que nos permite afirmar a sua veracidade.

À vista destes princípios é claro que o ensino público não pode impor suas doutrinas ao particular pelo pretexto de que elas são verdadeiras. Ele pode supô-las boas e estar, entretanto, em erros, que a discussão convenceria.

A aceitação de uma doutrina depende tanto da discussão que sem esta não têm confiança em si aqueles mesmos que pensam ter mais direito a se fiar no seu juízo. Segundo diz Mr. Stuart Mill a mais intolerante das igrejas, a Igreja Católica Romana, no ato da canonização de um santo admite e escuta pacientemente o *advogado do Diabo*. Ante ela os homens virtuosos não podem receber as honras póstumas senão depois que tem sido conhecido e refutado tudo quanto o Diabo deles pode dizer.

O eminente autor que acabo de citar coloca ainda a questão nestes termos:

“Suponhamos que o governo e o povo partilham o mesmo pensar, ou que o governo só recorre aos meios coercitivos quando está de acordo com o que ele chama a voz do povo.

“Mas por si ou pelo governo eu nego ao povo o direito de exercer uma tal coerção. Esse poder de usar da coerção é ilegítimo. O melhor governo em tal caso não tem mais direito que o pior. Um tal poder é tão prejudicial quando exercido de acordo com a opinião pública, como quando exercido em oposição a ela.

“Se toda a espécie humana fosse de um parecer, e só uma pessoa de parecer contrário, a espécie humana não teria mais direito a impor silêncio a essa pessoa, do que ela, se o pudesse, fazendo o mesmo à espécie humana. Se as opiniões fossem coisas pessoais, sem valia para outrem que não o seu possuidor, ou se o ser perturbado no gozo desta posse fosse simplesmente um dano particular, pequena diferença haveria em ser esse dano causado a poucas ou a muitas pessoas. Mas o que há de mau em se impor silêncio à expressão de uma opinião é que isso tem o carácter de um roubo que afeta a toda espécie humana, a posteridade como a geração atual, os que condenam como os que sustentam essa opinião. Se ela é falsa quem a segue perde a ocasião de deixar o erro pela verdade; se é justa perde um benefício quase tão grande como aquele, a percepção mais clara e a impressão mais viva da verdade por meio do seu embate com o erro.”<sup>1</sup>

---

1 Folgo muito de ver de acordo sobre a liberdade do ensino inferior e superior os cultivados talentos dos Srs. Drs. Barroso de Sousa, Tavares Belfort, Tavares Bastos e Cunha Leitão.

## V

Não é só à luz dos princípios que se pode ver a bondade do ensino livre.

Nenhuma nação há que o tenha e se arrependa de tê-lo.

O Brasil mesmo se não o tem é por motivos que podem exprimir tudo menos a reprovação da experiência e o conselho dos seus interesses.

Nos tempos coloniais o ensino era completamente livre. Todo aquele que quisesse podia, sem necessidade de licença alguma, criar aulas de primeiras letras, colégios e quaisquer outros estabelecimentos científicos ou literários.

Não usamos do ensino superior, mas usamos muito do inferior. Usamos tanto que por ocasião da nossa independência notou-se que para uma colônia a instrução primária estava bastante derramada, assim como que para isso muito concorria o ensino particular por ser então limitado o número das escolas públicas.<sup>2</sup>

Feita a independência, o ensino particular não podia deixar de ser respeitado. A Constituição portanto nada dispôs que pudesse tolhê-lo, antes com o seu silêncio sancionou a prática até então estabelecida.

Ainda por ocasião da Lei Geral de 15 de janeiro de 1827, nenhuma restrição quis o legislador fazer à liberdade do ensino particular.

Veio após ela o Código Criminal e as coisas permaneceram no mesmo estado. O legislador criminal, interpretando, aliás pouco liberalmente, a Constituição do país, reconheceu que esta não tolhia nem mesmo o ensino superior. Quer pela regra do artigo 282, quer pela hipótese do artigo 278, pode cada um propagar por discursos proferidos em assembléias públicas toda e qualquer doutrina que não destrua diretamente as verdades fundamentais da existência de Deus e da imortalidade da alma.

Finalmente, em 1834, a Reforma Constitucional, descentralizando o serviço da instrução pública, nenhum preceito consagrou que dê lugar a supor-se suprimida a liberdade de ensino. A doutrina mesmo, que por aí corre, de não poderem as Assembléias provinciais legislar

<sup>2</sup> Encontrei esta reflexão no Relatório que o ilustre Sr. Dr. Lafaiete leu perante a Assembléia desta província em 1865.

sobre o ensino superior, não sei que fundamento possa ter. O Ato Adicional o que lhes proibiu foi legislarem sobre os estabelecimentos de instrução superior então existentes e qualquer outros que para o futuro possam ser criados por leis gerais.

Admira-o como as Assembléias provinciais se submeteram sem murmúrio a esta interpretação da sua lei. Mais admirável, porém, é o modo por que o país foi privado da preciosa liberdade de que se trata.

## VI

Napoleão III, subindo ao trono da França por meio da traição, para logo entendeu que só podia governá-la por meio da opressão. Daí os espíões e delatores, as baionetas eleitorais e todas as violências que sofreram as liberdades públicas.

O homem, que comprimiu a liberdade de imprensa, de reunião e de locomoção, não podia deixar de comprimir a liberdade do ensino. Por meio do ensino podia-se fazer uma propaganda política.

A liberdade do ensino foi, pois, regulada por via de lei, não dizia-se para ser suprimida ou tornar-se illusória, sim para ficar dependente de uma *simples licença* do governo.

Mas tão feliz expediente não servia só para a monarquia da França. Como a causa dos povos, a dos reis é sempre a mesma em toda a parte. As coisas mais essenciais aos homens podem variar mudando de região ou de clima. A esta contingência, porém, não está sujeita a ficção que se chama monarquia. Os seus sustentáculos, os seus meios de ação e defesa eram idênticos na Espanha e na França, são-no ainda na China e na Prússia, no Japão e no Brasil.

O Brasil, portanto, que sempre tinha gozado da liberdade de ensino, não podia deixar de ser privado dela.

Mandado pela lei de 17 de setembro de 1851, o governo atacou-a no Regulamento que deu à instrução pública da Corte em 17 de fevereiro de 1854, e tanto bastou para que o imitassem os seus delegados nas províncias.

## VII

O contágio pegou facilmente. Mas quão difícil não tem sido a sua extirpação?

Contra os próprios governos provinciais o Estado monopoliza a instrução superior; e a inferior na metade das províncias faz vãos esforços para restaurar a sua liberdade! Essas províncias são Espírito Santo, Mato Grosso, Minas, Goiás, Maranhão, Rio Grande do Sul, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Piauí.

Qual a razão de tanta dificuldade?

A verdadeira razão eu sei qual é: receia-se que a instrução torne o povo indócil. Como o possuidor de escravos não quer que eles se tornem homens, os políticos, que supõem dirigir rebanhos, não querem que estes se tornem povos.

Não obstante, como o governo justifica o seu procedimento com os perigos que correm a educação e os bons costumes nas mãos dos maus professores, dar-lhe-ei nesse ponto mesmo a resposta conveniente.

Mas para isso permita o leitor que eu faça aqui uma transcrição. É de um artigo por mim estampado no *Publicador Maranhense* de 25 de maio do ano passado, sob o título “Ensino Livre” discutindo a questão justamente naquele terreno.

Tratava-se então na Assembléa Provincial do Maranhão de uma reforma da instrução pública, onde eram postergados não só o princípio da liberdade do ensino, como outros igualmente indispensáveis à moderna organização da instrução pública.

Eis o artigo:

Il<sup>mo</sup> Sr. Redator. – Saiu hoje no seu conceituado jornal a última parte do projeto de Regulamento da instrução pública oferecido à Assembléa Provincial pelo seu digno membro, meu ilustrado colega, o Sr. Domingues da Silva.

Nada tendo a respeito visto nas anteriores corri pressuroso a lê-la para ver se encontrava aí uma idéia, que hoje todos reputam capital em matéria de instrução – a liberdade do ensino.

Mas oh! Decepção! É precisamente o contrário que preocupou o ânimo do ilustre legislador.

Ninguém diria que um Regulamento de vistas tão largas contivesse a seguinte disposição:

*A ninguém é permitido ensinar particularmente sem licença da presidência, ouvindo o inspetor da instrução publica! (art. 149).*

Deus inspire melhor a Assembléia, já que neste ponto não inspirou o ilustre autor do Regulamento.

Do número desses que tolfhem o uso pelo receio do abuso, ou que condenam as vantagens pela eventualidade das desvantagens, o sistema de ninguém poder abrir aula sem licença do governo está hoje banido de todas as sociedades livres, e de modo algum serve para a nossa que aspira a sê-lo.

Baseado no princípio de que é preciso saber o governo se o indivíduo, que se arvora em professor, tem para isso as necessárias habilitações intelectuais e morais, semelhante sistema ilude na aparência, mas é falso, falsíssimo no fundo. É um resto da antiga tutela governativa, que já não podem tolerar as sociedades modernas.

Engana-se manifestamente o nosso bem intencionado legislador, supondo que o governo é uma entidade muito própria para aquilatar o merecimento dos indivíduos.

Se isso fosse certo não veríamos tantas cadeiras públicas providas de inâbeis professores, tantos empregos ocupados por maus funcionários.

O verdadeiro é deixar-se aos cidadãos o julgar do merecimento daqueles que querem ser preceptores de seus filhos. Ninguém tem mais interesses e mais meios de saber se tal ou tal professor cumpre bem os seus deveres do que o pai, tutor ou administrador do menino, que precisa aprender.

O governo não fiscaliza senão por interpostas pessoas, e estas, por motivos que todos conhecem, nem sempre lhe mostram a realidade das coisas por prismas verdadeiros.

Abram aulas todas as pessoas que quiserem e puderem. Se poucas tiverem habilitações, não penseis que as outras terão discípulos; que elas achem terreno para semear de seus maus princípios ou exemplos. Dentro de pouco terão desaparecido e deixado o lugar ao merecimento. Se ao contrário, todas se mostrarem dignas do magistério, tanto melhor para a sociedade e para elas. Para elas porque terão concorrentes à profissão, e esta não será abandonada. Para a sociedade, por que cada escola

que se abre é uma cadeia que se fecha, e uma casa de trabalho que se funda.

Sucedará com os professores o mesmo que sucede com os médicos, advogados e outros profissionais.

Que fazem os médicos antes de adquirir reputação, apesar do título de habilitação que lhes dão as academias?

Semelhantemente os advogados.

Se o médico por ignorância mata um doente, e o advogado pela mesma razão compromete uma causa, a notícia disso por tal forma se espalhará que daí a pouco nenhum terá que fazer.

É, pois, evidente a falsidade do sistema proposto pelo Sr. Inspetor da instrução pública no ponto de que trato.

Ele dificultando o exercício do magistério com a condição de ser autorizado pelo governo não garante que todos os licenciados serão bons professores nem por modo algum compensa a privação, que impõe à sociedade, das vantagens do outro sistema – o sistema de completa liberdade.

S. S<sup>a</sup> poderá dizer: A consecução da licença não é coisa tão difícil como parece; a quem mostrar habilitações o governo jamais negará licença.

Não nego esta proposição; mas contesto formalmente aquela.

Muitas vezes pode ser com efeito fácil obter-se a necessária licença. Mas nem por assim ser se deixa de fazer uma restrição mal entendida à liberdade do cidadão, nem a facilidade existe desde que se considera a lei com relação ao habitante do interior da província.

De duas uma: ou o pretendente encarregará um amigo aqui residente de impetrar-lhe a licença, ou virá em pessoa impetrá-la. Em ambos os casos despesas e incômodos sem necessidade, sobretudo no segundo.

Quanto à outra proposição, que disse e não nego, volto a ela só para tirar bem a limpo o absurdo da doutrina.

O presidente nunca deixará de dar licença a quem tiver habilitações. Acredito-o piamente. Não concebo que um cidadão posto à frente dos destinos da província tenha outro procedimento que não esse. A política não tem pervertido tanto os caracteres, e os interesses

individuais não podem prevalecer de tal forma que o presidente negue licença a um indivíduo só por ser seu adversário político ou desafeiçoado particular.

Se é assim, a condição da licença fica reduzida a uma simples formalidade, mais relativa ao moral que ao intelectual. E o mesmo autor do regulamento em questão apóia este meu dito; porque em tal caso dispensa o exame de suficiência (art. 141).

Ora, se a licença é simples formalidade, suprimi o seu preceito do vosso projeto, porque só serve para o mal e não para o bem.

Para o mal, sim, porque além de obrigar o cidadão a incômodos e despesas inúteis, além de impor-lhe uma restrição à sua liberdade, antes dele a merecer pelo seu mau procedimento, a questão fica estabelecida só no terreno da moralidade, e é nisto principalmente que se tem mostrado improficua a sindicância do governo. Ninguém conhece os defeitos, os vícios, a crônica boa ou má de um indivíduo como os moradores da localidade em que ele reside.

Sr. redator, acredito que V. S<sup>a</sup>, amante como é da liberdade, professa as idéias, que acabo de emitir.

Se me não engano, permiti que vos faça um pedido.

Ajuntai a vossa à minha débil voz e pronunciai-vos também contra a restrição à liberdade individual, que consagra o Regulamento que acabais de publicar.

Prestareis com isso um relevante serviço à causa da nossa civilização. Embora não nos atendam os eleitos da província, o brado da imprensa será um protesto que ecoará no ânimo dos futuros legisladores, até os convencer da verdade agora repelida.

É o ensino livre que tanto tem aumentado o número das escolas dos Estados Unidos, como são todas elas que explicam o segredo da assombrosa grandeza dessa jovem nação.

É o ensino livre que tanto concorre para a boa sorte da Suíça e da Bélgica.

Só o ensino livre teria poupado à França a metade dos males que ela sofreu nas ltuosas cenas que acaba de representar a população de Paris.

Nesta capital mesmo, onde o ensino livre para algumas pessoas já existe de fato, não é mais lícito duvidar-se das suas bondades.

A Escola Popular abriu-se sem licença do governo. Nenhum dos professores que ela tem foi exhibir ao governo as provas do seu merecimento.

Entretanto, muitos são os alunos que a freqüentam e que por certo lá não iriam se os seus professores fossem imorais ou incapazes de ensinar.

Foi convencido desta verdade que o Ex<sup>mo</sup> Sr. Presidente Gomes de Castro, no relatório que leu perante a Assembléia no ano passado, apresentou-lhe como urgente medida a tomar a decretação do ensino livre.

Sr. redator, não me sobrando muito tempo das minhas occupaões, sou forçado a concluir estas linhas sem poder afirmar-vos que voltarei à matéria, nem que acompanharei na discussão os outros pontos do regulamento.

Também nada se perde com isso. O que desejava e consegui foi chamar a vossa atenção para um assunto de tanta magnitude, como o do ensino livre, que a imprensa deve defender, porque a ele se ligam os mais vitais interesses da província.

Possa eu achar acolhimento em vós, e o vosso órgão na ilustrada corporação que legisla para o povo, é o que ardentemente desejo, e o que a província tem direito a esperar dos seus mandatários.

## VIII

Vê o leitor que a liberdade que reclamo para o ensino particular é uma liberdade ampla e não sujeita a restrição de qualidade alguma. Sente-se o indivíduo com aptidão para ser professor, e quer sê-lo? Para isso não precisa tirar licença, como se faz presentemente nas províncias nomeadas, nem de exhibir título de capacidade intelectual e moral, como se faz na França, em Portugal e noutras nações. O professor acha mau o método das escolas públicas? Proscreeva-o da sua. Não lhe parece conveniente o que ensinam os professores públicos? Ensine o que a sua consciência lhe ditar.

Do Estado para com as escolas particulares só admito uma coisa. É que vele sobre elas.

Disto ninguém se pode queixar. Nada há que escape à inspeção de um Estado bem dirigido, porque a inspeção é necessária à repressão. Demais, o que molesta a liberdade não é repressão, é a prevenção.

Mas é ainda preciso que essa inspeção não se torne incômoda nem prejudicial.

Estabelecimentos abertos ao público, os agentes do Estado podem visitá-los quando quiserem, bem como pedir-lhes os esclarecimentos necessários à estatística e à administração do país. Tudo, porém, que sair desta esfera não estará nas suas atribuições. Assim se reconhecerem a existência de crimes que os denunciem à justiça ordinária. Se os métodos ou quaisquer outras coisas não lhes agradarem, que levem tudo ao conhecimento da opinião pública. Os professores se defenderão, e os pais de família julgarão se eles exercem bem ou mal o seu ofício.

.....

## *Capítulo Quarto*

### DA SECULARIZAÇÃO DO ENSINO

I

A escola que admite todos os meninos sem distinção de cultos, e que ensina a moral nos seus princípios gerais e independentes do dogma, isto é, a escola secular, é uma instituição nova que apenas remonta ao começo deste século.

Adotada primeiramente pela Holanda, foi depois introduzida nos Estados Unidos, no alto Canadá e na Austrália, e é presentemente objeto de aspiração de poderosos partidos na França, Bélgica, Suíça e Itália.

É graças a ela que a América do Norte conseguiu esse admirável sistema de ensino popular, que faz a sua força e o seu orgulho. É por tê-la repellido que a Inglaterra, mau grado os sacrificios que faz pelo ensino público, não consegue dar às suas populações laboriosas toda a instrução de que elas precisam.<sup>1</sup>

Para não nos suceder o mesmo que à Inglaterra faz-se mister que em seguida ao aprendizado obrigatório e à liberdade do ensino tornemos a escola inteiramente secular. Em outros termos: que a escola

---

1 Devo estas idéias a M. E. de Laveleye.

não seja uma dependência do templo e o professor um auxiliar do sacerdote.

Com efeito, além de recomendá-la a experiência de outros países, exigem a adoção dessa medida a liberdade do pensamento e a própria natureza do Estado.

A liberdade do pensamento, porque o homem não pode aceitar a religião, que o Estado lhe quiser ensinar. Esteja ele na menoridade, isso não altera nem modifica o seu direito. Ao pai de família é que compete iniciar o filho na religião que melhor lhe parecer, até que este pelo uso da razão possa adotar definitivamente a que for mais conforme às suas idéias.

A própria natureza do Estado, porque, sendo ele instituição política e não religiosa, esse caráter mesmo lhe nega aquele poder. Apoiado nos princípios gerais da moral e tendo por fim o império da justiça na sociedade, o Estado não pode, sem perder de vista o seu alvo, mandar que se ensine religião nas suas escolas. Como? Não podendo ele ensinar todas as religiões necessariamente uma é preferida. Ora, parecendo que todos os cidadãos que contribuem para as escolas têm direito a fazer seus filhos freqüentá-las, o contrário todavia é que sucede. A diversidade dos cultos faz com que muitos meninos fiquem privados delas.

## II

A rotina me dirá: “O Estado tem religião, e o país inteiro é católico. Quem poderá levar a mal que os professores iniciem os meninos nos princípios religiosos?”

A objeção, porém, não ilude sequer na aparência.

Ainda que o país fosse todo católico, ela nada teria de procedente.

Não é só nos países protestantes que se deseja a escola secular. Se esses países a querem por causa da diversidade das seitas, os católicos também têm razões para pretendê-la. Em seu seio existem protestantes para quem a escola religiosa de nenhuma utilidade seria. Por outro lado a escola secular é uma conseqüência da desejada separação da Igreja e do Estado, e o único meio de subtrair-se o ensino público à influência de um clero, como o católico, que tanto hostiliza os princípios da civilização moderna.

Mas a verdade é que não só o catolicismo impera no Brasil. Nem todos os seus habitantes são católicos, e aqueles mesmos que o são reconhecem a injustiça da religião do Estado, pelo que o país inteiro pede em altos brados que ela seja quanto antes abolida.

A consciência nacional já reconhece que é injusto concorrer a minoria de uma sociedade para as despesas de uma religião, que não é a sua.

Donde vem ao Estado o poder de impor ao povo a religião católica? Não se sabe.

Do fato de considerar-se a religião um poderoso auxiliar do governo? Engano manifesto. A religião, que pode enfrear paixões e prevenir desordens não é essa religião oficial onde tudo é aparência, e só existe uma realidade, os 1.140 contos que com ela se despendem. A religião que pode auxiliar o governo é a religião da moralidade, da justiça e do dever. Mas nessa religião cada um é o seu próprio sacerdote, por que cada um traz consigo o seu culto e o seu altar no majestoso tribunal que se chama consciência.

Do fato de ser o catolicismo a melhor das religiões? Eu já não falo do sangue que ele tem feito derramar, o que muito depõe contra a sua bondade. Digo só: então o governo turco pode fazer o mesmo ao maometismo, o indiano à religião de Brahma. Há perfeita identidade de razão. Esses, governos como o nosso, acham as suas religiões melhores que todas as outras.

Mas a darmos nesta conclusão o que se pode dizer de verdade religiosa? Que ela muda de caráter mudando o governo, ou que fica como o conceito do bem e do mal para aquele filósofo, que, tendo suposto a justiça dependente dos meridianos e dos climas, exclamou a “Graciosa justiça que se limita a uma cordilheira ou a um rio!”

Além do que tem-se mostrado mesmo que poderosas razões de ordem econômica e política exigem a abolição do culto público.

É ele principalmente que se opõe a que para nós se encaminhem as correntes de emigração que vão ter a outros países, onde ninguém contribui para a religião que não é a sua, onde a liberdade de consciência e de culto não é só ilusória como aqui.

Todos sabem que os estrangeiros no rio da Prata não encontram nem paz, nem segurança individual, nem esta afetuosa cordialidade com

que tratamos os nossos hóspedes. Entretanto, os emigrantes passam pelo Brasil e se encaminham para o Estado oriental ou para a Confederação Argentina.

Será o Brasil menos rico? Estará em piores condições quanto a comunicação com a Europa? Se nada disso se dá é força dizer-se:

Pode contribuir a escravidão, o nosso atraso industrial e agrícola e até mesmo a dificuldade de ganhar-se a vida no interior de um país vastíssimo e deserto como este. Mas porque em melhores condições não estava a América do Norte quando os europeus começaram a ir para lá, torna-se inegável que no meio de tudo entra como uma das primeiras razões o culto público. A sua despesa, o seu desprestígio, a sua influência nos altos da vida civil, e essa perseguição que levianos bispos movem ao povo por amor aos jesuítas e a sua rede educativa, o fato em suma de ninguém poder professar outra religião que a do Estado em casa que tenha forma exterior do templo, tudo isso nada significará? Não duvido que para nós assim seja. Somos em geral indiferentes à religião, não lhe damos a importância devida. Para os estrangeiros, porém, o mesmo não sucede. Mais amantes da religião eles querem-na livre de todos os obstáculos, e se assim não a têm julgam-se oprimidos e tiranizados!

Já se vê que quando por mais não fosse, unicamente pelo motivo de não contrariar-se esta grande aspiração nacional, a escola não deve ensinar religião.

### III

A questão tem um lado jurídico que não deve ser esquecido.

Do princípio consagrado pelo artigo 5º da nossa Lei fundamental se deduz o poder que o Estado tem exercido de ensinar religião nas escolas públicas? A negativa ocorre prontamente.

Para que declarou o legislador que o catolicismo é a religião do Estado? Tão-somente para o fim de ser a mesma religião sustentada pela comunhão brasileira como a religião da maioria dos membros. Não para impô-la a todos ou para fazer que a sigam todos aqueles que quiserem ser empregados públicos. E tanto assim é que ele não exigiu esse requisito nem no senador, nem no ministro, nem nos outros altos funcionários públicos. Apenas a Constituição fala disso quando estabelece as condições

de elegibilidade para a câmara temporária, sendo essa exigência uma coisa, que ainda ninguém pôde explicar satisfatoriamente.

Demais compreende-se facilmente que semelhante faculdade não estaria no poder do legislador. Quando se fez a Constituição, já longe andava o tempo em que se dizia “Crê ou morre”.

Estivesse muito embora, ficaria o legislador certo de conseguir o seu fim? Não é fato de há muito reconhecido e provado que a proteção do poder temporal traz ao espiritual mais perdas que lucros? Seria digno da sua missão promover hipócritas abjurações? Autorizar assim o mais infame dos tráficos, o tráfico de consciências?

À vista destes princípios ninguém poderá reconhecer no legislador da instrução pública o poder de exigir que todo professor siga a religião do Estado.

Entretanto é essa a conseqüência, a que o levaria a escola religiosa. Para que a escola seja religiosa é indispensável exigir esse requisito nos candidatos ao magistério!

#### IV

Não se decida o leitor só por estas considerações. Vejamos se o cargo de professor exige indispensavelmente semelhante condição.

Principiemos o exame por esta pergunta: Para que exigir o legislador da instrução que o professor siga a religião do Estado?

Para protegê-la? Não pode ser à vista do que acabo de expor.

Para ensiná-la? Não faltará quem diga que sim.

Mas digo eu: a Igreja Católica que é a mais intolerante de todas as Igrejas, que não permite senão ao clero interpretar seus livros e suas letras, consentirá que os professores metam a mão na sua seara? Não tem havido bispos e papas que reclamaram só para o clero o ensino da religião?

Seja como for, de que modo será ensinada a religião por quem não é profissional? Não há dúvida que erroneamente.

Portanto é mesmo do interesse da religião que ela seja ensinada na igreja e não na escola.

“As lições de religião sucedendo às outras lições são tratadas da mesma maneira. Elas se transformam numa tarefa que quase sempre

causa tédio e raramente infunde respeito. Os próprios mestres não farão a necessária diferença, e daí o resultado de que o aluno pouco depois mal saberá reproduzir o que decorou com visíveis sinais de aborrecimento. É preciso não ter nunca assistido a uma lição de catecismo para se crer que esse exercício de memória possa implantar algum sentimento religioso no coração da mocidade. Dadas na igreja pelo sacerdote as lições de religião participam do caráter sagrado do lugar e do mestre, e se gravam no espírito do menino com toda a autoridade do culto, de que elas fazem parte.”

A escola então será irreligiosa? A religião deixará de fazer parte da educação do povo?

Me caluniará quem dissesse que é tal o meu pensamento.

A religião não deixará de fazer parte da educação da mocidade só porque será ensinada não pelo professor mas pelo sacerdote. E a escola não será irreligiosa só por não ensinar religião. Como se diz na América, da escola *unsectarian* à escola *godless* vai uma grande distância.

O que se dá na escola secular é o respeito às extremas conseqüências da distinção, que existe entre a Igreja e o Estado.

A Igreja funda-se na revelação, e por isso precisa do dogma. Que, pois, se encarreguem dele os sacerdotes. O Estado repousa na razão, e em conseqüência precisa da moral. Que portanto a propaguem os professores.

Se, porém, não há moral sem religião, até onde irá o professor secular sem invadir o domínio religioso?

Eu penso, pelo contrário, que sem moral é que não há religião. Todavia pela afinidade que há entre uma e outra coisa admito a pergunta como verdadeira sem receio de que ela comprometa a minha tese.

A maior idéia moral religiosa que se conhece é a da existência de Deus e dos deveres, que nos ligam a ele como Criador do Universo.

Dentre esses deveres o primeiro que se nos impõe é o que diz respeito ao amor.

Assim é princípio fundamental da religião que o homem deve amar a Deus sobre todas as coisas.

Mas inspirar o amor de Deus e esquecer o dos homens é criar místicos, isto é, seres inúteis ou perigosos, como inspirar o dos homens

e esquecer o de Deus seria ensinar virtudes incompletas. Os homens ficariam sem alento e sem forças no meio dos obstáculos e revezes que cada um tem de combater.

Assim ainda o amor de Deus, primeiro dever do homem para com o seu Criador, nos fornece a base da moral no princípio – “amai ao próximo como a vós mesmos”.

Ora, para inculcar estes princípios nos meninos o professor não precisa recorrer nem a sistema nem a dogmas. Cristo o ensinou só pelo exemplo.

Portanto, posso dizer que entre as verdades morais religiosas diretamente percebidas pelo espírito sem o auxílio da revelação acha-se inquestionavelmente o duplo preceito do Evangelho – “Amai a Deus sobre todas as coisas e ao próximo como a vós mesmos”.

Que gire, pois, neste eixo o ensino secular, e nenhuma invasão sofrerá o domínio religioso.<sup>2</sup>

Conseqüentemente o que se pode exigir do professor é que, além de ser versado nos diversos ramos do ensino, seja homem de bons costumes, saiba moral, e tenha capacidade para ensiná-la aos seus discípulos.

Tendo ele estas habilitações preencherá cabalmente o seu dever, e será mesmo mais útil que o mestre metido a sacerdote.

A moral fundada na natureza humana, na existência de Deus e nas virtudes sociais e domésticas, que levam o homem a amar o trabalho, a honra, a família, a liberdade, o próximo e a pátria, é uma base que serve para todas as religiões.

Adquirida ela, torne-se o menino o que quiser – judeu, católico ou protestante –, será sempre bom em todos os seus estados. O que não

<sup>2</sup> Eis aqui como a respeito se exprime a lei de Massachusetts:

“Os professores se esforçarão por inculcar no ânimo da mocidade confiada aos seus cuidados não só a piedade, a justiça e o respeito à verdade, como o amor à pátria, a benevolência para com os homens, a sobriedade, o amor ao trabalho, a castidade, a moderação, a temperança e todas as virtudes que podem servir de apoio à república e ornamento à sociedade. Eles devem mostrar aos seus alunos, por meio de explicações que todos compreendam, como essas virtudes tendem a manter e aperfeiçoar as instituições republicanas, e os vícios opostos inevitavelmente conduzem às mais desastrosas conseqüências.”

será bom em nenhum estado é o discípulo do pervertido, ou daquele que depõe suas crenças ao aceno das vantagens, que cadeira pública lhe oferece.

## V

Se o Estado deve deixar aos padres o que é dos padres, qual a regra a estabelecer-se quanto ao ensino religioso?

Enquanto tivermos religião oficial tenham os párocos obrigação de doutrinar<sup>3</sup> os meninos em classes separadas, ficando a cada pai a faculdade de mandar seus filhos para essas ou para as escolas de qualquer outra religião.

Depois que se abolir a religião do Estado, funde este as escolas dominicais que forem necessárias, à vista de representação dos interessados e do número de meninos que cada seita tiver em idade escolar.

A par destas escolas, que são da obrigação da sociedade, está entendido que existem ou podem existir outras particulares.

Parecerá estranho que eu negue ao Estado o direito de dar o ensino religioso nas escolas públicas, e reconheça nele obrigação de fundar escolas religiosas.

Mas na verdade não há motivo para nenhuma estranheza.

A grande questão da escola secular é a liberdade religiosa e a influência do professor civil para ensinar religião.

Estes inconvenientes não se dão nas escolas religiosas que proponho.

Elas dependem de representação, e esta só terá lugar quando os interessados na abertura de uma escola dominical não puderem fazer as respectivas despesas.

Uma coisa é mandar o Estado que em todas as escolas se ensine a mesma religião, queiram ou não os pais dos meninos, e outra é abrir escolas de diversas religiões para cada um procurar a que quiser.

No primeiro caso o Estado excede o seu poder, visto que a ninguém se pode impor esta ou aquela religião. No segundo conserva-se dentro da esfera das suas atribuições.

---

3 Nas próprias escolas ou nas igrejas paroquiais.

Missão do Estado é sempre, e em toda a parte, vigiar a liberdade e fazer o que ela não pode tentar. A instrução religiosa é um ensino como qualquer outro, lucrativo já para o indivíduo e a família, já para a sociedade e o Estado. Portanto, se a liberdade nada pode fazer pelo ensino religioso, deve o Estado fomentá-lo tanto quanto seja preciso.

VI

.....  
.....  
.....  
.....

Não acrediteis pio leitor.

A liberdade, disse M. Laboulaye, se ilude infundadas esperanças, dissipa exagerados temores. Aqueles que a combatem na sua origem habituam-se a vê-la de perto, e ordinariamente não são os últimos a fazer uso dela.

O que, sim, há de inevitavelmente suceder é fugirem o constrangimento, a hipocrisia e as ameaças das portas da igreja e esta ficar completamente livre. Os diretores do espírito serão procurados como quaisquer outros profissionais: como o advogado e o médico por exemplo.

Cada um escolherá dentre todos aquele que mais digno lhe parecer pela santidade de sua vida e pureza de suas crenças.

Mas isso em vez de matar a religião nem só lhe dará força e vida, como fará dela essa idéia sublime, que se admira no evangelho e desgraçadamente não se encontra nas práticas atuais.

A prova é o que se dá nos Estados Unidos, no alto Canadá, e na Holanda. Aí a religião é completamente livre. Aí as escolas públicas não são confessionais. O ensino religioso é interdito aos professores, e os ministros dos cultos só em classes separadas o podem dar. Não obstante a escola em qualquer desses países é profundamente religiosa, nunca perde ocasião de infundir nas almas dos meninos a idéia de Deus e o sentimento do dever. Pelo que talvez em nenhuma outra parte do mundo se veja a religião exercer mais civilizadora influência na vida dos homens, tão fortemente está ela enraizada em seu ser!

## VII

Nas palavras “secularização do ensino” ainda se compreende uma coisa, que eu não devo omitir.

Procura o clero na Corte e em quase todas as províncias apoderar-se da instrução pública para, envolta com o ensino profano, dar à mocidade o ensino religioso, que convém às aspirações da cúria romana.

A cúria romana, sabe-se, tem condenado como heresias o *casamento civil*, a *independência do poder temporal*, a *liberdade do pensamento*, a *imprensa*, a *palavra*, em suma, todas as liberdades, que são caras ao mundo moderno.

E os esforços que o clero faz no intuito de convencer essas heresias não deixam de ter probabilidade de algum sucesso. A cruzada tem por chefes os bispos, por auxiliares muitos homens altamente colocados, e por agentes jesuítas expressamente importados para o fim proposto.

É esta uma tendência que a nossa civilização muito importa combater e destruir.

Seu alvo é muito diverso daquele que nós outros miramos.

Nós devemos trabalhar para que o país tenha homens e cidadãos, crentes esclarecidos, tolerantes e cordatos.

Eles, os jesuítas, de mãos dadas com a monarquia, que precisa de soldados e servos, querem fazer carolas e monges, supersticiosos e fanáticos.

Nós desejamos que a pátria aproveite todos os talentos que podem honrá-la ou servi-la por meio da emancipação da razão e da consciência.

Eles, os eternos inimigos da razão e da ciência, os perseguidores de Laménais e de Lutero, os algozes de J. Huss, de Galileu e de Vezale, procuram entorpecer essas faculdades por meio de doutrinas ultramontanistas, ou forcejam por afundá-las num oceano de erros e calúnias, superstições e terrores.

Nós queremos a independência da alma ao lado da independência do corpo.

Eles, não tendo podido evitar a emancipação do corpo, desejam que a humanidade, letárgica e muda, fique eternamente presa à rocha imóvel e árida da fé, e nesse intuito empregariam o ferro e o fogo se o Estado de hoje, como o de outrora, justificasse os tormentos da Igreja.

Dá-se precisamente com o Brasil o que um distinto autor disse há pouco da França:

“Esta ignorância que enlanguesce o povo, esta miséria a que queremos arrancá-lo, não pode desaparecer se deixarmos, como até agora por culpável indiferença temos feito, a metade da geração que nos há de substituir, beber nos seminários e nas escolas congreganistas os princípios das encíclicas e dos Sillabus, nutrindo-se assim do espírito do ultramontanismo, desse espírito, lepra do mundo, que Deus, no dizer de Pasquier, parece conservar entre nós para a desgraça da França, desse espírito fanado, repudiado, repellido pelos homens, que não só a França, mas todos os países contam como ilustrados e honestos, desse espírito, que abate, envenena, desseca tudo que toca, e que hoje, como no tempo em que Pascal o marcava com o ferro vermelho das suas *Províncias*, solapa e mina as bases da nossa ordem social e política, deturpa e vicia as origens do nosso direito público, hoje como sempre corrompe e desnatura o que não pode vencer, calunia o que lhe resiste ou procura desmascará-lo, e depois de ter corrompido, desnaturado, falseado, arruinado princípios e instituições, em sua essência como em sua aplicação, homens e coisas, em sua conduta como em seus fins e seus atos, tem a impudência de nos chamar e proclamar maus e perniciosos, funestos, revolucionários, que sei mais?!”

Fosse a tendência, contra a qual previno o país, à expressão de um pensamento sem fim reservado, não estaria menos no meu dever o condená-la.

Só porque o professor não deve ensinar religião, não convém que o clero ensine senão o que é de sua competência, e quando expressamente procurado para isso.

Quem diz clero dirigindo a infância, ou ensinando-lhe o que não é das suas atribuições, diz clero exercendo influência ou fazendo insinuações em favor da sua religião.

Sem dúvida por estas razões na Suécia, e em muitos dos Estados da União Americana, temem-se tanto as violências do clero que ele não pode sequer tomar parte nos conselhos diretores da instrução pública.

Dir-me-ão que as escolas do clero são, como todas as outras, objeto de escolha dos pais de família.

Certamente eu nada posso opor à escola do clero quando ela é procurada para o ensino religioso. Cada um está no seu direito confiando-lhe ou não a educação de seus filhos. Mas o mesmo não sucede no que toca ao ensino profano.

Tem-se provado, e ele mesmo não nega, pois faz disso uma questão do seu mérito, que o clero não propaga ciência ou conhecimento algum do modo que convém ao século mas às suas imobilizadoras idéias.

Ora, sendo assim deficiente o ensino do clero, como pode um pai confiar-lhe a instrução de seus filhos? Acaso tem o pai o direito de fazer ensinar seu filho por quem lhe ensinará uma falsa ou graduada ciência?

Fazendo estas reflexões não é meu fim sustentar que se negue ao clero a liberdade do ensino. A tolerância que ele não teria para comigo, tenho eu para com ele.

O que pretendo é simplesmente notar que, salvas poucas exceções, de clérigos ainda esclarecidos não se pode razoavelmente esperar, na propagação de ciência alguma, o grande desenvolvimento que desejamos para a razão e as faculdades intelectuais do homem. E daqui deduzir a conclusão de que todo o pai deve evitar o ensino clerical.

Seja ele afeto aos princípios ultramontanos, o jus paterno não o autoriza a dar a seus filhos uma instrução fradesca. A verdade, como diz La Rochefoucauld, não faz ao mundo tanto bem quanto suas aparências fazem mal.

.....

## *Capítulo Quinto*

### DA CO-EDUCAÇÃO DOS SEXOS

**P**

I

roponho a co-educação dos sexos.

Mas oh! ainda não expendi as razões da minha proposta, e já me parece ouvir o preconceito bradar contra ela.

“Que perigo!... Escola de meninos e meninas! Para que serve isso? Para se amarem antes do tempo? Para perturbar-lhes a inteligência pelo amor temporão? Para fazer do professor um S. Gonçalo e da escola um foco de perversão e imoralidades?”

Com efeito para os nossos costumes e a nossa tradição sendo natural que tudo sirva à imoralidade, ninguém deve estranhar que a rotina lance mão desse argumento contra a idéia que pretendo estabelecer.

Mas nem por isso deixarei de afirmar que ela é boa e que esses costumes e essa tradição, que tão mal a recebem, é que devem ser pros- critos como imorais.

II

A querer o Estado reformar completa e eficazmente o ensino público deve abolir a distinção de escolas para meninos e escolas para meninas, ou estabelecer só escolas de freqüentação comum.

Aconselham isso incontestáveis razões de economia de moral e de política.

Diz a economia – tal povoação só tem 60 meninos em idade escolar. Mas como é o sexo e não o número que os separa, vão eles receber instrução em duas escolas, quando uma só para todos seria bastante.

A moral – A co-educação dos sexos longe de ser um mal é um bem. Basta dizer-se que ela é o melhor estímulo que se conhece, quer para o adiantamento quer para a boa conduta dos alunos. As meninas procuram sempre mostrar-se superiores aos meninos e vice-versa. Ao mesmo tempo os costumes de uns e outros se conservam puros e isentos daquela malícia, que produz a separação dos sexos, ou a idéia de que a sua aproximação é um perigo misterioso e inevitável.

Além do que tem-se observado que, educando-se juntos, os meninos tornam-se mais atenciosos e polidos, e as meninas não só alargam o círculo das suas idéias, mas aprendem a conhecer os homens, e para logo se acostumam com aquilo que separadas só mais tarde e às vezes custosamente aprendem.

A política – Se assim é também eu tenho interesse na idéia. Ela tende a facilitar o meu trabalho, tornando a instrução mais geral e os costumes mais amigáveis e mais doces.

Na verdade esses benefícios são desconhecidos onde os homens se educam longe das mulheres.

As despesas são duplas e os resultados não satisfazem.

Sobre ser longo, o aprendizado não desenvolve nem o menino nem a menina como fora para desejar.

O menino sempre tem certa rudeza. A menina nunca deixa de olhar com a prevenção que merece um inimigo matreiro e capaz de aproveitar todas as ocasiões.

É por isso que, quando crescidos se encontram, ou se repelem bruscamente, ou se amam com violência.

Ambos estes extremos são para evitar-se.

Com a repulsa perde a sociedade e os bons costumes.

Com o amor inconsiderado e violento perdem a razão, a família e os próprios amantes. Ligam-se eles hoje e amanhã, o demônio

da saciedade os enjoa e aborrece. Nesse estado as coisas, adeus paz, adeus filhos, adeus família. A onda da indiferença passa por sobre tudo, e só deixa após si calamidades de todo gênero.

### III

A co-educação dos sexos é idéia recebida nos Estados Unidos, na Suíça e noutros países. A mesma França, onde grandes talentos se pronunciam contra as escolas de freqüentação comum, tem-nas em tal quantidade que a estatística enumera 17.683.

Entre nós também a instituição não é desconhecida. Em São Paulo fundou uma escola desse gênero o pastor G. W. Chamberlain. No Piauí há uma devida ao Sr. Davi Moreira Caldas. Aqui, na Corte, em Sergipe, no Ceará, no Paraná, no Rio de Janeiro, em quase todas as províncias, há estabelecimentos particulares que recebem alunos de um e outro sexo, sem que seus diretores se arrependam, antes folguem de fazê-lo. O que acontece é que, por limitar-se aos meninos de tenra idade, a prática não tem tomado corpo, nem chegou ainda a invadir as escolas públicas. De todas as escolas públicas talvez não se contem 20, onde o ensino seja comum. Eu apenas sei que a Bahia e o Pará resolveram admitir a idéia como ensaio, mas cercada de muitas cautelas.

Por que assim succede? Porque as objeções, com que em França se tem combatido a co-educação dos sexos, ainda fazem eco entre nós, não obstante a sua visível improcedência. O leitor permitirá que eu dê ligeira resposta a essas objeções.

### IV

Louvais tanto a co-educação dos sexos por causa do estímulo e sociabilidade dos meninos. Entretanto a escola comum pode fazer com que eles se amem antes do tempo!

Esta afirmação é toda gratuita.<sup>1</sup> Meninos de tenra idade, que são criados sem prevenção contra a malícia, e estudam sob a vigilância de zelosos professores, não podem sequer ter a idéia do amor. Pode a simpatia existir entre alguns, e ligá-los por benévolas relações, mas isso não produz

---

1 Teme-se a reunião dos meninos na escola, mas não se teme nos bailes!

nenhum efeito pernicioso. Afetos inocentes, quase fraternais, que mal podem fazer? Apareça depois o amor: quando ele se manifestar torná-lo-ão mais apreciável, mais duradouro, e mais puras a castidade e a reflexão que o acompanham. O período da inocência prolonga-se tanto que quando desaparece deixa em seu lugar, para substituí-lo, o exercício de uma razão esclarecida e prudente.

A escola comum – objetam ainda – equipara o homem à mulher no que diz respeito ao ensino. Ora não é certo que a educação da mulher não precisa ser tão extensa como a do homem? Que há coisas que só as mulheres precisam aprender e vice-versa?

É certo sim que alguns conhecimentos são necessários à mulher e dispensáveis ao homem. O homem por exemplo não precisa aprender a bordar e coser.

Mas não é verdade que a mulher possa dispensar os conhecimentos que se exigem no homem. Até acho que a educação da mulher é mais difícil que a do homem. Está entendido que falo da educação, que se pode chamar *comum*.

Ela deve aprender tanto o que é próprio do seu sexo como o que é próprio do homem. A mulher precisa saber ler, escrever e contar, porque tem funções a exercer, que não prescindem desses conhecimentos. É, pois, o mesmo princípio dos estudos.

Quer o leitor ver como é também o resto?

A mulher tem um corpo a desenvolver. Daí a necessidade de acompanhar o homem na educação, que se chama física.

Tem filhos a criar e educar, patrimônio a zelar e conservar, deveres diversos a cumprir. Daí a necessidade da moral, da religião, da higiene, da Fisiologia, da História Natural, da Economia e dos mais conhecimentos necessários ao homem.

Continue, pois, a mulher a aprender só o que até hoje se lhe tem ensinado, e nunca ela poderá ser o que lhe cumpre em relação à família e à sociedade.

Por este lado vê-se que, precisando a mulher da mesma educação de que precisa o homem, nada obsta a que um e outro aprendam juntamente.

Mas ainda se pergunta: “O que só da mulher é próprio onde ela aprenderá? Na mesma casa em que aprender as outras coisas. Para o que deve haver em cada escola uma professora desses conhecimentos, formando classe à parte, em hora convenientemente determinada.

– Assim tornar-se-á mais penoso o estudo da mulher!

– Se assim é, queixe-se ela da sua sorte ou acarrete as consequências do importante papel que a natureza lhe destinou.

Mas a verdade é que a menina pode ser aliviada de uma parte do seu peso, regulando-se convenientemente as horas dos seus estudos, mandando-se que os professores ouçam suas lições em primeiro lugar, ou tomando-se quaisquer outras medidas tendentes àquele fim.

Além do que, a educação da mulher pela forma que desejo só custará mais na primeira geração.

Depois que o geral das mães a tiver recebido, quando as meninas entrarem para a escola já saberão em parte o que aí vão aprender.

Nas escolas comuns, perguntará o leitor, de que sexo deve ser o mestre?

Homem ou mulher, respondo, aquele dos candidatos que o concurso mostrar mais habilitado.

Nenhum mal vem de que homens ensinem meninas e mulheres ensinem meninos. Ao menos assim sucede nos Estados Unidos. Para as funções de professor os americanos não conhecem sexos. Até há no professorado mais mulheres do que homens. Em geral entre 100 escolas 70 são regidas por professores. E como o país cada vez mais se convence de que o sexo fraco deve receber a mesma educação do forte, e que a infância pertence às mulheres, é possível que elas acabem por expelir os homens das escolas primárias.

.....

## *Capítulo Sexto*

### DO PLANO E LIMITES DO ENSINO

O

I

ensino público entre nós não assenta nas bases que devia ter, não falo só do primário, mas também do secundário e superior.

De um lado o ensino secundário chama a si uma parte das matérias do primário e nem por isso é mais completo que este. Consistindo quase exclusivamente em humanidade, o ensino secundário está longe de oferecer aos mancebos que o seguem os conhecimentos que eles deixaram de receber na escola primária.

De outro lado tem-se entendido que o ensino primário representa apenas a chave do secundário e superior, quando isso não é conforme a verdade.

A verdade, creio eu, é esta, a instrução primária, como indispensável ao geral dos homens, que não podem passar sem certos conhecimentos científicos, deve ser a miniatura do ensino superior. A secundária, visto não ter utilidade geral, ou só servir para fins especiais, é que bem pode ser considerada vestíbulo, chave ou porta de outros estudos. Quero dizer: sendo científica a escola primária, a secundária ou não existe ou existe limitada ao ensino clássico, servindo unicamente para

quem sai do curso de primeiras letras e deseja penetrar no domínio do estudo puramente literário.

Da inobservância destes princípios não nos têm vindo poucos males.

Nada tendo de científico o ensino primário, o que sabe quem percorre o seu estádio é apenas ler, escrever e contar mediocrementemente.

Ora, estes conhecimentos para que habilitam o homem? Para os ofícios mais vulgares; alfaiate ou sapateiro por exemplo.

Aquele, pois, que quer ser alguma coisa mais que alfaiate ou sapateiro, naturalmente recorre ao ensino secundário.

Mas este ensino, por ser quase todo clássico, também não habilita para nenhuma profissão. Temos portanto que o mancebo o começa e acaba sem ver abrir-se-lhe o horizonte que desejava. Não tenha ele meios de passar ao ensino superior, e em vão lamentará o tempo, que o seu recurso lhe fez perder no estudo do latim, do inglês, do alemão, da filosofia, da retórica e dos clássicos... querendo, mas não podendo trocar esses estudos por outros comparativamente menores, mas de maior utilidade.

Suponha-se que o mancebo pode cursar o ensino superior. Realizará nele os seus desejos? Nem sempre. O ensino superior lhe diz: “Hás de ser padre ou médico, oficial de marinha ou legista, engenheiro militar ou civil.”

Se ele por vocação ou por outro motivo não quer nenhuma dessas profissões, fica embaraçado na escolha e contrariado nas vistas que tem.

Daqui o grande número da classe dos legistas e dos médicos. Dos legistas principalmente por ser mais brilhante, mais fácil e mais útil a sua carreira.

E daqui as acusações que se têm feito a esta classe de exercer monopólio na sociedade. Acusações até certo ponto bem fundadas, mas que têm sido impotentes para lhe tirar a simpatia pública. Todos sabem que se ela exerce predomínio na sociedade não é porque o tenha procurado ou preparado, mas porque o criaram duas circunstâncias alheias à sua vontade. Uma, a excelência da sua instrução, por certo a

mais própria para dirigir os negócios da sociedade. Outra, o abandono a que tem condenado as outras profissões o nosso insuficiente plano de ensino.

Ainda há um mal que emana da mesma fonte. É a nenhuma influência, que aquelas profissões, salvo apenas a engenharia, podem exercer na indústria e na riqueza da sociedade.

Saibam o que souberem os médicos, os legistas, os padres e os oficiais de marinha, sua ciência será sempre impotente para produzir aquele efeito.

Por quê? Porque só as ciências que formam o naturalista, o agricultor, o negociante, o mecânico, o físico e o químico influem diretamente no progresso da sociedade. Sem elas nenhum país tem recursos, facilidades e cômodos, nenhuma nação tem vida própria e independente das outras. Elas é que espalham conhecimentos positivos, que preparam os manufactureiros e os chefes de oficinas e fábricas, que fomentam a indústria dos povos, que os ensinam a manipular os seus produtos e desenvolver os germens da sua riqueza.

Não se colija daqui que eu desestimo os estudos clássicos e tenho em pouco aqueles que representam o nosso pequeno mundo científico.

Todos esses estudos têm a meus olhos um valor igual ao daqueles que reclamo.

Não poderíamos dispensar nem os legistas, nem os médicos, nem os oficiais de marinha, nem os padres.

Digo mesmo com alguns autores que sem o estudo das humanidades e das letras a civilização seria incompleta, e a existência não teria poesia nem encanto algum.

A literatura, como as belas-artes, atua poderosamente no gênio, nos costumes e na felicidade dos povos.

Não há em nós um sentimento ou uma opinião que elas não combatam ou fortifiquem, não esclareçam ou pervertam.

Sem elas o ideal não estaria no espírito do homem, como sem Deus o infinito não estaria na natureza.

Por elas é que vivem as nossas mais nobres faculdades, como é nessas faculdades que as virtudes se inspiram, as grandes idéias se formam, as paixões se curam e os infortúnios se consolam.

Suprimi-as do seio de um povo, e elas reaparecerão no dia seguinte para se vingar dos seus perseguidores, ostentando mais vivo e mais brilhante o seu poder criador.

Mas nem por que assim falo posso negar que, para tais estudos produzirem bons resultados e não degenerarem em males, é preciso que cada um esteja dentro da sua esfera, satisfazendo a respectiva ordem de necessidades, e todos equilibrados concorram para o bem social.

O que isto quer dizer não há quem desconheça.

Sem dúvida são necessários os conhecimentos que propagamos. Eles não deixam exercer boa influência nos destinos do povo. Mas do modo por que o fazemos duas coisas são igualmente certas. É a primeira que tal influência ainda está por tomar as proporções que devera, por não correr de par com a de outros estudos que nenhum país pode dispensar. É a segunda que isso não sucederá enquanto o povo não tiver feito alguns passos na carreira da indústria e adquirido um sofrível fundo de bem-estar material.

Pode o que digo dar lugar alguma dúvida. Mas a reflexão logo mostrará que estou com a verdade. E para que ela mais se patenteie vou autorizar as minhas palavras com uma valiosa opinião. É esta de Lamê e Clapeyron, autores que escreveram sobre o ensino da França no tempo em que a sua situação era igual à nossa.

“A falta de educação profissional no mancebo que deixa o colégio e a lentidão dos estudos exigidos para o pequeno número de carreiras que se lhe oferecem, às vezes tal que ele chega à maioridade sem ter um estado, influem mais do que se supõe nos costumes e na prosperidade do país. A impaciência e a atividade do espírito na idade das paixões podem impelir o nome a grandes coisas quando ele tem o poder de obrar. Mas se a sua energia é quebrantada pelos obstáculos que apresenta uma profissão complicada ou de aprendizado longo e difícil, é raro que ela não desapareça, sendo substituída pelo desânimo ou pelo jogo, pela ociosidade ou pelas aventuras das especulações de todo o gênero.”

## II

Nos inconvenientes expostos é intuitivo que só serão removidos:

1<sup>o</sup> Formando-se a instrução geral com um ensino útil para todos que simplifique e diminua quanto for possível a instrução particularmente necessária a cada profissão.

2<sup>o</sup> Aumentando-se o número das carreiras oferecidas aos mancebos, que aspiram às profissões superiores, e assim diminuindo-se os embaraços que comprimem o vôo dos seus talentos.

3<sup>o</sup> Dispondo-se tudo para que ao chegar à maioridade possa cada mancebo ter o seu lugar na hierarquia social, e ver ante si a perspectiva do futuro a que lhe derem direito o seu talento, os seus estudos e o seu amor ao trabalho.

A consecução destes fins depende muito do ensino inferior. O curso do superior ou profissional não poderá ser breve se o inferior não lhe der alunos já senhores de sólida instrução.

Assim, deixando para o lugar competente o que tenho a dizer sobre as escolas superiores, vejamos agora que plano se deve dar ao ensino inferior, ou que conhecimentos devem constituir a instrução que o Estado pode tornar obrigatória e comum.

## III

Compreende-se que o Estado não pode querer formar um povo de sábios.

Um povo de sábios!... Eu não digo que isso seria um prejuízo como a algumas pessoas tem parecido. O que me parece fora de dúvida é que seria uma quimera.

Nos próprios países onde se professam todos os ramos de conhecimentos, não se contam os sábios às dúzias, nem se tem conseguido senão que seja muito geral a instrução dita comum, ou absolutamente indispensável a todos os homens.

Nos Estados Unidos por exemplo o ensino, diz M. Hippeau, não tem lacuna nem solução de continuidade, ou está organizado de

modo que cada ramo superior é a continuação do que imediatamente lhe precede.

Aí se conciliam perfeitamente os princípios da igualdade e a lei da progressão. Para todos os cidadãos há um só estádio científico ou literário. O ponto de partida, como o de chegada, é o mesmo para o rico e para o pobre. Entretanto muitos indivíduos, chegando ao limite do aprendizado absolutamente indispensável, dão por concluída sua educação e deixam a escola.

Por que assim sucede? Porque a uns falta a capacidade para irem adiante, a outros não os impelem as necessidades da profissão que pretendem seguir.

Assim o que o Estado pode e deve querer é que a nenhum homem falem os conhecimentos que todos, sem distinção de classes, devem ter a fim de conhecer a natureza e cumprir os seus deveres para consigo mesmo, os outros e a sociedade. Para que cada um conheça o *mundo externo, o individuo e a sociedade*, pode-se dizer em conceito mais claro e mais simples.

Deste modo o que se torna necessário? Primeiramente dar a cada um a chave, que abre todo esse edificio educativo na leitura e na escrita ou no conhecimento do idioma nacional aperfeiçoado pela caligrafia e pelos exercícios de redação, recitação e declamação. Em segundo lugar ensinar-lhe as matérias que podem mostrar ao homem o que é o *homem, o mundo externo e a sociedade*.

Ora conhecendo-se:

o homem, pela moral e pela religião, pela fisiologia e pela higiene, pela ginástica e pelo canto;

o mundo externo, pelas matemáticas e pelo desenho, pela Astronomia e pela Geografia, pela História Natural e pela Economia, pela Física e pela Química;

a sociedade, pelas leis da sua constituição e pelos seus princípios necessários;

é claro que para termos um completo sistema de educação popular devemos ensinar essas matérias a todos os cidadãos, segundo a sua importância, umas mais outras menos profundamente.

Só assim cada um se habilitará para bem preencher o seu destino como particular e como cidadão. Só assim a instrução poderá nivelar o rico ao pobre, dar a todos algumas idéias comuns, levar a luz ao interior das províncias e extinguir a barbárie dessas multidões, simplesmente guiadas pelo instinto, que pedem à terra o alimento e a riqueza da sociedade sem gozar o menor benefício da civilização. Só assim a sociedade poderá surpreender os talentos e quiçá os gênios que por aí vivem desconhecidos ou impossibilitados de se expandir ao brilhante sol da literatura e das ciências! Só assim literatura e ciências, ora cultivadas por uma pequeníssima parte do povo, poderão romper os diques dos seus estreitos limites e ensaiar e realizar os progressos de que tanto necessitamos.

#### IV

Este plano de ensino prolongará muito o aprendizado? Não há tal. Nos Estados Unidos é justamente esta a instrução comum, e entretanto ela não retém o aluno na escola senão até os 16 anos.

Concedo, porém, que seja longo. Ainda assim digo que deve ser preferido a qualquer outro. Atenda o leitor às vantagens que ele oferece, e verá se tenho razão.

Saindo da escola os alunos, homens ou mulheres, que não desejarem seguir altos estudos científicos ou literários, por isso que já possuem uma sólida instrução profissional, poderão ir logo exercer as profissões que houverem escolhido. Se algum conhecimento lhes faltar para elas facilmente o adquirirão nas escolas especiais.

Esses mesmos alunos que pretenderem seguir cursos superiores, de literatura ou ciências, não precisarão freqüentar liceu e outros estabelecimentos idênticos. Eles sairão das escolas inferiores perfeitamente preparados para os começar, podendo logo matricular-se nos colégios, faculdades ou universidades, onde os mesmos cursos se fazem.

Na América, donde trago o meu plano, quem quer se matricular nos colégios, faculdades ou universidades pode até prescindir do estudo das línguas, ou estudá-las vagarosamente durante o curso

empreendido, visto que todos os conhecimentos se acham explicados na língua nacional.

Esta última vantagem nós, por ora, não poderemos colher. Mas daí nenhum prejuízo vem ao plano que oponho.

Passando a ser científico o ensino primário, os preparatórios do ensino superior serão unicamente as línguas indispensáveis para cada curso. As línguas mesmo desde já bem podem ser reduzidas à francesa, e para o futuro até esta se dispensará!

Também nós teremos a felicidade de ver todos os conhecimentos explicados na língua que falamos. Tudo me induz a crer que não seremos os párias da civilização.

## V

Do que fica exposto se depreende qual a divisão que segundo os meus votos se deveria estabelecer no ensino público. Todavia julgo não dever passar adiante sem fazer este resumo das minhas idéias.

O ensino é dividido em dois ramos – inferior e superior – e cada um destes em duas partes – uma científica, outra literária.

Deste modo, o ensino inferior, partilhando quanto possível com o superior o domínio científico, será o prólogo deste, e tornará inteiramente inútil a divisão que ora se faz de estudo primário e secundário.

Inteiramente, note-se o sentido em que falo. Todo o ensino secundário será dado na escola inferior.

A mesma filosofia, que parece não estar no respectivo programa, faz parte do estudo da moral, e é perfeitamente dispensável como preparatório. O leitor sensato há de convir nesta verdade. Para o legista e o padre o melhor curso de Filosofia é o direito natural. Para o engenheiro e o médico ou não é necessária essa ciência, ou ela deve ser estudada na escola superior.

Quanto à parte clássica, compreendendo ela unicamente algumas das belas-artes e o estudo das línguas e letras, estará para os altos cursos de literatura na mesma razão de inferior para superior. Em consequência do que será ensinado a par dos outros estudos inferiores, mas

em cursos distintos,<sup>1</sup> e só quem aspirar os respectivos estudos superiores ou precisar de alguma língua estranha para penetrar no domínio de ciências não explicadas em português.

---

1 Depois de estar pronto este capítulo foi que me veio às mãos o escrito do Sr. Dr. Tavares Belfort sobre o Ginásio de Pernambuco, no qual se pretende dar ao ensino secundário uma organização até hoje nova no país.

O ilustre professor concorda comigo no modo por que aprecio os estudos clássicos e científicos, mas nossas opiniões deixam de ser iguais logo que tratamos de aplicá-las. Infelizmente não posso aceitar a sua lição. A divergência versa em ponto que reputo capital.

S. S<sup>a</sup> não se desprende inteiramente dos estudos clássicos para o fim de aconselhar que o Estado os proporcione só a quem deles carecer, o que é indispensável para se poder dar mais importância aos estudos científicos, sem ficar muito demorada a educação dos meninos.

Daí vem que, acumulando no seu programa estudos clássicos e científicos, foi obrigado a organizar o Ginásio com um curso de oito anos, todo secundário, inclusive o estudo da língua pátria, que começa pela análise gramatical e leitura dos clássicos, quando a escola inferior, sendo organizada como proponho, pode dar em nove ou dez anos não só o ensino primário como o secundário.

É verdade que o Ginásio de Pernambuco, segundo o Sr. Dr. Belfort, nos quatro primeiros anos habilitará para as carreiras industriais, comerciais e agrícolas e nos oito anos para as profissões liberais.

Mas nem assim posso ter o gosto de acompanhar S. S<sup>a</sup>.

Eu entendo que só se deve dar em comum a moços que aspiram diversas profissões o ensino de que todos devem precisar. Entretanto o programa de S. S<sup>a</sup> cria dependências que vão de encontro a este princípio. Os moços que se destinam às carreiras industriais terão de passar por estudos que não lhes são necessários só porque o curso é comum a eles e aos que aspiram outras profissões. Estão neste caso o alemão e o inglês. Podem essas línguas ser úteis ao aluno que pretende seguir o comércio, mas não o são aqueles que querem ser industriais ou agricultores, os quais só com o francês podem fazer os seus estudos.

Além do que penso ainda que o ensino destinado a formar comerciantes, industriais e agricultores deve ser dado em escolas especialmente preparadas para esses fins, sob pena de se fazerem inúteis despesas (Vid. o que noutro lugar digo sob a epígrafe – Algumas particularidades do ensino superior).

.....

## Capítulo Sétimo

### ALGUMAS PARTICULARIDADES DO ENSINO INFERIOR

#### I

A inteligência das crianças e a natureza do ensino exigem que este, depois de organizado como proponho, seja dividido em três graus.

Essa divisão deve ir do simples ao difícil e agrupar de cada lado os estudos que tiverem mais analogia. Eis aqui como a fizeram os americanos. Parece-me digna de ser adotada mesmo para não nos arriscar a perigosas experiências.

O ensino inferior é dado em três classes – classe primária, secundária e superior. Ao que correspondem estas denominações para as escolas – *primary school*, *secondary school*, *high school*, estando elas em localidades separadas, em outras estabelecidas juntamente num só edifício.

O tempo que os meninos levam em cada classe ou grau é cerca de quatro anos, e a idade em que eles podem deixar a escola, tendo estudado todas as suas matérias, é dezoito anos. Mas como no 2º e 3º graus se encontram diversos cursos facultativos (os do ensino clássico) não é preciso que o aluno chegue àquela idade para concluir os estudos indispensáveis.

Quanto às matérias ensinadas em cada grau temos:

No 1<sup>o</sup> – Leitura, escrita, cálculo, desenho, geografia, música, lições das coisas.

No 2<sup>o</sup> – Escrita, caligrafia, gramática, prática, definições, etimologias, análises, estudos das raízes, história literária (facultativo), aritmética, escrituração mercantil, geometria, trigonometria, álgebra, levantamento de plantas, desenho de arquitetura, astronomia, física, química, fisiologia, higiene, história natural nos seus diversos ramos, música vocal, lições das coisas, e línguas latinas, francês, alemão (cursos facultativos).

No 3<sup>o</sup> – Continuação do ensino dado no 2<sup>o</sup>, mas de modo mais científico e completo.

Neste grau de ensino, observa M. Hippeau, é que bem se distingue em várias localidades da América a escola inglesa superior da escola latina superior. Na primeira, o aluno conclui a educação que se chama profissional, e que vem das classes anteriores, sendo, por isso, muitíssimo desenvolvido o estudo das ciências matemáticas, físicas, químicas e naturais. Na segunda presta-se a maior atenção ao estudo das letras e línguas antigas e modernas, com que se hão de formar os literatos e os homens destinados a elaborar os numerosos materiais do passado.

À vista do que atrás disse sobre o ensino clássico é desnecessário notar que, tratando aqui deste apêndice das escolas do 2<sup>o</sup> e 3<sup>o</sup> graus, não é minha intenção reclamá-lo para todas elas. Acho, porém, que ele não pode deixar de existir já nas capitais das províncias, já nas mais importantes cidades.

## II

Abro aqui um parêntese para fazer ao leitor algumas observações.

Entre as matérias do ensino não se nomeia nem a moral, nem a religião, nem a história do país, nem estudo algum relativo à organização e princípios fundamentais da sociedade.

Por quê? A religião é ensinada nas escolas religiosas que ordinariamente são dominicais. A história do país e a organização e princípios gerais da sociedade o aluno aprende nos livros que se lhe dão para ler, e que o mestre lhe deve explicar à medida que a leitura progride, sendo

por isso que esta faz parte do programa das escolas de todos os graus. Quanto à moral é ainda do mesmo modo que ela se difunde. Sem sistemas, sem compêndios, sem raciocínios, às vezes, sem um livro da matéria, o professor a ensina por meio de explicações simples e freqüentes, ou por meio de anedotas, contos e exemplos a propósito do que ocorre, do que falta ou do que lê com os alunos. E o caso é que eles assim ficam sabendo mais moral do que se para esse fim seguissem cursos particulares.

Quantos professores deve ter cada grau do ensino? Tantas quantas são as matérias professadas, que se não podem acumular numa só cadeira. Desta regra apenas se tira o 1º grau, cujo ensino pode dar um só professor, ajudado por seus adjuntos e monitores.

Não se segue daqui que os professores do 1º grau devam saber menos que os dos outros graus. O direito que eles têm de subir do 1º ao 3º grau obriga-os a saber todas as matérias do ensino inferior, e nesse sentido é que são examinados nos concursos e instruídos nas escolas normais.

Observo por último que, sendo possível, o estabelecimento de todos os graus do ensino é mais conveniente em um do que em dois ou três edifícios.

Assim, se fomentará o estímulo entre os professores e eles ficarão mais expostos à vista do público, o que é uma garantia da sua conduta e da sua dedicação ao magistério.

Por outro lado é sobremodo útil à mocidade a reunião de muitos meninos em uma só casa.

Não se trata só de evitar a apatia dos estudos solitários e o tédio das vidas monótonas.

Dá-se com isso maior movimento ao seu corpo e maior atividade ao seu espírito.

Como consequência de uma e outra coisa os alunos desenvolvem-se mais e adquirem conhecimentos e relações que isolados não poderão adquirir.

Cada um tem camaradas, amigos e rivais de diversas idades e condições, que diretamente influem no seu caráter. Cada um sem deixar

a família, sem perder um só dia as carícias de sua mãe, faz o estudo da vida, por assim dizer, com toda a geração entre a qual tem de viver.

Enfim, por esse modo, a escola não será tão cara, como se pode supor. Um grande prédio e uma grande mobília, por muito que custem, custarão menos que três prédios e três mobílias. Quanto ao pessoal não pode ele deixar de estar na mesma razão do prédio e das mobílias. Um estabelecimento como o que proponho, sendo feito em ponto grande, poderia dar instrução a 2.000 meninos, tendo apenas 12 ou 15 professores. Entretanto, pelo sistema atual, 2.000 escolares pedem cerca de 25 escolas e outros tantos professores.

### III

Os americanos não só graduam o ensino como estabelecem subdivisões em cada um dos respectivos graus. Assim, o ensino do 2º e 3º graus é dividido, conforme os Estados, em 2, 4 ou 6 seções escolares, o do 1º grau em 2 ou 3.

Todos os alunos pertencentes a uma seção estão na mesma sala, e servem-se dos mesmos livros. Mas, para que haja regularidade no trabalho, uma parte deles prepara a lição enquanto a outra ouve o professor, seus adjuntos ou monitores, ou responde às suas perguntas.

Nisto ainda muito convém que imitemos os americanos, caso tenhamos de alargar o círculo do nosso ensino.

Essas subdivisões são exigidas pela capacidade dos alunos, que varia de uns para os outros, e faz com que nem todos possam marchar *pari passu*. Além do que constituem excelentes meios de se manter entre eles o estímulo necessário ao seu progresso.

Quanto ao pessoal cumpre-me dizer, para prevenir receios de grandes despesas, não é necessário um professor para cada seção. O professor de cada cadeira divide os seus alunos dentro das respectivas salas e ministra-lhes o ensino direta ou indiretamente por si ou por seus adjuntos e monitores.

### IV

Não empreendo a tarefa de mostrar as vantagens de cada uma das matérias do ensino inferior.

Elas estão ao alcance de todas as negligências, e eu, ainda que por alto, já tratei disso no Capítulo que imediatamente precede a este.

Todavia como o leitor desejará saber o que são essas *lições das coisas* que enumerei entre os mais estudos, demoro-me aqui um pouco para satisfazer o seu desejo.

Fale, porém, por mim o Sr. Hippeau.<sup>1</sup> Contento-me só com o chamar a atenção do leitor para o que ele diz da influência que tais lições podem exercer na imaginação dos alunos. Dando-lhe a conhecer a instituição por todos os seus lados o ilustre autor habilita-o a tirar dela as melhores vantagens.

“Sendo a teoria pela qual os filósofos expõem a ordem da aquisição dos nossos conhecimentos o ponto de partida de todo método de ensino, entenderam os mestres da infância que deviam dar uma parte cada vez maior ao que nos Estados Unidos chamam lições das coisas, *objects lessons*, ou *lessons on objects*, ou também *teaching objects*. Do primeiro ao último grau da instrução, este gênero de ensino oral sobe gradualmente desde as noções mais simples aos conhecimentos mais importantes. Merece pois ser aqui exposto com algum desenvolvimento.

Foi uma inglesa, Miss Jones, a primeira pessoa que, num colégio de Londres (*the home and colonial training institution*), expôs por modo metódico e praticou este ensino. Introduzido depois na América, rapidamente se propagou.

Muitos manuais, entre os quais se distinguem os de Miss Isabel Mayo, do Professor Krusi e o do Sr. Sheldon, superintendente das escolas de Oswego, popularizaram este gênero de instrução, hoje praticado em quase todas as escolas públicas.

Cumpra antes de tudo preparar os mestres. As *lições das coisas* são estabelecidas segundo os princípios que abaixo indicamos. Aprendem-nas os mestres em todas as escolas normais, e todo o estudo é pouco por parte deles. Tais princípios são:

Cultivar as faculdades pela ordem natural do seu desenvolvimento; por consequência começar pelos sentidos; não dizer à criança nada do que ela pode descobrir por si mesma. Reduzir cada objeto aos seus elementos mais simples. Explicar apenas uma dificuldade de cada

---

1 *Instruç. Pub. nos Estados Unidos*. Cap. V, Parte Primeira.

vez; caminhar passo a passo sem parar, pois que a medida da *informação* não está no que o mestre pode dar, mas no que o discípulo pode receber; dar a cada lição um fim determinado, imediato ou próximo. Desenvolver a idéia, depois a palavra, aperfeiçoar a linguagem, ir do conhecido ao desconhecido, do particular para o geral, do concreto para o abstrato, do simples para o composto; primeiro a síntese, depois a análise; seguir não a ordem do assunto, mas a ordem da natureza.

As lições das coisas só podem dar instrução real quando as noções que se dão ou se fazem descobrir às crianças forem justas, exatas e conformes a verdade. Daí resulta que o mestre precisa estar seriamente preparado. Corre-lhe o dever de determinar o assunto da lição e o fim com que ela se deve fazer, estabelecer enfim o seu plano, dividido em tantos pontos quantos forem necessários.

Destes preliminares se pode ver a importância que os americanos ligam a esta parte do ensino das escolas primárias. Eles o consideram como um meio seguro de exercer utilmente e desenvolver nos discípulos a atenção, a observação, a reflexão e o raciocínio. Aquilo que os métodos antigos buscavam produzir por meio do estudo das línguas consideradas até agora como a melhor ginástica intelectual, os mesmos mestres dos Estados Unidos julgam obtê-lo mais diretamente e com mais proveito pelo estudo das coisas.

Para proceder metodicamente, o mestre considera a educação da escola como a continuação da que o menino recebe na família. Este quando vai à escola já tem uma provisão de conhecimentos naturalmente adquiridos, os quais convém apresentar-lhe outra vez e acostumá-lo a compreendê-los. Os primeiros objetos de que se lhes falará serão os que já lhe são familiares; uma cadeira, uma mesa, uma faca, pão, leite, vinho, um livro, um relógio, etc. Trata-se primeiramente de o acostumar a olhar para o objeto, enumerar e nomear as suas diferentes partes ou propriedades.

Aqui está por exemplo uma laranja: cada menino chamado por sua vez nomeia e aponta as diferentes partes dela, a casca, o sumo, a polpa, as pevides, os gomos, o interior, o exterior, a superfície, etc., depois as qualidades: a cor é amarelo-sobrosado, a forma é redonda como uma bola, a polpa é doce e refrigerante, o cheiro agradável, etc. Aqui temos um livro: o discípulo nota o exterior, o interior, as orlas, os cantos, a encadernação, o papel, a lombada, os lados, a parte de cima, a

de baixo, o título, o prefácio, a introdução, as partes, as folhas, as páginas, a margem, as letras, os algarismos, as palavras, as frases, as sílabas, as linhas, os parágrafos: todas essas palavras de que se enriquece a sua linguagem são outros tantos fatos adquiridos pela memória, materiais de conhecimentos sobre que pode já exercer o seu juízo.

Eis uma lição deste gênero numa aula de meninos de oito a nove anos a que eu assisti numa escola de Boston.

Pusera o mestre na mesa um relógio, e os discípulos responderam por seu turno às perguntas que lhe foram feitas: *Mestre*. – Que objeto é este? *Discípulo*: É um relógio. *Mestre*: Examine-o e diga-me o nome e alguma das suas partes. *Discípulo*: O vidro. Outra parte? Os ponteiros. *Todos os discípulos*: Um relógio tem vidros e ponteiros. *Mestre*: Tem outras partes mais? *Discípulo*: Uma orla. *Mestre*: Há outras partes que não pode ver quando lhe apresento o relógio? *Discípulo*: Há o interior. *Mestre*: Olhe bem, e pode ver alguma coisa. *Discípulo*: O exterior. *Todos os discípulos*: O relógio tem um interior e um exterior. *Mestre*: Disse-me que o relógio tem ponteiros; em que ponto se tocam eles? *Discípulo*: Primeiramente no centro. *Mestre*: No centro de quê? *Discípulo*: No centro da superfície de cima. *Mestre*: Falou agora de mais duas partes do relógio. Tem o relógio uma superfície de cima e um buraquinho no meio; agora diga-me quantos ponteiros tem o relógio? *Discípulo*: Dois. *Mestre*: São iguais? *Discípulo*: Não. *Mestre*: Por que não são iguais? *Discípulo*: Porque um é comprido e o outro é curto. *Mestre*: Diga pois: o relógio tem dois ponteiros, um comprido e o outro curto. Vê alguma coisa na superfície de cima? *Discípulo*: Vejo umas figuras à roda da circunferência ao longo da orla. *Mestre*: Diga-me outra parte que já nomeou. *Discípulo*: O vidro. *Mestre*: Quantos vidros tem um relógio? *Discípulo*: Um só. *Mestre*: E o que é que esse vidro cobre? *Discípulo*: A parte superior do relógio. *Mestre*: Muito bem. Agora que já viram este relógio e disseram o nome de algumas de suas partes, qual é dos senhores que me pode dizer o meio de saber que se está perto de um relógio sem o ver? *Um discípulo*: Posso eu: o relógio faz *tic-tac*. Para que serve um relógio? Para dar a saber as horas. É verdade; mas não há outros objetos que marcam as horas? Há o sino. Pois bem, cantemos em coro a ação do sino. Os discípulos cantam:

*The neat little clock in the corner it stands.*

‘O lindo sinozinho  
Lá está no seu cantinho.’

Tal é em toda a sua simplicidade o primeiro grau destas lições das coisas.

Continuam estas lições, e o segundo passo consiste em mostrar aos discípulos objetos mais complicados ou menos comuns, e em lhes fazer conhecer os termos técnicos que exprimem as suas propriedades diversas. Assim é que eles vêm a ter idéias de todas as figuras geométricas dos corpos elásticos, flexíveis, transparentes, opacos, ásperos, polidos, luminosos; é assim que aprendem a distinguir os que são solúveis (o açúcar), semitransparentes (goma-arábica), porosos (esponja), etc. Pertencem a esta classe de objetos o sal, uma pena, a cera: uma vela, etc.

Estudando os objetos de ordem diferente, faz-se com que o menino distinga outras qualidades que são as que os sentidos percebem. Mostrando-se-lhe, por exemplo, lã e um pedaço de pano, faz-se com que eles conheçam os objetos *naturais* e os objetos *artificiais* ou *fabricados*, indígenas e exóticos, minerais, vegetais, animais, etc.

Tais são as noções que se tira das observações sobre a cal, o carvão, um fósforo, uma folha de rosa, o mel, uma borboleta, uma ostra, uma agulha, etc.

Depois de ter desenvolvido, por meio destes exercícios, que podem ser multiplicados e variados até o infinito, aquilo a que os psicólogos dão o nome de faculdades *perceptivas e intuitivas*, fonte e origem das idéias sensíveis, cumpre não já nomear e distinguir somente os objetos, mas descobrir as analogias ou diferenças que possam existir entre eles no ponto de vista físico e moral.

Já os discípulos são assaz adiantados e podem escrever na pedra ou no papel os resultados de suas observações. Escolhem-se, por exemplo, para que eles escrevam e expliquem as propriedades, objetos pertencentes a uma mesma classe. As especiarias (pimenta, noz-moscada, gengibre, cravo, etc.). Os líquidos (água, vinho, azeite, cerveja, tinta, leite). Os metais (ouro, prata, mercúrio, chumbo, ferro, estanho). Depois vê os principais objetos pertencentes às grandes divisões dos reinos mineral, vegetal e animal. Finalmente versam as explicações sobre os principais

tecidos de algodão, lã e seda, os objetos fabricados, porcelana, agulhas, tesouras, limas, penas, etc.

Destas observações, informações, explicações e comparações continuadas e metodicamente graduadas não resulta somente o dar elementos de uma instrução real, o prover a inteligência de conhecimentos positivos de incontestável utilidade; não substituem somente, e felizmente para as crianças, aquela ciência puramente verbal que dão os estudos gramaticais começados antes da idade em que lhes podem ser úteis; em suma, não interessam ou seduzem somente os alunos, cuja curiosidade é constantemente alimentada e executada pela imensa variedade dos objetos que alternadamente lhes apresentam; servirão principalmente para despertar, aplicar, desenvolver, fortificar todas as faculdades do entendimento; não entra nesse estudo nenhuma dessas idéias vagas ou mal definidas, que para a maior parte das crianças são apenas sons inutilmente ouvidos, palavras vazias de sentido, aceitas de confiança, inútil fardo com que se lhes atulha a memória. As lições das coisas as acostumarão a ver e a ver bem, a observar, a distinguir, a julgar, a comparar, e a raciocinar. As lições das coisas ainda não constituem a ciência, mas preparam maravilhosamente o espírito para um ensino científico.

Quando os alunos estudam depois seriamente a física, a química, a geologia, a mineralogia, a zoologia, botânica, etc. vão entrar num mundo desconhecido; conhecem as principais produções da vida, os processos de fabrico empregados na maior parte das fábricas, onde o trabalho do homem transforma os produtos da natureza; levam às profissões comerciais e industriais noções que mais de uma vez terão de aplicar.

Tal é o fim a que os americanos querem chegar por meio deste método, que se aplica a todas as partes do ensino, e cujo espírito se encontra até nos altos estudos dos colégios e faculdades.

O costume de proceder por meio de informação e investigação, de raciocinar sobre fatos positivos, deve produzir sempre úteis resultados no domínio das ciências; mas, transportado para a arte, a literatura, a filosofia, a história, deixa na sombra uma das mais brilhantes faculdades do espírito, a imaginação, que, como veremos, tem secundário papel no sistema geral da educação pública nos Estados Unidos. Não falta às crianças essa faculdade, e é bom não deixá-la dominar.

Coisa excelente é, sem dúvida, essa lição das coisas, e fora conveniente que a introduzíssemos em nossas escolas; mas seria perigoso dar-lhe importância exclusiva. Aprendendo de cor as fábulas do nosso La Fontaine, as crianças não obtêm a respeito das plantas, animais e homens somente aquelas noções que lhes dá esse grande observador da natureza; acham também o encanto da narração, a vivacidade das pinturas, as alusões picantes, a sutileza das réplicas, a delicadeza dos sentimentos. As lições de moral prática e as impressões que se colhem delas deixam no espírito dos meninos vestígios profundos. Desta sorte se formam e desenvolvem neles aquelas qualidades do espírito e do coração, sem as quais nenhum progresso é possível no domínio da arte e da poesia.

Não se trata com assaz cuidado nas escolas dos Estados Unidos dos estudos capazes de desenvolver o sentimento e formar o gosto. Abusa-se da observação, abusa-se do *nihil est in intellectu nisi quod fuerit prius in sensu*, o que leva o mestre a insistir em certos meios muita vez pueris. Numa escola de Brooklyn, aliás perfeitamente dirigida, assisti eu a uma instrução moral. Propunha-se o mestre a demonstrar aos discípulos a necessidade da ordem. Mandara vir para a mesa um copo, um pires, uma colher, uma espevitadeira, uma vela e um castiçal. Todos esses objetos estavam postos em desordem sobre a mesa.

Chamou o professor uma criança, e convidou-a a pôr esses diferentes objetos na ordem conveniente, o que ele fez, pondo o copo no meio do pires, a colher ao lado direito do pires, a vela no castiçal e a espevitadeira na salva deste. Quando esses objetos estavam espalhados na mesa, enchiam-na por modo desagradável; postos em seu lugar e arranjados simetricamente, desembaraçavam a mesa por modo que a gente podia servir-se dela. Os olhos tiveram ante si um duplo espetáculo, da ordem e da desordem, e a inteligência compreendera por que razão a primeira é preferível à segunda.

Prefiro a lição que se seguiu a esta. Trouxeram para a aula um ninho de passarinho. Depois das perguntas do uso: Que objeto é este? Quais são as suas partes? Com que e por quem foi feito? Onde foi achado? Depois de algumas observações acerca da indústria dos pássaros, da bondade e sabedoria de Deus, que lhe deu o admirável instinto com que eles acham e dispõem com tanta arte os diversos materiais que empregam etc., o mestre contou como algumas crianças, sem piedade,

tiraram um ninho onde havia cinco passarinhos, à vista da própria mãe, que, voando à roda da sua querida ninhada, soltava pios lamentosos, capazes de enternecer os mais duros corações. A narração era feita de um modo simples e tocante. Os meninos pareciam comovidos. Perguntou-lhes o mestre o que pensavam do proceder dos furta-ninhos; unanimemente o condenaram. A lição era boa; mas teria o mesmo valor, ainda quando não falasse previamente aos sentidos das crianças mostrando-lhes um ninho. Um professor francês, lendo ou fazendo recitar uma fábula de Florian, produziria nos alunos a mesma impressão.

Não é objeto destas observações condenar um sistema de instrução, que em muitos pontos se apropria maravilhosamente às disposições naturais da infância. Noto simplesmente o que lhe falta. Reconhecendo por um lado a utilidade dos exercícios com que os nossos mestres desenvolvem as faculdades intelectuais e morais de seus alunos, não cessaremos de lhes recomendar o uso do método americano do ensino por meio dos objetos; é extremamente proveitoso. Com certeza se alcançariam excelentes resultados, se cada um dos dois países, imitando do outro o que lhe falta, empregasse ao mesmo tempo os dois métodos de ensino.”

.....

## Capítulo Oitavo

### ALGUMAS PARTICULARIDADES DO ENSINO SUPERIOR

**E**stabelecido o ensino inferior pelo modo que fica dito, todo o ensino científico ou literário além dele precisa para qualquer profissão entrar na categoria do ensino superior.

I

O ensino superior, já o disse noutra lugar,<sup>1</sup> não deve ser menos livre que o inferior. Mas como então só o encarei pelo lado do professor, acrescento agora que nele até os alunos devem ser livres.

Nada de pontos e bedéis! Estas palavras, outrora tão sábias, são hoje condenadas pela civilização. Ensino todo facultativo e procurado só por pessoas, que têm uso de razão, não pode mais sofrer a compressora e inútil tutela em que tem jazido.

Vá o estudante à aula quando lhe parecer, estude como e quando quiser, nenhuma conta se lhe deve tomar por essa conduta, uma vez que ele no exame mostre aplicação e aproveitamento.

Para isso os exames devem ser vagos e rigorosos. Convençam-se os lentes de quanto é salutar o seu rigor, ou não se levem pela pálida e fria luz das complacências, e assim farão mais serviço ao país do que obrigando os alunos a uma assiduidade que às vezes nada significa.

---

1 Capítulo 3º desta parte.

Como conseqüências desta reforma duas coisas ainda se devem proscrever. Uma é a bárbara lei das *jubilações*. Outra é a rasoura que submete ao mesmo nível todas as inteligências, fazendo com que a mediana, o talento e o gênio completem os seus estudos dentro do mesmo lapso de tempo.

Por melhores intenções que ele tenha, o Estado não pode em circunstância alguma fechar o templo da ciência a quem nele quer entrar, nem dizer a quem entra “Entrai, mas haveis de demorar-vos tal ou tal tempo.”

Num como noutro caso o Estado ataca a liberdade do cidadão, e lhe ocasiona graves prejuízos.

O fraco, o pobre de espírito deixa de alcançar o fim que se propunha, que era melhorar a sua condição. O rico de talento e de forças, que dentro de pouco tempo bem pode concluir os seus estudos, sendo condenado a retardá-los até que passe o período dentro do qual quer a lei que todos estudem, sacrificará sem necessidade as suas aspirações, esperando mais do que fora preciso as vantagens que o estudo procura.

## II

Como eu o leitor há de crer que não satisfazem as nossas necessidades os poucos estabelecimentos de ensino superior que possuímos.

O país destina-se a viver da agricultura, e quer mas não pode aperfeiçoá-la.

Muitos ramos de indústria têm de nascer da exploração das suas riquezas naturais.

Outros que já nasceram ainda não atingiram o desenvolvimento de que são susceptíveis.

Para conseguirmos estes fins só um meio se conhece: é a vulgarização das ciências cosmológicas.

Entretanto pode-se dizer que os nossos homens científicos são unicamente médicos ou legistas!

Estou certo de que a iniciativa particular muito há de ajudar-nos a sair desta situação logo que for libertado o ensino superior.

Como, porém, pode demorar-se o aparecimento da iniciativa particular e as províncias, cujas rendas são quase todas absorvidas pelo

Estado, pede a urgência, que há em remediar-se o mal, que o Estado cuida quanto antes em fundar escolas daquele gênero.

Nem lhe pareça que desempenhará cabalmente o seu dever criando a universidade, que tanto preocupa o Sr. Ministro do Império.

O ensino universitário é de absoluta necessidade. Ele criará no país uma plêiade de homens notáveis, e mais que qualquer outro promoverá o seu desenvolvimento pela variedade de instrução que comunica aos estudantes.

Mas além de que não basta uma universidade, essa mesma está destinada para a Corte, onde só será útil à mocidade de poucas províncias.

Pode o Governo dizer que hoje ninguém faz questão de distâncias. Mas a verdade é que nem só as distâncias devem ser tidas em consideração. Hoje mesmo quantos moços de capacidade, desta e de outras províncias, por falta de meios deixam de estudar em Pernambuco, na Bahia e nas outras partes onde há ensino superior? Entretanto esses moços poderiam estudar e ser úteis ao país se em suas províncias encontrassem os estabelecimentos científicos que desejam freqüentar.

Dirá o Governo ainda que com isso nada se perde. Esses moços se fariam médicos ou legistas, o que já temos de sobra. Mas nem esta afirmação, em sentido absoluto, é rigorosamente exata, nem eu estou lamentando aquelas classes pela perda desse contingente. O que lamento é a sorte dos cidadãos, que podem ser aproveitados, não importa dizer em que ciência, mas que entretanto se perdem longe dos centros científicos só porque não têm recursos para viver fora do seio de suas famílias. Demais o Governo não poderia falar por esse modo dos médicos e legistas se ao mesmo tempo que criou estabelecimentos para formá-los criasse os que são necessários às outras profissões.

Assim, como o que presentemente nos convém é pormos a ciência ao alcance de todos, se o Estado não pode criar pelo menos dois centros universitários, que deixe o seu projeto para melhores tempos, e por ora cuide só em criar os focos científicos que mais interessam. O contrário é iludir a necessidade ou ainda uma vez melhorar a Corte em prejuízo do resto do Império, especialmente das províncias centrais e do norte, que a respeito de instrução como de tudo jazem numa verdadeira miséria.

### III

Não posso dar aqui o plano das escolas científicas que reputo necessárias. Todavia mostrarei sucintamente a sua natureza e organização. Se minhas idéias parecerem úteis, que pessoas mais habilitadas se encarreguem do seu desenvolvimento.

### IV

É das ciências naturais que depende o conhecimento, a manipulação e o aproveitamento das nossas riquezas, como é da engenharia que dependem os estabelecimentos, os edifícios, as obras, os meios práticos, em suma, que podem ser necessários àqueles fins.

Enquanto as ciências naturais e a engenharia não vulgarizarem os seus princípios, nós viveremos cercados das coisas mais preciosas, sem sequer suspeitarmos os recursos que elas podem oferecer-nos.

Mas para ter lugar essa vulgarização é preciso que o país possua homens científicos. Portanto devemos instituir para formá-los pelo menos seis cursos de ciências naturais e de engenharia: dois ao norte, dois ao sul e dois no centro do Império.

### V

Mas é claro que não basta a criação dos cursos de ciências naturais e de engenharia, nem o núcleo de homens científicos que eles hão de produzir.

Primeiramente esses homens não podem ser em grande número. Em segundo lugar o industrial não precisa ser engenheiro nem doutor em ciências naturais.

Daí a necessidade das escolas chamadas profissionais.

Profissional por via de regra se diz todo ensino superior, pois todo ele habilita o homem para o exercício de uma profissão. Todavia, falando-se em sentido mais restrito, quase sempre dá-se esse nome ao ensino que pode influir no desenvolvimento da agricultura, da indústria ou das artes.

Mas para que esse ensino seja útil e a todos aproveite, duas condições são necessárias. Primeira: que se lhe dê um caráter geral, isto é, que, abrangendo ele conhecimentos próprios para diversas profissões,

habilite o estudante para todas elas, sem habilitar especialmente para nenhuma. Segunda: que todas as províncias o tenham nas suas capitais.

## VI

A idéia deste ensino é uma das muitas criações da revolução francesa.

Segundo leio em Lamé e Clapeyron criou-se na França a escola politécnica “para que todos os homens que se destinam às diversas funções da sociedade aí recebam a primeira instrução profissional, ou uma instrução harmoniosamente combinada de modo a ser comum e útil a todos antes de se distribuírem pelas escolas de aplicação, onde cada serviço é feito por um curso de estudos de especialidade mais pronunciada”.

Infelizmente durante o Império foi esta bela instituição restrita só à carreira militar.

E, por desgraça nossa, aqui também onde um arremedo dela nasceu na Escola Central do Rio de Janeiro, o funesto exemplo da França imperialista fez com que a mesma escola tivesse caráter meio civil meio militar.

Poderão, pois, as escolas gerais que proponho ter o nome de Centrais, mas não acumular funções de tão diversa natureza.

Para as necessidades da época bastam os engenheiros militares e os oficiais de artilharia que se formam no Rio de Janeiro.

As escolas das províncias devem preparar agricultores, chefes de indústria, negociantes e artistas, isto é, homens instruídos e úteis, que se interessem pela paz e não pela guerra.

Funde o Governo as escolas que quiser ou puder, se lhes faltar este fim não se terão consultado os verdadeiros interesses do país.

Tem o Brasil imenso número de lavradores e negociantes, e pensa já em dar o maior desenvolvimento à indústria e às artes.

Mas contará ele muitos lavradores e negociantes suficientemente instruídos para o exercício das suas profissões? Terá ele ensaiado a carreira industrial e artística pelo modo que convém aos seus interesses? Que estabelecimento de instrução há no Império com o fim de preparar estes trabalhadores?

Em regra pode-se dizer que nem os negociantes, nem os lavradores, nem os poucos industriais e artistas que contamos têm as habilitações e o saber que reclama o meneio dos seus negócios.

Se não que me digam a razão de tantas falências e de tantas empresas arruinadas ou sem futuro.

É claro que a falta ou a má qualidade das vias de comunicação e transporte, a incerteza das nossas coisas e o pequeno número da população do país ocasionam estagnações ou ruínas. Mas uma causa bastante poderosa se ajunta a essas, e exerce maior influência que elas: é a falta de instrução profissional.

É essa instrução que ensina o trabalhador a apreciar devidamente o fim de que se ocupa e as forças de que dispõe. Sem ela ninguém conhece a extensão dos seus recursos e dos seus meios, ninguém avalia exatamente o partido que pode tirar da situação e dos fatos que se lhe apresentam. Sem ela o trabalhador anda quase sempre às cegas. O valor de uma descoberta – por exemplo, uma nova máquina, um novo processo –, a importância da experiência, os aperfeiçoamentos que esta tem dado às coisas, o limite dos sacrifícios que um ensaio pode merecer, a economia e a qualidade dos produtos que nascem da divisão, da regularidade e da homogeneidade do trabalho, tudo lhe é desconhecido.

Quantas riquezas que ora se desconhecem seriam aproveitadas pela sociedade se os negociantes, os lavradores, os industriais e os artistas soubessem a economia política e a história agrícola, comercial e industrial de todos os povos! Se conhecessem a física, a química, a mecânica e a artística! Se estudos positivos e efeitos em comum lhes inspirassem as salutares idéias do interesse recíproco, da solidariedade social, da justiça e da ordem!

## VII

Assim determinado o caráter das escolas profissionais, não se podem dispensar as escolas chamadas de aplicação ou especiais.

O fim destas escolas é habilitar o aluno para aplicar a um gênero qualquer de trabalho os conhecimentos gerais, que ele adquirir nas escolas centrais.

M. Jules Simon depois de apresentar a escola Turgot, de Paris, como tipo das escolas profissionais comuns, estabelece assim a necessidade das escolas especiais.

“É certo que estabelecimentos do gênero da escola Turgot dão uma instrução geral. Daí vem uma importante questão a decidir-se. De que se trata quando se fala de escolas profissionais? Pretende-se preparar o aluno diretamente para uma profissão? Então trata-se das escolas de aprendizado. As escolas de aprendizado são uma coisa e as profissionais, outra. Seria uma desgraça a sua confusão. A falar a verdade, as duas escolas são necessárias. É urgente multiplicarmos as escolas profissionais, mas ao mesmo tempo devemos criar escolas de aprendizado em todos os centros de indústria. Isto não é pedir muito. Em matéria de instrução, nunca se pede muito, e, para não falar senão de finanças, afirmo até que jamais se daria dinheiro a maior prêmio.

“Assim a escola profissional deve ser prática sem ser especial. Com a especialidade nada se fará de bom. É impossível preparar na mesma escola um tecelão e um mecânico. A escola que tiver uma forja não poderá ter um tear. Diversas oficinas, diversos misteres, mestres de diversas profissões não poderão com economia e proveito estar juntos sob uma direção única. Tudo seria malfeito, e nenhuma especialidade teria bastante alunos para poder se sustentar. Pela mesma razão as escolas de aprendizado, muito distintas das profissionais, só especiais devem ser.”

## VIII

Como organizaremos as escolas centrais? Como as especiais? Se daquelas deve haver uma em cada província, quantas destas devem haver no Império?

Tratarei particularmente de cada uma destas questões.

## IX

As escolas centrais devem ensinar: matemática, mecânica, física, química, história natural, fisiologia, economia política e desenho linear.

Os estudos, porém, serão divididos em duas partes, uma teórica e outra prática.

Pelo que cada escola deve ter um laboratório de física, química e os aparelhos e instrumentos indispensáveis ao curso.

Na parte prática se deve dar a maior importância aos seguintes trabalhos:

Em química – as principais experiências do curso, a fabricação dos respectivos produtos, o conhecimento das substâncias simples nos minerais, a análise de alguns deles.

Em física e mecânica – as propriedades dos motores, a composição e confecção das máquinas destinadas a utilizá-los, as leis conhecidas sobre a resistência dos materiais, a carpintaria, o corte das pedras, a arte de fabricar e trabalhar o ferro e os mais metais, enfim todos os princípios científicos que servem à indústria e aos meios que o homem tem imaginado para utilizar as forças e as produções da natureza.

Em desenho – a explicação e confecção dos modelos de geometria descritiva, de sombra, de perspectiva e planos topográficos.

Estes estudos são precisos para quem quer ler no espaço, ver com os olhos do espírito os mais complicados objetos de arte, conceber e conservar na cabeça as alterações que se lhes devem fazer.

Não pode dispensá-los nem o lavrador, nem o chefe de fábricas, nem o negociante.

O lavrador tem edifício a construir, superfícies de solo a modificar, caminhos a fazer, canais de irrigação a cavar, instrumentos e mecanismos a dirigir e aperfeiçoar.

O chefe de fábricas tem motores e máquinas a assentar fornos e outras obras a fazer que a cada passo desmandam modelos difíceis.

Enfim o negociante não pode prescindir desses estudos se quiser ter conhecimento exato dos objetos, que tem de expedir ou receber, assim como dos armazéns ou depósitos que faz, dos navios que freta, dos projetos que toma a si ou deseja secundar com o seu crédito e os seus capitais.

Três anos serão necessários para que os alunos possam tirar proveito de cursos tão importantes.

A única condição da entrada deve ser a prova dos exames das escolas inferiores.

O aluno que completar o curso terá o título de bacharel em ciências, e assim se distinguirá dos que estudarem ciências naturais e

engenharia, que por fazerem estudos mais profundos e mais longos serão doutores.

## X

Na criação das escolas especiais cumpre que o Estado em primeiro lugar lance suas vistas para a agricultura.

O país é essencialmente agrícola, e durante muitos anos só da agricultura tirará todos os seus recursos.

Demais a história da humanidade prova que pela agricultura é que começam todos os melhoramentos. Seus produtos é que fomentam o comércio, a indústria e as artes. Sem certo bem-estar os homens não têm desejos nem aspirações. Sua vida é um desânimo, seu único sonho o grosseiro alimento de que precisam. Às vezes até se esquecem da inteligência e deixam suas faculdades se entorpecer no marasmo em que vivem!

Depois que todas as províncias tiverem escolas agrícolas, a atenção do Estado deverá voltar-se para as industriais. As escolas industriais, como diz M. Jules Simon, devem ser fundadas nos centros industriais e principalmente para as indústrias dominantes.

Como, porém, entre nós não há centros industriais nem indústrias dominantes é mister que as escolas tenham em vista as indústrias, que mais ou menos possam desenvolver-se nesta ou naquela região do Império. Muito conviria que houvesse, por exemplo, no vale do Amazonas uma escola destinada a ensinar o fabrico da borracha e das suas principais transformações; na província do Maranhão, que é tão rica de minas, uma escola desta especialidade.

Finalmente lançados no país os germens da sua prosperidade industrial e agrícola, pede o comércio, que tem de permutar os respectivos produtos, que se lhe dêem as habilitações para isso necessárias.

Assim, não falando das artes liberais, que só podem existir nos países, que já têm desenvolvido todos os seus recursos vitais, e de que por isso agora não me ocupo, de três qualidades devem ser as nossas escolas especiais: agrícolas, industriais e comerciais.

Quanto aos cursos, como as escolas especiais só admitirão quem tiver passado pelas centrais, o que o aluno deve provar no ato da matrícula, todos os estudos se farão menos teórica que praticamente, e serão:

Para as escolas agrícolas – agricultura, horticultura botânica, geologia, geodésia, meteorologia, mineralogia, economia rural, zoologia, zootecnia, veterinária, química vegetal e de indústria agrícola, escrituração, instrumentos agrícolas, culturas especiais.

Para os industriais – arquitetura, história da indústria universal, mecânica industrial, economia, química aplicada à indústria e às artes, o ramo das ciências naturais que ao aluno mais convier.

Para as comerciais – economia política, história do comércio, direito comercial, estatística, escrituração do comércio, operações cambiais, moedas, pesos, medidas dos países estrangeiros, línguas que os alunos quiserem saber.

É desnecessário notar que se as escolas centrais não podem dispensar instrumentos, muito menos prescindirão deles as escolas especiais, sobretudo as primeiras e segundas.

Assim, que cada uma deve ter seus aparelhos de física, seu laboratório de química, seu motor, suas máquinas de experiência.

Por último observo que o curso bem poderá ser de dois anos, atenta a instrução que os alunos já possuem quando saem das escolas centrais.

Deste modo o aluno, tendo deixado a escola primária aos 15 ou 16 anos, e a central no fim dos 19 ou 20 anos, conclui sua educação o mais tardar ao atingir a maioridade, e vai começar sua vida justamente quando, pelo atual plano de ensino, muitos moços se matriculam nas escolas superiores!

## XI

Estabelecido por esta forma, o ensino superior, com certeza colheremos dele grandes vantagens.

Primeiramente desaparecerá essa espécie de fanatismo que até hoje tem havido pelos estudos literários, médicos e de direito.

Em segundo lugar, como esses estudos serão substituídos por outros mais positivos e de imediata influência no bem-estar dos homens, a mudança aproveitará não só a quem os seguir, mas à sociedade e ao Estado.

Com trabalho inteligente e executado debaixo de preceito será maior a nossa produção, e portanto também a riqueza nacional.

Como resultado destes bens os recursos que ora nos faltam aparecerão em toda a parte.

Enfim, se não posso dizer que viveremos num reinado de Saturno, não falto a verdade afirmando que uma feliz transformação se operará na nossa vida, nos nossos costumes e no nosso caráter.

Quem não vê é a pobreza que traz os cidadãos de pernas quebradas, sem independência, sem força e sem vontade? Que desaparecendo aquele mal pelo trabalho e seus proventos todos andarão sem embaraço ou obstáculo algum, e o que é mais, cheios de energia, de vida e de nobre altivez?

## XII

Pede ainda este capítulo uma observação que reputo muito importante.

Para que não falhe nenhum dos resultados que espero do ensino que proponho, três instituições se devem criar ao lado das respectivas escolas.

São elas os jardins botânicos, os museus e os conservatórios de artes e ofícios.

Servem os jardins para o estudo da geologia e da botânica. Os museus para as ciências físicas e naturais em geral. E os conservatórios de artes e ofícios, como museus industriais que são, para confirmar aos estudantes pela vista dos instrumentos e experiências práticas, as idéias que a teoria lhes dá.

Dizendo isto não preciso encarecer a importância dessas instituições.

Destinam-se elas a auxiliar o estudo de ciências que ninguém aprende sem fazer exames práticos. Podem, portanto, ser consideradas senão como o seu olho, que é a luz teórica, ao menos como o guia da sua aplicação.

Estas proposições não são só intuitivas: acham plena confirmação na história das ciências naturais.

O Sr. Dr. Ladislau Neto, nas suas *Investigações sobre o Museu da Corte*, mostra que as ciências naturais nunca poderão fazer sérios progressos enquanto não existirem museus e jardins botânicos.

Por quê? Pergunto e respondo com o ilustrado autor que cito. Como nem sempre basta para reconhecermos um homem que nunca vimos que nos façam a melhor descrição dele, também não basta a descrição de uma pedra, de uma árvore, ou de uma planta conhecida para o estudante poder encontrá-la no meio de muitas outras semelhantes.

Se daqui se vê a necessidade dos jardins e dos museus, o mesmo sucede à dos conservatórios de artes e ofícios.

Uma coisa é ouvir a descrição de um processo e de uma experiência, ou ver o desenho de um instrumento, e outra é ter à vista esse instrumento e assistir a esse processo ou a essa experiência.

Bons olhos, bons ouvidos, boa inteligência podem muita vez dispensar a presença do objeto descrito, ou a prova da experiência inculcada.

Mas é claro que isso nem sempre há de suceder, mesmo porque há muito quem não tenha bons olhos, bons ouvidos e boa inteligência.

Importa, pois, que o governo, fundando as escolas centrais e especiais, não se esqueça daqueles indispensáveis complementos delas. Do contrário a sua utilidade não estará na razão dos sacrifícios, que se hão de fazer para sustentá-las.

.....

## *Capítulo Nono*

### DOS MEIOS DISCIPLINARES

A

I

lei da instrução pública não deve omitir a abolição dos castigos corporais e aviltantes.

Nem só isso se torna necessário.

Ela deve decretar severas penas para os seus infratores, porque de outro modo nada conseguirá.

Como nesta província em algumas outras esse princípio é já disposição legal. O exemplo, porém, do que aqui se dá me faz crer que uma tão salutar medida em parte alguma passa de letra morta.

Os castigos corporais, a experiência mostra que só produzem um efeito: aterrar os meninos e indispô-los contra a escola e o professor.

Os aviltantes, a palavra mesmo diz o que são e o que fazem.

Pôr-se o menino, em plena aula, de joelhos, com os braços abertos, no chão ou sobre uma mesa, pregar-se à sua roupa um letreiro ou um emblema irrisório, colocar-se-lhe uma cabeça de burro, ou fazer-se qualquer outro castigo semelhante, não é só como parece entregar a criança à risota dos companheiros. É desmoralizá-la, tirar-lhe todo brio, abater-lhe o amor-próprio, o sentimento de dignidade, e torná-la desconfiada de si mesma pela consciência da sua nenhuma valia.

Para ter-se um bom sistema de castigos muito concorrem as divisões dos edificios escolares.

Uma casa escolar, além das divisões reclamadas pelo ensino e recreio dos alunos, deve ter salas destinadas a prisões e outros castigos menores.

Na Suíça, onde não se conhece a pena de expulsão nem se chama o pai a intervir para que os meninos cumpram os seus deveres, contam-se em algumas escolas quatro salas destinadas à correção dos alunos culpados.

Logo que um tem cometido faltas, de que não se emenda por admoestações e outros meios, é levado a uma sala, que se chama sala da reflexão.

Se ele aí grita ou se revolta contra o castigo, ou se passado o tempo da reflexão é posto em liberdade, mas não se mostra corrigido, levam-no para outra sala já inferior à primeira, onde passa o dobro do tempo que esteve nesta.

Se a segunda sala é improficua, outra inferior espera o culpado, onde fica detido a trabalhar por um ou dois dias sem aparecer à família, que apenas é avisada para lhe mandar as necessárias refeições.

Se nesta sucede o mesmo diminuem-lhe a comida, e passam-no para uma sala pequena e quase escura, mas nem por isso sem arejo, onde ele fica recluso dois ou mais dias, tendo por leito um duro enxergão.

Com estes castigos tenho ouvido dizer que não há gênio que se não dome, obstinação ou índole que se não vença. Alguns meninos na segunda ou terceira sala já imploram a liberdade com mil protestos de se emendar.

Entre nós isto é impossível. E não só presentemente mas talvez por muito tempo. As escolas que possuímos não têm senão uma sala, e essa mesma em regra de pequena capacidade. As que o Governo está fazendo, pouco melhores serão que as velhas. Feitas a esmo, como quaisquer outras casas, sem se ter em vista o fim a que se destinam, e debaixo do funesto pensamento “antes muitas sofríveis que poucas boas”, elas não servirão<sup>1</sup> sequer para os exercícios escolares, logo que se alargar plano do ensino.

---

1 É o que está sucedendo nesta província.

Enquanto, pois, não tivermos escolas que se prestem ao emprego das reclusões, que são os castigos mais eficazes, poderemos substituí-los por estes:

1º Advertência do professor.

2º Repreensão do professor, diretor ou superintendente da escola em público ou em particular conforme as circunstâncias.

3º Privação de recreio.<sup>2</sup>

4º Privação de notas boas.

5º Ficar o culpado sozinho na escola depois de seus companheiros se retirarem.

6º Adicionar-se à pena antecedente a obrigação de fazer algum trabalho.

7º Participação ao pai, tutor ou diretor do aluno.

8º Expulsão.

O aluno expulso, compreende-se, não fica condenado a crescer na ignorância. Prevenindo este caso a lei deve estabelecer que o pai é obrigado a dar-lhe instrução, em qualquer outra escola pública ou particular.

Passando de umas para outras escolas o aluno patenteará sua crônica tanto aos novos professores, como aos novos colegas, e é possível que assim se emende.

Não é, pois, de presumir-se que um mau aluno, correndo todas as escolas da localidade, chegue à última sem estar corrigido.

Se todavia isso acontecer, a primeira depois de todas deve-se-lhe franquear como último e supremo recurso.

É aqui que mais sensível se torna a necessidade de um bom sistema de reclusões escolares. Sobre ser muito rigorosa a pena de expulsão nem sempre pode ser empregada. Às vezes não tem o aluno que a merece outra escola para recebê-lo, como sucede no interior das províncias, resultando daí este triste dilema. Ou o menino é expulso, e mais nada aprenderá, ou fica na escola, cujo professor tem desrespeitado e

<sup>2</sup> Esta pena nem sempre será exequível pela falta de recreio nas escolas. É outro defeito que não se procura remediar nos novos edifícios! Terrível amor à rotina!...

desmoralizado, com grande prejuízo da disciplina escolar e dos bons costumes dos outros alunos.

## II

Se se castiga o mau para tornar-se bom deve-se premiar o bom para tornar-se melhor. Assim todas as nações cultas vêm na distribuição dos prêmios escolares um excelente meio de fomentar o estímulo e manter a ordem entre os alunos.

É preciso, pois, que o Brasil também distribua prêmios nas suas escolas.<sup>3</sup>

Nem me oponham a teoria dos escritores, que, reprovando a emulação como móvel de conduta, condenam os prêmios escolares como fonte de presunção, ódio e inveja entre os meninos.

É um erro gravíssimo o querer-se separar da educação toda idéia de interesse e recompensa. A educação pública pelo menos ficaria incompleta perdendo uma das suas maiores vantagens, que é de certo modo representar a vida social.

O interesse na vida do homem não é o único móvel da sua conduta, mas o é de muitas ações. Seus trabalhos nem sempre são recompensados, porém, por mais que se fale de obrigação e dever, jamais se conseguirá que o interesse seja uma coisa sem significação para a espécie humana.

Demais se a coexistência dos homens produz paixões e algumas delas podem ser funestas, não é isso motivo para que as afastemos inteiramente das relações dos meninos, sob pena de lhes mostrarmos o comércio do mundo por um aspecto mentiroso.

A educação pública não repousa nas mesmas bases da doméstica.

Esta principia por assim dizer com a vida, e põe o menino sob a dependência das pessoas.

Aquela começa quando ele passa ao domínio das coisas.

A primeira, toda moral que é, só um bem tem por fim, o do menino.

---

<sup>3</sup> Já os decretou a província do Pará. Falta agora que se cumpra a lei.

A segunda, de caráter legal, subordina-o aos interesses da sociedade, de que ele faz parte, e por ser formada no interesse de todos considera secundário o interesse particular.

O menino na casa paterna não obedece ou não preenche suas funções senão para cumprir o seu dever.

Assim não é razoável, seria mesmo perigoso o recompensá-lo por isso. Ele contrairia o hábito de não considerar o dever obrigatório quando não tivesse certeza de recompensa.

Outro tanto, porém, não sucede ao menino que se acha numa casa de educação pública.

Sem dúvida que as considerações do dever não são alheias nem à sua aplicação nem à sua conduta. Ele não poderia mesmo prescindir desse elemento da educação doméstica. A melhor educação é a que associa a pública à doméstica, e esta é a única, em que o sentimento no dever pode ser inspirado em toda a sua intensidade.

Mas nem por que o escolar peça à escola os motivos da sua emulação e à casa do pai esse amor ao dever que a educação pública substitui por outros móveis,<sup>4</sup> segue-se que ele não tenha contraído outras relações fundadas sobre outros princípios.

Ele se acha em concurso com dezenas de meninos da sua idade, que por certo não se conduzirão igualmente bem.

Ora, aqui produz-se uma nova idéia de justiça. O menino já não encontra a justiça paterna, que, como a divina, galardoa cada um segundo o seu mérito pessoal, mas a justiça da sociedade que proporciona o prêmio de cada um ao seu mérito comparativo.

Esta justiça preside a maior parte das relações dos homens. Todos têm o sentimento dela. Ela nasce e produz-se com a sociedade, e, porque é indispensável à manutenção da ordem, deve ser satisfeita e respeitada. É preciso que quem pratica o bem saiba que o mérito tem direito à superioridade, e quem pratica o mal que o demérito exclui a igualdade.

O prêmio escolar em face destes princípios é, pois, conveniente e necessário tanto para o menino que o merece como para o que não se mostra digno dele. Ele não quebra em nada a força do dever, que conserva

---

4 Menos puros mas não menos legítimos, diz Mme. Guisot (*Letres sur l'Education*) que me fornece estas idéias.

à parte os seus motivos e as suas recompensas. Não é simplesmente a exatidão no cumprimento do dever que se procura recompensar, pois disso não se trata quando o menino está sem competidores. A recompensa é o preço da sua superioridade, a expressão de um direito adquirido por ele e respeitado pelos outros. Nada portanto mais legítimo e mais moral que semelhante triunfo.

Livre dos moralistas a idéia dos prêmios escolares topa logo outra objeção.

“Os prêmios aumentarão muito as despesas do ensino” – observam pseudo-economistas.

Esta objeção, porém, não tem sequer a aparência da que acabo de refutar.

Primeiramente ela não ataca a idéia em si, mas na sua realização, e isso mesmo só na parte em que depende dos meios pecuniários.

Em segundo lugar, que me permita perguntar: Por que se gasta com a instrução? Porque dela é que resulta o desenvolvimento intelectual, moral e industrial do país. Ou porque a riqueza intelectual é a base dos costumes e da riqueza material de todos os países.

Ora, se assim é, dê-se-lhe tudo que for indispensável sob pena de gastar-se inutilmente. Se em geral a economia mal entendida é um verdadeiro prejuízo, com relação à cultura moral do povo é não só isso, mas ainda uma negação dela, das suas vantagens, dos seus benefícios, o que quem objeta não põe em dúvida. A instrução está para o povo na mesma razão em que a semente está para a terra. Como quanto mais semeada mais produz a terra, quanto mais instruído e desenvolvido for o povo, tanto mais feliz ele será.

Duas ordens de prêmios se podem estabelecer: prêmios distribuídos pelos mestres no correr do ano letivo e prêmios distribuídos pelos examinadores na ocasião dos exames.

Os primeiros são:

O elogio do mestre.

A distribuição de boas notas.

O lugar de honra.

Os bilhetes de satisfação.

Se o aluno se porta bem ou dá boas contas dos seus estudos, o professor o elogia publicamente, persuadindo-o a conduzir-se de modo que mereça melhor distinção.

Este prêmio é de grandes vantagens.

M. Daligault<sup>5</sup> diz – “Quanto as crianças temem a reprimenda do mestre gostam de receber demonstrações da sua satisfação”.

Cumpre, porém, que a respeito haja muito discernimento e muita cautela. O elogio freqüente pode tornar-se inútil; e o exagerado fará o aluno orgulhoso e indócil.

Se o aluno se porta de modo tal que parece pouco o elogio verbal, o professor deve dar-lhe, de vez em quando, sempre porém nos sábados, uma nota significativa do seu prazer, a qual pode ser redigida assim:

ESCOLA PÚBLICA DE...	
GRAU...	
Nota boa concedida ao aluno F... por sua conduta e aproveitamento (ou só por uma das duas razões)	
Data	O professor F. de Tal.

Sustenta o aluno a posição que lhe alcançou as primeiras notas boas, e chega a contar certo número delas, *v. g.* 15 ou 20. Neste caso, como o seu merecimento exige uma demonstração mais importante, o professor ao encerrar a escola no sábado lhe dará um lugar de honra, que ele perderá logo que outro aluno apresentar maior número de notas. Está entendido que em igualdade de condições podem dois ou mais alunos ocupar lugares de honra, assim como que um só aluno pode excluir, por excesso de notas, todos aqueles que o não igualarem.

<sup>5</sup> *Curso de Pedagogia.*

Em alguns países esta distinção é acompanhada de uma medalha que o premiado traz ao peito enquanto não perde o seu lugar. Conviria muito seguirmos este costume.

Acontece às vezes que o aluno, que se recomenda pela conduta, não pode se recomendar pelo aproveitamento.

Para se distinguir uma da outra superioridade convém haver lugares de honra por conduta e por aproveitamento. Uns à direita, outros à esquerda do professor.

Como complemento enfim destas distinções está o bilhete de satisfação, em que o professor comunica ao pai, tutor ou diretor do menino o quanto se acha satisfeito com ele.

Este bilhete poderá ser feito assim:

ESCOLA PÚBLICA DE...	
GRAU...	
O aluno F. mostra-se digno de louvor pela sua conduta e aproveitamento (ou só por uma das duas razões)	
Data	O professor F. de Tal.

Cumpra observar que o bilhete de satisfação deve ser enviado no dia em que o aluno conquistar o lugar de honra, e bem assim que só neste caso é o mesmo prêmio admissível.

Estes incentivos não podem deixar de produzir salutareos efeitos.

Importa, porém, que o professor use deles com a necessária cautela.

O que há pouco disse do elogio exagerado e freqüente pode-se dizer de todas as outras distinções quando elas não são inspiradas pela justiça e feitas à luz de um irrepreensível critério.

Os prêmios distribuídos pelos examinadores devem ser livros ricamente encadernados e medalhas de prata e ouro.

Estes prêmios são no dizer de M. Daligault, os mais honrosos e estimáveis. Sem eles nenhum valor os outros teriam.

Para que, porém, eles possam produzir todos os seus efeitos não devem ser conferidos só pelo resultado dos exames, mas também pelo merecimento que os alunos houverem mostrado durante o ano.

Não passarei adiante sem consignar aqui mais uma idéia que me parece boa.

Também da qualidade das salas escolares se pode tirar partido para estímulo dos meninos.

Isto por ora, bem sei, é tão impossível como a prisão escolar. As nossas escolas não se prestam às necessidades do ensino. Mas Deus nos livre de que elas assim continuem. Portanto, já que manifestei a idéia, é justo que eu diga como a poria em prática.

Conforme já mostrei, deve a aula, seja de que grau for, ser dividida em duas ou mais classes, ocupando cada classe a sua sala.

Para essa medida, cujo fim já declarei, servir também ao estímulo dos meninos basta uma condição.

Tenha cada classe a sua sala, cada sala as suas decorações e os seus aprestos escolares, mas de modo que a segunda seja melhor que a primeira, a terceira melhor que a segunda, e assim por diante, desde o simples necessário e decente até o rico e luxuoso esparso em profusão.

À entrada da escola o aluno ocupa a primeira sala, e, como esta é já bastante agradável, naturalmente gosta de ocupá-la.

Sabe ele, porém, que quanto mais depressa se preparar no estudo da primeira, tanto mais cedo passará para a segunda. E assim emprega todos os seus esforços para alcançá-la.

Na segunda o mesmo sucede por amor à terceira, e assim por diante se esta não é a última.

Lembro ainda que para maior incentivo dos meninos o professor, ao receber um novo aluno, deve mostrar-lhe toda a escola, mas, uma vez designada a sua sala, proibir-lhe o ingresso nas salas superiores sem ser para elas chamado.

Deste modo, não só o que ele viu como a proibição que se lhe fez o tornará tão ambicioso da honra que ele com certeza a conseguirá no menor tempo que lhe for possível.

Muito pode o amor-próprio, a curiosidade e o estímulo do mistério.

### III

Nem só as escolas inferiores precisam dos meios disciplinares.

Posto não sejam infantes, os alunos do ensino superior são igualmente suscetíveis de merecer prêmios ou castigos.

Convém, pois, que na organização das respectivas escolas se tenha em vista essa necessidade para o fim de se lhes aplicar o que fica dito tanto quanto seja possível.

.....

## *Capítulo Décimo*

### DA ADMINISTRAÇÃO E INSPEÇÃO DAS ESCOLAS

#### I

A

quem deve competir a administração das escolas?  
Ao Estado, à província, ao município?

Eis aqui uma das maiores questões, a que a instrução pública pode dar lugar.

Entremos, pois, nela com o critério e cuidado precisos.

#### II

A instrução pública, sabe-se, é objeto de interesse local e geral. Posto que em grau diferente ela interessa simultaneamente ao Estado, à província e ao município.

O governo central, diz M. E. de Laveleye, pode melhor que os poderes locais apreciar a importância e necessidade da instrução.

Daí para ele o direito de determinar as bases e os princípios de um bom ensino público.

Mas qual daquelas entidades está em melhores condições de poder administrar as escolas, tomando prontamente as providências que o serviço cotidiano pedir?

Parece-me que é resolver a questão o simples fato de a collocarmos nestes termos. Se a província e o Estado estão longe das escolas, para logo se vê que não são os melhores administradores que lhes convêm.

Com efeito, de um lado a dificuldade da inspeção, de outro a demora nas providências do serviço, faz com que nem a província nem o Estado possa bem dirigir as escolas e provê-las do necessário.

Assim a administração delas pertence naturalmente aos municípios, que além disso têm todo interesse em possuir bons professores.

Pelo menos é esta a lei de todas as nações civilizadas, exceto só a Inglaterra, onde o Estado apenas coadjuva a iniciativa individual, única base da instrução, sem todavia intervir nela.

Ora, conhecido este princípio, como devem operar os municípios? É o que o leitor vai ver no seguinte discurso. Tratarei primeiramente do ensino inferior, depois do superior.

### III

Na América do Norte o ensino de cada Estado é dirigido por uma comissão central, eleita pelos pais de família, e chamada *Board of Education*; o de cada município, por uma junta escolar eletiva, a que se dá o nome de comissão municipal.

Tanto uma como outra comissão é pessoa civil, e tem capacidade para receber donativos e legados, bem como para contratar em nome da instrução pública.

Ao lado quer da primeira quer da segunda comissão existe ainda um superintendente, em certos lugares eletivos, noutros não, o qual toma a si a parte ativa da administração, e tem por um dos seus principais deveres o fazer conferências em favor da instrução e visitar as escolas que lhe são sujeitas,<sup>1</sup> para informar à respectiva comissão sobre o seu estado e necessidades.

A inspeção das escolas, a vigilância das despesas, os exames dos professores, são, como diz M. Hippeau, as principais funções da comissão geral.

---

1 O superintendente-geral, as escolas de todo o Estado, o municipal, as do município.

Ela é que marca as juntas municipais os quinhões que lhes cabem no fundo geral da instrução, quem regula a soma das taxas cobradas pelo Estado para a manutenção das escolas, quem escolhe e compra livros, quem convoca as reuniões dos professores.

Sem embargo, porém, da influência e autoridade, quer das comissões centrais quer dos seus superintendentes, as juntas formadas nos seios dos municípios é que são os verdadeiros administradores das escolas.

Assim é que elas, por si ou por seus superintendentes, visitam as escolas, examinam tudo que diz respeito ao governo, ensino, estudo, procedimento dos professores, livros clássicos, estado material dos edifícios escolares, velam pela execução dos regulamentos e dirigem às comissões centrais minuciosos relatórios sobre a situação material, moral e financeira das escolas.

Fora para desejar que as escolas do Brasil tivessem uma administração como as americanas.

Caso, porém, se entenda (ó! desgraça!) que não estamos preparados para tanta liberdade, procuremos ao menos tirar daquele molde o que com vantagem pode ser aproveitado.

Assim formemos as comissões municipais sem lhes darmos logo todas as funções das juntas americanas, e imitemos as comissões centrais criando um conselho literário em cada província, e investindo esse conselho de alguns dos poderes que ora exercem os presidentes e os atuais inspetores da instrução.

Mas há dois pontos em que a reforma não pode transigir com o *status quo*.

Um é a criação dos superintendentes. Outro é a personalidade civil, quer das juntas quer dos conselhos, para que possam contratar e receber donativos em bem do ensino público, pois este sem essa condição não poderá ter o patrimônio que noutra lugar hei de propor.

O conselho já não é novidade. Sabe-se que o tem o Município Neutro, e, além de outras, as províncias do Rio de Janeiro, Pará, Bahia e Pernambuco, não havendo uma só que pense em extingui-lo, pelo contrário louvando todas igualmente as suas vantagens. É certo que nenhum dos conselhos existentes tem personalidade civil. Mas não é para temer-se

que esse novo caráter venha arruinar a instituição, sendo os conselhos formados por homens esclarecidos e honestos.

A junta não está no mesmo caso do conselho, isto é, não há experiência que a defenda, mas tudo me faz crer que se ela for estabelecida com algumas cautelas não abusará da sua personalidade.

Perguntará o leitor: Não poderiam as vereações fazer as vezes das juntas?

Desde que reconhecemos que a administração do ensino deve estar no município, faz-se preciso que, ou criemos pessoa que contrate em seu nome ou demos esse poder às vereações.

Mas essa pessoa não pode ser individual. Para repelir semelhante pretensão basta lembrar-se a história dos atuais delegados literários, e ver-se a soma de poder, que pela reforma tem de residir no município.

Ora, sendo necessária uma pessoa coletiva não há dúvida que a junta é preferível à vereação.

A vereação, posto pareça muito própria para cuidar do ensino, pelas muitas funções que tem a exercer, oferece menos vantagens que uma administração particularmente eleita para aquele fim.

Mas não é este o único motivo pelo qual devemos preferir a criação da junta escolar.

Pugnando por esta instituição na França, M. de Laveleye disse: “Eleger homens especiais, encarregá-los de missão especial, torná-los especialmente responsáveis por seus atos é o mais seguro meio de chegarmos ao fim proposto.”

Na verdade, a eleição, tendo só por fim constituir uma comissão escolar, torna mais sensível quer para os eleitores quer para os eleitos a importância de tudo que toca ao ensino, e, por consequência, faz esperar que uns e outros cumpram melhor os seus deveres.

Enfim o superintendente também representa idéias de interesse capital.

Parte ativa da administração central ou municipal, nele é que reside o poder executivo do conselho ou da junta.

Na América é o superintendente que visita as escolas e fiscaliza o seu estado, dando deste informações ao conselho ou à junta para serem tomadas as providências necessárias.

Ora, criar entre nós um tal emprego é encarnar nele a satisfação de uma das maiores necessidades do ensino – a inspeção das escolas. Necessidade que Mr. Rice, antigo superintendente de Nova Iorque, aprecia nestes termos: “Precisamos de inspetores inteligentes e enérgicos, a fim de obtermos um sistema uniforme de ensino, economia nas despesas e atividade eficaz e real da parte dos professores. Tudo depende da inspeção. Sem ela o resto pouco vale e as escolas não servem ao público em razão do que elas custam ou do que se deve esperar.”

A estes fins o superintendente poderia unir outro não menos importante: reconhecer as inteligências superiores e tirá-las da multidão.<sup>2</sup>

Ele interrogaria os alunos de todas as escolas e procuraria descobrir as capacidades e aptidões especiais que fazem os sábios e os grandes artistas, ou essas invencíveis inclinações, que são, por assim dizer, o instinto dos grandes destinos. Esta colheita todos os anos repetida nas escolas inferiores não teria por fim só enriquecer perpetuamente as superiores. Daria ao mundo os tesouros intelectuais que a Providência nos prodigaliza, e que à falta de instrução vivem, se não despercebidos, inúteis e sem honra para a humanidade.

Toda a lei sobre a instrução que esquecer esta medida não será completa. O fim do Estado, derramando a instrução por todas as classes, não é só ensinar o povo a ler, escrever e contar. É também velar para que não se perca nenhuma das inteligências que compõem a população, e fazer surgir todas as superioridades, pondo cada uma no seu lugar por meio da instrução que o seu talento reclama.

Concluído o meu trabalho neste ponto observo que as comissões não devem ser numerosas nem ter longa duração. Pode cada uma renovar-se de dois em dois anos, tendo a junta três e o conselho cinco membros.

Ambas, porém, devem reunir ao caráter de eletivas a condição de ser remuneradas.

Eletivas, ficarão independentes do governo e só dependentes do povo que é diretamente interessado pela instrução, e que assim se acostuma a pensar nela.

---

2 Idéia de Aimé Martin – *Education des Mères de Famille*.

Remuneradas, terão um incentivo para bem desempenhar os seus deveres, e darão lugar a que mais facilmente sejam punidas em seus abusos.

E se é justo que se remunerem essas entidades nesta parte nada preciso de dizer quanto aos superintendentes ou visitantes das escolas.

Só lembro que eles devem ser nomeados e demitidos pelos Presidentes das províncias sob proposta motivada das comissões.

A razão é que não podendo os Presidentes ficar alheios ao serviço do ensino público, precisam ter junto a cada comissão uma pessoa de sua confiança que cumpra suas ordens no que for da sua competência e lhes dê conta dos atos dos conselhos e das juntas a fim de as coibirem nos seus desmandos.

Observo enfim que os superintendentes nenhuma autoridade podem exercer sobre as comissões: seu fim é inspecionar as escolas, dar expediente ao serviço que não precisar de deliberação das comissões, servir de mediano entre elas e os Presidentes e esclarecer estes, a legislatura e o público sobre o estado e necessidades do ensino. Pelo que todos os anos os superintendentes dos municípios dirigirão minuciosos relatórios aos conselhos centrais, e à vista deles os respectivos superintendentes, em relatórios gerais, que serão dirigidos aos Presidentes e publicados pela imprensa, consignarão tudo que convier ao serviço.

Desnecessário é dizer que nestas reflexões compreendo não só o ensino inferior das províncias, mas também o que se acha a cargo do Estado.

Assim que no Município Neutro deve haver, em vez do conselho existente ao lado da inspetoria, uma comissão escolar que reúna toda a soma de poder que se descentralizar nas províncias.

#### IV

Agora as escolas superiores.

De todos os ramos do serviço nacional aquele que menos se compadece com a centralização é o ensino público.

Por um lado é preciso interessar nele o maior número possível de cidadãos. Por outro cada escola tem necessidades cotidianas, cuja satisfação não pode ser retardada sem prejuízo.

Partindo deste princípio entendo que até a instrução superior deve estar a cargo das províncias, e, pela sua desnecessidade, me oponho à criação do pretendido Ministério da Instrução Pública.

Assim, se estivesse em minhas mãos, estabeleceria por este modo a administração das escolas superiores.

O Estado passará para as províncias a administração das escolas superiores, e na mesma lei em que o fizer se obrigará pelas respectivas despesas.

Do Estado para com as mesmas escolas só um direito se reconhece: o de ver se lhes são aplicados os fundos provenientes da sua contribuição. Em consequência do que pelos administradores provinciais lhe serão dados todos os esclarecimentos que nesse intuito forem pedidos.

Os negócios mais altos e mais graves que o ensino possa suscitar serão resolvidos pelos governos provinciais, sob proposta das escolas: por estas somente os que não estiverem nesse caso.

Para esse fim cada escola, isolada ou não, formará um conselho, e o mesmo terá lugar nas universidades.

Os conselhos das escolas serão formados em seu seio, isto é, se comporão dos respectivos professores.

Os das universidades serão compostos dos diretores das faculdades a elas anexas e dos lentes catedráticos das mesmas.

Cada conselho terá seu presidente e sua personalidade civil.

Será presidente do conselho da escola aquele dentre os professores que anualmente for eleito para esse cargo.

Será presidente do conselho universitário aquele dos presidentes das escolas que tiver sido mais votado.

Ao conselho universitário competirão todos os negócios de interesse geral da universidade, como a economia e política do estabelecimento, a aplicação das penas disciplinares, que excederem a alçada dos conselhos das escolas.

Ao conselho de cada escola pertence o respectivo regime científico, bem como o cumprimento das leis que lhe disserem respeito.

Ao da universidade a fiscalização de todo o ensino que em suas escolas se der.

Aos presidentes dos conselhos das escolas e universidades pertencerá toda a parte ativa da administração.

As nomeações dos lentes das universidades serão feitas pelos respectivos conselhos. A razão é que a posse de bons professores entende essencialmente com o crédito da universidade que ninguém mais que ela tem interesse em zelar.

Para que assim seja deve assistir ao concurso não só o conselho da respectiva escola, como o da universidade, em que a mesma escola se achar.

As nomeações dos lentes das escolas isoladas também deverão ser feitas pelos seus conselhos, mas, como a escola isolada não está no mesmo caso da universidade, podem-se tornar as nomeações dependentes da aprovação do governo.

Está entendido que as nomeações de lentes só em concurso devem ser feitas, assim como que deve haver um concurso para o lugar de substituto e outro para o de lente efetivo. A sociedade instituindo o concurso não procura e não obtém senão o mérito comparativo. Tal indivíduo que se mostrou bom para o lugar de substituto pode parecer mau para o de lente efetivo, se novas aptidões forem admitidas a disputar com ele esse lugar.

A colação dos graus na escola isolada será feita na presença do seu conselho pelo respectivo presidente. Na escola reunida em universidade assistirá também o conselho desta, e será o ato feito pelo seu presidente.

Os exames das escolas serão negócios particulares de cada uma enquanto não se tratar de conferir o grau de doutor. Então formar-se-á para conhecer da aptidão do candidato um júri composto dos professores da respectiva escola, de um pelo menos de cada uma das escolas, universitárias ou não, existentes na localidade, e de qualquer pessoa que se apresentar para argüir o examinando.

Acima dos conselhos ficarão as assembléias para votar as despesas do ensino, e os Presidentes das províncias para autorizar a satisfação das mesmas despesas.

Em cada universidade, bem como em cada escola, haverá um tesoureiro para tomar conta do seu patrimônio, bem como para receber do cofre público os fundos destinados ao estabelecimento e dar-lhes a devida aplicação. Este empregado é da confiança do conselho, portanto só por ele pode ser nomeado.

Para sanar qualquer inconveniente que possa nascer da independência, em que ficam as escolas, o ensino superior terá seus inspetores em todas as províncias, pertencendo a sua nomeação aos respectivos Presidentes.

Os inspetores do ensino superior visitarão todas as escolas e universidades e fiscalizarão o seu estado material, moral e financeiro, dando informações de tudo aos Presidentes. Para se fazer efetiva essa fiscalização os inspetores terão o direito de exigir dos conselhos os esclarecimentos que forem precisos.

Os inspetores do ensino superior podem entender também com as escolas e universidades particulares, mas só nos precisos termos, em que ao Estado é lícito intervir no ensino inferior.

## V

M. de Laveleye, descrevendo a organização das escolas americanas, diz que duas coisas sobretudo atraem a atenção de quem as visita. Uma é a aplicação do princípio econômico da divisão do trabalho; outra, a força que elas tiram da publicidade dos seus negócios.

Eis aqui como o mesmo autor se exprime a este último respeito.

“A palavra e a imprensa é que dão movimento a tudo. O superintendente, cuja influência é enorme, não atua sobre o Poder Legislativo, nem sobre as comissões escolares, nem sobre os eleitores, de quem por fim tudo depende, senão por meio de discursos e relatórios. Aí tudo é obra da convicção, nada do constrangimento. Este sistema requer mais luzes e exige mais esforços; porém dispõe de mais eficácia porque é suportado pelo apoio e desvelo de todos.”

Seria para desejar que no Brasil também o ensino público tivesse a publicidade por agente.

Nesse intuito, pois, proponho que cada conselho central tenha um periódico, onde se imprima o expediente da administração das escolas

e se dê publicidade a todas as idéias, que possam interessar à instrução pública.

Estatística escolar, livros clássicos, relatórios da instrução, conduta dos professores, estado das escolas, conferências pedagógicas, métodos de ensino, tais deviam ser os assuntos dos jornais da instrução.

Falando das escolas conviria que tratassem nomeadamente das más, e com todos os detalhes possíveis, como se pratica no Canadá. Seria isso uma pena justa e um estímulo poderoso.

Os periódicos da instrução devem ser distribuídos gratuitamente pelos professores e mais empregados do ensino, pelos pais de família, pelos legisladores e pelo geral dos cidadãos.

Sem esta condição não se espere que eles produzam seus efeitos. As assinaturas serão poucas, e as idéias não passarão de círculos muito limitados.

Não falando da Corte, a única parte do Império onde (ao que me consta) o ensino público tem folha especial ao seu serviço é a cidade de S. Salvador, na Bahia. Publica-se ali à custa da província um periódico mensal, que conta mais de três anos de existência. Que aproveitem as outras o exemplo, e nenhuma se arrependerá de fazê-lo.

PARTE TERCEIRA  
ALGUMAS INSTITUIÇÕES  
NECESSÁRIAS

.....

## *Capítulo Primeiro*

### DAS ESCOLAS NOTURNAS

*D*

I

isposições como as que ficam apontadas darão por força o resultado de generalizar a instrução.

Como não obstante pode suceder que muitas pessoas cresçam na ignorância é forçoso que o Estado, pelos visitadores das escolas, ou por quaisquer outros empregados, procure ter conta delas e providencie para que se lhes dê a conveniente educação.

Os lugares em que se pode achar o pessoal dessa triste exceção, todos o sabem, são muitos.

Sublime espião, um empregado zeloso e vigilante, faria muitos recrutas, por assim dizer, em cada uma das classes sociais.

Há, porém, três jazidas certas desses tesouros não aproveitados. Uma é a prisão, outra o exército, outra a última camada da sociedade.

É preciso, pois, aumentar-se o número das escolas do exército, estabelecer-se o ensino em todas as prisões e criar-se uma escola pelo menos em cada município para os ignorantes adultos que não estiverem no caso dos soldados e dos presos.

Mas como todos esses infelizes, durante o dia, pedem mais ou menos ao trabalho a satisfação das suas necessidades, torna-se indispensável que as suas escolas sejam noturnas.<sup>1</sup>

## II

Este ensino não deve ser menos obrigatório que o da meninice. Como a lei obriga o adulto a trabalhar pode obrigá-lo a aprender, porque uma coisa é tão moralizadora como a outra. Além do que já mostrei que sem instrução nenhum trabalho pode ser proficuo.

Também não há inconveniente em que as escolas dos adultos sejam comuns a ambos os sexos. Havendo fiscalização e rigor, e dando os professores bons exemplos de respeito e decência, homens e mulheres aprenderão juntamente sem faltar aos deveres da mais severa moralidade.

## III

Tenho ouvido dizer que a sociedade só para os meninos pode estabelecer a instrução obrigatória. Os adultos que sofram as conseqüências da sua ignorância.

O que parece ao leitor?

Para mim semelhante dito é próprio de bárbaros. Ele importa este contra-senso – a sociedade pode punir até com a morte o ignorante que se torna culpado, mas não pode ministrar-lhe a instrução, que há de afastá-lo do crime!

Isto só seria bastante para mostrar o valor do raciocínio, que o mesmo dito traduz.

Não obstante direi ainda que ele é, além de injusto, perigoso e de funestas conseqüências.

Injusto porque ninguém tem culpa de crescer na ignorância, e se alguém a tivesse, devia-se dar desconto a um erro próprio da juventude. O deixar, pois, o Estado, como pena, o ignorante na ignorância seria infligir-lhe um castigo imerecido.

<sup>1</sup> Tem a Bahia uma escola na cadeia, mas funciona de dia. Também na Corte, em S. Paulo e Pernambuco há escolas nas prisões.

Perigoso e de funestas conseqüências porque, passada a meninice, a sociedade deve reconhecer no homem o direito de ser ignorante.

Os refratários à lei do ensino obrigatório completariam a idade escolar longe da escola e depois se apresentariam ao Estado escarnecendo das suas prescrições!

Ora, o Estado não pode ser impassível ante os efeitos de uma tal relutância.

A instrução não é uma necessidade só da infância e para a infância.

O homem aprende quando menino para utilizar-se dos seus conhecimentos quando adulto.

Adulto mesmo a necessidade da instrução é cotidiana. A vida inteira é um aprendizado de todas as horas e tão imperioso que a instrução da infância fica incompleta, e tende a minguar para quem a ele se não submete.

Daqui se vê que para o Estado há tanto interesse em dar instrução a meninos com a adultos. Às vezes até perde ele mais com um ignorante do que ganha com alguns instruídos.

Se, pois, apesar dos esforços que ele emprega, a sua rede educativa não apanha todos os menores, corre-lhe o direito e o dever de ir procurar na maioridade os infelizes escapos, e chamá-los para a escola, ou levar-lhes a instrução lá onde se acham sem poderem adquiri-la.

#### IV

Eu poderia encarar a instituição também pelo lado das despesas.

Mas não o faço por duas razões.

Primeira: já tenho feito ver que com a instrução nenhuma despesa é excessiva, nenhum dinheiro mal empregado.

Segunda: não é preciso dizer ao leitor que as despesas serão pequenas.

As aulas dos soldados funcionarão nos quartéis, as dos presos nas cadeias e as outras nas mesmas casas das escolas diurnas.

Assim todas as despesas se reduzirão ao pagamento dos professores e à compra do material preciso para o ensino.

Demais prometendo-se aos professores das aulas diurnas uma razoável gratificação pela abertura delas à noite, gastar-se-á muito menos com eles do que com mestres especiais. E havendo liberdade de ensino em muitos municípios não será preciso que o Estado tenha escolas noturnas.

Do primeiro expediente já se tem colhido resultado em várias províncias: esta, a do Pará, Bahia e Pernambuco, por exemplo.

Do segundo não posso dizer outro tanto. Tudo, porém, me induz a crer que não me engano. Tornando-se livre o ensino em todas as províncias, e apurando-se o gosto do povo pela instrução, as escolas noturnas aparecerão naturalmente ao lado das diurnas. Havendo quem queira aprender haverá quem queira ensinar. É isso uma profissão como qualquer outra.

## V

Tem já o Brasil 136 escolas noturnas, sendo 83 públicas e 53 particulares, umas e outras para o sexo masculino.

As suas matrículas, segundo os dados mais modernos que pude obter, sobem a 5.720:<sup>2</sup> 2.113 das públicas e 3.607 das particulares.

Parece que isto já não é tão pouco para uma instituição que apenas remonta a 1868. Em 1868 (1º de julho) foi que se abriu a primeira escola noturna que teve o Brasil, depois do Liceu de Artes e Ofícios da Corte – a do professor Cruz, de S. Bento, nesta província.

---

<sup>2</sup> Vide mapa nº 6 no fim do volume.

.....

## *Capítulo Segundo*

### DAS ESCOLAS DOS MENINOS DESVALIDOS

P

I

ode o Estado ser tão feliz nos seus esforços que consiga generalizar a instrução e fazer com que os meninos desvalidos não deixem de ir à escola.

É, porém, claro que não basta isso. Pela sua condição mesmo os meninos desvalidos não raro aprendem mal o que devem aprender, e deixam de fazer uso do que aprendem.

Daí uma nova necessidade para o Estado. Vem a ser o fundar estabelecimentos que abriguem esses infelizes, e tanto pela instrução como pelo trabalho os habilitem para poderem triunfar dos males, a que os expõe a sua miséria.

Sendo assaz despendiosos os estabelecimentos dessa natureza, compreende-se que não os podemos ter em grande número. Fora, porém, desejável que ao menos um para cada sexo houvesse nas capitais das províncias.

Como espécime deles apresento: para meninos as casas de educandos artífices desta e das províncias do Amazonas, Pará, Piauí e Paraíba, para meninas os asilos de órfãos que se têm criado em diversas

províncias; por exemplo, em Pernambuco, no Pará, no Rio Grande do Sul e em S. Paulo.

## II

Esta província também teve um asilo ao qual se deu o nome de Santa Teresa.

Desviado, porém, do seu fim a assembléia provincial julgou melhor extingui-lo que reformá-lo, mandando pela Lei nº 918, de 20 de julho de 1870 reunir as asiladas às educandas do recolhimento de Nossa Senhora dos Remédios, de direção do bispo.

Mais felizes que o Maranhão as províncias que os têm, conservam os seus asilos dia para dia procurando melhorá-los, e as que os não têm desejam estabelecê-los!...

Das casas de educandos nenhuma me consta que dê lugar a pensar-se na sua extinção. Pelo contrário, tanto se louvam as suas vantagens que elas são ainda mais apreciadas que os asilos.

Mr. Luís Agassis, fazendo uma visita à casa dos educandos desta província, gostou tanto de vê-la que não resistiu ao desejo de consagrar-lhe algumas palavras na sua *Voyage au Bresil*.

Em honra da minha província e para melhor firmar o crédito de tão benéfica instituição, o leitor permitirá que eu transcreva para aqui essas palavras.

“Visitamos com o maior interesse um estabelecimento de educação de órgãos pobres, admiravelmente dirigido. Tem ele por fim não educar esses infelizes como colegiais, porém dar-lhes um estado que lhes permita viver honradamente. Além da instrução elementar – leitura, escrita, e cálculo – os meninos aprendem diversos ofícios. Ensinam-lhes música e o toque de alguns instrumentos. Enfim uma escola de desenho, anexa ao instituto, completa a sua educação. Em todo o estabelecimento reina um escrupuloso asseio e uma completa disciplina. Não era esse estado proveniente de preparativos anteriores, porque nossa visita foi inesperada. Isso nos surpreendeu extremamente, porque a ordem e os minuciosos cuidados domésticos não são virtudes brasileiras. Efeito do trabalho dos escravos, nada se faz convenientemente fora das vistas do senhor. Os dormitórios são espaçosos, frescos e arejados. Vêem-se as

redes dos meninos enroladas e atadas junto aos seus armadores, os sapatos pendurados em pregos ao longo das paredes e bem dispostos por baixo os baús das roupas de cada um.

“No andar superior acha-se o hospital do estabelecimento: grande e ventilada sala, de numerosas janelas, das quais se goza uma vista admirável. Aqui não há redes, mas camas. A cozinha e a despensa não são menos bem arrançadas que o resto; mas em tudo reina a maior simplicidade. Posto que nada falte do que é necessário ao conforto e à saúde, todas as coisas são apropriadas ao seu fim. Ao lado do edificio principal encontra-se uma pequena mas bonita capela, e a casa mesmo está situada no meio de uma bela praça, toda arborizada: excelente lugar de recreio para os meninos, que à noite ali tocam música.”

### III

Propondo eu que todas as províncias tenham casas de educação para os menores desvalidos, e não me parecendo que os estabelecimentos apresentados como exemplos sejam o que há de mais perfeito no seu gênero, julgo conveniente dizer qual a melhor organização que se lhes poderia dar.

### IV

A organização dos asilos em muitos pontos deve ser igual à das casas dos educandos.

Menores pobres, na sua maior parte órfãos sem família, é claro que os estabelecimentos destinados para eles não lhes devem dar senão a educação necessária para habilitá-los a terem um meio de vida no mais curto espaço de tempo que for possível.

Daqui decorrem duas importantes conseqüências: Primeira, a instrução deve ser sólida e não de luxo ou supérflua. Segunda, o melhor meio de se lhes dar sem muita demora um estado na sociedade é ministrar-se-lhes com a instrução o gosto e a prática do trabalho.

Os estabelecimentos se dividem, pois, naturalmente em duas seções: uma da instrução, outra do trabalho.

Como, porém, não se podem conseguir ambos esses fins durante o dia, segue-se que o trabalho deve ser diurno e a instrução noturna.

Uma vez que se deve conciliar a instrução com o trabalho, em que idade devem os meninos entrar para o estabelecimento?

Aos nove anos. Nessa idade a criança, quer seja homem ou mulher, já pode trabalhar.

Não direi que possa aplicar-se indistintamente a qualquer espécie de trabalho, nem que os seus produtos possam avultar muito. Mas nada prova isso contra o meu plano. A experiência mostra que como a criança aproveita com estudos proporcionais às forças da idade pode trabalhar e produzir debaixo da mesma relação.

Em que trabalhos se hão de empregar os alunos? Que instrução se lhes deve dar?

O trabalho é dependente das vocações e pode ser escolhido livremente, pelos meninos, como pelas meninas, entre os diversos ofícios que a lei fizer ensinar nos estabelecimentos.

Só entendo dever observar que para um e outro sexo deve haver grande variedade de trabalho, preferindo-se sempre aqueles que possam exercer alguma influência na indústria do país. Assim que podendo preterir-se um ofício vulgar por outro que o não seja, não se deve deixar de fazê-lo ainda com algum sacrifício.

Quanto à instrução não pode ser senão a que proponho para todos. Ela é sólida e nada tem de supérflua. Pode mesmo ser insuficiente para certos ofícios, pelo que em tais casos será indispensável fazer-se acompanhar o ensino dos necessários conhecimentos técnicos.

Até que idade deve o aluno ficar no estabelecimento?

Qualquer criança, varão ou mulher, aplicando-se seriamente a um ofício desde os 9 anos, com certeza acaba de aprendê-lo aos 16.

Sendo assim deveria cada aluno passar 8 anos no estabelecimento.

Mas 8 anos não são suficientes para a educação literária que proponho.

Portanto temos que cada um deve permanecer no estabelecimento até concluir o último curso de seu programa, o que poderá ter lugar aos 17 anos, se para isso se fizer algum esforço. Com professores diligentes e hábeis o ensino pode ser dado assim: 1<sup>o</sup> grau em 2 anos, 2<sup>o</sup> em 3, 3<sup>o</sup> em 4.

V

As vantagens desta organização a todos os olhos são patentes.

O estabelecimento é convertido numa grande casa de trabalho, cujos produtos darão para a maior parte das suas despesas.

Os meninos desde logo ficam sabendo que o trabalho é uma redenção, pois por meio dele se educam e conquistam posições na sociedade.

E por que eles não sendo admitidos em idade muito tenra,<sup>1</sup> se demorarão tempo certo no estabelecimento, segue-se que este todos os anos pode fazer muitos recrutas.

Enfim seja o estabelecimento de que sexo for seus resultados hão de corresponder às suas despesas, e ninguém lamentará como aqui que uma coisa não esteja em proporção com a outra.<sup>2</sup>

Devo ir ao encontro de uma objeção que neste ponto se me apresenta.

As coisas sairiam por modo diverso de que eu penso. Os planos mais bem combinados muita vez falham na prática.

Mas o que no meu plano pode falhar? A instrução? Assino-lhe um prazo de 9 anos. O aprendizado do ofício? Ele não exige

1 Como sucede aqui: recebem-se até meninos de 5 anos!

2 A casa dos educandos do Maranhão existe desde 1841, há 32 anos.

Segundo o Dicionário do Sr. Dr. César Marques os meninos que ela recebeu até 14 de outubro de 1870 (29 anos) sobem a 733, os que aprontou, a 289, os que perdeu por mortos, incapazes e outros motivos, a 441. Donde se vê que houve por ano 26 alunos admitidos e apenas 10 preparados.

Ora, estes resultados por certo que são pequenos para as despesas do estabelecimento.

Segundo um quadro, que me forneceu o Sr. Canaes, digno empregado do Tesouro Provincial, até 1870 gastou-se com a casa dos educandos a quantia de 620:714\$020 réis, quantia que dividida por 289, o número dos alunos preparados, dá para a educação de cada um 2:147\$802!

Nem isso é tudo. As oficinas de alfaiate e sapateiro só trabalham (é e sempre foi assim) para o estabelecimento. E até 1870 toda a renda das outras oficinas era aplicada às suas despesas, não fazia parte da receita da província. Ora, ajunte-se esse rendimento, bem como a importância do vestuário e calçado, ao que despendia o cofre público e maior ainda será o preço da educação.

tamanho lapso de tempo, e quando exija pode o aluno acabá-lo sem inconveniente. A produção da casa? Não é preciso acabar o ofício para o aluno produzir alguma coisa. Se, pois, para a produção contribui tanto o trabalho dos oficiais como o dos aprendizes não é muito esperar-se que uns e outros produzam o necessário pelo menos para a maior parte das despesas do estabelecimento. Num estabelecimento como o desta província, que tem 315 alunos e 7 oficinas, e que apronta regularmente 12 alunos por ano, teríamos a trabalhar 12 oficiais e 303 aprendizes. Ora, o que não faria tão numeroso pessoal convenientemente aplicado ao trabalho? Deixo ao leitor o julgar. Mas para que melhor julgue lhe observo que conto só com 12 oficiais por supor como no meu plano que depois de serem oficiais os alunos só trabalham um ano para o estabelecimento, quando a verdade é esta. Eles levam 3 e mais anos, desempenhando-se da obrigação que contraíram para com o estabelecimento, tanto que presentemente estão 73 nessas condições. Quanta força perdida!...<sup>3</sup>

## VI

Quando se trata de fundar asilos para menores desvalidos aparece logo a pergunta: O que se fará dos alunos que se aprontarem, mas pela sua pobreza e falta de proteção não puderem sair do estabelecimento?

---

3 A casa dos educandos do Amazonas (segundo o Relatório que o Presidente leu este ano perante a Assembléa Provincial) com 8 oficinas e 65 alunos teve no ano passado uma renda de 16:262\$629 rs. A do Piauí (segundo o Relatório do Presidente de 1871) com 8 oficinas e 60 alunos teve no exercício de 1870 a 1871 uma renda de 8:751\$950 rs.

Se a daqui rendesse como a do Amazonas faria 78:811\$110 rs. Se rendesse como a do Piauí faria 45:758\$475 rs. No primeiro caso para todas as suas despesas; no segundo para a maior parte delas, pois a lei do último orçamento lhe destina 79:205\$000 rs.

Entretanto, segundo me informa o seu digno diretor, o estabelecimento só tem uma renda bruta de 7 a 9 contos de réis e uma líquida de 1:000\$000 a 1:500\$000! Este fato, folgo muito de o dizer, não provém de defeito da administração. É ela a melhor que se pode desejar. Provém já da idade dos meninos, na sua maior parte sem aptidão para o trabalho, já da organização do estabelecimento, já do seu pequeno número de oficinas, já enfim de ser a matéria-prima, trabalhada por eles de compra, não da província mas do estabelecimento, cujo crédito é limitado.

A resposta é difícil, mas não se tem procurado resolver a dificuldade.

Daí a promessa de dotes para as moças que forem pedidas em casamento, e a despedida dos moços que têm pago o tempo devido ao estabelecimento.

Que erros gravíssimos não vai nesses expedientes!

Moços e moças podem ficar trabalhando para o estabelecimento se não tiverem meios de trabalhar em outra parte.

Isto mesmo seria de grande vantagem quer para o estabelecimento quer para os alunos.

Para o estabelecimento porque esses oficiais aumentariam o seu pessoal e portanto a sua produção.

Para os alunos porque a estipêndio fixo ou por interesse na renda das respectivas oficinas, se tanto fosse possível, adquiririam os meios de mais tarde poder trabalhar sobre si.

Assim a despedida dos alunos (homens ou mulheres) é prejudicial a eles e aos estabelecimentos, e o dote das moças, que aliás não é admissível como obrigação social, evita-se por meio da sua economia e do seu trabalho. Quem educa não é obrigado a dotar, porque dote é a educação. A sociedade portanto desempenhará todos os seus deveres se logo que elas concluírem a sua educação proporcionar a cada uma dentro do estabelecimento os meios de desenvolver a sua atividade.

Dir-me-ão que converto em estabelecimentos industriais casas cujo único fim é a beneficência.

Isso, porém, é emprestar-me idéias que eu não tenho.

Eu não quero fazer de um estabelecimento pio uma empresa industrial.

Ele só seria industrial se pudesse dar lucros ao governo.

Também não quero desviá-lo de seu fim de beneficência.

Como em princípio ninguém tem direito a ser educado em internatos, e o Estado os funda só por exceção de regra, o que quero é que a sociedade possa beneficiar sem despesas, ou com as menores que forem possíveis.

Acho até que as minhas idéias se coadunam mais com os fins da instituição do que aquelas que presentemente predominam.

Nem é tudo o ensinar sem inspirar, nem ensinar um ofício é ensinar o amor ao trabalho. Para isso é preciso que o educando trabalhe e tome interesse pelo trabalho.

Por outro lado, o efeito das minhas idéias não é só beneficiar com pequenas despesas. É beneficiar um número muito maior de infelizes do que beneficia o pensamento contrário. Não sendo postos a trabalhar de dia e estudar de noite os alunos se demorarão muito tempo no estabelecimento e nunca poderão exceder de certo número. Entretanto, fazendo-se o que proponho, pode o número ser grande, e a renovação anual também. Se com a organização que tem a casa de educandos desta província desde 1841 até 1870 só recebeu 733 alunos, com a organização que lhe dou mais de 3.000 já teriam passado pelas suas classes. Se hoje é possível haver 73 alunos pagando tempo ao estabelecimento, com o plano que proponho mais da metade desses alunos já teriam cedido seus lugares a outros necessitados.

## VII

Tratando da infância desvalida não posso esquecer os surdos-mudos e os cegos.

A sociedade não lhes deve o ensino menos a eles do que aos seus membros sãos.

Eles têm a isso um duplo direito: como homens que é preciso habilitar para o seu destino, e como enfermos que é preciso ajudar a triunfar da sua enfermidade.

Assim, da mesma forma que cada província deve ter asilos para os menores desvalidos sãos, deve tê-los para os surdos-mudos e cegos.

Nem aqui cumpre observar se deve prescindir do trabalho. Educados e acostumados ao trabalho esses infelizes podem ser úteis a si e aos outros. O exemplo que se dá na Corte é uma prova cabal desta asserção. Vêem-se ali surdos-mudos e cegos que, devido à educação que receberam nos respectivos institutos, exercem lucrosas profissões e com elas ganham a vida para si e suas famílias.

## VIII

Para que todos aproveitem os estabelecimentos de que tenho me ocupado, devem as províncias fixar o número dos alunos que cada comarca pode ter neles, e conseguintemente providenciar sobre o exercício deste direito. Pode por exemplo cada comissão local organizar uma lista dos meninos, que estiverem no caso, e enviar aos conselhos centrais para estes tirarem a sorte dos que devem ser admitidos.

A não se tomar esta medida a instituição só servirá, como aqui sucede, para os meninos que mais empenhos tiverem. Os que não acharem protetores ficarão privados da sua utilidade.

.....

## *Capítulo Terceiro*

### DAS CONFERÊNCIAS POPULARES

**N**

I

inguém ignora o que são as conferências populares: discursos claros e simples sobre assuntos que interessem ao bem-estar material e moral da sociedade.

O que porém muita gente não sabe é que essa instituição, pelo seu alcance, como pela sua altura, pode pairar sobre todas as classes e de alguma sorte completar a obra de instrução de cada uma delas.

Com efeito, atacando prejuízos, elevando espíritos abatidos, explicando verdades morais, sociais e religiosas, propagando inventos industriais e descobertas científicas, as conferências populares podem ser úteis a todo o homem suscetível de reflexão.

Seja este um analfabeto, a ação das conferências sobre ele poderá ser menos forte, mas não será menos certa e menos sensível que sobre os letrados. Pelo que sendo elas gerais e constantes podem fazer ou reformar a educação de um povo.

## II

Não é nova a prática das conferências populares.

O Velho Mundo e a América do Norte as conhecem de há muitos anos, bendizendo sempre os seus resultados. Entre nós mesmos a instituição já tem sido experimentada nesta e noutras províncias, sem que em nenhuma deixasse de revelar a sua importância e as suas vantagens.

## III

A não ser nos Estados Unidos, onde os superintendentes do ensino são obrigados a fazer conferências populares, não me consta que algum país criasse oficialmente essa útil instituição.

Mas se o Estado paga os pregadores das verdades religiosas, mandando missionários pelos sertões das províncias levar ao povo a palavra de Deus, por que não há de criar e pagar os apóstolos das verdades sociais?

Não quero dizer que o Estado institua conferências mandando que nelas se trate só de assuntos morais e sociais.

Vasta e bem urdida tela ali se podem debuxar e discutir quaisquer assuntos, até os religiosos, sem que a sociedade possa deixar de dizer suas todas as verdades, que a eles se prendam.

Trata-se da indústria, é interessada a riqueza social. Atacam-se vícios e prejuízos, a sociedade purifica os seus costumes. Toca-se nas verdades religiosas, ainda a sociedade lucra pela influência que a religião exerce sobre o trabalho, sobre a família, sobre a moral pública, sobre a civilização.

Poderosas razões pedem, pois, que o Brasil também institua as conferências populares.

Não faltará quem diga que o Estado armado dessa instituição perpetuaria todos os costumes que quisesse.

Devo, porém, dizer que é destituído de base esse receio.

A prevalecer semelhante objeção não deveríamos querer que o Estado sustentasse nenhum estabelecimento educativo.

Não suponhamos os nossos patrícios tão subservientes que haja quem se encarregue dessa tarefa com ânimo de só expender ao povo idéias que agradem ao governo.

Além do que, sendo os lugares postos em concurso, como aí necessariamente predominaria o mérito, por força deste seriam escolhidos homens alheios aos interesses do governo. Pelo menos é isso o que se tem visto suceder nos demais cargos da instrução pública.

Enfim, como as escolas públicas têm as particulares por êmulas os conferenciadores do Estado não ficariam sós em campo. Com toda a certeza os amigos do progresso, que já hoje ocupam a liça, permaneceriam firmes nela, atraindo todos os dias novos combatentes, e de sua parte tratariam de confundir o sofisma e o erro das conferências do Estado.

#### IV

O assunto de que trato dá lugar a uma questão que deve ser examinada particularmente. Imploro para ela a atenção do leitor.

Bastaria criar o Estado bibliotecas populares ao alcance de todos?

Isso quanto a mim não passa de uma singular ilusão.

Acaso pretendereis excluir a necessidade do ensino superior pelo motivo de que as escolas inferiores habilitam o indivíduo para fazer por si só todos os estudos? Não certamente; nem todos podem sem guia procurar e descobrir a verdade.

Pois o mesmo sucede às idéias que as conferências têm por missão espalhar.

Se no livro lido muito se aprende, no livro lido e explicado se aprende muito mais.

Quantas questões não há que o homem do trabalho e em geral todo homem pouco instruído, estudando sozinho, jamais compreenderia satisfatoriamente? Entretanto ele as estudaria com facilidade ouvindo a respeito delas qualquer homem entendido.

Assim pode se dizer que as conferências não completam só a obra das escolas, completam também a das bibliotecas para todos aqueles que não possuem os conhecimentos indispensáveis à leitura de certos livros.

Para se ver a exatidão deste asserto basta considerar o que o povo aprende nas escolas e nas bibliotecas.

Nas escolas só se lhe ensinam o que é absolutamente indispensável para ele ter algumas luzes, e isso mesmo nem sempre pelos lados mais práticos e interessantes.

Nas bibliotecas ele só aprende o que é simples e não demanda explicações.

Entretanto nas conferências populares a matéria varia desde a mais simples até a mais complexa, sendo sempre explicada teórica e praticamente, à luz tanto do bem como do mal, que cada idéia pode produzir, de modo que já pela variedade, já pela concreta explicação dos assuntos, qualquer operário pode adquirir grande cópia de idéias úteis.

## V

As conferências populares são de tanta utilidade que não servem só para ensinar ao homem do povo o que ele deixou de aprender na escola, e não pode aprender na biblioteca. Nada obsta a que nelas se discutam as questões momentosas de interesse nacional ou local.

Agita-se o povo em razão da quebra de um banqueiro ou de uma empresa que compromete muitos interesses.

A discussão pela imprensa traria despesas inevitáveis. Sucede mesmo que ela nem sempre pode ter a prontidão necessária.

Entretanto na tribuna popular um homem bem intencionado explicando a verdadeira situação das coisas pode esclarecer a multidão sobre seus erros e suas suspeitas, e até evitar calamitosas comoções.

Semelhantemente, quando se trata de defender uma idéia útil e acreditar nela, os partidários dela poderão pôr as conferências ao seu serviço.

Não há, pois, que duvidarmos dos resultados das conferências populares.

O último aspecto, em que as estudei, mostra que elas podem mais que difundir conhecimentos úteis. Podem constituir como que assembléias populares, onde o povo discuta os seus interesses, ou ainda escolas livres e práticas, onde ele adquira a consciência e o bom senso, que nenhum mestre, nenhum livro lhe dá.

.....

## *Capítulo Quarto*

DO CORREIO FRANCO

**É**

I

a permuta das idéias um dos meios pelos quais se eleva o termômetro da riqueza intelectual dos povos.

Como os produtos do mundo externo, os do mundo moral cessariam de existir desde que a falta de comunicação deixasse de ser aproveitada pelos homens.

Não fosse o especial destino de pôr suas idéias ao serviço da humanidade, que razão teria o homem para pensar, que estímulo acharia o pensamento para produzir?

Podem responder-me: a felicidade que cada um sente em exercitar e fecundar seu pensamento. Os homens seriam levados a pensar pelo próprio gozo do pensamento refocilado em seus produtos, como são levados a comer só pela satisfação que acompanha o ato.

Eu, porém, não preciso replicar uma tal resposta.

O homem acha a sua felicidade não tanto no próprio bem como naquele que faz aos outros.

Demais nem é certo que o homem coma só pelo gosto de comer, nem quando assim fosse deveríamos equiparar esse ao ato de pensar e produzir idéias.

Comer é ato da vida material, e portanto de utilidade imediatamente relativa ou particular a cada indivíduo. Assim admite-se que o indivíduo que come possa fazê-lo dentro dos limites do egoísmo.

Do pensamento, porém, já o mesmo não se pode dizer.

Pensar não é ato de puro interesse individual. O pensamento é a vida da substância infinita que reside no homem, como partilha da humanidade, é a idéia a expressão dessa vida ou o produto dessa substância. Daqui o impossível de conceber-se o mesmo produto como gozo individual e conseqüentemente a necessidade de seu autor o externar e comunicar aos outros.

Dá-se com a idéia o mesmo que com o feto da mulher. Pode-se dizer que o pensamento é semelhante à mulher que concebe, e tem de dar à luz o ente que procriou. Como chegando ao último período de seu desenvolvimento, o feto há de sair das entranhas da mulher ou causar-lhe grandes males, o produto do pensamento, a idéia, logo que acaba de formar-se, não sendo comunicada, se converte numa fonte de penas para seu autor.

## II

Vê-se quão imperiosa é a necessidade da comunicação das idéias.

Não basta contudo que elas sejam comunicadas.

É mister ainda que a comunicação não exclua ninguém do seu benefício ou que ela não seja feita com exceções nem com reservas.

Se concentradas em seus autores elas ficariam inúteis para os povos; não sendo geral a sua comunicação ainda hoje estaríamos em plena barbaria. A ciência dos homens reproduziria em todos os tempos a história da sabedoria do Egito, da Grécia e de Roma, e a humanidade seria sempre escrava das classes privilegiadas.

## III

Por amor a estes princípios deve o Estado tornar gratuitos os correios do país.

É como se sabe dos correios que mais depende a comunicação das idéias.

Parece que nada valem os portes cobrados por eles, mas a verdade é que valem muito.

O porte de um jornal diário é 3\$000 rs. por ano, se não sai aos domingos. O de um semanal é 520.

O de um bissemanal 1\$040.

Ora, multipliquem-se as remessas e calcule-se a danosa influência que o correio exerce na vida dos jornais. Ou me digam o que faz a ruína das empresas jornalísticas senão os gastos da impressão e a pequena circulação dos jornais, uma e outra coisa agravada pelo porte dos correios?

Não, não há que duvidar: o porte concorre para que seja pequena a circulação e efêmera a vida de muitos jornais. Se não fosse o porte seus recursos seriam maiores, sua circulação mais extensa, sua existência mais longa. Se não fosse o porte, insisto, o interior das províncias, que vive privado da leitura de livros, teria ao menos a leitura de jornais. Mal inestimável para um país, como este, onde a população é tão disseminada, e por via de regra o homem nem sempre acha com quem aconselhar-se!

Dos livros não é preciso falarmos. O mais pequeno impresso paga 20 rs. Os maiores são pesados como as cartas, e podem pagar portes enormes. Basta dizer que cada 11 oitavas aumenta uma vez o preço mínimo.

Ora, por causa dessa despesa quantos livros não deixam de ser remetidos de uns para outros lugares? Quantos prejuízos daí não resultam já para os destinatários, em quem os mesmos livros iriam despertar idéias ou acordar sentimentos úteis, já para o país, que poderia lucrar com essas idéias e esses sentimentos?

#### IV

Nem só os jornais e os livros devem ter passagem franca nos correios. Se o princípio que pede o correio gratuito é o amor à permuta das idéias, as cartas particulares mesmo devem participar desse benefício.

Será isto pedir muito? Vou mostrar que não.

De duas espécies são as cartas que transitam pelos correios. Umas são mensageiras do comércio e da indústria, outras, do parentesco e da amizade.

As primeiras estão fora de questão. Ninguém dirá que elas não merecem o mesmo favor que os livros e os jornais. As cartas do comércio e da indústria são órgãos de relações produtoras. É por elas que os filhos de umas províncias, sendo advertidos do que se passa nas outras, acautelam os interesses que aí têm. Por elas é ainda que o homem do interior se entende com o da capital, ou o do norte com o do sul, acerca de empresas, que podem trazer lucros ao país. Por elas enfim é que os povos interessados na paz e no progresso comum têm sempre sensível a lei da solidariedade social. Ora, se tudo isto entende essencialmente com a riqueza e o bem particular, e é certo que aí é que está as bases da riqueza e da felicidade pública, não há dúvida que o país ganhará com os correios francos mil vezes mais que aquilo que lhe dão os correios pagos.

Quanto às cartas da segunda espécie, para que elas fossem igualmente admitidas bastaria uma simples razão.

Sendo impossível instituir-se exame sobre as cartas, que têm de transitar pelos correios, para se saber qual deve ou não pagar porte, a consideração que merecem umas necessariamente aproveita às outras. É uma franquia fundada nas mesmas bases daquela que a Igreja diz ter havido nas cidades condenadas: por amor aos bons, os maus passaram impunes.

Mas em verdade nem só esta razão protege as cartas familiares.

Elas são particulares, mas não deixam de influir no bem público. Os ausentes não têm outro meio de se entender e comunicar com aqueles que lhes são caros. Sem elas o homem não se aconselharia com o amigo que se acha ausente. Sem elas o esposo e o pai que a necessidade traz longe do lar não sustentariam, por cima das distâncias, a virtude e a honra muita vez vacilante da esposa e da filha. Sem elas enfim o filho expatriado não iria de vez em quando levar novas suas àqueles que lhe deram o ser, e com isso arrancá-los ao inquietamento que é próprio das incertezas, e que muita vez furta o braço ao trabalho, o prazer à existência.

Assim pugnam por esses preciosos medianeiros da ausência, direi melhor, por esses penhores dos nossos afetos, o consolo e a tranqüilidade das famílias, as notícias, os conselhos, as idéias que eles permutam, as amistosas relações que criam ou conservam, em uma palavra, o princípio da sociabilidade, da união e confraternidade, que os homens amam e aspiram, e que o Estado deve promover como poderoso meio que é do humano aperfeiçoamento.

V

O correio gratuito não é uma novidade nem uma esquisitice.

Ele existe nos Estados Unidos e em tanta honra que é considerado instituição política. O americano preza tanto o correio gratuito como o culto livre, as estradas, as bibliotecas e as escolas, tantos são os benefícios que os povos lhe devem.

Entre nós mesmos já houve quem pensasse na gratuidade dos correios, senão pelo modo que proponho, com restrições, que a prática depois condenaria.

E esse *quem*, sabe-se, é um dos nossos mais distintos políticos: o Sr. Conselheiro José de Alencar.

PARTE QUARTA  
DO MAGISTÉRIO

.....

## *Capítulo Primeiro*

### DO PROFESSOR, SUAS QUALIDADES E SUAS VIRTUDES

**N**

I

ão preciso encarecer o papel do mestre no meio da organização que reclamo para o ensino público.

Ele é o princípio e a vida da escola.

Sem mestre todo ensino é impossível. O mestre no centro da escola é o mesmo que o motor no centro de uma fábrica ou de um engenho. Como faltando o motor o engenho ou a fábrica fica sem movimento; faltando o mestre, a escola não pode trabalhar.

II

Não basta contudo que haja mestres. É preciso ainda que eles sejam dignos deste nome e do alto sacerdócio que exercem.

A importância dos interesses que lhes são confiados não exige só que eles sejam muito instruídos: exige também que sejam compêndios de virtudes ou homens dotados de qualidades extraordinárias.

Sem pretensão de ser poeta, reduzo aos seguintes versos as principais qualidades que um professor deve possuir.

Puro nos costumes, no dever exato  
Modesto, polido, cheio de bondade,  
Paciente, pio, firme no caráter,  
Zeloso, ativo e tão prudente  
Em punir como em louvar;  
Agente sem ambições, apóstolo  
Em quem a infância se modela,  
Espelho em que os mundos se refletem,  
Mito e sacerdote, juiz e pai,  
Eis o mestre, eis o professor.

De feito, co-depositário da autoridade por Deus confiada aos pais de família, o mestre desempenha uma obra de Deus e precisa ter um coração bastante magnânimo para se constituir na razão de juiz e pai de todos os seus alunos.

Ninguém melhor que Lutero mostrou em poucas palavras a importância do professor.

Ele disse: A não ser ministro do evangelho, eu “só quisera ser mestre-escola; até hoje não sei o que é preferível”.

Na verdade o professor exerce influência igual à do sacerdote.

Como ele, é encarregado da direção dos espíritos. Como ele, tem por fim dar homens a Deus e à sociedade. Como ele imprime no homem, ainda jovem, o selo da virtude ou do vício, que há de acompanhá-lo enquanto viver. Como ele, pode dizer: O que a posteridade for em grande parte me deverá. Boa ou má, está em minhas mãos fazê-la como eu quiser. Ouvido e imitado por milhares de meninos, meus pensamentos, meus ditos, meus atos serão transportados da escola para o seio das famílias e ficarão fazendo parte dos seus costumes. Chegando a este ponto se propagarão de umas às outras com a rapidez de um incêndio, passarão de pais a filhos com a mesma naturalidade da transmissão do sangue. Quando menos se pensar meu caráter estará refletindo como num espelho no caráter de inteiras gerações.

Daqui se vê que a sociedade tem tudo a ganhar ou a perder com o modo por que o mestre exerce o seu sagrado ministério, e que uma das primeiras obrigações do Estado é velar para que a mocidade seja instruída por bons professores.

.....

## *Capítulo Segundo*

### DA MULHER NO MAGISTÉRIO

**E**u não excludo a mulher do magistério, pelo contrário, uma parte há do ensino que entendo só mulher deve pertencer. É a que chamamos instrução primária, e que pela minha proposta fica compreendida no primeiro grau da instrução inferior.

I

Em que me fundo pra dizer isto? Desejará saber o leitor.

Apresentar-lhe-ei concisamente as bases da minha opinião, e refutarei as objeções que ela tem contra si.

II

O que é a criança nos seus primeiros anos? Uma inteligência que desabrocha entre graças e risos, inocência e sentimento.

Sem razão e sem experiência o que a criança faz é operado só pelo sentimento.

Esta regra sendo geral compreende a educação. O menino aprende e se educa pelo sentimento.

Ora, em quem pode ele achar um mestre que esteja mais em harmonia com o seu ser?

No homem? O homem ordinariamente não possui a paciência e a bondade que as crianças precisam achar em quem trata com elas. A gravidade do seu semblante, não é preciso tanto, a sequidão do seu trato ou esse conjunto de qualidades viris, que para os adultos o torna respeitável, para as crianças faz dele um ente inumano e medonho.

Na mulher? Sim. A mulher – proclama-se geralmente – é o educador por excelência. Só a mulher sabe sorrir à infância. Ela só sabe empregar a carícia para despertar a alma, e a simpatia para dirigir-lhe os primeiros vôos. Ela só conhece os caracteres do alfabeto d’alma, porque só ela o estuda perto dos berços; quem não lhe viu o começo não pode adivinhar-lhe o fim. Portanto, doçura, sentimentos, bondade, tudo o menino encontra na mulher igual a si. Se para ele o homem revestido de autoridade é um ente temível, a mulher nas mesmas condições é um ente amável. Daí o dom da insinuação, que falta no rosto e na voz do homem, e que a mulher possui em subido grau para facilitar a transmissão dos seus conhecimentos.

Nem isso é tudo. A mulher não faz só o menino interessar-se pela lição e aprendê-la depressa. Mais penetrante que o homem, ou conhecendo melhor que ele o coração humano, especialmente o dos meninos, a mulher ataca suas inclinações pelo lado conveniente e comunica-lhe a um tempo a elevação, a pureza e a brandura do seu espírito.

Isto é outra vantagem inestimável do magistério da mulher. O que ela faz pela afeição o homem faz por meio de regulamentos e sistemas repressivos. O que não consegue nem a ameaça nem a fria lógica do homem, consegue uma terna advertência da mulher.

Por último o discípulo do homem nunca tem as qualidades do discípulo da mulher. O discípulo do homem é pouco delicado, um tanto arrogante e quase sempre licencioso e seco. O da mulher sai da escola cheio de preciosas qualidades. Coração generoso e sensível, maneiras atenciosas, espírito vivo, franco e fino, tudo em suma que constitui o perfeito cavalheiro, ele tem e mostra ter a cada passo.

### III

Costuma-se dizer que a mulher afemina os alunos, e não é respeitada por eles. Isso porém é o que há de menos conforme a verdade.

Do mesmo modo que a mãe educada convenientemente não afemina seus filhos, a professora não afeminará seus discípulos se possuir o conjunto de qualidades que devem torná-la digna de magistério.

Uma mulher esclarecida, inimiga de prejuízos, ciente dos deveres do homem, dotada de tal bondade que saiba misturar a lição com o sentimento, a dignidade com o amor, não pode deixar de dar a seus discípulos uma boa educação.

Vou mais longe: A educação dada pela mulher que reúne estas condições é a melhor educação que se pode desejar. Sobre polir e desbravar o homem da sua natural rudeza, fará que ele seja tão cumpridor dos seus deveres, como amigo dos seus semelhantes. Desde que é o sentimento e não a razão, que encaminha os bons instintos e corrige ou modifica os maus, o magistério feminino é o mais poderoso auxiliar do evangelho.

Quanto à falta de respeito, ninguém se arreceie disso.

De que vem o respeito? Do sexo? Não. O homem ignorante e sem educação não inspira respeito algum. Do caráter de professor? Também não. O mau professor não é respeitado: faz-se temer pela sua maldade.

Se, pois, o respeito não vem do sexo nem do cargo, mas das qualidades postas ao serviço deste, é claro que, em iguais condições, tanto respeito deve merecer o mestre como a mestra. Até parece que a mestra deve merecer mais. Primeiramente o saber é mais admirável na mulher que no homem. Em segundo lugar a bondade da mulher sempre é credora de amor maior que a do homem. Ora o amor ajunta ao respeito a sua dedicação, a admiração, o seu entusiasmo, e a mestra não é só um ente dotado de magia, como diz o Sr. D. Antônio da Costa, mas um mito digno de toda a veneração, um composto de todas as qualidades adoráveis.

Isto não é nem uma fantasia nem uma coisa difícil de realizar-se.

Em casa não acho exemplos que me apóiem. Mas se me é dado pedi-los a outros países, não faltarão autoridades que os apresentem.

Na Itália e na Suécia, diz o insigne autor há pouco citado, ensaia-se a idéia com proveito.

Nos Estados Unidos, onde ela primeiro se realizou, o ensino inferior vai até os 18 anos. Entretanto, nem esta circunstância, nem a inferioridade dos ordenados das professoras faz com que o seu número não seja muito maior que o dos professores. Como diz M. Hippeau, elas representavam 45% em 1862, 70% em 1868!

Se se dessem casos de falta de respeito e obediência às mestras poderia M. Hippeau relatar aquele fato? Um país tão zeloso pela instrução pública, tão pródigo de honras para com os professores consentiria no magistério das mulheres se elas não pudessem manter a dignidade, o respeito e a ordem das escolas? Não certamente.

E tanto assim é que os escritores que tratam da instrução daquele país falam sempre com admiração das escolas regidas pelas mulheres.

M. de Laveleye disse na *Revista dos Dois Mundos* e repetiu na recente obra que tenho citado: “Maravilha ver-se como uma jovem professora conserva a ordem na escola, recebendo esta alunos de ambos os sexos, alguns quase da idade dela.”

Como este autor, M. Laboulaye também defende por todos os lados a excelência da professora.

De Portugal mesmo refere o Sr. D. Antônio da Costa alguns fatos ante os quais nenhuma dúvida convalesce. Por brevidade não os transcrevo. Quem quiser verificá-los pode ler a sua obra *Instrução Nacional*, Parte Quarta, Capítulo III.

.....

## *Capítulo Terceiro*

### DAS CONDIÇÕES DE QUE DEPENDE UM BOM MAGISTÉRIO

**D**o que fica dito conclui-se facilmente o quanto é difícil a aquisição de bons professores.

Não obstante isso, é preciso que o Estado os descubra onde eles se acharem, ou os faça se não existirem.

No primeiro caso a aquisição depende de duas coisas: garantir-se-lhes cômoda e vantajosa carreira, e ajuntar-se às vantagens da carreira as distinções e as honras que devem merecer os educadores da mocidade.

No segundo essas condições ainda são necessárias. Mas além delas há outras que devem ser antes de tudo declaradas. São as escolas normais e as conferências pedagógicas.

Tratarei particularmente de cada uma destas coisas.

.....

## *Capítulo Quarto*

### DAS ESCOLAS NORMAIS

#### I

**N**

ada mais simples que a razão de ser das escolas normais. Tudo se reduz a um silogismo. Ninguém pode exercer um ofício que não conhece. Ora, o magistério é um ofício. Logo quem quiser segui-lo deve conhecê-lo.

Na verdade, que o professor exerce um ofício não há dúvida alguma. É seu ofício a pedagogia ou a arte de ensinar meninos, isto é, habilitá-los para a vida social por meio da instrução, de que todo homem necessita.

E que o mesmo ofício não pode ser exercido, ao menos convenientemente, senão por quem o conhece, prova em geral o aprendizado de todos os ofícios, ainda os mais insignificantes, e particularmente a importância da pedagogia.

A este respeito não preciso fazer muitas considerações.

Pedagogia é a educação dos educadores ou a educação elevada à potência, como lhe chamaram os americanos.

Mas bem que a melhor educação seja dada no seio da família e consista principalmente nas boas impressões, que a criança ali recebe, ensinar meninos não é só instruí-los. É também educá-los no aumento

diário da soma daquelas impressões. E não só isso ainda, mas também desenvolver e dirigir todas as suas faculdades, de modo que cada um se habilite para a vida social ou para o completo exercício dos seus direitos e deveres, quer como homem quer como cidadão.

Em outros termos: sendo o homem um ente composto de corpo e alma, e a alma dotada de inteligência e vontade, deve o menino ser educado debaixo deste tríplice aspecto – faculdades físicas ou do corpo, intelectuais ou da inteligência, morais ou da vontade.

Ora, como poderá ensinar por este modo quem não se acha para isso muito e muito bem preparado?

## II

Nem só o estudo da arte pedagógica se deve exigir do candidato ao magistério.

Há dois requisitos necessários a todas as profissões, que não se poderiam dispensar no professor: a vocação para o ofício e a prática dele.

São esses requisitos de tal importância que a experiência todos os dias mostra não bastar, por exemplo, a formatura em Direito para o exercício da advocacia, nem a formatura em Medicina para o exercício da clínica. Apesar dos conhecimentos práticos que sua escola ministra, o aspirante à advocacia ou à clínica não raro começa a vida trabalhando sob as vistas de outrem. Por quê? Porque isso é uma necessidade por ele próprio reconhecida e tão imperiosa que por gosto ou contragosto não deixa de pagar tempo à prática. Anuncie ele que trabalha: não conseguirá ser procurado enquanto não tiver feito prova das suas habilitações.

Por que razão não há de estar na mesma dependência aquele que quer ser professor? Não é o magistério a mais delicada das profissões? Profissão que tem por fim o ensino da infância pode ser exercida por quem não se preparou e se dispôs para ela? Por quem nunca exerceu e experimentou seus conhecimentos? Por quem não possui o dom da paciência e da bondade que o menino reclama?

## III

Se, pois, ainda pelas razões que acabo de expor é indispensável a escola normal, temos que um duplo fim recomenda essa instituição.

Ela é uma fonte de estudos teóricos e práticos. Ao mesmo tempo que ministra o ensino experimenta o gosto do aluno, desenvolve-lhe a vocação e forma-lhe o caráter nos predicados, que devem coroar o exercício da pedagogia.

É por isso raro o país civilizado que não conta muitas escolas normais. Têm-nas a França, a Suíça, a Prússia, a Itália, a Áustria, a Inglaterra, a Suécia, a Espanha, os Estados Unidos, a Confederação Argentina e o Chile, e em tanta honra que estão sempre tratando já de elevar seu número, já de aperfeiçoá-las.

#### IV

Às escolas normais podem opor-se uma objeção que não deve ficar sem resposta. Se a idéia fosse tão excelente cada província do Brasil devia ter hoje a sua escola normal. Já em 1835 mandavam criar escolas normais nas assembléias do Rio de Janeiro e Minas, sendo logo depois imitadas pelas da Bahia e São Paulo. Por que entretanto só a metade das nossas províncias têm escolas normais? Por que entre as existentes não figura nem a de Minas, nem a de São Paulo, que foram as primeiras criadas?

É verdade que a idéia nasceu entre nós em Minas no ano de 1835, e que em 1847 já contava o Império quatro escolas normais. Não menos certo é que hoje apenas 10 existem, e entre essas não se contam duas do período de 1847.

Mas acaso bastaria isso para condenar uma instituição que tão bons resultados tem produzido noutros países?

A falta de escolas normais em 10 províncias pode atribuir-se numas à exigüidade dos seus recursos, noutras à incúria dos seus legisladores: em nenhuma a defeito da idéia, pois nunca a experimentaram.

Quanto ao desaparecimento das escolas de São Paulo e Minas posso afirmar que provém unicamente do fato de terem elas sido mal montadas e dirigidas. Uma prova do que digo é que elas tinham contra si reformadores e não demolidores; e se todavia prevaleceu a idéia da demolição foi pela falta de pessoal idôneo para dirigi-las depois de reformadas. Outra é que nas mesmas províncias de São Paulo e Minas a opinião pública não condena as escolas normais. O inspetor da instrução de São Paulo pede instantemente que se funde uma escola normal,

e a assembléia de Minas, pela Lei de 4 de abril de 1871, autorizou a criação de duas, que talvez a esta hora já funcionem.

Assim, longe de argumentarmos com esses malogros, reconheçamos que eles nada têm de extraordinários. Sucessos próprios de primeiras tentativas, neles mesmo se acha razão para não descremos da eficácia de mais bem combinados esforços.

Se as escolas se destinavam a ensinar, deviam primeiro aprender. Ora, se não aprenderam, se se fundaram e dirigiram a esmo, era natural que não pudessem arcar com os defeitos da organização, e que esta por fim determinasse a sua ruína.

Fundemos, pois, escolas normais como elas devem ser, ou sejamos mais cautelosos e prudentes nas novas tentativas, e estou certo de que ninguém terá senão motivos para louvar a idéia.

## V

Em que bases devem assentar as escolas normais?

A resposta exigiria grande desenvolvimento de quem quisesse fazer um tratado da escola normal. Mas eu não me proponho senão expor sucintamente a sua necessidade.

Assim consagrarei em poucas proposições os princípios fundamentais que devem concorrer para organizá-la.

Devemos ter escolas normais para um e outro sexo, como as têm diversos países, por exemplo: a Itália, a Prússia, a França, os Estados Unidos; entre nós mesmos, as províncias da Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Sul. Mas a minha proposta das escolas mistas não é aplicável só às crianças. As mesmas razões de economia na despesa, estímulo nos alunos e igualdade nos benefícios da instrução exigem que as escolas normais sejam comuns a um e outro sexo.

As escolas normais não devem ser internatos, mas externatos. Não que eu receie imoralidades com a reunião dos alunos de ambos os sexos debaixo do mesmo teto. Isso seria impossível havendo uma direção exemplar e vigilante, e só se achando um sexo em presença do outro durante os exercícios escolares. O meu pensamento é fundado em razões de outra natureza. As escolas não admitirão alunos de menos de 18 anos. Ora, nessa idade é preferível deixá-los desde logo independentes a

trazê-los retidos no estabelecimento escolar. Entregues a si mesmos pesará sobre eles a responsabilidade de todos os seus atos, e cada um mostrará logo o que é. Retidos no estabelecimento, a disciplina deste pode oprimi-los, mas não evitar que eles depois se mostrem diversos do que pareciam. Entre a disciplina da escola e a liberdade da vida externa, diz um autor, cumpre em todo caso optar por esta. Ela não é incompatível com o estudo pedagógico, e tem a vantagem de acrescentar-lhe as lições da experiência e prática do mundo.

As aulas podem ser regidas por homens ou mulheres. Mas a suprema direção do estabelecimento deve ser confiada a um homem: bem entendido de conhecimentos especiais e dedicado à instrução, não escolhido dentre os melhores afilhados do Governo. A razão é ser este cargo mais próprio do homem que da mulher. Além de que à mulher falta a energia e a gravidade pedida pelo emprego, os trabalhos deste devem exigir uma atividade se não impossível extremamente difícil para o sexo fraco.

Ao lado de cada escola normal deve colocar-se uma das escolas públicas do município. O fim deste apêndice é poderem ali os alunos normalistas como adjunto do professor exercitar-se na profissão a que se destinam, e fazer prova assim da sua capacidade como da sua vocação e paciência para o magistério.

O curso será de três anos. Como única condição da matrícula deve o pretendente exibir prova de ter sido examinado e aprovado nas escolas inferiores.

As matérias ensinadas serão: No 1º ano – aritmética, álgebra, geometria, trigonometria, física e química, arte pedagógica e gramática nacional acompanhada da respectiva análise. No 2º ano os alunos continuarão os estudos das duas últimas matérias e estudão mais geografia e astronomia, fisiologia, teologia natural, anatomia, economia política e história antiga e moderna, particularmente a do Brasil. No 3º ano – elementos de história natural, filosofia moral e política, música vocal, caligrafia e desenho. Além de tudo os alunos farão exercícios de composição e recitação, e serão experimentados na prática do ensino, dirigindo classes nas diversas escolas do município, principalmente na escola modelo anexa ao estabelecimento.

As lições deverão ter lugar das 6 ou 7 às 10 ou 11 horas do dia, e os exercícios práticos das 2 às 4 horas da tarde.

As férias das escolas normais não podem ser muito longas por causa do grande número de matérias que os alunos têm de estudar, e da inconveniência que haveria em ser o curso de mais de três anos. Deve-se fazer com que o ano letivo seja pelo menos de 260 dias.

Nem porque o candidato ao magistério tenha adquirido em outra parte os mesmos conhecimentos que se adquirem na escola normal, segue-se que esteja dispensado de passar por ela. A razão é que, como já fiz ver, na palavra habilitação não se compreendem só os conhecimentos indispensáveis ao ofício de professor: compreende-se também o reconhecimento da vocação e o exercício prático do magistério. Assim quem não precisa da escola normal para adquirir a instrução que ela propaga, precisa para experimentar sua vocação e exercitar-se na prática dos seus conhecimentos, o que é de igual importância e noutra parte se não pode fazer. Todavia, para se não obrigar o aspirante a repetir estudos já feitos, pode-se em tais casos observar esta regra. O candidato que tiver estudado em grau superior fora do curso normal a maior parte das suas matérias será dispensado de fazer novos estudos, *prestando exame e sendo plenamente aprovado nelas*. Nunca, porém, se habilitará para o professorado sem estudar o resto das matérias do curso, e passar pelo menos um ano no estabelecimento.

Os alunos que forem aprovados em todos os exames do curso, e durante este houverem mostrado possuir suficiente moralidade e vocação para a vida de professor, receberão diplomas de capacidade, com os quais poderão exercer o magistério, a princípio como substitutos ou adjuntos dos lentes efetivos, depois como proprietários de cadeiras, mas providos nelas por meio de concurso.

As nomeações dos adjuntos ou substitutos podem ser feitas pelas comissões municipais. As outras devem pertencer aos presidentes das províncias sob proposta dos conselhos centrais.

A nomeação será feita para a localidade, pela qual o candidato tiver entrado em concurso, nunca porém para cadeira de 2<sup>o</sup> grau sem que ele haja servido em cadeira do 1<sup>o</sup>, nem para cadeira do 3<sup>o</sup> sem que tenha estado em alguma do 2<sup>o</sup>.

Salvo o caso destes acessos, nenhuma mudança terá lugar sem ser por vontade dos professores. Isso mesmo, note-se, não se entende com relação aos graus, mas sim às localidades. Por exemplo, não se deve permitir

a troca entre um professor do 1º e outro do 2º grau, mas sim entre professores do mesmo grau. Estas medidas têm por causa a consideração de que, como em princípio todos os professores são iguais, a superioridade da prática se presume não em razão do lugar, mas do grau do ensino que cada um estiver professando.

Sendo de máxima importância o requisito da vocação e moralidade daquele que quer ser professor, cumpre que o diretor e os mestres das escolas normais e modelos exerçam sobre isso a mais vigilante fiscalização para se ter em vista na dação dos diplomas de capacidade. Assim nada teria de estranho o fato de ser um indivíduo examinado e aprovado nas matérias do curso normal e nunca receber diploma de capacidade.

Como pode suceder que os alunos normalistas depois de preparados desertem para outras carreiras, deve o Estado garantir um prêmio a cada um para ser recebido no ato da inauguração dos seus trabalhos como professor público.

A par dos instrumentos necessários ao ensino, deve a escola normal ter uma biblioteca onde se encontrem todos os livros da especialidade do curso. Mas para que essa biblioteca seja útil deve-se permitir que os alunos levem os livros para suas casas quando quiserem.

É para desejar que cada província tenha a sua escola normal em edifício próprio e independente de outra função. Não sendo isso possível a todas, convém que duas ou mais províncias se associem para esse fim.

Como há escolas normais para o ensino inferior pode haver também para o superior. Antes, porém, de as ter o primeiro não é lícito ao Estado pensar em dá-las ao segundo.

Os professores das escolas normais devem ser nomeados em concurso dentre os professores do 3º grau do ensino inferior. Enquanto, porém, não tivermos este pessoal, pode o concurso ser franco a quaisquer cidadãos.

.....

## *Capítulo Quinto*

### DAS CONFERÊNCIAS PEDAGÓGICAS

*B*

I

As escolas normais por força darão bons professores.

Mas, não bastando que eles sejam bons, é preciso ainda que tenhamos em vista torná-los ótimos ou excelentes.

Ora, ótimos ou excelentes compreende-se que nem todos podem ser mediante os seus próprios estudos.

Sendo, pois, necessário que as luzes de uns guiem os outros, deve o Estado de vez em quando tirá-los do seu isolamento e reuni-los em assembléias onde eles conversem e se entendam sobre os interesses da sua profissão.

Às reuniões que os professores formam neste intuito se tem dado o nome de conferências pedagógicas.

II

Para se ver que não são fugitivas as vantagens das conferências pedagógicas, basta indicar o fim que elas se propõem: aperfeiçoar os professores no seu ofício por uma espécie de ensino mútuo.

Entretanto importa considerá-las ainda sob um aspecto que muito as recomenda.

O professor deve pensar por si. Não é para ele subscrever servilmente as alheias opiniões que se lhe dá tão esmerada educação.

Pensando, porém, o professor precisa expender as suas idéias e sujeitá-las à discussão, em que sejam convencidas de boas ou más.

Ora, nem sempre sendo possível a discussão pela imprensa, tornando-se mesmo indispensável a oral em certos casos, a reunião dos professores em lugar e tempo determinado é o melhor meio que para isso se lhes pode proporcionar.

As conferências dos professores são, pois, para as questões da escola o que é o parlamento para as altas questões do Estado. Tendo todos a faculdade de apresentar e defender teses concernentes ao ensino, cada um pode comunicar aos outros não só as idéias que têm, e as dificuldades que encontra na carreira, como os métodos e as práticas que emprega no ensino e o bom ou mau êxito que coroa os seus esforços. Tendo cada um o direito de falar sobre os assuntos dados para ordem do dia, podem todos concorrer com suas luzes para que a verdade seja descoberta e o erro confundido.

### III

As conferências devem ter lugar nas escolas normais. É essa uma das razões por que as mesmas escolas devem ter prédios grandes e próprios.

A época melhor para as conferências é a das férias. Assim não sofrerá o ensino, e o professor terá uma útil diversão aos seus trabalhos.

Para que elas sejam concorridas e os professores possam ser obrigados a se reunir, é preciso que o Estado lhes forneça os meios de empreender as necessárias viagens.

Nas conferências pedagógicas devem ser admitidos os alunos normalistas e os professores particulares que quiserem tomar parte nelas. Bem entendido que a estes nenhum auxílio se deve dar para as viagens.

Com a presença dos professores particulares muito há de lucrar o ensino. Eles impugnarão as idéias dos públicos e estes farão o mesmo às suas. Da discussão nascerá necessariamente a luz, e da luz resultará

tanto a emulação como o brio que entre eles deve existir a fim de melhor cumprirem seus deveres.

O funcionamento desta assembléa não pode ser ânuo sob pena de se tornar muito dispendioso. Assim pode o Estado convocá-las de 2 em 2 ou de 3 em 3 anos, e nos interstícios promover as pequenas reuniões que podem formar nos distritos, nas paróquias ou nas comarcas.

Nas assembléas dos professores não deve ser admitido nenhum representante do governo. A intervenção do governo só serviria para sufocar a espontaneidade individual. Como a proposta de uma reforma sempre assenta na crítica dos regulamentos do governo, muitos professores se absteriam de expor suas idéias para não serem notados como espíritos revolucionários.

Enfim, das conferências deve banir-se toda a etiqueta oficial, bem como toda idéia de hierarquia e disciplina hierárquica. No dizer de M. de Laveleye são estes os motivos por que as conferências pedagógicas não produzem na Prússia os mesmos resultados que dão nas outras partes da Alemanha. A etiqueta diminui sua eficácia. A hierarquia e a disciplina hierárquica gelam as assembléas e impedem a livre expansão do pensamento.

#### IV

Não passo adiante sem fazer uma observação que muito abona as conferências pedagógicas.

Elas são tão apreciadas na América do Norte que só o Estado da Indiana em 1868 fez 59 reuniões desse gênero.

Na Europa o seu uso não é geral, mas para honra delas basta citar os países que as praticam. Têm-nas a Suécia, a Inglaterra, a Alemanha e a França.

Em Portugal também não foram esquecidas na excelente reforma do Sr. D. Antônio da Costa.

.....

Entre nós só me consta a existência de duas leis, que decretaram as conferências pedagógicas. Uma é do Município Neutro, outra da província do Pará. Essas mesmas, porém, ainda estão para ser executadas.

.....

## *Capítulo Sexto*

### DAS VANTAGENS DO PROFESSORADO

**É**

I

inegável que, se em geral são maus os nossos professores, para isso concorre menos a falta de escolas normais que a ridicularia dos seus ordenados.

Sem esperança de bons proventos ninguém quererá sujeitar-se ao tirocínio da escola normal. Mas com vantajosa retribuição o ensino público poderia estar nas mãos de homens, que, posto não tivessem as habilitações que dão as escolas normais, seriam superiores àqueles que hoje compõem o professorado.

É preciso portanto que depois de estabelecer as escolas normais e as conferências pedagógicas o Estado procure melhorar a sorte dos professores.

Se a escola normal forma o professor, e as conferências pedagógicas o acostuma a pensar por si, as vantagens do cargo farão com que ele viva satisfeito da sua vida e dedicado à sua profissão.

O professor já pelo seu saber, já pela sua posição, já pela sua influência na sociedade deve ser um modelo do homem de bem e ocupar o primeiro lugar na estima geral. Mas para ele conseguir e conservar esta

honra é indispensável, como diz Mr. Rice, que seus serviços sejam retribuídos na proporção do que valem.

## II

Em toda a parte os professores são mal remunerados.

Em toda a parte digo, porque dessa regra não se excetua os países clássicos da instrução, como é a União americana e a Prússia.

A União americana é o país que melhor paga os seus professores. Segundo M. Hippeau, tem aí, termo médio, o professor 8.513 fr<sup>1</sup> a professora 2.712.<sup>2</sup> Entretanto ainda não se pode dizer que a carreira seja das mais desejáveis.

A Prússia ainda faz menos. Ela paga, termo médio, aos professores das cidades 218 thalers,<sup>3</sup> aos dos distritos rurais 181.<sup>4</sup>

Haverá quem dali pretenda deduzir argumento contra a minha proposta?

Não se iluda o leitor com esse argumento.

O fato é geral mas não deixa de ser uma vergonha para os Estados e um prejuízo para os povos. A civilização é obra da escola, e a escola é obra do professor. Se portanto quereis elevar a escola e a civilização, começai por elevar o professor à altura da sua missão e lhe dar nas vantagens do seu ofício a coragem, o gosto, a energia e a força, que ele demanda.

Assim o exemplo dos outros povos pode, convenho, servir para desculpar o Brasil, país novo e sem recursos, da parcimônia, com que até hoje tem pago os seus professores, mas não para autorizá-lo a continuar no mesmo procedimento.

Demais não poderá sustentar semelhante pretensão quem souber o favor com que estão olhando a classe dos professores as mesmas nações apresentadas para exemplo.

1 3:064\$680 rs.

2 976\$320 rs.

3 Cerca de 300\$000 rs.

4 Cerca de 250\$000 rs.

Nos Estados Unidos, além dos seus vencimentos, o professor tem casa para morar. Não obstante os amigos da instrução pedem que se lhes dê melhor sorte, e, como diz M. Hippeau, há geral tendência para isso.

Na Prússia é com efeito muito exíguo o ordenado do professor. Mas explica-se este fato de modo satisfatório.

São bastante antigas – datam do princípio do século – as leis, pelas quais aí se rege o ensino público.

Ora, presentemente não se dão as mesmas circunstâncias de então. Naquele tempo era muito fácil a vida em toda a Alemanha. O professor portanto tendo casa para morar bem podia viver com o ordenado de 250\$000 a 300\$000 rs. E a prova de que a carreira não parecia ingrata é que os candidatos ao magistério excediam muito o número dos alunos, que deviam ter as escolas normais. Hoje o país está cortado de vias férreas, a indústria faz concorrência à escola e os preços das coisas são iguais aos dos grandes mercados do Ocidente. Assim, tendo-se dificultado o recrutamento do magistério, o governo já sente a necessidade de melhorar a carreira, e de fato uma reforma se projeta nesse sentido.

### III

Resolvido o melhoramento da sorte dos professores ocorre logo uma grave questão.

Pois que esse melhoramento é exigido já pelo interesse do Estado, já pelo do professor, cujos serviços são presentemente mal pagos, que medidas deve a lei prescrever no intuito de conciliar o interesse do professor com o do Estado?

Quanto a mim tudo depende de um sistema de recompensas, que nem dê ao professor todas as vantagens de uma vez, nem as dificulte tanto que ele desespere de alcançá-las.

Assim se eu tivesse de legislar sobre o caso estabeleceria:

Os professores só serão vitalícios depois de cinco anos de magistério sem nota alguma que desabone o seu comportamento e o seu caráter.

Todo o professor será obrigado a escrever uma obra sobre qualquer das matérias do ensino. Essa obra deve ser oferecida ao conselho central da instrução no ato de pedir o professor a declaração da vitaliciedade, a fim de por ela se julgar das suas habilitações. Se a obra for decla-

rada má, ou no fim dos cinco anos o professor tiver contra si qualquer fato que ponha em dúvida a sua moralidade, a declaração da vitaliciedade poderá ser retardada, no primeiro caso até a apresentação de nova obra, no segundo até que finde o termo da espera proposta pelo conselho e aprovada pelo governo.

O professor que no fim de 10 anos de serviço não houver alcançado a declaração da vitaliciedade será demitido e substituído por outro.

Os vencimentos continuarão a ser divididos em duas partes, uma das quais será o ordenado, outra, a gratificação.

Os professores terão direito a três aumentos de subsídio, cada um na razão de 20% do que principiarem a receber: o 1º depois de declarada a vitaliciedade, o 2º depois de tempo igual àquele em que alcançaram a vitaliciedade, o 3º depois de 15 anos de serviço.

Os primeiros vencimentos serão: nas cidades capitais três contos de rs., nas outras 2:500\$000, nas vilas dois contos, nas povoações um conto de rs.

A todos os professores se dará um prêmio de 10\$000 rs. por cada aluno que freqüentar a escola além de um algarismo determinado, e outro de 20\$000 rs. por cada um dos que forem no fim do tempo escolar examinados e aprovados plenamente.

Serão igualmente premiados os professores que escreverem compêndios, ou quaisquer livros, que por sua clareza, concisão e verdade mereçam ser aprovados para uso das escolas.

Além destas vantagens o Estado fará todas as escolas de modo que possam servir de habitação aos professores, e enquanto isso não se der perceberá cada um uma soma anual suficiente para o aluguel da sua casa.

Todo professor é obrigado a fazer montepio, concorrendo mensalmente com 3% dos seus vencimentos. Para facilitar o cumprimento dessa obrigação, o Estado se comprometerá a adiantar aos que quiserem a importância da respectiva jóia, bem como a ser dela indenizado em pequenas parcelas mensais.

Os prêmios a que tiverem direito os professores nos dois primeiros casos acima determinados serão recolhidos a uma caixa

comum, que terá por fim a criação de futuros capitais. Para isso as quantias recolhidas serão emprestadas ao Estado e vencerão o juro de 6%. A parte de cada professor será entregue a ele próprio se sair do magistério, à sua família se nele falecer.

Ao professor que estiver no gozo de saúde nunca se dará licença por mais de dois meses, e essa mesma será concedida por causa justa e provada. Neste caso o adjunto, além do ordenado que lhe competir, perceberá mais a gratificação do professor, sem todavia prejudicar sua contribuição para o montepio.

Ao que estiver doente se darão as licenças necessárias, mas sob as condições seguintes: Dentro de três meses o adjunto ou substituto terá direito à gratificação. De três até seis meses perceberá 50% de todos os vencimentos do professor. No fim de seis meses será este submetido a um exame médico que terá por fim declarar se a moléstia o inabilita ou não para o magistério. Neste caso continuará o adjunto com até então pelo tempo que durar o restabelecimento do professor. Naquele será o mesmo demitido, e começará logo a perceber as vantagens que houver criado pelo montepio ou pelos prêmios.

O montepio acabará com a morte do professor, se ele deixar o serviço antes da declaração da vitaliciedade, e passará para sua família, por tempo igual ao dos serviços, se estes cessarem depois daquela declaração.

Se o professor deixar o serviço depois de 25 anos e em vida não gozar as vantagens do montepio, sua mulher e suas filhas poderão desfrutá-lo enquanto viverem.

O que depois do mesmo tempo deixar o magistério, mas desfrutar em vida o montepio, só poderá transmitir-lo à família por prazo igual ao dos serviços.

Os adjuntos serão tirados dentre os aspirantes normalistas, que tiverem acabado o curso e obtido carta de habilitação. O governo retribuirá da melhor forma os serviços que eles prestarem simultaneamente com os professores.<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> Dos outros não falo porque já os contemplei numa das precedentes observações.

#### IV

A lei não deve garantir aposentadorias, estando elas substituídas pelo montepio obrigatório e desfrutável pelo próprio professor.

A aposentadoria é uma péssima instituição.

Seu único fundamento é dever o Estado amparar a velhice dos cidadãos, que passaram a mocidade no seu serviço.

Mas para tal fim o melhor meio não é a aposentadoria. O montepio, nas condições que proponho, dá o mesmo resultado, sem produzir os mesmos inconvenientes.

Quantos empregados não se aposentam, que ainda estão capazes de trabalhar? Quantos não se vêem depois exercendo novos empregos?

Mas não falemos de abusos.

A instituição em si é má por muitos motivos. Ela não é útil, não é justa, não é moralizadora.

Que não é útil ninguém contestará: ela serve ao feliz aposentado em prejuízo da sociedade.

Que não é justa diz ainda a consciência geral. O aposentado não trabalhou gratuitamente para a Nação. Se passou a melhor parte de sua vida no serviço do Estado é certo que por isso percebia vantagens iguais ou superiores àquelas que podia ter noutra profissão. Assim a aposentadoria não é mais que o segundo pagamento da mesma coisa.

Enfim para se ver que não é moralizadora basta dizer que o aposentado vive à custa da sociedade em razão de serviços já pagos, e sem fazer-lhe o menor benefício!

O montepio que proponho não evita só isto. Acostuma os empregados a serem econômicos e os nobilita aos seus próprios olhos com a certeza de que aquilo que o Estado lhes dá, depois de deixarem seus empregos, não é uma esmola ou um favor, mas o fruto da sua economia e do seu trabalho.

PARTE QUINTA  
DOS MÉTODOS DE ENSINO

.....

## *Capítulo Primeiro*

### DEFINIÇÕES E CONSIDERAÇÕES NECESSÁRIAS

**D**

I

efine-se facilmente o método. Em geral é o concurso de processos, pelos quais a inteligência humana descobre ou demonstra a verdade. Em pedagogia é o complexo de meios que o mestre emprega para promover e conseguir o progresso dos seus alunos.

Importa não confundir os métodos com os modos de ensino, de que por brevidade, e à maneira de M. Daliguat, tratarei nesta mesma divisão.

Modo de ensino é a forma por que são transmitidos os conhecimentos em atenção ao número dos alunos, à disposição da escola e aos hábitos do professor.

Se o professor se dirige a um só aluno, a muitos, ou a um número tão grande que de todos não possa cuidar, em cada um desses casos é mister empregar diversa maneira de ensino. Daí, como adiante veremos, o dividir-se o modo de ensino em *individual*, *simultâneo*, *mútuo* ou *misto*.

II

A história dos métodos de ensino liga-se à história da educação da humanidade, e tão intimamente que não se pode falar de uma sem falar também da outra.

Compreende, pois, o leitor quão penosa seria a tarefa de quem quisesse fazer uma história completa dos métodos de ensino.

Por outro lado é fácil ver-se que semelhante trabalho não teria maior utilidade.

Os erros das antigas educações influíam tanto nos métodos de ensino que estes pela sua maior parte nada têm de aproveitáveis.

Uma circunstância valiosa ainda me leva a emitir este juízo. Quem teve antes de Descartes a ousadia de atacar o *magister dixit*?

Quer isto dizer que o método filosófico foi que fez nascer o escolar, ou que este, como aquele, nem sempre foi ponto de questão. Só se compreendeu a verdadeira importância dele depois que se alargou o plano da educação do homem, ou depois que a filosofia moderna lhe reconheceu o destino que ele hoje demanda.

Assim ninguém veja propósito de furtar-me a um dever no fato de eu só tratar, e resumidamente, da história dos métodos de ensino nas últimas fases da educação dos povos.

### III

O século XVIII e a última parte do século XVII viram nascer e propagar-se quatro distintas teorias sobre a educação, as quais ordinariamente se chamam *escola pia*, *escola humanista*, *escola filantrópica* e *escola eclética*.

Jansenius na França, os irmãos Wesleys na Inglaterra, Spener e Francke na Germânia, foram os primeiros representantes da escola pia. Produziram talvez semelhante influência os escritos de Fenelon, o autor das *Aventuras de Telêmaco* e de uma obra sobre a educação da mulher, que será sempre um padrão de glória para o seu país. Mas é certo que quando Fenelon começou a influir na educação, a *escola pia*, pelo menos na França, já estava criada. Todos conhecem o princípio da *escola pia*: seu próprio nome o diz claramente. “A educação é um vivo conhecimento de Deus e de Cristo; portanto deve ser menos intelectual que religiosa e moral.” Francke, discípulo de Spener, um dos mais apaixonados sectários da *escola pia* foi quem fundou<sup>1</sup> os primeiros e os mais notáveis institutos que se dirigiram pelos seus princípios. Eram eles uma escola para educar meninos de ambos os sexos, e outra para formar professores. Francke

1 Na Germânia, em Halle.

teve muitos colaboradores. Entre outros contam-se Rambach, Freyer, Hoffmann, Bushing e Steinmets.

A *escola humanista* sustentava que as *línguas e letras antigas*, ou os estudos de humanidades, deviam ser o fundo de toda educação. Entre os mais eminentes humanistas contam-se Cellarius, Gesner, Ernesti, Morus, Reiske, Herman, Schaefer, Schneider, Heine, Wolf, Voss, Creuser, Bosch e Jacobs. Seus princípios tiveram grande voga na Alemanha e na França; mas não tardaram a ser condenados pela *escola filantrópica*.

A *escola filantrópica* é filha de Comênio, Locke, e Jean-Jacques Rousseau. Seu fim era dirigir a educação de conformidade com as leis da natureza, ter toda atenção às diversidades do caráter, forças e vocação dos meninos, nada ensinar-lhes que eles não pudessem compreender, e sobretudo tornar o ensino o mais agradável e simples que fosse possível. Comênio expôs suas idéias na *Janua Linguarum* e no *Orbis Pictus*, obras que tinham por fim dar aos meninos de uma só vez o conhecimento das palavras e das coisas, e que sendo traduzidas para quase todas as línguas foram por muito tempo bastante populares na Europa. Locke expendeu as suas no livro intitulado *Thoughts Concerning Education*, o qual muito contribuiu para substituir o antigo verbalismo lógico pelo moderno científico. Foi ele quem primeiro aplicou à educação a filosofia de Bacon, mostrando que para os meninos a fonte dos conhecimentos está mais nas coisas que nos livros. Rousseau enfim apresentou seus votos no célebre tratado de educação conhecido pelo nome de *Emile*. O Emílio é um sistema de educação fundado não na experiência, mas nas teorias do seu autor, e contém um ideal da vida e cultura doméstica em perfeito contraste com a sua vida. Os princípios do Emílio são: a primeira educação dos meninos é da maior importância e o cuidado dela pertence mais particularmente às mães de família. Não se deve ensinar coisa alguma enquanto o menino não está preparado para compreendê-la. Em consequência a aquisição dos conhecimentos é coisa quase inconsciente, feita por meio de acessos simples, fáceis e naturais. O menino deve ser educado não para esta ou aquela profissão, mas para o comum e absoluto estado dos homens: não sujeito a nenhum hábito, mas independente de todos os hábitos e de todas as cousas. Prevenido contra as corrupções da sociedade e as tramas do convencionalismo, entregue a si próprio, ou às influências da natureza e do senso íntimo, o caráter por si mesmo se

aperfeiçoa, tanto intelectual como social e moralmente. Os pais devem estudar um sistema de educação que poupe aos meninos todo esforço ou labor. A educação deve ser um divertimento, e o homem, uma criatura alegre e cheia de razão, a quem se não perverteu nenhuma tendência natural nem obrigou a fazer nenhum inútil esforço. Não obstante o que há de esquisito nestas idéias, e a contradição em que Rousseau viveu com as suas doutrinas, pois expunha todos os filhos que tinha, o lado bom do Emílio influiu tanto no ânimo das mães de família, e em geral dos educadores, que reformou completamente a educação da Europa. Aimé Martin explica assim este sucesso. Rousseau, em vez de propagar importunos e tristes deveres, fez da família uma festa constante, e da mãe um ente digno da adoração do mundo! Entre os homens práticos que pretenderam realizar as idéias da *escola filantrópica* Basedow foi sem dúvida o mais importante. Ele é que, reformando a educação da Alemanha, preparou o terreno que a escola *eclética* mais tarde devia explorar. Aí será sempre lembrado o seu célebre *Philantropinum*, estabelecimento educativo onde o menino devia permanecer até que se fizesse homem e cidadão, e que tão apoiado e protegido foi pelos homens mais doutos da época. Todavia não sendo ainda perfeito um sistema de educação, que dava à natureza o papel da disciplina, e nenhuma atenção tinha aos desvios das tendências juvenis, pouco tardaram os seus adeptos em reconhecer a exageração do entusiasmo com que o defendiam. O *Philantropinum* portanto declinou após momentâneo esplendor, desacreditando com a sua queda as instituições iguais dos outros países.

Debaixo do nome de *escola eclética* foram classificadas aquelas doutrinas que não seguiam nenhum sistema exclusivo de educação, mas tiravam dos outros o que cada um tinha de aproveitável.

Todas estas escolas tiveram os seus métodos de ensino. O melhor, porém, foi o da última. É o que ainda hoje voga sob o nome de Pestalozzi, que foi um dos primeiros senão o primeiro representante da mesma escola. Julgue o leitor pelos princípios que o animam. A educação deve começar muito cedo, mas sob a disciplina da casa paterna, ou sob a imediata direção dos pais de família. A natureza apresenta os objetos ao acaso e sem ordem. O fim da educação é regularizar a influência da natureza e continuar as primeiras intuições por meio de um encadeamento graduado e completo. O mestre deve, pois, proceder de conformidade

com as leis da natureza, devagar, mas sem interrupção, impelindo o menino para a atividade, e dando-lhe apenas a necessária assistência. A arte de observar deve ser bem desenvolvida, e a música, cuidadosamente estudada. Todas as faculdades devem ser harmonicamente exercitadas. A individualidade é coisa respeitável. Deve ser sim estimulada e animada, mas não com exageração, como queria Rousseau, para não degenerar em egoísmo ou orgulho. O menino carece de ser prevenido contra a corrupção e os males do mundo, mas não de modo que venha a ter horror à sociedade, sim ensinando-se-lhe a desejar e promover o seu melhoramento. Nesse, como em qualquer outro sentido, o educador deve obrar de sorte que nem ao menino falte o auxílio necessário, nem este seja dado por meio de explicações. Para meninos todas as explicações verbais são fúteis enquanto se não apóiam em alguma experiência, ou não são verificadas pelos sentidos. O exercício dos sentidos e a cultura dos poderes físicos é de grande importância para o desenvolvimento do espírito. O desenvolvimento por operações mentais que tanto louva a escola filantrópica é sobremodo vão e danoso, porque o menino é um ente todo concreto. Ele não forma juízo sobre coisa alguma antes de a examinar e experimentar e aprender a distinguir seus atributos e qualidades. A forma, o número e a linguagem são as verdadeiras bases dos conhecimentos, ou os princípios pelos quais todo espírito se desenvolve. Portanto a aritmética e a geometria e a arte de desenhar e modelar os objetos são exercícios tão indispensáveis como o da linguagem. É péssimo o ensino por perguntas e respostas. Ele duplica a dificuldade do estudo porque aumenta o trabalho da decoração, e só fortifica a memória em prejuízo do raciocínio. Outra coisa perniciosa é o castigo corporal. O melhor estímulo para os meninos é a consciência do seu merecimento e da utilidade da sua instrução. Enfim, pois que o mestre deve antes educar idéias que crianças, é de rigor que o ensino religioso fique para quando os alunos já tiverem algum desenvolvimento. A religião é idéia que o menino não pode ter ao entrar para a escola.

Foi na Suíça, um pequeno canto do mundo, que começou a florescer a escola eclética, e com ela o método de Pestalozzi.

Tanto, porém, bastou para que dali passasse à Germânia, e daqui à Inglaterra, a todo o norte da Europa e à União Americana. O adiantamento, que a Suíça e a Germânia não tardaram a mostrar em

matéria de educação, era forte incentivo para que as outras nações quisessem saber e experimentar os seus princípios e o seu método.

A doutrina de Pestalozzi tornou-se, pois, como que o eixo em torno do qual giravam todos os povos ávidos de reformar a sua educação.

É isto por certo uma prova da excelência da mesma doutrina. O que porém fará sempre a glória do seu autor é o seguinte sucesso.

Sofreu o método de Pestalozzi muitas modificações devidas ao caráter, costumes e talvez ao gosto dos povos que o adotaram. Ele foi modificado além de outros por Fellenberg no instituto que este criou em Hofwil, por Jacotot na Universidade de Louvaina, pelo abade Gualtier na França, por Felbiger, bispo de Sagan, nas escolas que o mesmo organizou, por Horácio Mann em toda a América do Norte, e pelo Sr. Castilho em Portugal. Entretanto nem sua influência deixou de ser boa em parte alguma, nem com as modificações foi alterado o fundo dos seus princípios, antes estes subsistiram intactos ainda depois do desaparecimento delas, como sucedeu às de Jacotot.

O método de Fellenberg, bem como o de Horácio Mann, difere do de Pestalozzi só em comunicar os conhecimentos de modo mais positivo e mais prático do que este se propunha.

O do abade Gualtier em converter o estudo num verdadeiro jogo. Toda lição se dá por meio de cartões ou medalhas convenientemente preparadas.

O do Sr. Castilho em comunicar as lições por meio de figuras e vozes representativas das palavras e das idéias.

O de Jacotot, que foi geralmente adotado na Bélgica, dá grande exercício à faculdade da memória, e em certos pontos se parece com a *autodidaxia*, método que pretende fazer o aluno instruir-se a si mesmo.

O de Sagan, assim chamado por causa da sé do seu autor, é uma combinação dos métodos de Basedow<sup>2</sup> e Pestalozzi. Ele faz o menino encarar a educação debaixo de um ponto de vista utilitário e comunica-lhe o desejo de ir por próprio impulso do conhecido ao desconhecido. Mas, semelhante aos do abade Gualtier e do Sr. Castilho no intuito de tornar o estudo agradável, converte-o numa diversão que a maior parte das vezes é prejudicial ao ensino.

---

<sup>2</sup> Da escola *Filantrópica*.

.....

## *Capítulo Segundo*

### DA NECESSIDADE DE ADOTAR-SE UM MÉTODO NO NOSSO ENSINO

#### I

**N**

ão ignora o leitor o que é ensinar. Ensinar é transmitir a outrem conhecimentos que ele não possui.

A experiência, porém, todos os dias mostra que nem sempre é o homem mais instruído o que melhor ensina.

Se aquele que a isso se dedica não emprega meios que facilitem a transmissão dos seus conhecimentos, os alunos não podem aproveitá-los ou só dificilmente aproveitarão. Seja ele um grande homem, não há meio-termo; ou conhece o segredo desses meios, ou será sempre excedido por outro medíocre, que o possua.

Se, pois, a primeira condição do mestre é ser instruído ou *saber o que ensina*, a segunda é *saber como ensina*.

Mas no saber ensinar é que está o método. Logo, nenhum ensino pode prescindir do método.

José Droz disse: “Quem inventa um bom método de ensino deve ser considerado benfeitor da humanidade.”

Não há nenhuma exageração nesse pensamento. Se o ensino é o melhor bem que o homem pode exercer, o método é o meio por que se exerce esse bem.

Pode-se dizer mesmo que o método é a medida do ensino. Bom método, grande ensino. Mau método, pequeno ensino. Nenhum método, nenhum ensino.

## II

O desenvolvimento da instrução depende, pois, dos métodos de ensino. Que condições, porém, deve ter um método para ser bom? Creio que tudo se reduz ao seguinte.

Como ninguém aprende sem atender e compreender, os bons métodos são não aqueles que multiplicam mais as regras, porém os que atraem e solicitam mais a atenção do aluno, e que não aumentam as dificuldades naturais do estudo com as dificuldades, maiores ainda, que provêm da ignorância e presunção dos pedantes.

## III

É muito para desejar-se que tais métodos existam em todos os gêneros do ensino.

Em nenhum, porém, a necessidade é tão imperiosa como no primário. Criaturas que apenas começam a viver, que não conhecem as vantagens da instrução, e só cuidam em brincos e jogos, poderão aproveitar os conhecimentos de um mestre que não sabe transmiti-los naturalmente, sem esforço e sem vexame?

Não é a instrução um remédio como qualquer outro que para o menino tomar deve ser ministrado em taças de beiras açucaradas?

Entretanto que método seguem as nossas escolas? Nenhum absolutamente pode-se dizer, tão poucas são as escolas que ensinam debaixo de regra.

Nem é só isso. Os métodos ainda encontram inimigos acérrimos. Em matéria de instrução, como em tudo mais, há uma rotina, que desacredita todas as inovações, pronunciando-se sobre elas sem exame, e impondo-se aos espíritos sem critério.

Na classe mesmo dos professores talvez haja quem adote, se não por verdadeiro, ao menos por bastante cômodo, o adágio que os nossos maiores repetiam em tom grave e profundo: “Só se sabe bem o

que se aprende dificilmente.” Adágio que a ser exato deve levar-nos à conclusão de que os mestres mais cruéis são os melhores.

#### IV

No intuito de darem ao Brasil bons métodos de ensino primário, alguns cidadãos têm feito louváveis esforços.

À frente deles cito com prazer os Drs. Abílio César Borges e Augusto Freire da Silva e o professor Antônio Pinheiro de Aguiar.

Ao Dr. Borges deve o País os *Livros de Leitura*, que a imprensa do Sul tanto louva e que tão bons resultados têm produzido no Rio de Janeiro e na Bahia.

Ao Dr. Freire da Silva o *Novo Método de Ensino a Ler e Escrever*, que se publicou em São Paulo no ano de 1863, e que, sem ser tão geralmente louvado como os *Livros de Leitura*, não tem sido menos vantajoso para as escolas daquela província.<sup>1</sup>

Ao Sr. Pinheiro de Aguiar o método ultimamente criado sob o título *Bacadafã*.

Todos estes trabalhos tiveram por norma o método de Pestalozzi: começar pelas noções sintéticas e concretas, depois passar à observação e análise.

Ocorre, porém, uma circunstância que é para sentir-se.

O segundo só tem por fim o ensino da leitura e da escrita.

O primeiro, que se propõe também a contabilidade, quase a deixa em olvido, e pouco diz sobre a escrita.

Além do que ambos se apartam de alguns princípios da escola. É assim que nem um nem outro rompe inteiramente com o exercício preliminar da soletração, que aliás reconhecem só ser usada pelos povos cultos depois que os meninos já sabem ler as palavras.

Quanto ao terceiro, que procura ensinar até a música, por defeitos, que seu autor não pôde evitar, ainda não preenche todos os fins a que se destina. Pelo menos é isso que diz o Conselho da Instrução Pública da Corte em um parecer que anda anexo ao Relatório, que o Sr. Ministro do Império apresentou ao Parlamento no ano passado.

1 Foi o mesmo método ultimamente adotado no Pará.

São estas as palavras desse parecer:

“Até onde o Conselho pôde observar ficou assentado que o método *Bacadafá* apresenta vantagens, que parecem preferíveis às do ensino atual até à leitura corrente: daí por diante a preferência é ainda obscura. Em relação à contabilidade pairam ainda muitas dúvidas acerca do mérito, que o autor afiança, dúvidas, que como que desaparecem quanto ao método do ensino da música, onde o suplicante<sup>2</sup> mais se distingue e onde melhor prova exibiu.”

“Ficando o Conselho unanimemente persuadido de que o método de que se trata não é uma quimera, mas pelo contrário digno de estudo e repetidos tentames, tornando-se além disso mui simpático pelas cores e símbolos nacionais de que se reveste, entende todavia não ser prudente generalizá-lo já por todas as escolas públicas, como deseja o suplicante, enquanto maior e diuturna experiência não venha consagrar ou tornar indubitável a sua bondade máxima; pois que desde então somente é que o sistema atual poderá ser desterrado, antes de ser perturbado de chofre.”

Estas palavras justificam o meu juízo e dão mais ou menos a conhecer ao leitor o método *Bacadafá*.

Os homens já disseram que ele não é uma utopia. Resta agora que Deus conserve os dias do incansável professor a fim de poder este realizar o seu humanitário desejo.

## V

O ensino público não pode continuar sem ter um bom método ao seu serviço. Mas para a satisfação dessa necessidade devemos criar um método novo, ou podemos adotar qualquer dos conhecidos?

A criação de um método é coisa muito difícil, e que não se pode encomendar com certeza de bom êxito.

Os métodos que existem são filhos de longos e penosos esforços da parte dos seus autores, e foram preparados pacientemente debaixo de um plano ou de um princípio, que nasceu, fecundou e desenvolveu-se à luz da experiência.

---

2 O parecer chama o Sr. Pinheiro de “suplicante” porque foi dado sobre requerimento, em que o mesmo senhor pediu fosse o método adotado nas escolas do Município Neutro.

Nestas condições o que mais convém, até pela urgência da medida, é instituir-se exame nos métodos conhecidos e adotar cada província nas suas escolas aquele que melhor lhe parecer.

Dado esse passo a prática se encarregará do resto. Seus defeitos serão corrigidos, suas vantagens verificadas e postas ao abrigo de dúvidas.

## VI

A escolha em que método deve recair? Vejamos; mas antes vejamos também como ensina a maioria das nossas escolas.

## VII

Presentemente obriga-se o menino a impossíveis, pelo que é a escola uma cadeia e o estudo um suplício. Cadeia e suplício, cumpre notar, que ele suporta longos anos para aprender pouco e muito mal.

Trata-se da leitura – O menino tem de decorar, cantarolando, princípios abstratos, de que nenhuma aplicação pode fazer. Além do que o mestre o enreda nos exercícios da decomposição de palavras em sílabas e letras, quando ele não pode compreender esse mistério, e a experiência geral tem mostrado que os melhores métodos são os que prescindem da soletração preliminar.

Vem a escrita – Põe-se o pequeno mártir a traçar e fazer letras de grandes dimensões, quando a prática de outros países tem condenado esses exercícios, e canonizado como verdade que os meninos lucram mais começando pelo bastardinho. Começando pelo cursivo o menino apanha mal a forma e a inclinação das letras. As escritas portanto não apresentam mais que uma série de caracteres indecifráveis e informes. Começando pelo bastardo, como o menino não forma de um só rasgo de pena senão linhas de pequena dimensão, segue-se que as letras não podem deixar de ser tremidas e portanto defeituosas. Por outro lado obrigado, para formar esses grandes traços, a apertar muito a pena, contrai o hábito de pegar mal nela, que bem difícil é de reformar-se. Enfim, o tempo que ele perde nos exercícios do bastardo não lhe permite senão muito tarde adquirir a prática da escrita corrente, que é condição essencial do seu progresso nos outros ramos do ensino.

Chega o menino às contas – Arma o professor a operação que ele tem de praticar e deixa-o entregue a si mesmo, quando deve exercitá-lo primeiramente no cálculo verbal, de números baixos, relativos a objetos presentes, e depois iniciá-lo pouco e pouco no cálculo escrito.

Vem o estudo da gramática – Definições, análises, regras, exceções, tudo quanto há de mais difícil na língua tem de ser estudado por meninos que apenas sabem ler e escrever pelos sentidos. De modo que o recurso natural desse embaraço é uma decoração por si mesma condenada a desaparecer no dia seguinte.

Finalmente o menino se matricula nas aulas de latim ou de francês – O que lhe sucede? Logo no princípio é posto a analisar a respectiva gramática! Não se atende a que ele é incapaz de analisar a gramática nacional, nem se vê que sistema algum de estudos elementares pode fundar-se no raciocínio antes de ter o estudante a idade em que a razão se manifesta. Daí não resulta só a perda de tempo que ele depois deplora. Resulta ainda o forçar-se a natureza a dar frutos prematuros, e por isso prejudiciais à sua saúde, ou pelo menos ao bom sucesso da sua educação. As mais das vezes a natureza resiste a esta cultura, permita-se-me dizer, de estufa, e o aluno não retém dela senão o invencível desgosto que lhe inspirou.

## VIII

Assim expostos os defeitos e remédios do sistema atual, só me resta tirar conclusões.

Condenamos o sistema atual por ser abstrato, longo e penoso. O que portanto for mais concreto, mais agradável e mais curto e que a um tempo desenvolver a inteligência do aluno e apurar o seu gosto pelo estudo, esse é que a lei deve prescrever e obrigar os professores a seguir.

É a criança um ente simples, concreto e suscetível de aborrecer o estudo. Use-se para com ela de linguagem acomodada às suas qualidades e procure-se tornar o ensino atraente. O rigor nada consegue. No meio dele o menino poderá dizer ao professor: “Vós tendes mil meios de me fazer chorar, mas nenhum de me ensinar.” E com isso ele dirá uma verdade. É mais fácil chorar que dizer ou fazer o que o mestre manda.

Ele tem razões para chorar pelo que o contraria, mas não tem para ceder ao que lhe desagrada.

O menino esquece facilmente o que se lhe disse ou ele disse, mas não o que fez ou viu fazer. Se isso prova que o menino só vive pelos sentidos, ou não forma idéia senão do que toca, experimenta e observa, todas as idéias devem-lhe ser comunicadas pelos sentidos. Mostrem-se-lhe os objetos, que se lhe quer dar a conhecer. Siga-se do baixo para o alto, do pequeno para o grande, do semelhante para o dessemelhante, do conhecido para o desconhecido. Ou substitua-se a coisa à definição, à realidade, às fórmulas, o exemplo à regra, de modo que as idéias, que se lhe transmitirem, sejam exatas, claras e precisas a ponto de por assim dizer ele ver e tocar os seus elementos nos objetos que se lhe mostram.

Neste gênero não conheço nada melhor que o método americano.

O método americano, já o disse, não é senão o método de Pestalozzi, ligeiramente modificado por Horácio Mann.

Assim o meu voto 10 ou 15 anos atrás seria que se aclimasse entre nós o método americano. Hoje, porém, que temos métodos nacionais, bem que incompletos, fundados nos mesmos princípios, é que a escolha recaia no que dentre eles mais se aproximar daquele molde.

Não levo mais adiante o meu juízo, porque isso dependeria de conhecimentos práticos, que não possuo, nunca tendo experimentado nenhum dos métodos. Para que, porém, me supram os profissionais, dou-lhes aqui a mais completa notícia do método americano, e faria o mesmo aos nossos se eles não pudessem ser facilmente encontrados.

## IX

Como eu não pudera fazer, o método americano se acha exposto na excelente obra de M. Hippeau: à pág. 43 por ele próprio, à pág. 301 pela junta de educação de Luisville, no Kentucky.

Para desempenhar-me da minha promessa limito-me a transcrever textualmente quer as palavras de M. Hippeau, quer as da junta a que ele se refere.

Fala o escritor francês:

“O ensino da leitura, escrita e cálculo, para as crianças de 5 a 10 anos, é há muito tempo objeto das meditações dos homens dedicados ao aperfeiçoamento dos estudos elementares. Grande número de processos e métodos tem sido pois alternadamente empregados em ambos os mundos. Pode-se observar nos vários ramos do ensino de todos os graus o espírito que presidiu a escolha feita nas escolas públicas dos Estados Unidos. É o emprego do método experimental, apoiando-se na prática e rejeitando as regras abstratas, os princípios gerais, as idéias *a priori*, dirigindo-se primeiro aos sentidos, às faculdades *perceptivas*, e esperando para pôr em ação a razão e a inteligência, a idade em que as faculdades *reflexivas* estão suficientemente desenvolvidas: primeiro as noções sintéticas e concretas; depois, os conhecimentos fundados na análise e na observação.

“Quanto à leitura, não começa o mestre ensinando as letras, depois as palavras. Mostra um objeto, um animal, uma árvore, uma casa, depois a palavra que serve para os designar e cuja imagem se liga naturalmente à do próprio objeto. Indo alternadamente de um a outro objeto, reconhece-o a criança sem dificuldade, e esse ensino, pelos olhos e ouvidos, é continuado até que o menino saiba distinguir e enunciar de uma maneira imperturbável todas as palavras que se fizeram entrar nos quadros sucessivamente estudados. Exercita-se o aluno com o maior cuidado em os pronunciar distinta e corretamente, e quem conhece as dificuldades que neste ponto oferece a língua inglesa compreende que é importante multiplicar os exercícios variados, que se imaginaram para tornar o ensino mais atraente e fácil. Deve acostumar-se a criança a articular separadamente cada consoante, a fim de distinguir o ruído particular que a constitui, independente do som que produz quando fere uma vogal.

“Há sons e articulações para os quais as diferentes partes do órgão vocal devem receber particular educação. Exercitam as crianças em pronunciá-las e articulá-las separadamente. Tais são o *th*, brando ou forte, os diferentes sons do *a*, do *o*, do *u*, nos quais o movimento dos lábios, a posição da língua, a ação dos dentes, a emissão do ar são indicados pelo mestre que não deixa passar erro sem o apontar imediatamente.

“Para saber se todos os alunos da classe estão atentos, o mestre manda soletrar uma palavra, soletrando um a primeira letra, outro a segunda, o seguinte a terceira; o último diz a palavra toda. Por exemplo, o mestre mostrará a palavra natação: o primeiro aluno diz *n*, o segundo, *a*, o terceiro, *na*, o seguinte, *t*, o quinto, *a*, o sexto, *ta*, e assim por diante, até o último que pronuncia a palavra toda. Também se exercitam os meninos em aspirar e expirar o ar, ora lento, ora depressa. A emissão dos sons pode, conforme a natureza deles, ser acompanhada de movimentos de cabeça, pés e mãos, e a necessidade de agitação que caracteriza a criança fica satisfeita nesta união de articulações vocais e exercícios físicos.

“A criança que sabe ler e pronunciar a palavra pode distinguir as sílabas de que ela se compõe, depois as letras que entram em cada sílaba. Não lhe dá trabalho nem fadiga este novo estudo. Aprende por outra forma aquilo que já sabe. O progresso é assim mais seguro e rápido do que pelo método inverso, tanto tempo mantido pela rotina.

“Os americanos não receiam aplicar à leitura grande parte do tempo, em todos os graus da escola primária, e durante o ensino das *grammar schools*. Lê-se e soletra-se; e à força de soletrar aprende-se a ortografia. Assim o aluno fala e escreve corretamente antes de ter estudado as regras da gramática, que lhe dará a teoria do que já sabe pela prática.

“Ler, soletrar e pronunciar as palavras de uma língua ainda não é saber ler. Os diretores das escolas não ingnoram que só se pode saber bem aquilo que se compreende, e têm o maior cuidado em exercitar cedo as crianças para que elas dêem a cada palavra e frase o tom e o acento próprios. Devem ter antes de tudo a inteligência e o sentimento do que as palavras exprimem. Não são para elas sons insignificantes, letras mortas, salmeadas, berradas, gaguejadas enfim, como sobejamente se pratica entre nós nas melhores escolas, e até nas classes mais adiantadas.

“Para saber se o aluno compreende bem a frase que lê, recorre o mestre a muitos meios; perguntas que exigem respostas em que entram as palavras que acabam de ser pronunciadas. Faz repetir por outros termos o pensamento expresso. Manda definir as palavras cujo sentido parece difícil e substituir na frase a definição à palavra definida.

“Um mestre inteligente sabe dar interesse a esses diversos exercícios. Todos os pequenos meios próprios para manter a atenção, interessando o amor-próprio, fazendo passar ao primeiro lugar o aluno que

respondeu melhor, etc., produzem efeitos salutareos. Sabe-se como é difícil acabar com os maus hábitos que as crianças adquirem nas escolas. Quem na infância não aprendeu a ler de maneira clara, distinta e inteligente, nunca saberá ler assim, ou terá grande trabalho em corrigir, neste ponto, os vícios da sua primeira educação. Nunca ouvi ler e recitar melhor prosa e verso do que nas escolas dos Estados Unidos. O grande e salutar princípio, aplicado em tudo e por toda a parte, que consiste em analisar cada palavra, cada fato, cada ato, cada gesto, impede essa indiferença rotineira que os mestres se acostumaram a tolerar nas nossas aulas, e tão longe levada, às vezes, que o aluno, se ao recitar Virgílio ou Boileau quisesse empregar o tom e acento necessários, pareceria aos olhos dos companheiros pretensioso e ridículo. Lendo de uma maneira conveniente desde a escola primária é que se pode adquirir o talento de ler, tão raro na França, e tão comum nos Estados Unidos.

“A escrita não é ensinada por princípio. O aluno não começa sujando papel, fazendo linhas e curvas grossas, médias e finas. Só depois começará a empregar tinta e papel. Faz-se o ensino da escrita como o do desenho. O aluno tem uma pedra em cujas bordas estão dispostos os desenhos das principais figuras geométricas, de alguns animais, árvores e letras do alfabeto, consoantes e vogais maiúsculas e minúsculas. Deve reproduzi-los o melhor que puder e mostrar o trabalho ao mestre, que o aprova ou corrige. Escreve pois como desenha, tenta reproduzir uma palavra como reproduz uma figura; isso o diverte e interessa; e, sem se cansar, chega ele, após ensaios e experiências mais ou menos longas, a fazer essa dupla reprodução. Escreve depois as palavras que os quadros de leitura contêm, imita o modelo impresso como o modelo escrito. O mestre escreve no quadro uma palavra que a aula toda reproduz na pedra, nomeia cada letra que escreve, e esse exercício, a princípio lento, e a mais e mais rápido, acaba por lhe fazer a mão flexível e obediente.

“Aprender a escrever bem não passa pois de um uso, e durante as últimas aulas o *permanship* é objeto de cuidados mui sérios para que se obtenha todo o sucesso que pode desejar um país onde a caligrafia é uma honra.

“Aplicam-se os mesmos princípios, com mais vigor, ao ensino da aritmética. A criança poderá fazer, de cabeça ou por escrito, todas as operações importantes, antes que ouça falar em definições, regras gerais ou axiomas. Só quando sabe contar é que entra no estudo da aritmética

racionada. Não é possível tomar mais precauções do que os americanos para evitar tudo o que atulha a memória sem falar aos sentidos e à razão. Com esta idéia é que se compõem todos os livros elementares, e em particular os que dizem respeito à ciência do cálculo. Os caracteres que exprimem os números, letras ou algarismos são sinais representativos de certa quantidade de objetos. Vendo *um* ou *muitos* objetos é que se tem idéia da *unidade* e da *pluralidade*. A vista dos cinco dedos da mão ensina mais o aluno, a respeito do número cinco, do que os dois sinais 5 ou V, para os quais se lhe chamaria exclusivamente a atenção. Quadros especiais lhe representam uma árvore, duas crianças, três cães, quatro casas, cinco cadeiras, e abaixo do objeto e ao lado de seu nome, estão os algarismos 1, 2, 3, 4, 5, etc. A inteligência, que vai de cada grupo de objetos ao algarismo que lhe designa o número, concebe imediatamente as relações que esse número exprime. Trabalha sobre o concreto, e a noção que forma é clara e precisa. Noutras imagens, representando seis objetos por exemplo, três são colocados à direita e três à esquerda. A criança vê com os seus olhos que acrescentando 3 objetos a 3 objetos pode contar 6 e que se da totalidade tirar 3, ficam 3. Faz sem saber a dupla operação que se chama *somar* e *diminuir*. Renovadas as operações com todas as modificações que comportam, o menino compreenderá perfeitamente como as quantidades crescem e decrescem: e se aprouver ao mestre acostamá-lo a chamar soma a reunião de muitos grupos de objetos em um só, e diminuição o resultado da separação de alguns dos objetos do grupo que faziam parte, não lhe ensinará mais do que os sentidos já lhe ensinaram.

“A multiplicação e a divisão são feitas por análogos processos, e uma pêra cortada em 2, 3, 4 ou 5 pedaços iguais o introduzirá no conhecimento das frações e números fracionários.

“Depois deste ensino elementar, a criança pode ser iniciada nas operações feitas com os números abstratos. Trata-se ainda aqui de um ensino puramente prático. Os alunos fazem toda a espécie de somas, diminuições, multiplicações e divisões na pedra, acompanhando as mesmas operações feitas pelo mestre no quadro-negro; estão acostumados a calcular de cabeça, e adquirem cedo tamanha habilidade, que podem resolver imediatamente os problemas assaz complicados que lhes são propostos e se resolvem por essas operações elementares. Meninos e meninas de 10 a 12 anos calculam assim de cabeça com surpreendente prontidão.

“Quando vier a idade de estudar cientificamente os processos que eles começaram pondo em prática, o progresso dos alunos, em álgebra e geometria, não pode deixar de ser rápido, e é o que acontece efetivamente como eu mostrarei quando falar do ensino nas aulas de gramática.

“Fatos, fatos, e não regras; exemplos, informações, e não máximas; tal é o método universalmente empregado e aplicado a tudo o que se deve ensinar.

“Não é por catecismo nem por tratado filosófico que se ensinam as verdades morais e religiosas. A moral e as boas maneiras, tudo o que constitui a *educação*, ocupam grande espaço no ensino das escolas. O amor dos pais, a amizade, a ternura, a meiguice, a obediência, a honestidade, o asseio, a atividade, o amor ao trabalho não são objetos de exortações diretas nem de preceitos dogmáticos. O melhor meio de ensinar ao aluno o que é a bondade e a caridade é inspirar-lhe o desejo de ser bom e caridoso; nisto principalmente a prática deve preceder a ciência. Para um mestre zeloso e sabedor dos seus deveres toda a ocasião é boa para esta espécie de ensino. Anedotas que ofereçam exemplos do amor fraternal, do respeito à velhice, da humanidade para com os animais, da mútua afeição que une as crianças associadas nos mesmos estudos inspiram o amor destas virtudes; ao passo que outras narrativas que apresentam com as cores próprias o gênio mau, bulhento ou cruel, a fraude, a mentira, a falta de fé, fazem nascer nos corações a versão destes defeitos. É mister uma exata vigilância durante as aulas e o recreio para que as crianças adquiram cedo os hábitos de ordem, regularidade, asseio, polidez, que só a prática pode dar. Reunir nas mesmas escolas crianças de ambos os sexos, entre as quais se estabelece naturalmente uma benéfica rivalidade, produz notáveis resultados para este ponto interessante da educação. Essa não é a menos importante consequência desta coeducação de ambos os sexos a cujo respeito terei ocasião de falar outra vez.

“As escolas primárias ordinárias dividem ordinariamente em dez séries sucessivas os cursos de estudos que abrangem. No décimo, nono, oitavo, sétimo e sexto, os exercícios dirigidos, segundo o método prático exposto acima, têm por objeto a leitura, o soletrar, a escrita, o cálculo, o desenho, a música vocal e a moral. Da quinta série em diante o ensino é completado com o estudo da gramática, aritmética raciocinada, geografia, história e a Constituição dos Estados Unidos.

“O resultado aplicado à gramática consiste principalmente em fazer com que os alunos distingam, nos textos que lêem ou decoraram, as diferentes espécies de palavras, suas relações, os tempos dos verbos, etc. Exercem-se eles na análise e ficam preparados para a instrução mais elevada e completa que lhes será dada nas aulas de gramática propriamente ditas. As redações escritas se tornam então mais freqüentes. Consistem em resumos das lições da aula precedente e em composição acerca de assuntos dados. Geralmente o assunto é alguma anedota contada pelo mestre nas suas instruções orais, ou alguma consideração de ordem moral ou religiosa, sempre com relação às leituras ou ao ensino. Por meio de narrativas feitas pelo professor começam também as primeiras noções da história. Não se mesclam nessas narrativas os pormenores da cronologia; abrangem os fatos despidos de acessórios. Como o estudo da história abrange quase exclusivamente à dos Estados Unidos, pode ser o mais completo possível, e os pormenores em que insistem os mestres e os livros dados aos alunos têm por fim dar a conhecer os recursos financeiros, industriais e comerciais do país, suas produções, natureza e excelência das instituições políticas, tudo o que pode enfim gravar no coração o amor da pátria e uma confiança ilimitada na grandeza dos seus destinos. Os cantos que se ouvem nas escolas, nas horas aplicadas ao estudo da música, celebram os grandes eventos de que foram teatro os Estados Unidos, e as ações generosas de seus homens mais ilustres.

“A geografia é ensinada por meio de globos. Não se exige que os alunos distingam e estudem as partes separadas dos continentes e dos mares senão quando eles se familiarizam com a vista do todo e com a forma geral da Terra.

“Os superintendentes receberam solícitos e desde logo empregaram a invenção recente do Sr. Pierce, que consiste em construir globos terrestres de ferro, em várias dimensões, sobre os quais se põem pequenos objetos representando vários animais, árvores, os tipos das diferentes raças humanas. Sujeitos esses objetos à ação do fluido magnético, a lei da atração os faz aderentes ao globo, e este, voltando sobre si mesmo depois de ter sido colocado em todas as posições relativamente à eclíptica, oferece uma imagem real da Terra. O fato fala aos olhos e

o espírito compreende sem esforço. A sensação precedeu a percepção e abriu caminho à reflexão e ao raciocínio.”

Falam agora os comissários de Luisville:

“*Desenvolvimento das idéias* – Os alunos devem ser habituados a prestar atenção a todos os objetos cujo conhecimento é apropriado a exercer-lhes as faculdades intelectuais na ordem de seu desenvolvimento natural.

“A aquisição destes conhecimentos deve ser para a alma o fundamento e ponto de partida de todo o progresso futuro. Como os fatos científicos elementares se ligam às circunstâncias ordinárias da vida cotidiana e se completam sob os olhos dos meninos, devem eles ser o objeto do primeiro ensino que se lhes dá. É portanto dever dos mestres expor oralmente os elementos da ciência, e de modo a serem imediatamente compreendidos pelos meninos, e servirem-lhes para tornar a sua experiência a mais extensa possível; e como as idéias só se formam no espírito de uma maneira bem clara, quando são exprimidas por palavras convenientes devem os discípulos estar habituados desde cedo a exprimir em linguagem correta o resultado de suas observações.

“*Linguagem* – O uso completo das faculdades humanas só é possível pelo hábito adquirido de se exprimir corretamente; é a condição indispensável de toda a cultura intelectual; é o intermediário obrigado para todas as relações da existência; nunca seria demasiado insistir na importância da língua considerada como o mais poderoso meio de aperfeiçoar o espírito.

“É pois expressamente recomendado aos mestres que apliquem todo o seu cuidado à cultura das faculdades perceptivas, levando-as tão longe quanto for possível, ministrando ao espírito dos meninos o maior número de idéias claras e positivas, pois que são os verdadeiros elementos da ciência e a alma da linguagem. Para que, porém, o mestre possa bem determinar o grau de instrução exigido para o estudo da linguagem, cumpre que saiba que idéias estão suficientemente desenvolvidas no espírito dos discípulos, e quais as que só existem ali de uma maneira parcial ou incompleta; ele só pode assegurar-se disto por exercícios que consistem em dirigir a conversação para as coisas que lhes são mais familiares ou que mais lhes interessam.

“*Leitura* – É conveniente que não se trate de duas coisas ao mesmo tempo. Convém igualmente, para evitar a monotonia, ensinar

todos os dias diversos ramos da ciência pela razão de terem todos entre si relações necessárias. A linguagem falada oferece úteis socorros à linguagem escrita, e esta faz conhecer ao discípulo novas palavras e novas formas de expressão. Por isso devem os mestres logo que seja possível expender em suas respectivas aulas o objeto de suas lições, conformando-se cuidadosamente com a ordem da natureza; isto é, começando pelas idéias antes de chegarem às palavras, mostrando primeiro um objeto completo antes de fazerem distinguir as suas partes. Apresentarão por último aos discípulos as palavras escritas ou impressas correspondentes às idéias que já existem em seu espírito, bem persuadidos de que perceberão e reconhecerão essas palavras absolutamente como percebem e reconhecem os objetos que elas designam. Haverá pois entre a palavra escrita e o objeto a mesma associação que se produz entre o próprio objeto e o nome por que é designado.

“Deste modo um pequeno número de palavras simples e frases curtas poderão ser aprendidas sem o aborrecimento inútil que causa o ensino do alfabeto. Há uma infinidade de meios empregados por um mestre hábil para tirar partido deste método. É inútil entrar a este respeito em pormenores por demais minuciosos; mas logo que os meninos têm contraído o hábito de ler facilmente palavras e frases, deverá o mestre fazer-lhes conhecer o meio de ler com inteligência, lendo diante deles as frases que lhes faz representar, tendo o cuidado de corrigir todos os maus hábitos e velando em que as entonações sejam boas, brandas, musicais e entoadas.

“Nunca deverá cansar-se de fazer de modo que os meninos compreendam o sentido e significação do que devem ler, e que leiam de maneira que se veja que compreendem.

“*Soletração* – Quando as idéias têm sido suficientemente desenvolvidas, e as palavras impressas que as representam se lhes têm inteiramente associado, que os discípulos as pronunciam de pronto e sem dificuldade, chamar-lhes-á o mestre a atenção para os elementos ou letras de que essas palavras se compõem. A este respeito, três coisas há a considerar: a forma das letras, seu nome e o som delas. Aqui dever-se-á estar de prevenção contra o erro de que a pronúncia de uma palavra é a soma dos sons das letras combinadas; as letras têm nomes que se devem exprimir quando se soletra; mas elas representam sons e a pronúncia é

propriamente falando a *combinação desses sons*. Não há em todo o curso dos estudos um ponto que exija da parte do mestre maior exatidão; ele deverá explicar esse ponto pela maneira mais clara, e tratar logo de mostrar a diferença que existe entre o nome dado à letra e o som que ela representa. Demonstrará o fato pronunciando a vogal e escolhendo depois uma das consoantes mais difíceis para juntá-la a uma vogal. Destarte fará compreender que a vogal é assim chamada porque é produzida por uma simples emissão da voz, sem que haja mudança alguma em seus órgãos; quando uma consoante só pode ser pronunciada distintamente combinada com o som de uma vogal.

“O melhor meio de fazer soletrar bem é ensinar aos discípulos a formarem nas ardósias palavras e letras.

“*Escrita* – As letras impressas ou escritas têm os mesmos nomes e as mesmas qualidades; só diferem em suas formas; os discípulos traçarão nas ardósias umas e outras. Serão exercitados em traçar letras maiúsculas e minúsculas, distinguindo a forma, grossura, inclinação, altura, pé e suas combinações nas palavras. Os mestres deverão velar em que os meninos não contraiam algum mau hábito quanto à maneira de se sentar à escrivaninha, ou de pegar no lápis, inspecionarão o seu modo, a sua postura, o seu uso do lápis, fazendo de sorte que eles possam mover natural, livremente e sem esforço o braço, as mãos e os dedos.

“*Números* – Os discípulos serão levados a fazer uma idéia clara e justa dos números, começando pelas unidades concretas; isto é, considerando um objeto ou uma coleção de objetos, e vendo que cada número acima da unidade se forma pela adição de um objeto a outro precedente; à força de repetir este exercício, passará o discípulo naturalmente do número concreto ao abstrato: conta por dois, três, quatro objetos juntamente.

“Neste estudo a rapidez da concepção importa menos do que o conhecimento claro e distinto do valor ou da soma dos objetos, em conseqüência do seu aumento ou diminuição. As quatro operações lhes são ensinadas segundo os objetos somados, diminuídos, etc. Depois serão exercitados em distinguir os sinais arábicos ou romanos que exprimem as quantidades, e fazer com eles as operações pelas quais a vista dos objetos lhes foi suficientemente preparada.

“*Moral e civilidade* – Os escritores sagrados, historiadores e poetas são unânimes em atestar a importância desta parte da educação.

Uma multidão de máximas exprime a necessidade de dar cedo hábitos que se conservarão durante todo o resto da vida; a cultura das faculdades morais tem por fim alguma coisa mais sublime do que uma simples ocupação, não é por um ensino especial, nem com lições diretas postas na memória, e repetidas em tempos certos e determinados, que o mestre pode e deve desenvolver nas almas o sentimento moral; cumpre-lhe aproveitar a propósito todas as ocasiões que se apresentarem para atuar nas almas tenras suscetíveis de receberem todas as boas impressões, todas as direções justas: narrações, particularidades biográficas, anedotas, circunstâncias da vida real; é assim que se acostumam os meninos a apreciar o que é direito e honesto. O ensino das regras da moral pode ter utilidade em certas ocasiões, mas os exemplos de atos virtuosos praticados pelos próprios meninos ou em sua presença lhes fazem muito melhor distinguir e amar o dever. Quanto à civilidade e boas maneiras, não se trata dessas leis convencionais, desses usos externos pelos quais a moda exerce muita influência; é pela sinceridade, amabilidade e graça de caráter que se contrai o hábito de um porte decente e nobre. Quando se tem a felicidade de possuir essas qualidades preciosas, que são o ornamento da sociedade humana, as boas maneiras não são mais do que a expressão exterior da vida moral pela qual de certo modo se moldam os atos, os movimentos, os gestos e o porte geral de todo o corpo.”

.....

## Capítulo Terceiro

### DOS MODOS DE ENSINO

**D**

I

o método ao modo é natural a transição.

Munido do método o mestre ensinará facilmente se poucos forem os seus alunos.

Sendo, porém, muitos de que forma lecionará? Um a um? Todos de uma vez? Por classe? Eis aí a questão do modo.

Como ele se define não o digo aqui, porque noutra lugar já me desempenhei desse dever. Quanto à divisão, que também já é conhecida do leitor, preciso repetir: o modo é *individual*, *simultâneo*, *mútuo* ou *misto*.

II

O primeiro, conforme o qual o mestre leciona seus alunos uns após outros, jamais pôde ser praticado em escolas numerosas, pelo que raros são os seus partidários. A fadiga do mestre, a brevidade das lições, a perda de tempo que não obstante ocasiona, a emulação que tira aos alunos, as dificuldades que opõe a disciplina, são os motivos do seu descrédito.

O segundo, que foi inventado por Delasalle, consiste em instruir ao mesmo tempo todos os alunos de uma só classe, e tem grande uso pelas vantagens que apresenta. Ele não fatiga o mestre, põe-no em contato com toda a aula e mantém a emulação dos alunos. Mas esse modo não pode ser aplicado senão até certo número de alunos. Os pedagogistas o fixam ordinariamente em 60.

Para se poder ensinar maior número de alunos ao mesmo tempo, inventou Lencaster o terceiro modo, isto é, o mútuo. Por este modo o mestre ensina diretamente os alunos mais adiantados e mais hábeis, e estes instruem as diversas classes que os outros formam.

Finalmente o modo misto altera a simultaneidade e mutualidade do ensino com o fim de obviar os inconvenientes, quer do modo simultâneo, quer do mútuo. Segundo o modo misto o mestre divide seus alunos em certo número de classes e dá sucessivamente lição a todas, fazendo entretanto que aquelas com que ainda não pôde ocupar-se, ou com que já se ocupou, em vez de ficarem entregues a si mesmas, estejam a estudar sob a direção de repetidores.

### III

Há muito tempo se discute a respeito da primazia entre os três últimos modos.

Mas o modo misto não difere do simultâneo senão pelo empréstimo que pede ao mútuo dos seus monitores, disfarçados sob outro nome, e do mútuo em que as lições são dadas pelos mestres e repetidas ou preparadas pelos repetidores.

Assim a disputa só compreende os modos *simultâneo* e *mútuo*.

Mas nesse terreno a questão se torna de algarismos. Da mesma forma que o modo *individual* nada vale desde que os alunos passam de 16 ou 20, o *mútuo* é preferível desde que o *simultâneo* não é mais fácil de praticar-se. Para determinar a preferência basta que o professor conte os seus alunos. Visto o número, o modo será por ele indicado.

### IV

Antes de deixar o assunto, julgo necessária uma observação. Dirijo-a unicamente aos mestres que ensinem pelo modo mútuo.

O ensino mútuo pode dar lugar a um inconveniente bem grave. Quem lho argüiu pela primeira vez foi Delasalle quando Carnot decretou a sua adoção na França.

Limitando-se a pouco o officio do professor, podem os alunos, que lhe servem de auxiliares, inquinar suas classes de erros grosseiros.

É mister, pois, que o professor evite essa tendência, que lhe pode aparecer, de delegar quase todos os seus poderes nos monitores. Explique ele próprio o que for mais interessante e delicado, e deixe aos monitores só o que estes houverem feito prova de saber perfeitamente.

Com esta cautela o modo mútuo, posto ao serviço de um bom método, é capaz de produzir milagres. Um professor só pode ensinar 300 meninos.

PARTE SEXTA  
DO MATERIAL DAS ESCOLAS

.....

## *Capítulo Primeiro*

### DAS ESCOLAS INFERIORES

**P**

I

ara a proficuidade do ensino entram em grande conta o local, a mobília e as boas acomodações da escola.

Eis aqui como os americanos, preocupados por estas idéias, têm feito as suas escolas.

“As escolas,<sup>1</sup> para cuja construção buscam os arquitetos vencer-se uns aos outros, estão longe de apresentar essa uniformidade que lhes dá entre nós muita vez o aspecto de conventos ou quartéis. A arte, obedecendo à imaginação e ao capricho antes do que às regras de um gosto severo, dá aos edificios as mais variadas formas. Escolas há que, como a dos órfãos de Girard, em Filadélfia, são construídas com o mais belo mármore, pelo padrão do Partenon; o modelo de outras é uma basílica; esta com as suas torres e seteiras parece um castelo normando; aquela, com as janelas e grande porta de arcadas, representa uma habitação gótica; outras lembram os edificios da Renascença. Principalmente no Oeste, as casas construídas com grande dispêndio e de um gosto duvidoso contrastam pela riqueza dos ornatos e o esplendor da arquitetura, com o destino que se lhes dá. O espírito positivo e utilitário readquire o seu império nas disposições internas.

---

<sup>1</sup> Copio textualmente a M. Hippeau, obra citada.

“Geralmente, depois de transpor uma larga escada, o visitante é introduzido num espaçoso peristilo, no centro do qual está uma grande escada que leva aos andares superiores; à direita e à esquerda há corredores que vão ter a pátios ou a salas cobertas, destinadas ao recreio das crianças. A parte subterrânea do edifício (*sous-sol*) é disposta de maneira que possa receber os caloríferos, água quente e outros aparelhos que servem para aquecer, alumiar e ventilar as aulas. Compõe-se a casa ordinariamente de três andares, destinados de uma maneira uniforme; à direita e à esquerda da escada, duas salas providas de cabides onde os alunos põem os chapéus, chales ou mantas; nas paredes, bacias com torneiras; adiante estão os quartos dos professores e professoras. No centro, um vasto espaço, dividido em tantos compartimentos quantas aulas deve haver. As preferidas são separadas por tabiques envidraçados. Numa das extremidades há um estrado onde o principal ou o diretor vigia todas as aulas, seis ou oito ordinariamente, contendo cada uma 50 a 60 alunos de ambos os sexos. Cada aluno está assentado numa cadeira fixa no chão, diante de uma pequena mesa ou escrivaninha com gaveta onde se metem os livros, lápis, régua, papel, pedras. Um quadro preto, mapas para leitura, cálculo, e geografia, estão suspensos nas paredes. Todos esses objetos, aseados, elegantes, cômodos, estão arranjados com muita ordem. De ordinário, as meninas ocupam o lado direito e os moços, o esquerdo. Em grande número de escolas tal separação não existe. Nada mais agradável do que o espetáculo de todas essas aulas a um tempo reunidas e separadas, tendo cada qual o seu ensino e mestres distintos e operando simultaneamente aos olhos do diretor que de um relance pode abranger tudo com os olhos. Muitas vezes durante o dia afastam-se os tabiques e as diferentes aulas formam uma só. Ouve-se o piano: todos os alunos executam marchas e contramarchas, depois voltam com ordem para os seus lugares, ou para cantar coros, ou para executar movimentos ginásticos. Um deles é chamado para um estrado, onde manda e faz uma série de gestos cujo fim é dar-lhe flexibilidade aos membros. Não há escola onde o canto, as marchas militares e os exercícios ginásticos não constituam uma parte necessária da educação. Nenhuma há também onde os minuciosos cuidados higiênicos não sejam aplicados no interesse da saúde das crianças. É tal o aspecto geral dos alunos,

grandes e pequenos, que seria difícil distinguir os que pertencem às famílias pobres dos que são filhos de pais ricos.”

Para completar a descrição acrescento com M. de Laveleye: “Os pianos nas escolas da América são objetos indispensáveis. Só num ano, a cidade de Nova York decretou a despesa de 6.500 dólares para a compra desses instrumentos, que fazem a alegria dos meninos. Em todos os Estados entende-se que cada escola deve ter a sua biblioteca, podendo os livros dela ser emprestados aos alunos fora das horas das classes.”

Como se vê, a escola americana é um verdadeiro palácio.

Não faltará portanto quem diga que neste ponto o Brasil não pode imitar a grande república. E o caso na verdade não é para admirar-se. Nem só não temos os recursos que ali superabundam, como somos muito aferrados à rotina para compreender a importância que as escolas merecem.

Nestas condições, não desejando eu fazer uma proposta irrealizável, procurarei formar votos mais modestos.

Antes, porém, permita o leitor que transcreva para aqui, a modo de preliminar, alguns trechos da estimável obra que tenho citado de M. E. de Laveleye.

## II

É preciso que a sociedade faça nas escolas em todos os seus graus o que a Idade Média tão admiravelmente fez nas suas igrejas e o Egito nos seus templos. Aí todas as artes conspiram para gravar profundamente no espírito e no coração do homem, por meio dos respectivos símbolos, as verdades abstratas do culto. A igreja era um verdadeiro livro, como tinha sido em mais alto grau ainda o templo do Egito.

A escola deve ser de estilo simples. Não obstante, como sem grande despesa se faz na Alemanha, pode-se-lhe dar certa elegância já pela harmonia das proporções e das linhas, já pelo emprego dos tijolos de cores e formas diferentes. Ela deve ter um pátio e ser precedida de um jardim, onde os meninos se alegrem com a vista das flores e donde partam algumas trepadeiras que ornem e coroem o edifício de modo a tornar-se agradável o seu aspecto. No interior deve haver: primeiro uma série de tábuas pretas onde o mestre illustre as suas explicações, outra de cartas

geográficas, outra de quadros representativos de feitos históricos e atos de abnegação e virtudes, depois bustos de grandes homens, espécimens de minerais e de plantas, pesos e medidas do sistema métrico, e enfim objetos de diferentes qualidades, que sirvam para inspirar o gosto e dar pela vista as primeiras noções das ciências naturais. É pelos olhos que se deve abrir o espírito e fazer-lhe compreender tudo quanto se lhe quer inculcar.

Conviria que os meninos pobres aí encontrassem muitas coisas que só vêm nas mãos dos ricos.

Algumas novidades mesmo se poderiam inventar que despertassem o gosto das artes e a faculdade de observar, que tão preciosa é para o homem de todas as condições.

Admira, diz M. Tempels num dos melhores livros, que se têm publicado sobre a instrução do povo, que ninguém tenha tido a lembrança de fabricar papéis de forro ornados de retratos e desenhos de cartas geográficas, monumentos e figuras de anatomia, de agricultura ou de botânica, à imitação dessas pinturas que se encontram nas estações dos caminhos de ferro. Esses papéis decorariam com vantagem as paredes dos corredores e das salas das escolas, e serviriam muito para os exercícios das lições.

### III

Do exposto, resulta que as escolas devem ser construídas debaixo destes pontos de vista – a hygiene, as necessidades do ensino e a satisfação dos alunos.

Assim, a primeira condição do edificio é que ele fique em bom local.

Para esse fim, deve-se preferir o lugar que estiver mais no centro da população.

A segunda e maior que a primeira é que o edificio seja bem arejado. Como exigireis a atenção de delicadas criaturas se começais por fazê-las sofrer? Perguntava H. Mann aos seus compatriotas, quando queria pôr em prática as suas generosas idéias.

Em consequência do que a escola deve ter a frente voltada para a nascente ou para o norte, porque desses pontos é que parte toda a ventilação.

Se isso for impossível, deve-se remediar o inconveniente por meio da aborização, guardada, cumpre notar, a distância necessária para que as árvores, quando crescidas, não escureçam a casa.

Convém ainda e muito que a casa seja separada da rua por meio de um jardim ou pátio plantado e cercado, a fim de evitar-se que os meninos se distraiam olhando para os transeuntes. Demais esse jardim ou pátio pode servir de ponto de reunião dos meninos antes de entrarem para a sala da escola, que deve ser destinada só aos exercícios escolares, ou mesmo nas horas desses exercícios durante os momentos de diversão.

Além do pátio ou jardim, um lugar deve ser destinado a substituí-lo pelo inverno, bem como a guardar os chapéus dos alunos enquanto estiverem na escola.

Por último, uma latrina é absolutamente necessária. Na construção dela deve-se ter muito em vista a possibilidade de vigiá-la o professor ou diretor da escola do lugar em que estiver assentado.

Deve-se fazer todo o possível para que, como na União Americana, na Alemanha e na Suíça, as casas das escolas não sejam destinadas só aos trabalhos escolares. Nelas devem morar os professores já para serem assíduos e principiarem os mesmos trabalhos à hora certa, já para melhor cuidarem da sua conservação e asseio.

Tem-se dito, também, que a morada do professor, no edifício escolar, é uma vantagem que a sociedade lhe deve.

Cumpre, porém, a recebermos o costume, que o professor não se preocupe com essa idéia para se não esquecer daqueles deveres.

Se se lhe desse habitação só a título de vantagem, pouco importaria que fosse no próprio edifício ou noutra parte. Até para a sociedade seria mais conveniente o dar-lha fora do edifício escolar, que, assim, se faria com menos dispêndio.

Daqui vem que os edifícios escolares devem ser grandes e divididos em duas partes: uma para as aulas, outra para a vivenda do professor.

Desta nada direi. Nem porque esteja compreendida no plano geral do edifício, e sujeita ao gênero de arquitetura que se escolher, pode

ela deixar de ser dividida como quaisquer outras habitações, segundo os usos de cada localidade.

Sobre aquela farei as seguintes reflexões.

As dimensões das escolas dependem quer do número dos alunos, que segundo as localidades podem freqüentá-las, quer do fato de se darem ou não no mesmo prédio os três graus do ensino.

Importa entretanto ter-se em vista o aumento constante da população para que cada escola, mesmo de um grau, seja sempre acomodada em prédio de capacidade relativa ao acréscimo de seus alunos.

As salas devem ser feitas de modo que se não devessem da rua.

A melhor forma que se lhes pode dar é a de um retângulo oblongo.

Devem-se fazer tantas salas laterais quantas forem necessárias à vista das classes que cada grau do ensino admitir, pelo menos três para cada um, todas porém de modo que o professor possa vê-las da sala central.

Além das salas do estudo deve haver uma destinada à biblioteca escolar e outra à retenção dos alunos culpados.

As paredes não devem ser só caiadas ou pintadas.

Se não podemos aproveitá-las decorando-as pelo modo que aconselha M. E de Laveleye, façamos ao menos o que for possível. Assim gravem-se aí sentenças morais e políticas, tracem-se figuras de desenho, retratem-se os nossos patriotas, escrevam-se os alfabetos e os algarismos, pintem-se os pesos e medidas do país. Estas coisas não habituam só os meninos a observar e refletir. Desenvolvem a sua inteligência e estimulam quer a sua confiança em si mesmos, quer o sentimento das suas aspirações.

Pelo que toca à mobília, a não querermos seguir a rotina das antigas, nenhuma escola pode dispensar:

Para o professor – uma mesa, um estrado, uma cadeira, uma campainha e um tinteiro.

Para o arquivo – uma estante, um livro destinado às matrículas, outro às chamadas e pontos, outro aos termos de exames, outro à correspondência dos professores com os seus superiores.

Para a biblioteca – vários livros de cada uma das matérias do ensino, alguns cursos de pedagogia, o Código Criminal, a Constituição do país, as leis e regulamentos da instrução pública, alguns exemplares dos livros mais apropriados à leitura, um atlas geral, outro especial do Brasil.

Para os exercícios escolares e necessidades dos alunos – um relógio, uma esfera terrestre, uma dita celeste, os mais objetos próprios ao exercício da geografia e astronomia, uma senha de saída, algumas pedras envernizadas, os aprestos necessários ao ensino da ginástica, os indispensáveis aparelhos de física e química, quadros de leitura, objetos que facilitem os cálculos verbais ou os primeiros exercícios de contabilidade, um contador mecânico, um cabide, um depósito de água.

Para cada aluno – uma escrivaninha, uma ardósia, um tinteiro, uma cadeira e um quadro de traslados.

Todos esses objetos são de utilidade tão patente que eu me escuso de demonstrá-la.

Entretanto julgo não dever deixar sem justificação a reforma que proponho de dar-se a cada menino a sua escrivaninha e a sua cadeira.

Nas nossas escolas os meninos lêem assentados em bancos dispostos, ora ao comprido, ora em frente uns dos outros; e escrevem ou fazem contas todos juntos em grandes mesas para isso colocadas no centro da escola.

São graves os inconvenientes desta prática.

Na leitura o menino cansa e se aborrece de estar com as mãos suspensas para segurar o livro e tê-lo diante dos olhos. Além do que está sujeito a muitas distrações pelas conversas e brincadeiras dos seus vizinhos.

Na escrita e nas contas não só são mais possíveis estas perturbações, como os alunos, que estiverem distantes do professor, podem dar suas escritas e contas a fazer por outros, ficando assim muito tempo atrasados nos seus estudos.

É para removermos estes males que se deve introduzir nas escolas o uso das escrivaninhas.

M. Laboulaye falando deste costume americano diz: “Cada menino tem sua mesinha. Ele assim está só, é um personagem, tem por si o sentimento de uma responsabilidade que ninguém partilha com ele;

não se acha ao lado de outros, que o acotovelem, que lhe dêem pontapés, ou que o desarranjem nos seus trabalhos. Ele enfim tem o seu domínio e a sua propriedade; é já um homem, um cidadão.”

Isto é louvar tão bem a idéia que eu nada mais posso acrescentar.

Não passarei adiante sem dizer com M. Hippeau que nos Estados Unidos a distância de umas para outras escrivatinhas é apenas um metro.

#### IV

Dentro de uma escola preparada por esta forma, os alunos não podem deixar de estar satisfeitos.

Se alguma coisa faltar será dependente das maneiras e modos do professor.

Cumpre-lhe, pois, empregar de seu lado todos os esforços para que a satisfação dos alunos pela escola passe a ser um contentamento pela sua presença, lembrando-se sempre que, como diz M. J. Simon, uma escola não é nem um exército nem um convento, mas uma casa de família.

Meiga e alegre a criança, para fazer o que se lhe manda ou ensina, quer ver no semblante de quem com ela trata a alegria e a bondade de que é possuída.

Assim o professor conquistará o segredo de ensiná-la e governá-la facilmente, tratando-a com lhaneza e afabilidade, fazendo-a convencer-se de que tem nele antes um amigo que um superior, contando-lhe em suma anedotas úteis e casos jocosos, mas morais.

Este procedimento e as coisas que cercam o menino na escola com certeza o farão amá-la quando nos bancos e desejá-la quando em suas casas.

No dia em que o professor e a escola atuarem por este modo no ânimo do menino tudo se terá conseguido.

Antes que o mandem, ele quererá ir para a escola; e pois que vai por gosto o aprendizado não pode ser senão rápido.

.....

## *Capítulo Segundo*

### DAS ESCOLAS SUPERIORES

**P**ara o ensino superior é também muito importante a questão dos prédios, em que ele se dá.

Assim, em princípio, as nossas escolas superiores devem ser estabelecidas em edifícios apropriados às necessidades do ensino, e não em casas particulares ou conventos arruinados, como atualmente sucede.

Mas para o homem como para os povos entre duas necessidades, que não podem ser ao mesmo tempo satisfeitas, deve-se dar preferência à mais urgente.

Ora, se precisamos de casas quer para o ensino inferior quer para o superior, e o Estado presentemente não pode satisfazer ambas essas necessidades, qual se deve reputar mais urgente?

Ninguém dirá que seja a segunda.

Com efeito, no ensino superior não se dão as mesmas razões que militam pelo lado do inferior.

Neste os alunos começam obrigados, naquele por gosto.

Daí a consequência de que, se pouco basta para manter o gosto de uns, é preciso muito para captar a vontade de outros.

No ensino inferior o aprendizado é longo e tanto mais difícil quanto é certo que os alunos são pela sua maior parte incapazes de avaliar a necessidade da instrução.

Isto também não é sem consequência.

O ensino inferior, devendo ser atraente, não pode prescindir de casas agradáveis em todos os sentidos. A mesma razão que exige paciência e constância no mestre, exige na escola cômodos e gozos, que suavizem o trabalho e sustentem o interesse do menino.

Entretanto no ensino superior o caso muda muito de figura. A idade do aluno é maior, sua razão compreende a necessidade de instrução e o tirocínio é mais fácil que no ensino inferior. E pois se aqui deve-se disfarçar o ensino em diversão, a escola em casa de prazer, ali torna-se desnecessário o emprego dessas ilícebras.

À vista do exposto, havendo toda a razão para preferirmos as escolas inferiores, é forçoso que por ora só com elas nos ocupemos. As superiores que já temos podem continuar nos prédios em que se acham, e as que de novo fundarmos serão acomodadas nas melhores casas que se encontrarem até podermos transferi-las para edifícios próprios.

Deixando, portanto, o mais para outras penas tratarem na ocasião oportuna, não direi sobre as escolas superiores senão que a elas se aplicam quase todas as regras que estabeleci para as inferiores. Assim que elas devem nem só ser espaçosas e elegantes, mas atender à higiene, às necessidades do ensino e quanto for possível à satisfação dos alunos. Assim ainda que devem ser afastadas da rua por meio de um jardim ou de um pátio, ter bibliotecas, prisões, depósitos de água, latrinas, cabides, relógios, etc. Assim finalmente que suas paredes mesmo podem ser decoradas de modo que sirvam já para as observações do estudo, já o desenvolvimento da inteligência e qualidades morais dos alunos.

PARTE SÉTIMA  
DAS BIBLIOTECAS POPULARES

.....

## *Capítulo Primeiro*

### DA IMPORTÂNCIA E NECESSIDADE DAS BIBLIOTECAS POPULARES

#### I

**C**omo os trabalhadores do mundo físico, os do mundo moral, para não perderem suas forças em vão, precisavam de um depósito que recolhesse e guardasse os seus produtos.

O depósito que para isso se inventou foi o livro.

O livro portanto está para o mundo moral na mesma razão em que o celeiro está para o mundo físico. Como o celeiro guarda o alimento do corpo, o livro guarda o alimento do espírito, ou é o depositário das ciências, das leis, da memória, dos acontecimentos, dos usos, dos hábitos e dos costumes.

Daí vem que o livro é um dos motores do mundo, ou que a sua influência compreende a vida material, moral e intelectual dos povos.

Homem, vos educais na experiência que o livro representa.

Chefe de família, é um livro que mostra os vossos direitos e os vossos deveres.

Cidadão, membro da sociedade, podeis ser alheio à gestão dos seus negócios, mas nem por isso evitais a influência do livro: os governos se compõem dos homens que mais livros têm lido.

Réu, a vossa honra, a vossa liberdade, a vossa vida as mais das vezes depende da interpretação de um livro.

Enfermo, quase sempre é um livro que decide da vossa sorte.

Filho de Deus, caminheiro da jornada do Céu, é ainda um livro, o Evangelho, o Livro dos Livros, que ilumina os vossos passos, que santifica os vossos desejos, que conforta o vosso coração quando ele quer desanimar!

De modo que bem disse Bertolino que sem o livro *Deus silet, justitia quiescit, medicina torpet, philosophia manca est, litterae mutae, omnia tenebris involuta cimmeriis.*<sup>1</sup>

Assim são infinitos os louvores que se têm feito e se fazem ao livro.

Não obstante o muito que dele disse Lucas de Penna,<sup>2</sup> a matéria ainda se não acha esgotada para os autores modernos.

O nosso Castro Alves por exemplo chama-o

...esse audaz guerreiro,  
Que conquista o mundo inteiro,  
Sem nunca ter Waterloo!  
Eólio de pensamentos  
Que abra a gruta dos ventos  
Donde a liberdade voou!

Outro bonito conceito do livro nos dá M. Laboulaye num dos seus mais eloqüentes discursos populares.

Não o cito textualmente; mas é pouco mais ou menos isto o que ele diz.

Admira-se muito a fotografia, ou a arte que nos deu a bela descoberta de M. Daguerre. É com efeito uma das mais admiráveis in-

1 Não cito em português por não haver no seu vocabulário palavras tão expressivas como as do original.

2 *Liber*, escreveu ele, *est lumen cordis, speculum corporis, virtutum magister, vitiorum depulsor, corona prudentis, comes itineris, domesticus amicus, congerro jacentis, collega et consiliarius proesidentis, myophecium eloquentiae, hortus plenus fructibus, pratum floribus distinctum, memoriae penus, vita recordationis. Vocatus properat, jussus festinat, sempre proesto est, nunquam non morigerus, rogatus confestim respondet, arcana revelat, obscura illustrat, ambigua certiorat, perplexa resolvit, contra adversam fortunam defensor, secundae moderator, opes adauget, jacturam propulsat, etc.*

venções que se conhecem. Tomar o sol por instrumento e dizer-lhe – “Tu me darás uma lembrança daqueles que me são caros” é certamente maravilhoso. Notai, porém, que a fotografia não fala, ao passo que o livro, que também se pode chamar fotografia, é uma alma que nos responde quando a interrogamos, e vereis que ele é um invento muito melhor. Só porque nos fala põe-nos de posse da riqueza moral dos séculos, e dá-nos por companheiros homens que nunca vimos, e que todavia são sinceros amigos. Queremos nos divertir? Cervantes nos fará rir como nenhuma pessoa viva. Estamos tristes ou abatidos? A *Imitação* nos confortará. Em qualquer estado que estivermos, os livros são sempre estimuláveis. Na véspera de morrer não é ainda o livro que nos consola? Não é o Evangelho que nos ensina a resistir às últimas angústias, repetindo-nos as palavras daquele que conheceu todas as misérias e padeceu todas as dores?

## II

Tratando do livro não posso furtar-me ao pagamento de um tributo.

Antes da grandiosa invenção da imprensa os livros eram mais raros e mais caros que as pedras preciosas. O pensamento brotava no espírito, mas a dificuldade da comunicação das idéias reduzia o homem à condição da árvore, que produz saborosos frutos em lugar onde ninguém os aproveita.<sup>3</sup>

Depois que essa invenção doou sua arte aos homens, os livros têm-se multiplicado tanto que a ninguém é possível, já não digo lê-los todos, mas saber seu número e seus títulos. Autores tenho visto mesmo que se incomodam com o aumento dos livros, como Malthus com o dos homens, e estimam ter ficado sem execução o plano que Caramuel concebeu de escrever cem volumes *in folio* e pedir tanto ao poder temporal, como ao espiritual, que tornasse obrigatória a sua leitura.

Aquele fato, se para muitos é um mal, para mim é um bem inestimável. Não partilho o sentir de Caramuel, mas não me inquieto, antes me regozijo com o grande número dos livros.

---

3 S. Jerônimo conta que arruinou sua fortuna só com a compra das obras de Orígenes!

Que importa que haja maus livros? Que importa que a quase totalidade deles pese inutilmente nas tábuas das bibliotecas?

Se há maus livros, ao lado deles há também bons para nulificar sua influência. Não existe veneno que não tenha o seu antídoto.

E se a maioria dos livros, como a dos homens, se perde no meio da multidão, é porque a utilidade é coisa relativa. Da mesma forma que os homens considerados sem préstimo um dia servem a seus semelhantes só por uma boa qualidade que tenham, os livros desprezados como inúteis, por um bom pensamento que encerrem, caindo nas mãos de quem não conheça esse pensamento, podem-lhe ser de grande vantagem.

“O livro não é coisa inanimada. Ele possui a vida ativa da alma, que o produziu e mesmo o poder criador da inteligência, que lhe deu à luz. Tenho, pois, os livros por seres tão vivos e tão fecundos como a dentadura da serpente da fábula, e confesso que o acaso pode fazer que eles produzam homens armados.”<sup>4</sup> Não obstante só por essa possibilidade não se deve embarçar à produção dos livros, sob pena de com os maus ou inúteis serem comprometidos os bons e os úteis. Acaso um governo poderia proibir a propagação da espécie humana sob pretexto de recear que ao lado dos bons se gerem os maus homens?

Pois da mesma forma que nenhum governo pode tentar contra a propagação dos homens, nenhum governo pode legitimamente vedar a produção dos livros. Uma coisa é tão respeitável como a outra. Impedir a geração dos homens é privar a sociedade de criaturas razoáveis; sufocar um livro é sufocar a razão mesma. A maioria dos homens pesa inutilmente sobre a Terra, ou passa vida puramente vegetativa. Mas desses mesmos homens podem provir homens utilíssimos, nem só à sua pátria como à humanidade. Semelhantemente a produção do livro: pode ele ser inútil ou mau, mas porque pode também ser bom deve-se-lhe respeitar a existência. Do contrário é possível que uma verdade que se tenha sufocado não se reproduza mais na série dos tempos, e que a sua perda seja uma desgraça para as nações.

Este mal é hoje impossível por uma dupla razão: a imprensa e a sua liberdade, a superabundância dos livros e as leis que respeitam a

4 Passagem da *Areopagética* de Milton.

sua existência, consentindo que a imprensa seja o que seu autor quis que ela fosse – o vulgarizador do pensamento e o intérprete dos povos.

Diga-se, pois, o que se quiser dessas leis: elas que respeitam os livros valem menos que a arte, que os produz.

Permite, portanto, ó! eterno gênio de Gutemberg, que eu, o mais humilde de quantos te admiram, erga a voz ante o pináculo da tua glória, e aí te saúde como um dos primeiros benfeitores da humanidade!

### III

É o livro um admirável invento. Entretanto, sem a leitura o que ele seria? Pouco mais ou menos que um piano, ou uma harpa sem o exercício produtor dos sons, e as combinações produtoras da harmonia.

Não obstante, pois, tudo que tem de bom, o livro só é útil para quem lê. Como a leitura é o único meio que habilita o homem a tocar no capital que o livro representa, quem não lê fica para sempre deserdado da sua parte nesse capital. Da mesma forma que o surdo-mudo é separado dos que o cercam pela sua enfermidade, aquele que não lê fica para sempre separado do passado e por conseguinte do futuro pela sua ignorância.

Apesar de tudo, sabe-se que o geral dos homens não lê.

Uns supondo que a leitura não é uma necessidade nem sequer a procuram por distração. Outros querem-na, mas não acham livros à venda, ou se acham não podem comprá-los. Ainda que os livros não sejam caros desde que amamos a leitura e lemos constantemente não há bolsa que resista às suas despesas. Compramos dez, vinte, trinta, cem volumes, e dentro de algum tempo temos de comprar novos livros, ou de recommençar leituras já feitas, o que todavia nem sempre é possível.

Para suprimir ou ao menos tornar insignificante a despesa da leitura foi que Franklin pensou nas bibliotecas populares.

Ele reuniu doze companheiros de trabalho e lhes fez esta reflexão: “Como cada um de nós tem um volume, se pusermos todos em comum nossa associação fará com que cada um de nós tenha doze volumes. Ponhamos em comum cem, duzentos, trezentos, mil volumes, e cada um terá cem, duzentos, trezentos, mil volumes, à sua disposição.”

Benefício tão claro e tão certo não podia deixar de ser promovido. Assim fundou-se a associação proposta por Franklin, dando ela em resultado a biblioteca, que com seu nome existe em Filadélfia contando mais de 800.000 volumes!

É preciso, pois, que o Estado que promove o ensino promova também a leitura, auxiliando aqueles que a desejam, ou inspirando o gosto dela a quem não o tiver.

Deste modo ainda uma vez se verifica no mundo moral um fato correspondente a outro do mundo físico.

O mundo físico precisa facilitar a troca dos seus produtos, nasce a via férrea e o vapor.

O mundo moral sente idêntica necessidade, nascem os gabinetes de leitura e as bibliotecas populares.

Haverá quem objete que o Estado só tem obrigação de criar escolas e fazer com que todos os cidadãos recebam nelas a educação indispensável aos misteres da vida?

Comprenderia mal a missão do Estado quem assim argumentasse.

O Estado tem por fim a civilização dos povos.

Ora, civilização é impossível sem a permuta das idéias.

Assim o Estado fundando a escola pode comunicar aos homens algumas idéias e habilitá-los para procurar outras por si.

Mas as melhores idéias, ou aquelas que de maior proveito podem ser à civilização, só se encontram nos livros.

Portanto, desde que o Estado se limita a criar escolas deixa incompleto o fim que com elas se propõe.

Ainda mais. Como nenhum sábio pode dizer “conheço todas as idéias que formam o patrimônio moral dos povos” nenhuma escola, por mais largo que seja o seu programa, habilitará o homem a crer que concluiu a sua educação.

Depois da educação da escola segue-se a educação que todo o homem deve dar a si mesmo, e cujo professor é a experiência dos outros consultada a propósito de cada uma das questões, que ele é chamado a resolver.

Daqui vem que, sendo a vida humana, como já mostrei, um aprendizado perpétuo, ninguém pode deixar de seguir esse aprendizado, sob pena de esquecer o que aprendeu na escola, ou conservar sempre estreito o círculo dos seus conhecimentos.

Ora, como satisfazer essa necessidade quem não tiver livros à sua disposição? Não é o livro que encerra a maior e a mais desinteressada experiência que se possa desejar? Não estão as bibliotecas populares para as comunicações do mundo moral na mesma razão da via férrea e do vapor para as do físico?

Negue-se, pois, a leitura ao povo e teremos o caso do paralítico a quem a medicina dissesse “dou-vos o movimento, mas não permito que andeis” ou o do cego, a quem ela restituísse a vista sob a condição de não ver a claridade, e por isso nunca sair de um quarto meio escuro. Sentença que se é arbitrária denota perversidade, e se é inevitável faz que não valha a pena o sacrifício do curativo.

Assim a criação de bibliotecas ao alcance de todos não é só uma coisa de inestimável vantagem. É ainda um dever sagrado para o Estado que não quer ouvir aos povos este dilema: “Ou sois perverso, ou a escola é um dom inútil.”

.....

## *Capítulo Segundo*

### DO CARACTERÍSTICO DAS BIBLIOTECAS POPULARES E DOS MEIOS PELOS QUAIS DEVEM ELAS SER ORGANIZADAS

**T**

I

enho ouvido dizer que as bibliotecas populares devem circunscrever-se a certas categorias de obras.

O Sr. Antônio da Costa, por exemplo, diz “as que encerram os conhecimentos gerais para o homem e para a mulher e as que tratam das especialidades de cada uma das profissões, agrícola, comercial, industrial e artística, inventos, aperfeiçoamentos, aplicações, modelos de escriturações e de instrumentos”.

Que me perdoem, porém, o ilustre português e as mais pessoas que assim pensam, se digo que não me parece verdadeira a sua doutrina.

A instituição não pode ser compreendida por esse modo desde que se atende aos princípios do seu inventor e às idéias liberais da época e do povo que primeiro a possuiu.

Quem inventou as bibliotecas populares foi B. Franklin, e o povo que primeiro as possuiu, o americano-do-norte. A menos é esta a fama corrente na Inglaterra e noutros países de mais antiga civilização. A própria Inglaterra confessa por meio de Buckle,<sup>1</sup> que foi ao mesmo Benjamin Franklin que ela deveu a sua primeira biblioteca popular.

---

1 Buckle, *Civilization en Angleterre*, T. 2<sup>a</sup>, pág. 108.

Pois bem: num país como a América do Norte, onde o povo é a massa inteira dos seus habitantes, e todos têm direito a tudo, nem Benjamin Franklin, nem pessoa alguma conceberia que certas classes sociais tivessem o seu direito à instrução encerrado dentro de estreitos limites.

A feição característica da biblioteca popular é servir para todos e para tudo, *oferecendo gratuitamente a todos os gêneros de leitura de que possam precisar e permitindo a cada um fazê-lo em sua casa ou no próprio estabelecimento.*<sup>2</sup>

2 Foi assim que eu e o Sr. Antônio Ennes de Sousa fundamos a Biblioteca Popular Maranhense. O seu Regulamento dispõe por este modo:

Nós abaixo assinados, havendo reunido alguns livros nossos a outros, que recebemos de terceiros, com o fim de criarmos uma Biblioteca Popular nesta cidade, temos concordado que a mesma Biblioteca seja regulada pelo modo seguinte:

Art. 1º Será membro da Biblioteca todo indivíduo que concorrer para a sua criação, manutenção ou desenvolvimento pela oferta de um ou mais livros, mapas, jornais, doações pecuniárias, móveis apropriados à instituição, etc.

Art. 2º Todos os membros terão iguais direitos. Entre eles não haverá distintivo algum de categoria ou de classe.

Art. 3º A Biblioteca será confiada ao cuidado de uma comissão composta de três pessoas eleitas anualmente por maioria de votos dentre os seus membros.

Art. 4º Para a eleição da comissão do primeiro ano cada doador de livros ou outros objetos mandará desde já uma lista com três nomes de sua confiança a qualquer dos abaixo assinados em carta fechada, que será lida publicamente no dia da instalação da Biblioteca, devendo os eleitos ser logo empossados nos seus cargos. Para as comissões posteriores terá lugar o mesmo procedimento com a diferença de serem as cartas enviadas à comissão em exercício em qualquer época do ano, e abertas nos dias das sessões, de que trata o artigo seguinte.

§ 1º Se alguma carta contiver mais de três nomes só os três primeiros se entenderão votados.

§ 2º Havendo empate na votação de dois ou mais nomes, a sorte decidirá da eleição.

§ 3º Se algum dos membros eleitos não aceitar o cargo, ou depois de aceito por qualquer forma o deixar vago, será substituído pelo seu imediato em votos, verificando-se a chamada deste, de sorte que a comissão nunca fique incompleta.

§ 4º Se for eleita alguma pessoa que não seja membro da Biblioteca, dar-se-lhe-á parte disso para responder se aceita o cargo com a condição de inscrever-se sócio.

Art. 5º Haverá uma sessão solene nos dias de aniversário da instalação da Biblioteca. Nessa sessão, que terá lugar seja qual for o número de membros presentes, a comissão, por seu presidente – o mais votado –, lerá um relatório da sua gestão, dará a palavra a qualquer pessoa, sócio ou não, que queira ler discursos ou escritos relativos à Biblioteca, ou sobre qualquer assunto literário ou científico, e finalmente dará posse à comissão eleita para o outro ano.

Que a biblioteca popular não é senão isto vê-se ainda do seu nome na Inglaterra e na América – *circulating library* – e da razão por que o célebre filantropo americano chamou popular a biblioteca de Filadélfia, ou a primeira desse gênero que existiu.

---

Art. 6º A comissão nos casos em que for omissa o presente Regulamento poderá estabelecer as regras, que se tornarem necessárias, lavrando disso um termo, que será datado e assinado por ela.

Parágrafo único. Essas deliberações farão parte do Regulamento se não forem opostas às suas bases e merecerem plena aprovação das duas comissões seguintes.

Art. 7º Os negócios relativos à Biblioteca, que tiverem de ser tratados por cartas, como votos, propostas, ofertas, etc. deverão conter o seguinte endereço, até a instalação da Biblioteca – “*Aos fundadores da Biblioteca Popular Maranhense – Dessa data em diante – À comissão diretora da Biblioteca Popular Maranhense.*”

Parágrafo único. Os sobrescritos das cartas de votos devem conter declarações que as tornem conhecidas, a fim de não serem abertas antes do tempo devido.

Art. 8º No caso de dissolução da Biblioteca todas as doações reverterão aos doadores ou seus herdeiros.

Art. 9º Se alguma sociedade possuidora de livros quiser uni-los aos da Biblioteca, poderá fazê-lo sob as seguintes condições:

§ 1º Os livros serão restituídos em qualquer tempo.

§ 2º A reunião dos livros só dará o direito de votar aos membros diretores da sociedade.

§ 3º A sociedade contribuirá para a Biblioteca com a anuidade de dez mil-réis.

§ 4º Se a sociedade não cumprir o disposto no § 3º, seus representantes ficarão suspensos do direito de votar.

Art. 10. Nenhum dos artigos deste Regulamento poderá sofrer reforma sem ser por proposta da comissão em exercício e aprovação de dois terços dos membros da Biblioteca.

Art. 11. Haverá na Biblioteca um cofre destinado a receber os donativos de dinheiro, que os visitantes ou leitores quiserem fazer-lhe.

Art. 12. No fim de cada mês a comissão abrirá o cofre e tirará dele o dinheiro que achar, a fim de pô-lo a prêmio em mão segura, ou aplicá-lo à satisfação das necessidades da Biblioteca.

Art. 13. A Biblioteca terá três livros para a sua escrituração – um para a relação dos donativos não feitos pelo cofre, o qual ao mesmo tempo será o da inscrição dos membros, outro para os atos e relatórios das comissões, receita e despesa da Biblioteca, e outro para o movimento diário dela.

Parágrafo único. No último livro, que será escriturado pelo bibliotecário, deverão ser consignadas todas as ocorrências que se derem na Biblioteca, como o número dos leitores, a qualidade dos livros procurados, quantos saíram para a leitura externa, quantos deixaram de ser restituídos no tempo próprio, se por perda, estrago, etc.

Fundada com doações do povo, e sustentada por meio de uma subscrição do povo, ele deu-lhe aquele nome não só por essa como pela razão de facultar a saída dos livros para a leitura externa, e assim poder interessar a toda a população.<sup>3</sup>

Art. 14. A Biblioteca se abrirá: nos dias úteis das seis horas da tarde às nove da noite; nos santificados e domingos do meio-dia às duas horas da tarde.

Art. 15. As pessoas que freqüentarem a Biblioteca deverão pedir ao bibliotecário os livros de que precisarem, assim como guardar absoluto silêncio.

Parágrafo único. Não é lícito o fumar dentro do estabelecimento. Os infratores deste artigo serão admoestados pelo bibliotecário, e se reincidirem, censurados pela comissão, ou, conforme as circunstâncias, obrigados a sair da Biblioteca.

Art. 16. É permitida a leitura fora da Biblioteca, depositando o leitor em mão do bibliotecário a importância do livro de que precisar, ou dando fiador idôneo, que com ele assine o competente recibo.

§ 1º Para este fim o primeiro ato da comissão que tiver de dirigir a Biblioteca será rotular e estimar todos os seus livros.

§ 2º O prazo para a leitura externa é de quinze dias prorrogáveis. Ninguém poderá levar mais de um livro.

§ 3º Para a prorrogação do prazo deve o leitor apresentar o livro ao bibliotecário e passar-lhe novo recibo.

§ 4º O leitor que perder ou estragar o livro emprestado perderá o valor depositado ou afiançado.

§ 5º O que contra o disposto no § 2º demorar o livro em seu poder, por mais de quinze dias, pagará uma multa de 10 por cento do seu valor.

Art. 17. Com o importe das multas e depósitos a comissão em exercício comprará outros ou iguais livros, como lhe parecer melhor.

Art. 18. Os jornais estarão expostos durante uma semana. Finda a semana o bibliotecário terá o cuidado de emacá-los nas respectivas coleções.

Art. 19. A comissão publicará quanto antes o catálogo dos livros da Biblioteca, indicando nela por um sinal todos os livros que não poderão sair para a leitura externa.

Parágrafo único. Enquanto não se cumprir este artigo o bibliotecário terá sempre à mão uma relação manuscrita de modo inteligível para mostrar aos freqüentadores da Biblioteca.

Art. aditivo. Há no recinto da Biblioteca uma coleção de produtos naturais, curiosidades antigas, artes indígenas, etc. que representa o princípio do futuro museu da província do Maranhão.

Para ele recebem-se donativos nas mesmas condições que para a Biblioteca, sendo todavia uma coisa independente da outra.

Maranhão, 29 de julho de 1872.

Antônio de Almeida Oliveira  
Antônio Ennes de Sousa

3 Vid. Franklin, *Memórias*, T. 1, pág. 64.

## II

Por dois meios pode o Estado cumprir a sua obrigação de promover a leitura. Um é prometer auxílios à iniciativa dos particulares, que se propuserem à criação de bibliotecas. Outro é solicitar ele próprio os donativos para isso necessários, associando-se, bem entendido, aos doadores, por meio do seu contingente.

Não falo do expediente, que tomou a assembléa do Rio de Janeiro, de fundar bibliotecas com livros comprados, porque dessa forma nada se conseguirá. Se o Estado se propuser a compra dos livros gastará somas enormes, sem obter grandes resultados.

Mas é claro que empregados isoladamente aqueles meios mesmos não satisfarão à necessidade.

Se o Estado só esperar a iniciativa particular, como esta pode deixar de aparecer em muitos lugares, a conseqüência é que o movimento não será geral.

E se quiser se dedicar só às bibliotecas por ele fundadas, as localidades, que na certeza de serem auxiliadas, poderiam fazer alguma coisa, terão de esperar longo tempo o dia em que o Estado vá promover o desejado melhoramento.

Nestas condições o expediente que me parece mais natural e mais profícuo é de um lado garantir o governo o auxílio necessário à iniciativa particular, de outro criar núcleos de bibliotecas e depois invocar em seu favor o concurso dos particulares.

Deste modo se combinarão e ajudarão ambas as iniciativas, e não se verá mais, como até agora, esperar o Estado pelo povo e o povo pelo Estado sem incentivo que os aproxime e razão que leve um em auxílio do outro.<sup>4</sup>

---

4 De alguma forma pensando comigo o Sr. Ministro do Império expediu há pouco um Aviso circular aos Presidentes das províncias recomendando-lhes que olhem com o maior favor os esforços dos cidadãos que promoverem a criação de bibliotecas e gabinetes de leitura. Louvo muito o Sr. Ministro por esse ato, que não é o primeiro que pratica em bem da instrução pública, porém louvaria mais se S. Ex<sup>a</sup> promovesse a votação de uma lei no sentido do seu Aviso.

### III

Formadas as bibliotecas aparece uma questão a resolver. Que direito sobre elas deve ter o Estado?

Instituições criadas pelo Estado parece à primeira vista que só ele tem o direito de dirigi-las.

Mas nem se pode dizer que, pelo modo que proponho, o Estado será o criador das bibliotecas, nem é conveniente que ele assuma a sua direção.

O Estado é cômico dos particulares. Se ele forma o núcleo das bibliotecas, os particulares fazem o resto. Se ele presta seu apoio aos particulares que fundam bibliotecas, nem por isso eles deixam de ser seus fundadores. Só esta circunstância, portanto, deve colocar o Estado nas mesmas condições dos particulares.

Mas isso ainda não é tudo. Se o Estado, como consócio dos particulares deve partilhar com estes o poder da direção, um forte motivo o obriga a abdicar neles todos os seus direitos.

Esse motivo é a conveniência de interessar o mais possível os particulares nas bibliotecas, o que não se conseguirá se o Estado intervier na sua direção.

Aqueles que dão seus livros, em vista dos benefícios da associação, têm direito a fazer com que esta seja administrada por pessoas da sua confiança.

Estas pessoas não podem por certo ser de nomeação do Estado, mas dos seus consócios, porque só destes depende, só a eles temerão desagradar.

Nem me oponham que se o Estado é que faz as despesas das bibliotecas pode ser iludido por empregados que não são da sua confiança.

Muitos hão de ser os membros das bibliotecas.

Ora, será possível que estes não tomem contas aos diretores delas pelos atos que praticarem?

Demais, nem por que pretendo que o Estado abdique seus direitos nos particulares, quero dizer que ele não se reserve uma bem entendida fiscalização. Assim não pode ele ficar sujeito a ser iludido.

Quem poderia ficar frustrado em suas vistas é o doador particular privado do direito, que lhe reconheço de escolher os diretores da instituição.

Se o Estado só pelo receio de ser iludido devesse tomar ainda em parte a direção das bibliotecas populares, deveria proscrever todos os cargos de eleição popular. Os juizes de paz, os vereadores e todos os outros cidadãos que exercem cargos eletivos devem ser nomeados por ele. Uns e outros podem iludi-los, se bem que nem sempre em dinheiro, em outras coisas, onde a ilusão é igualmente perigosa.

Observação: No que fica dito sobre a fiscalização do Estado só me refiro às bibliotecas fundadas por ele e os particulares. Naquelas que só estes fundaram, o Estado não pode exercer ato algum,<sup>5</sup> preste-lhes muito embora qualquer auxílio.

---

5 Assim acontece na Biblioteca Popular Maranhense à qual acaba o governo de dar 2 contos de réis sem condição alguma.

PARTE OITAVA  
DAS DESPESAS DA INSTRUÇÃO

.....

## *Capítulo Primeiro*

### DA DOTAÇÃO DO ENSINO

O

I

desenvolvimento da instrução pública não depende só das condições que ficam expostas, depende, e muito mais, da dotação do ensino, ou dos meios pecuniários que o Estado lhe deve conceder para a satisfação das suas necessidades.

Muito mais digo e com razão. Enquanto estamos no terreno das idéias pode-se optar pelas que parecem melhores. Mas, uma vez preparado o mecanismo do ensino, seja o que delineei ou outro qualquer, não há escolha possível sobre os meios de o pôr em movimento. O único combustível que ele pode empregar é o dinheiro.

E nem é pouco dinheiro. Não falando do mais, edifícios apropriados às necessidades do ensino, escolas normais, museus, bibliotecas, professores, comissários, superintendentes, conselheiros remunerados, de modo que que possam servir com gosto e dedicação, exigem dispêndios grandes e sempre crescentes.

Conta-se que Condé sendo perguntado sobre as coisas indispensáveis a uma guerra disse serem três: A primeira? Dinheiro. A segunda? Dinheiro. A terceira? Dinheiro ainda.

Pode-se dizer o mesmo do ensino público. Como a guerra, ele consegue tudo com o dinheiro. Até para que a semelhança seja completa,

o ensino público é uma verdadeira guerra, guerra à ignorância e ao seu cortejo de calamidades e misérias de toda a sorte.

## II

Bem sei que de chofre não podemos dar vida à reforma que proponho.

Para se ver que despesas ela exigiria basta mostrar o que deveríamos gastar só com o ensino inferior.

Segundo o meu plano de ensino, nenhuma escola pode funcionar só com um professor.

Sendo precisos pelo menos três para cada uma (dos três graus), as 17.761 escolas que nos faltam ocupariam 53.283 professores, que, vencendo termo médio, dois contos de réis cada um, pediriam 106,566:000\$.

Acrescente-se a este ainda o indispensável dispêndio com aluguéis de casa, cursos noturnos, material de ensino e vestiária dos meninos pobres, o qual não andaria por menos de 50% do primeiro, e teríamos só com a instrução inferior um gasto de 159,849 contos de réis.

Não chegam a tanto todas as rendas do país!

Nestas condições devemos abrir mão da reforma e esperar melhores tempos?

Não nos iludamos com semelhante expediente. Nós em vão esperaremos esses tempos se tornarmos a instrução dependente deles. Sabe-se que a instrução é a fonte da riqueza, que riqueza provém do trabalho, e que o trabalho é tanto mais produtivo quanto maiores são os conhecimentos do trabalhador. A este respeito nenhuma dúvida deixa o célebre dito de Bacon: *Knowledge is power*, “instrução é poder”, ou melhor, como explicam os americanos, “instrução é poder, e poder é riqueza”.

Se, pois, é indispensável fazermos alguma coisa no mesmo estado em que nos achamos, indaguemos que despesa presentemente seria possível.

## III

Nada teria de admirável um plano de reforma, pelo qual a despesa da instrução subisse a 15.000 contos de réis. Um país como o Brasil, que gasta perto de 30.000 contos de réis com a milícia de terra e mar, bem pode conceder à escola a metade daquela quantia.

Admitindo, entretanto, que ao menos, por ora, não seja possível tamanha liberalidade, apresentarei um alvitre que o Estado não pode repelir sem ser convencido de inimigo do ensino. Ele tem uma dupla vantagem: proporciona à renda do país a despesa escolar, e insensivelmente elevará esta a algarismo ainda maior que aquele.

#### IV

Temos 4.890 escolas<sup>1</sup> e precisamos ter 22.651. Faltam, pois, 17.761.

Mas a reforma do ensino exige que a par da abertura de novas escolas procuremos dar outra organização às antigas. Assim, é preciso que ao mesmo tempo cuidemos de uma e outra coisa.

Ora, para isso só um meio se nos oferece. É abriremos cada ano certo número de escolas e reformarmos algumas antigas: por exemplo 1/2% de 17.761 e 1% de 3.792.

Sendo aceita esta proposta teríamos anualmente de criar 89 escolas e reformar 36.

126<sup>2</sup> escolas só com os professores gastariam 756 contos de réis.

Adicionando-se a esta quantia os 50% de aluguéis de casa, material do ensino, escolas noturnas, etc., subiria ela a 1,134 contos.

O que junto aos 4.035:799,176 que atualmente gastamos com o ensino inferior, elevaria o seu dispêndio total no primeiro ano a 5,169:799,176 réis.

Procedendo-se do mesmo modo quanto ao ensino superior, pode a sua reforma ser feita assim:

Atualmente gasta-se com o ensino superior pouco mais de um terço do que se gasta com o inferior.

Não nos sendo, porém, possível sustentar um e outro na mesma proporção é razoável que, começando o ensino superior a depender um terço do que exigir o primeiro aumento do inferior, daí por diante lhe demos somente a terça parte do que anualmente se aumentar no inferior.

Assim dando-se-lhe no primeiro ano 1,723:266\$392 rs. (a terça parte de 5,169:699\$176) nos seguintes só lhe deveremos 350 contos,

---

1 Entrando as particulares.

2 89+37.

que são a terça parte (conta redonda) do que anualmente se há de aumentar no ensino inferior.

## V

5,169:699\$176 rs. do ensino inferior e 1,723:266\$392 do superior somam 6,892:965\$568 rs.

Mas não é esta a única despesa, que desde já se deve fazer.

A maior parte das nossas escolas funcionam em casas alugadas, sem as acomodações que o ensino reclama, e aquelas mesmas que têm casas próprias não estão bem servidas, como prova o clamor dos professores. Pelo que pode se afirmar, precisamos construir 22.651 casas para as 22.651 escolas que o Brasil deve ter.

Ora, pois que a par da reforma das escolas antigas temos de criar outras novas, e estabelecer todas elas em prédios apropriados às necessidades do ensino, é preciso que cada ano destinemos alguma quantia para a construção desses prédios.

Calculada cada uma em 50 contos de rs.<sup>3</sup> a construção das 22.651 escolas, segundo o plano que proponho, com suas mobílias e bibliotecas, demandaria mais de um milhão de contos.

3 Não é exagerado este orçamento. A escola que se acaba de fazer nesta cidade custou 28:051\$560 rs., e não tem todas as acomodações nem todas as coisas indispensáveis ao seu fim. É uma única sala de 6 sobre 10 braças de comprimento, tendo no fundo duas divisões de balaustres, onde se guardam potes e chapéus, e aos lados da entrada outras duas divisões destinadas antes a fazer simetria com aquelas que a servir de alguma utilidade. Não há lugar para recreio nem para a detenção dos alunos culpados. O único espaço que existe além da sala dos exercícios escolares é um pequeno quintal ocupado em parte por uma latrina. A sala mesma se não fosse vasta não teria nada que a recomendasse. Falta-lhe a mobília das escolas modernas, falta-lhe a biblioteca, o relógio e muitas outras coisas que fora longo enumerar.

Não repare o leitor que fale por esta forma quem faz parte da comissão incumbida das escolas que estamos construindo.

A comissão não fez mais que pôr em prática o plano orçado, que o Governo lhe deu pela repartição das obras públicas; e eu principalmente nenhuma culpa tenho naquele fato. Sabe-se que expendi, até pela imprensa, as idéias que se deviam ter em vista na construção das escolas. Se elas deixaram de ser abraçadas não foi porque parecessem ruins, mas porque o Governo antes quis fazer três prédios sofríveis que um bom!

Mas, sendo impossível a satisfação desta necessidade, é para contentar que ao menos 20 casas se façam por ano: uma em cada província.

Assim reunindo-se ao mais o custo dessas casas, mil contos de rs. subiria o primeiro orçamento da instrução a 7,892:965\$568 rs.

Quanto aos outros seria esta a progressão:

No segundo ano:

Última despesa do ensino inferior . . . . .	5.169:699\$176
Idem, idem do superior . . . . .	1.723:266\$392
Escolas novas reformadas . . . . .	1.134:000\$000
Terço do ensino superior (conta redonda, como já disse) .	350:000\$000
Construção de prédios . . . . .	<u>1.000:000\$000</u>
	9.376:965\$568

No terceiro ano:

Última despesa do ensino inferior . . . . .	6.303:699\$176
Idem, idem do superior . . . . .	2.073:266\$392
Escolas novas e reformadas . . . . .	1.134:000\$000
Terço do ensino superior . . . . .	350:000\$000
Construção de prédios . . . . .	<u>1.000:000\$000</u>
	10.860:965\$568

No quarto ano:

Última despesa do ensino inferior . . . . .	7.437:699\$176
Idem, idem do superior . . . . .	2.423:266\$392
Escolas novas e reformadas . . . . .	1.134:000\$000
Terço de ensino superior . . . . .	350:000\$000
Construção de prédios . . . . .	<u>1.000:000\$000</u>
	12.344:965\$568

No quinto ano:

Última despesa do ensino inferior . . . . .	8.571:699\$176
Idem, idem do superior . . . . .	2.773:266\$392
Escolas novas e reformadas . . . . .	1.134:000\$000
Terço de ensino superior . . . . .	350:000\$000
Construção de prédios . . . . .	<u>1.000:000\$000</u>
	13.828:965\$568

E assim por diante dando-se todos os alunos o aumento de 1,484 contos de rs.

Chegando a despesa do quinto orçamento a 13,828 contos, talvez pareça ao leitor que dentro de alguns anos o Estado não poderá prosseguir na reforma.

Este receio, porém, se desvanece facilmente.

Pois que a despesa aumenta na razão de 1.484 contos por ano, serão precisos 12 anos para ela ascender ao quádruplo do que é hoje, ou a 24.000 contos de rs.

Ora, que muito é que daqui a 12 anos o Brasil gaste 24.000 contos com o ensino público?

## VI

À vista do que expendi sobre o material das escolas superiores, não propus despesa alguma para a construção dos seus edifícios.

Como, porém, não pode essa necessidade deixar de ser satisfeita, termino este capítulo por uma observação que me parece razoável.

No fim de 5 anos a minha reforma gastará com o ensino superior cerca de 3.200 contos de rs.

Esta quantia lhe permitirá ter 500 professores vencendo 5 contos cada um, e ficar ainda com 700 contos para as outras despesas.

Como, pois, é de crer-se que o mesmo ensino em tais circunstâncias se ache sofrivelmente organizado, convirá então cuidarmos na construção dos seus prédios, aplicando-se para esse fim uma parte dos 350 contos que todos os anos hão de aumentar o seu orçamento.

.....

## *Capítulo Segundo*

### COMO REALIZAR-SE A DOTAÇÃO DO ENSINO?

#### I

**C**omo a propósito da administração das escolas, tenho de principiar por uma pergunta: Quem aproveita mais com a instrução? O Estado, a província, o município?

O Estado aproveita mais que a província e a província mais que o município. Basta dizer que o Estado vive da província e esta do município, ou que o município só de si tira a vida, ao passo que o Estado e a província sem ele não existiriam.

Na América do Norte mesmo, onde parece que o município lucra mais que a província e a província mais que a União, o contrário entende o Congresso Nacional e provam as somas, com que ele concorre para as despesas do ensino.<sup>1</sup>

Nem só nos Estados Unidos se reconhece a verdade do princípio que estabeleço. Como diz M. de Laveleye é quase geral o costume de ser o fundo escolar formado pelas três entidades – Estado, província e município.

No Brasil infelizmente o município não tem vida, e o Estado só se ocupa com o ensino superior. Negócio todo provincial, o ensino

---

1 Vide M. Hippeau, *Inst. Pub. nos Estados Unidos*, Parte Primeira, Capítulo 1º.

inferior, que é o mais custoso e difícil de sustentar-se, corre todo por conta das províncias, sem que o Estado lhes dê a menor subvenção.

Este fato, já mostrei, é a principal causa da nossa ignorância. Se portanto aspiramos sair do estado em que vivemos, torna-se preciso que o Estado partilhe com a província as despesas da escola.

## II

Surge agora uma questão importante: Qual o meio de efetuar-se a contribuição do Estado?

Na Bélgica uma lei de 1845 resolveu a mesma questão tomando por base a taxa de contribuição direta.

Na América o subsídio da União é regulado, nuns Estados pelo número de escolares de 5 a 15 anos, noutros pela inscrição geral das escolas, noutros enfim pela soma que as comunas despendem.

Na Prússia o poder geral não gasta constantemente com o ensino primário, mas tem dotado todas as escolas por modo que elas possam se sustentar, e se assim não acontece alguma, acode-lhe logo com o seu auxílio.

Segundo M. de Laveleye a melhor base é o número de alunos, que deixam a escola com certa instrução. E a razão que ele dá para isso é ser esse o meio mais eficaz de obrigar o Estado as autoridades locais a fazer com que os meninos freqüentem a escola.

Mas o mesmo autor, que assim se exprime, acrescenta: “Todavia deve haver subsídios especiais para as comunas pobres e pouco populosas.” O que quer dizer – a base da contribuição não poderá ser geral ou a mesma para toda a parte.

Ora, só esta razão, quando outra não houvesse, bastaria para não admitirmos a base de M. de Laveleye. Entretanto observo ainda que ela, fazendo a contribuição do Estado dependente da freqüência e adiantamento dos alunos, mais de uma vez o habilitará para negar seu auxílio à província na ocasião em que ela maior necessidade tiver de recebê-lo.

Em rigor, ao meu ver, o subsídio do Estado deve ser regulado por uma verdadeira proporção.

Pois que a instrução do povo é a fonte da renda pública, e esta se divide pelo Estado, província e município, deve cada uma dessas

entidades contribuir para a despesa do ensino com tantas quantas partes tem na renda do país. Assim, se a renda do país é (conta redonda) 127.000 contos, e desta soma apenas cabe 1/6 à província, 1/42 ao município, devia caber no custeio do ensino à província 1/6, ao município 1/42.

Entretanto para pesar essa obrigação sobre o município seria preciso libertá-lo da tutela provincial. Ora, como a liberdade municipal é idéia, que entre nós ainda não acabou seu curso, fora de toda justiça que as despesas do ensino se fizesse num terço pelas províncias, em dois pelo Estado.<sup>2</sup>

Justa na base em que assenta, esta solução na prática não pode dar lugar a nenhum inconveniente. Se é certo que o Estado fica sujeito às deliberações da província, a província, sabendo que o Estado só pagará dois terços da sua despesa, nunca a elevará imprudentemente.

Não faltarão quem me pergunte: “Donde sairá o *fabuloso* dinheiro que exigis para o ensino público, se outras reformas se projetam que aumentarão muito as despesas do Estado? Se Estado e províncias apenas têm de renda 124:000 contos por ano?”

A despesa da minha proposta principia por 7.892:965\$568 rs.

Mas se nós já gastamos com o ensino 6.127:363\$092 rs. trata-se apenas de um acréscimo de 1,765,602,476. Ora, quem dirá que não podemos com esse acréscimo? Ninguém, sobretudo vendo-se que ele, pela divisão da despesa, afeta menos as províncias que ao Estado, cujas circunstâncias são lisongeiras.

Passando do primeiro para os seguintes anos ainda veremos facilmente que, não obstante a progressão da despesa, esta nada tem de impossível. O seu aumento será de 1.484 contos por ano, ao passo que a renda nacional cresce perto de 4.000 em cada exercício.<sup>3</sup>

---

2 Está entendido, à vista do que expus na Parte Segunda, Capítulo Décimo, que o Estado passará para as províncias a administração das escolas superiores, e que as províncias dividirão por si e pelo Estado a despesa que fizerem com os dois ramos do ensino.

3 Falo tanto da geral como da provincial. Esta segundo o Sr. Ministro do Império no ano passado andava por 20:973:299\$058 rs. Entretanto, hoje, o mapa que organizei à vista de dados mais modernos mostra um aumento de 1:067:918\$454 rs. Aquela está orçada em 103.000 contos, ao passo que no exercício de 1868 a 1869 apenas chegou a 92:586:038\$574 rs, donde se vê que em quatro exercícios aumentou mais de 10.000 contos de rs.

Assim respondo: É na verdade preciso muito dinheiro, mas todo ele nos dará as rendas que já temos, e que vão crescendo consideravelmente.

Quanto às outras reformas que se projetam, está visto que sobre dinheiro para elas, e quando não sobre, o seu fim, por mais útil que seja, não pode fazer colisão com o do ensino. O ensino público é a fonte de todas as riquezas. Conseqüentemente deve preferir a tudo, sob pena de procedermos como o lavrador que só cuidasse no aformoseamento e cômodos da sua herdade, sem se lembrar das forças produtoras que a sustentam.

Enfim se para tudo não derem as rendas ordinárias do país, pode-se recorrer a um expediente, cujos resultados são certos. É estabelecer uma taxa completiva de 1 a 3% sobre<sup>4</sup> todo o capital móvel e imóvel existente no país, como se faz em algumas nações da Europa e em todos os Estados da União americana.

Nada mais justo que esta taxa. Se a virtude e o saber são garantias da propriedade, justo é que a propriedade concorra para a existência da virtude e do saber.

Note-se, porém, que não é indiferente ser a mesma taxa cobrada só pelas províncias ou só pelo Estado.

Indiferente seria se a sua cobrança não importasse despesas, e seu fim não fosse cobrir as faltas do Estado ou das províncias.

Em outros termos: Eu proponho que as despesas do ensino sejam feitas num terço pelas províncias, em dois pelo Estado. Ora, é possível haver faltas só no Estado ou só nas províncias. Portanto faz-se preciso que a taxa seja dividida em duas partes, uma para ser cobrada pelo poder geral, outra pelo provincial. Do contrário um deles pode ficar sem meios de satisfazer as suas despesas.

Lembraria mesmo que a dividíssemos em três partes a fim de deixar-se uma para o município, se este fosse libertado da tutela provincial. Não encareço, porém, esta medida, porque como já disse o município livre é idéia que entre nós ainda não terminou seu curso.

---

4 Não é preciso dizer que o imposto deve ser cobrado à vista de orçamento legislativo, e só na razão da necessidade ocorrente.

### III

O imposto escolar tem contra si duas objeções que não devo deixar sem resposta.

O imposto escolar, dizem, vai acabar com a gratuidade do ensino, que a Constituição tem prometido a todos os cidadãos.

Nada, porém, é menos exato que semelhante proposição.

O que a lei fundamental proíbe é a retribuição escolar e não o imposto. A retribuição é devida pelo menino que frequenta a escola, o imposto, pelos interessados nela. A retribuição tem um caráter particular, que não se dá no imposto. Ela é lançada no cofre da escola, e só tem lugar quando o menino a frequenta. O imposto é pago ao Estado e não implica frequência nem matrícula. Enfim, nem o imposto é a negação do ensino gratuito, nem este é a negação do imposto. A escola gratuita é em todo caso paga pelo imposto, pouco importando que este seja especial ou geral.

A outra objeção argumenta com a impopularidade da idéia e com os já crescidos ônus da sociedade em que vivemos.

Na verdade já o povo paga muitos impostos. Atropelam-no com eles a província, o Estado e o município.

Mas não é isso bastante para se dizer impopular o imposto que proponho.

A impopularidade dos tributos novos, diz o ilustrado Sr. Tavares Bastos,<sup>5</sup> resulta principalmante dos fins antieconômicos a que se destina o seu produto. Quando, porém, continua o mesmo autor, se pedem ao povo contribuições para melhoramentos das condições sociais, e não para empresas políticas, guerras ou dívidas de guerras, as vantagens do resultado em perspectiva suavizam o sacrifício ou fazem mesmo esquecer-lo.

Assim, se se convencer ao povo a necessidade e utilidade da nova contribuição, que se lhe pede, estou certo que ele não pensará em recusá-lo. O povo brasileiro que tão gloriosamente sustentou a guerra do Paraguai não há de fazer um sacrifício em bem do ensino público, ou desta guerra humana, que se quer fazer aos ignorantes, viciosos e vadios,

---

5 Na sua preciosa obra *A Província*.

e que é mais produtiva e mais honrosa que a outra? Quem há mais que ignore neste bem fadado país que a inteligência é que torna o trabalho produtivo, e que aumenta a renda do capital e da terra?

Demais não são tão grandes os impostos que pagamos. Fosse o seu produto convenientemente aplicado ao bem público, e ninguém se queixaria contra eles.

A prova é que nesse ponto não há proporção entre o Brasil e outros países.

Mas para não falarmos senão de dois, que como nós sofrem as conseqüências de guerras onerosíssimas, vejamos os Estados Unidos e a França, cujos impostos foram há pouco comparados pelo sábio economista M. Michel Chevalier.

Com uma população de 39 milhões, pagam os americanos anualmente só de impostos federais 400 milhões de dólares, 2 milhares de francos, ou 720,000:000,000 da nossa moeda. Para estarmos pois em relação aos americanos nós, que temos uma população livre de 8,490,910, devíamos pagar ao Estado por ano 162,006,562,800.

O que se dá com a América dá-se igualmente com a França.

A França tem uma população de 38 milhões; e paga de impostos gerais dois milhares e meio de francos ou 900,000,000,000 da nossa moeda. Donde se vê que para estarmos em relação à França devíamos pagar 192,573,838,800.

Importa ainda observar que os nossos impostos não parecem tão insuportáveis senão pela falta de produção do país. A maior verba da receita nacional é a dos impostos de importação, que sobem a 52,800 contos<sup>6</sup> ou pouco menos que os dois terços de toda a receita!

Se, pois, é a falta de produção que mais concorre para os nossos ônus, é mister que ainda com sacrificio ataquemos esse mal opondo-lhe na instrução pública o remédio mais eficaz.

O estado do Brasil é semelhante ao do devedor empenhíssimo que é obrigado a dispor de bens para solver seu débito e fugir à ruína que o ameaça.

---

6 Do Orçamento do Tesouro Nacional.

Se a isso não se resolve, nunca mais conserta as suas finanças. Todos os ganhos serão absorvidos pela dívida e a dívida nem por isso deixará de crescer.

Se, porém, se resolve e possui habilitações para trabalhar, com certeza dentro de pouco tempo tem conquistado nova e boa posição.

Diga-se, pois, aos inimigos do imposto:

Ou quereis ou não quereis a prosperidade do país.

Se não quereis deixemo-nos de reformas. Corra tudo à revelia. Como o selvagem debaixo da borrasca entreguemo-nos à sorte e deite-mo-nos a dormir.

Se quereis é indispensável que vos submetais à necessidade da contribuição, ou do imposto, bem como que faciliteis a sua cobrança. Ninguém colhe sem semear, nem obra nenhuma se faz neste mundo sem sacrifício. Pode nos custar alguma coisa o pagamento do imposto, mas isso não é motivo para vos rebelardes contra ele. Vede que não obstante ele ter por fim o bem geral, os seus bons efeitos sobre vós refletirão. Por sua natureza o bem geral é também individual neste sentido que o indivíduo, que vive numa sociedade próspera, tem suas necessidades satisfeitas sem vexame, e facilmente pode fazer fortuna.

Acontece às vezes é verdade que aqueles que contribuem para o bem geral morrem antes do seu aparecimento, o qual não pode ser imediato. Mas o homem não vive só para si, vive também e muito mais para seus filhos, para sua família, para sua pátria. Faleça, pois, muito embora toda a geração, que vai carregar com o peso dos sacrifícios que se tornam necessários. Como ela aproveitou o trabalho das gerações que lhe precederam, atrás dela virá outra que aproveite o fruto dos seus esforços que tem mesmo direito a esperar da sua atividade a extinção dos males que nos oprimem, e a procura dos bens que tendem a facilitar a vida futura.

É isso o que se chama herança da humanidade, herança que todos têm direito a partilhar e que é às vezes preferível à melhor sucessão consistente em dinheiro ou em casas. De nada vale uma

grande herança no meio de uma sociedade ignorante, corrompida e atrasada.<sup>7</sup>

#### IV

O leitor permitirá que eu feche este Capítulo dirigindo algumas palavras ao vento.

Vedes, senhores do poder, o que digo ao povo, e o que como homem do povo aceito e creio que todos aceitarão.

Achais justo este pensar, não é assim?

Mas não é igualmente justo que o povo também espere de vós um procedimento diverso do que até hoje tendes tido? Não é já tempo de dar-se ao país outra face e outros costumes? Não prometeis deixar as vossas imoralidades, os vossos desperdícios, a vossa vida corrupta e corruptora?

Se não prometeis eu vos advirto de uma coisa: sabeis qual é?

É uma onda imensa e temerosa que se levanta, para esmagar-vos, das camadas inferiores da sociedade. É a reação do bem que já se vai manifestando no sentido inverso da ação do mal!

O mal tem vindo de cima, de vós, para baixo, para o povo. A reação do bem vai de baixo, do povo, para cima, para vós que sois os seus algozes.

---

7 Encontra-se no livro de M. E. de Laveleye o discurso de um representante da ilha de Haváí no respectivo parlamento sobre despesas escolares, cuja transcrição vem aqui muito à propósito.

“Alguns de vós, representantes, parecem hesitar sobre o aumento de despesa proposto para a instrução pública. Quanto a mim não hesito um instante; eu o votaria mesmo no caso de ser duplo e vos digo: Votai-o por unanimidade. Eu quero antes pagar o professor que o oficial de polícia. Este protege a minha propriedade, aquele ensina a respeitá-la. Previnamos o mal; é isso melhor que termos de reprimi-lo. Cada dólar que pagamos pela instrução é o prêmio de um seguro que fazemos. Não poupemos mais a despesa da escola do que aquela que fazemos para garantir nossas casas contra os incêndios. Adicionai o que nos custam e há poucos anos nos custavam a justiça e a polícia. Gastaremos menos com esta verba se gastarmos mais com aquela. Quando uma sobe a outra baixa. Isto, só me parece, deve bastar para vos decidir.”

E a proposta passou por unanimidade.

É mais fácil descer do que subir. Mas não vos fieis nisso. A onda subirá mais cedo do que pensais... E então ai de vós, novos Cains! Quando ela chegar às sumidades, vós em vão procurareis um asilo para fugir à justa indignação do povo!

Se quereis corrigir-vos, se prometeis cuidar melhor do bem do povo, confiai que o povo há de ajudar-vos.

Desarmai uma parte da Marinha e do Exército, cortai pelas dotações imperiais, pelas aposentadorias, pelas pensões, pelas ajudas de custo, pelas verbas secretas, pelo papel das secretarias, pelo ordenado do pessoal inútil das repartições, pelo aformoseamento das cidades, pelas obras materiais que não forem indispensáveis, e se com isso não conseguirdes os milhares de contos, que deveis à instrução pública, muito pouco tereis de pedir ao imposto escolar.

.....

## *Capítulo Terceiro*

### DO PATRIMÔNIO DO ENSINO

**M**

I

uito se terá feito no dia em que o orçamento da instrução pública subir a 13.000 contos de rs.

Entretanto, isso não passa de uma ridícula parcela do que lhe devemos. O leitor viu que para chegarmos em cinco anos àquela cifra dividimos o pagamento em pequenas prestações, ou que a despesa anual sofreu cortes que em melhores tempos não seriam admitidos. De 17.761 escolas que nos faltam só 89 peço que se abram por ano; e de 3.792 que devemos reformar apenas 37 figuram em cada orçamento.

Se, porém, não há meio de iludir-se aquela necessidade, e é certo que a sua satisfação tem de absorver grande parte das nossas rendas, preciso se faz que para esse fim criemos recursos independentes do cofre nacional.

Assim nas palavras “dotação do ensino” compreende-se alguma coisa além do que o Estado deve gastar anualmente com a instrução pública.

Essa coisa é o patrimônio do ensino, medida aconselhada pela previdência, e que até hoje não conhecemos.

O fim, pois, do patrimônio do ensino é habilitar, por meio de rendas próprias, cada escola que se abre, para ocorrer a todas ou à maior

parte das suas despesas, e desse modo deixar o Estado apto para cumprir os mais deveres que lhe assistem.

Nem só por estas razões é grande o alcance do patrimônio do ensino.

São enormes as despesas do Estado, e todos sabem que elas tendem a crescer. Por outro lado se hoje só precisamos de 22.651 escolas, com o acréscimo que vai tendo a população esse número mesmo dentro de algum tempo será insuficiente. Se, pois, cada escola não tiver uma fonte de renda própria, por mais que aumente a receita do Estado, nunca poderemos ficar satisfeitos com a instrução da mocidade. Todos os fundos que podermos despender com essa verba se aplicarão às escolas existentes, e nenhuma nova será criada.

## II

Como se há de formar o patrimônio do ensino?

O patrimônio do ensino pode ser a um tempo móvel e imóvel.

O móvel eu tiraria das seguintes verbas:

Primeira – Todas as multas pagas em virtude das leis da instrução pública.

Segunda – Todos os diplomas de capacidade, todas as certidões e atestados que se derem pelas aulas ou pelas secretarias da instrução pública.

Terceira – Todas as inscrições para concursos e todas as renúncias, sobras e descontos que se verificarem nos orçamentos da instrução.

Quarta – Tudo que a caridade depositar nos cofres das escolas públicas.

Depois deve-se ter em vista que de um povo liberal e generoso como este podem-se esperar muitos legados e doações em favor da instrução.

O ponto é fazer o Estado com que ele se convença já da necessidade do seu concurso, já da boa aplicação dos seus donativos.

Estou certo de que se uma lei autorizasse em cada município a criação de um patrimônio escolar, e seus executores sáíssem a pedir doações para esse fim, muito boas colheitas se haviam de fazer.

Quanto à parte imóvel, pode-se constituir com terras, à maneira do que se faz nos Estados Unidos, segundo refere M. Hippeau.

Que se tem a dizer deste expediente?

Que é perigoso? Não vejo como. Aforadas ou vendidas as terras, o Estado não pode recear que estrangeiros se apodemem delas para prejudicá-lo ou embarçá-lo na sua política. Pelo contrário, deve querer mesmo que elas sejam ocupadas por estrangeiros. Só os estrangeiros poderão dar nova face à lavoura do país.

Que é illusória? Também não vejo razão para que assim pensemos. A imigração que se deseja, e que o próprio Estado promove, tem de obrigá-lo a dispor de terras. Se, pois, há de dar outras terras aos imigrantes dê-lhes aquelas que podem interessar à instrução pública, mandando que eles se entendam a respeito com as comissões dos lugares em que quiserem residir.

Dir-me-ão ainda que as terras públicas contribuem muito pouco para a receita do Estado. Que por essa verba só 36 contos de réis se esperam no exercício de 1873 a 1874.

Aquele algarismo fala muito alto, mas não faz desanimar. Se pouco rendem as terras públicas a causa é a dificuldade da aquisição e o elevado preço que por elas se pretende. Além do que muito concorre uma razão especial. Não temos pequenas lavouras. Os homens que poderiam criá-las ou são escravos dos senhores de grandes terras, ou vivem quase na condição de escravos.

Facilite-se, pois, a venda, empreguem os agentes do ensino público a precisa vigilância para que ninguém aproveite de graça as suas terras, e não queiram reputá-las pelo preço que valem as dos Estados Unidos, que com certeza elas darão muito dentro de poucos anos.<sup>1</sup>

---

1 Não pareça que contradigo aqui o que a respeito de terras disse no prólogo. No prólogo sustento que é preciso haver uma distribuição gratuita de terras por aquelas pessoas que não puderem comprá-las. Aqui me refiro a quem não está no caso de receber terras gratuitas. Demais, como a distribuição não pode ser feita em grandes quinhões, os mesmos donatários que quiserem aumentar seus domínios, só por título oneroso poderão fazê-lo. Pelo que se pode até dizer que a distribuição gratuita fazendo nascer no ânimo do povo o amor à propriedade, será um engodo para a venda das terras.

PARTE NONA  
DAS MÃES DE FAMÍLIA

.....

## *Capítulo Primeiro*

### A MULHER E A CIVILIZAÇÃO



I

Quero provar a influência da mulher na obra da civilização.

Tese tão importante, para melhor ser compreendida, deve assentar numa base, que fique ao alcance de todos.

Essa base, não podendo ser senão a confissão dos homens, só a sua consciência nos pode fornecer.

Assim, começemos por interrogar a consciência dos homens. Mas como deles há que amam e não amam a mulher, sejam aqueles ouvidos em primeiro, estes em segundo lugar.

II

Mancebos, que amais pela primeira vez, dignai-vos de responder à pergunta que ides ouvir.

Quando o olhar de uma virgem ilumina a vossa vida de um esplendor desconhecido;

Quando a imagem que amais permanece gravada na vossa lembrança como uma visão adorável e vós perguntais tremendo se tanta felicidade não é apenas um sonho que se vai esvaecer;

Quando ausente da vossa amada, a pensar nela sozinho, murmurais entre suspiros e lágrimas: Oh! Eu seria capaz de morrer por ela!

Quando ao cabo de longo e receoso esperar Deus se vos revela num sorriso, e o Céu se vos abre no êxtase de um beijo de amor;

Dizei: Que idéia fazeis da mulher? O que é para vós a mulher?

Credeis que seja o brinco de um instante, que se pode arremessar ao longe e quebrar? Credeis que seja uma forma bela, mas sem pensamento, sem amor e sem vida, feita, como as estátuas gregas, só para deleitar a vista?

Não, mil vezes não! Vós dizeis:

A mulher é a forma suave e doce, em que se mostram aos desgraçados os bons gênios e os anjos consoladores.

A mulher é o verbo da esperança tornado visível a fim de nos dar coragem para vivermos.

A mulher é uma coisa semelhante à escada mística da visão de Jacó, ou não sei que de sobrenatural e misterioso que Deus colocou entre o Céu e o homem para que o homem não maldiga do Céu, e o Céu baixe por ela à alma do homem.

A mulher é mais do que isso ainda. É o próprio Deus revelado em toda a sua bondade, rindo-se em toda a sua graça e beleza, falando aos corações em todo o seu amor.

A mulher, portanto, é tão necessária como Deus. Como se não existisse Deus, o mundo seria um edifício sem apoio, se não existisse a mulher o coração do homem seria um tormento sem conforto.

### III

Agora vós que não amais a mulher.

Desprezais a mulher, não é assim?

Mas por que incorreu ela no vosso desprezo?

Porque...

Então hesitais?

É que as vossas razões são caluniosas. Se me permitis, poupo o escândalo do vosso discurso. Vós desprezais a mulher, porque não podeis sentir e compreender o bem, o que ela tem por missão inspirar e praticar.

Uma prova?

Não amais a mulher, mas ides vos ajoelhar aos pés da barregã?

Será porventura amor o sentimento que vos prende à barregã?

Não! Deus só a mulher fez para amarmos, só no amor da mulher pôs a sanção de que o pensamento do homem necessita. A barregã será capaz de tudo, até de cavar a vossa ruína, mas não de vos inspirar amor. O sentimento que a ela vos conduz é o delírio da volúpia ou a fascinação da sensualidade.

Que dizeis a isto?

Não, não faleis, homens sem amor. Se não tendes amor, não podeis falar a verdade, falta-vos a melhor parte do vosso ser. O amor é a pedra de toque das idéias. Como só no amor reside a bondade e a vida, vós sois sem bondade e sem vida. Vegetais no vosso ódio como as plantas nocivas no seu veneno.

#### IV

Amigo leitor, será o que fica dito a verdade que sabeis e sentis?  
Sim! Prossigamos, pois. Mas antes paguemos um tributo justíssimo.

Nós, que amamos a mulher, que vivemos com ela, para ela e por ela, louvemos o poder que no-la deu e agradeçamos a ela a dupla vida que lhe devemos.

Sim: a mulher é nossa mãe duas vezes. Com o nascimento dá-nos ela a primeira vida, com o amor, a segunda. E esta ainda é melhor que aquela. Não se devia chamar divina a primeira para se poder dar esse qualificativo à segunda.

Arca de mistérios! Sofres tanto porque não te compreendem. Tu não tens forças e governas, não falas e inspiras, não argumentas e persuades! Tu felicitas inquietando, curas ferindo, salvas fazendo padecer! Tu choras para vencer, sofres para castigar, apaixonas para conter! Aquele que cativas aspira o teu carinho como o sedento viajante aspira o refrigerio de uma fonte. Ele padece, mas abençoa-te, chora, mas vê o céu através das lágrimas!

Não obstante, espera, dia virá em que todos os homens te proclamarão o eterno íris de paz e de bonança, e cada um perguntará

consigo mesmo “*Alfa e Ômega* dos destinos do homem, como se pode deixar de amar-te? Como se pode viver sem pensar em ti? Como pode haver quem atormente teu coração e procure tornar-te desgraçada?”

## V

Vê-se que o homem e a mulher são criaturas incompletas, que representam a metade uma da outra, e que por isso têm de procurar na união o seu natural complemento.

Daí o ter a natureza posto no homem a razão e a força que faltam na mulher, e na mulher, a sensibilidade e o amor que faltam no homem.

Mas de todos os princípios unitivos nenhum é tão poderoso como o amor. O amor é para o mundo moral o que a força centrípeta é para o mundo físico: lei de gravitação.

Assim, assentemos este resultado – Como é pelo amor que a vida humana se faz una, pelo amor é que as associações se constituem na unidade.

## VI

O homem sempre foi o homem, e a mulher, a mulher. Quero dizer: homem e mulher sempre tiveram a mesma natureza.

Mas o homem nem sempre tem falado esta linguagem.

Perderia com isso o gênero humano? Vou provar que perdeu muito; que ele se aproxima ou se afasta da civilização segundo é maior ou menor a importância da mulher.

## VII

“Companheira do homem, sua igual e sua amiga, vivendo por ele e para ele, associada à sua felicidade, aos seus prazeres, ao seu poder, tal foi a sorte da primeira mulher, tal foi o lugar que o Criador lhe assinou junto ao seu esposo, tais as relações que existiam entre os dois sexos.

“Essas relações faziam um ser dos dois seres, e não lhes permitiam dois pensamentos senão para terem uma só vontade, ou algumas vezes duas vontades para delas fazerem mútuos sacrifícios.

“Com efeito, essa doce intimidade, essa terna união das almas não podia existir senão numa balança igual de direitos e poderes.

“Assim como no universo tudo está em harmonia, tudo se corresponde, se entende e se une sem que nenhuma das partes pareça mandar às outras, também os dois primeiros seres, para quem tantas maravilhas pareciam criadas, viviam, amavam-se, gozavam bens inefáveis, adoravam juntos o seu Criador, sem que a um deles ocorresse a idéia de exercer sobre o outro o menor domínio.

“Pode-se ainda admirar a sabedoria dos eternos decretos na justa distribuição de dons entre o homem e a mulher.

“Enquanto inocentes tiveram a mesma faculdade para desfrutar a ventura. Depois que a sua rebelião os infelicitou, acharam em si o mesmo poder para lutar contra a desgraça. Um tinha a energia e a coragem; outro, uma paciência que parecia querer fatigar o infortúnio que lhe acobrunhava a alma.

“Enfim o primeiro crime foi cometido, e, segundo a escritura, Deus disse à mulher: Sereis companheira do homem; passareis a depender tanto da vontade como dos caprichos dele. Ele exercerá sobre vós não só a superioridade própria do seu sexo mas também um constante domínio.”

## VIII

Divino ou não o que nesta narrativa se dá como tal, duas coisas entretanto aí são verdadeiras.

Uma é o que diz respeito ao amor dos nossos primeiros pais. Dois entes que Deus fizera para tipos da espécie, enchendo-os de graças e qualidades amáveis, e que sozinhos se encontraram num lugar que tanto falava aos corações, não podiam deixar de amar-se ternamente nem de viver sob a influência do seu mútuo amor.

Outra é que depois da preconizada felicidade do Éden, a mulher caiu na mais ignominiosa escravidão.

É assim que a história conta os sucessos desse crime secular:

Expulsa do Éden a espécie humana só encontrou abrigo no seio das florestas.

Como, porém, podia perpetuar-se a influência do amor entre os sexos se ela não se radicou nem na tradição nem no exemplo? Se só o primeiro casal a conheceu, e se a floresta não falava a mesma linguagem do Éden?

O homem sentia os ímpetos do apetite carnal, e a mulher conhecia que não fora feita para viver sozinha.

Mas o que podia promover a sua reunião? Nada absolutamente.

O homem era um animal ignorante e bravio, que só se achava incompleto pelo lado físico, e que por fim descobriu no vício o remédio desse mal. A mulher um ente sofredor, que amava o desconhecido e tinha medo do conhecido, ou que só no ideal punha a sua esperança e o seu conforto.

Eles, pois, se viam de longe e quando o acaso os reunia uma justa prevenção da mulher os separava.

Assim, não falando de Eva, a mulher teve por primeiro marido um selvagem, que com certeza a violentou para fruí-la e oprimiu para sujeitá-la.

Admira-se o leitor disso?

Ainda hoje o animal de figura humana, que habita a Polinésia, não tem outro código para os seus sponsais, nem outro sacramento para o seu matrimônio.

Ele espera de emboscada que por junto de si passe uma mulher. Se passa, atira-se sobre ela, como os romanos sobre as sabinas, e mais selvagem que estes coroa com o imediato abandono a obra da sua infâmia.

Com o andar dos tempos o homem viu que não tinha escusa aquele procedimento, e tornou-se menos brutal nas suas afeições.

Pastor e patriarca, no belo tempo da Bíblia, na idade de ouro da virtude, o homem comprava a companheira do seu sono.

Este fato também ainda hoje se dá, mas não preciso dizer em que país.

“Minha filha vale tantas cabras, tantas reses, tantos carneiros” – Ei-los aqui, dizia o pretendente, e o mercado ficava concluído.

O amante, feita a compra, levava para a sua tenda o objeto adquirido, mas oculto a todos os olhos ou cuidadosamente coberto desde os pés até à cabeça.

Entretanto nem o zelo do transporte nem o caráter pacífico da união dava à mulher o direito de esperar boa vida conjugal. Na tenda que devia recebê-los a esperavam muitas companheiras de sorte; e todas elas constituíam o primeiro rebanho, ou o rebanho por assim dizer de luxo do marido!

Reduzido a este estado a mulher não passava de uma besta de reprodução, que só tinha, sobre a de carga, a superioridade de um prazer sobre um serviço.

Assim passiva em todos os sentidos, carne morta e flutuante aos caprichos do senhor – marido, irmão ou pai –, a mulher nascia, crescia, vivia e morria sem conhecer sua alma um só instante, sem ter na vida uma só vontade.

Há uma coisa que bem mostra o desprezo em que o mundo antigo tinha à mulher. É o catecismo que lhe deu um dos maiores homens da Índia. Ele diz:

“Escuta-me com atenção, ó! grande rei de Lilipa, e eu te mostrarei o que é uma mulher virtuosa e amante do seu marido e do seu dever.”

“Para a mulher só um Deus existe: é seu marido.”

“Ela pratica a santidade e a virtude mostrando-lhe em tudo uma perfeita obediência.”

“Seja o marido leproso, disforme, surdo, mudo, cego, jogador, devasso, bêbado, infame, preguiçoso, perpetuamente vagabundo nos prazeres do corpo e nos costumes, a mulher persuadida de que ele é seu senhor e seu Deus deve sempre lhe ter afeição, e lhe oferecer sua vida em sacrifício.”

“Ela deve alegrar-se quando ele rir-se, afligir-se quando ele estiver triste, chorar quando ele chorar, responder quando ele a interrogar.”

“A mulher só almoçará ou jantará depois que o marido tiver almoçado ou jantado.”

“Ela não se esquecerá de varrer a casa todos os dias, nem de perfumá-la e desinfetá-la com esterco de vaca.”

“Na presença do marido a mulher deve ter sempre os olhos fitos nele a fim de atender às suas ordens ou acudir ao seu chamado.”

“Se ele cantar, que bata palmas, se dançar, que pasmee de admiração.”

“Se ele se encolerizar a ponto de ameaçá-la, injuriá-la ou castigá-la injustamente, que curve a cabeça e lhe peça perdão, pegando-lhe ambas as mãos e beijando-as com doçura.”

É admirável este dogma indiano. Mais admirável, porém, seria se o autor lhe acrescentasse uma coisa que lhe falta, e que todavia era de uso na Índia.

A fim de completar a obediência que o marido podia exigir da mulher, ele a levava consigo para o túmulo. Não só a mulher devia rir-se, mas também morrer com ele!

Não param aqui os horrores da escravidão da mulher.

A barbárie dos primeiros povos negava à mulher o direito de andar livremente à luz do sol.

Fez mais ainda. Não parecendo bastante trazê-la reclusa sob a guarda de eunucos e a segurança de triplos ferrolhos, proibiu-lhe expressamente mostrar a divina propriedade da beleza, lançando para isso um grosso véu sobre o seu rosto!

Por quê? – Porque esse sorriso da graça que Deus em pessoa pôs na frente da mulher, como o seu mais fulgido raio, era para o legislador um perigo público. O legislador fez com a beleza o que a lógica autoritária devia mais tarde fazer com a idéia. Como o pensamento depois pareceu uma provocação ao exame, a beleza da mulher parecia uma provocação ao desejo.

Houve entretanto dois povos que, não querendo suprimir a liberdade pelo harém, pretenderam simplesmente regulá-la. Um foi o do Egito, outro o da China.

Ambos resolveram o problema admiravelmente. Neste ponto a ciência antiga nada tem de invejar a moderna. A liberdade *bem-entendida* ou *limitada*, que nada se parece com a verdadeira liberdade, antes tem todas as vantagens da servidão, já naqueles tempos era legislada e praticada! Vede como.

Pelo artigo primeiro de uma lei do Egito não podiam os sapateiros, sob pena de prisão, fazer sapatos para as mulheres, fossem eles os mais simples do mundo. Pelo artigo segundo da mesma lei não queria o legislador que as mulheres saíssem descalças! Cumprida esta condição elas eram completamente livres; podiam andar por onde quisessem!

A China se houve ainda melhor que o Egito. Ela deixou de parte o sapateiro e declarou simplesmente que a maior perfeição da mulher consistia em ter os pés demasiadamente pequenos.

A mulher da China acreditou de tal forma neste aperfeiçoamento da sua natureza que ainda hoje não há quem a convença do contrário. Custe-lhe muito embora guardar o equilíbrio e sustentar-se nos seus pezinhos de boneca, que é o mesmo que apoiar-se em chagas vivas, ela está contente com isso. Sua sorte é ir do leito para a mesa e da mesa para o tear ou para o leito! Prisioneira pela moda a mulher chinesa é no seu gênero a mais sublime concepção da espécie humana. O homem deixa-lhe a glória de fazer ela própria o que convém à sua escravidão!

A Grécia fez da mulher o ideal da poesia e das artes, ou pediu-lhe a inspiração dos seus poetas e dos artistas.

Não obstante esta cortesia, a filosofia grega afirmou gravemente que sua alma era de segunda ordem.

Foi adiante. Partindo do princípio de que a mulher é perversa, não pôs dúvida em escravizá-la; privou-a da vontade e de toda espécie de instrução.

Não nos admiremos, porém, de que para os gregos toda mulher fosse Helena. O opressor nunca se esquece de caluniar a sua vítima. É esse o meio de se justificar e manter a opressão.

Assim excomungada do pensamento a mulher procurou compensação na sensualidade. Ela contraiu todos os vícios dos escravos. O marido trazia consigo a chave do celeiro e da adega. A mulher esvaziava as taças a furto; e isso fazia que ele à noite abraçando-a de volta da praça pública cheirasse-lhe o hálito para ver se ela tinha bebido!

O romano não chegou a pôr a alma da mulher na balança da sua dialética. Em consciência, pois, lhe era impossível dizer que alma da mulher pesava menos que a do homem. Mas praticava constantemente e sem o saber a doutrina da filosofia grega.

Ele tinha a mulher em rigorosa e perpétua tutela. A tutela era a muralha nupcial que havia substituído a reclusão do harém.

A roca era a seus olhos a suprema virtude da mulher. Quando a matrona fiava de sol a sol, ele dizia que ela tinha dado uma admirável prova da sua inteligência e dos seus bons costumes.

Enfim o marido podia repudiar a mulher à vontade, chamá-la a si de novo, julgá-la em família, matá-la, etc.

É verdade que ele nem sempre usava do *jus vitae et necis*, mas era, por extrema bondade, para castigá-la rudemente por si ou por seus servos.

Até o infame direito de emprestar a mulher a outrem, a lei e a moral reconheciam no homem. Catão de Útica emprestou sua mulher a Hortêncio, e ela, morto este, voltou com a riqueza e os filhos do empréstimo ao poder de seu marido!

## IX

Nulificada a mulher por este modo, a humanidade, em vez de ser una, apresentava duas partes distintas e opostas. De um lado estava o homem, monstro de orgulho e de vaidade, que só no poder punha os seus sentidos. De outro a mulher, pobre criança abandonada, cuja vida corria despercebida e inútil como a das flores silvestres.

Ora, em tais condições ninguém pergunte o que podia ser a civilização.

A civilização é o completo aperfeiçoamento da razão e das faculdades morais da espécie humana.

Mas a natureza pôs a razão no homem e o amor na mulher.

Daí vem que a civilização pede ao homem o concurso da razão, à mulher, o do amor.

Se portanto lhe faltava um desses concursos, o seu desenvolvimento não podia deixar de ser defeituoso e incompleto ou igual ao da planta que nasce em terra privada de uma parte da sua seiva produtora.

Nada valia então o saber dos homens? Perguntará o leitor duvidoso.

É certo que a civilização muito deve ao saber dos homens. Não há, porém, negar que os seus maiores passos são contados pelos progressos da educação, que é arte de nos fazer bons.

Assim, como a educação é obra do amor, e o amor só reside na mulher, podia o homem, dadas certas circunstâncias, realizar muitos progressos, mas não viver em completa civilização. Podia por exemplo

ser filósofo, orador, artista ou político, e nunca passar de um brilhante meio lapidado. Perpetuamente rude, solitário, grosseiro, desconheceria o sorriso do amor, que se chama a graça, e sua vida toda egoística não teria encanto nem bondade alguma. É só a mulher que ao redor dele suspende as flores da vida, como é só a enredaça da floresta que decora o tronco do carvalho, com as suas perfumosas grinaldas!

## X

Mas tão degradante estado não podia ser aceito por todos os homens, nem para ser condenado precisava chegar aos nossos dias.

Dentre os próprios patriarcas uma voz se ergueu, que ecoou no espaço e no tempo, e constituiu uma verdadeira profecia da reabilitação da mulher.

Essa voz, sabe-se, foi a de Salomão, o homem que gozou todos os prazeres, experimentou todas as grandezas e sondou todas as sabedorias.

Salomão, depois de ter escrito sobre a vaidade das coisas humanas, consolou-se fazendo e cantando o cântico do amor, e simbolizando em sua mãe, coroada ao seu lado, o império, que a mulher tinha de exercer no mundo.

Esse cântico quer dizer “O mundo não pode renascer senão do princípio que o criou, isto é, do amor que é o único princípio criador”.

Se Salomão, falando dos operários, não dissesse: “Mas não entrarão nas assembleias, não se assentarão nas cadeiras dos juizes, não terão a inteligência das leis, não formularão instruções sobre as regras da vida, nem acharão o esclarecimento das parábolas”, teria sido o profeta das duas maiores reabilitações que o mundo moderno deseja – a da mulher e a do operário.

Correram, porém, os tempos, e um homem sobrenatural, um homem divino, veio confirmar à mulher o que Salomão lhe havia predito.

Essa confirmação se acha no Evangelho, que quer dizer “boa nova”, e entra de tal sorte em seu fim que o mistério evangélico principia por uma significativa saudação.

Um anjo paira em frente de uma virgem, e lhe diz:

“Salve, Maria, cheia de graça! O Senhor é convosco.”

“Exultai, donzela, porque ides ser mãe e mãe de Deus!”

O que quer dizer:

A virgem não será mais desprezada, e a mulher não será mais serva do homem. Porque todo filho obedece à sua mãe, a mulher vai ser mãe de Deus, e Deus quer que ela seja a rainha do mundo!

## XI

Vê-se que Salomão profetizou e Cristo levantou o anátema que pesava sobre a mulher.

Assim temos:

Antes de Cristo a nulidade da mulher, direi mesmo a sua ausência. Aqui, ali, algumas lisonjas às suas qualidades exteriores. Em nenhuma parte a cultura dessas faculdades essencialmente femininas que só desabrocham no mistério da família como a violeta no silêncio da noite. De tempos em tempos a exaltação dessas frias e antipáticas virtudes, que se chamam romanas. Freqüentemente a desses vícios simulados ou coloridos de graça corrupta, que tanto se celebram nas cortesãs, e de que a Grécia tinha os tipos mais sedutores.

Depois de Cristo, outras necessidades, outras idéias, outros princípios. A mulher vivia sem influência e dignidade: Cristo começou por associá-la ao seu martírio. Negava-se-lhe a alma: Cristo restituiu-lha. Ela estava excluída da mesa dos banquetes; Cristo chamou-a para sua mesa. Julgavam-na sem título à glória. Cristo abriu-lhe as portas da Igreja, aplicou-lhe o benefício do sangue que ia derramar no Calvário, lavou-a na mesma água regeneradora que o homem, deu-lhe por coroa a auréola da virtude!

Encaminhados os espíritos para a regeneração, a mulher sentiu em si o gérmen da imortalidade, e o homem, desprendendo-se do seu orgulho, voltou-se para ela, como para sua igual, e sua companheira na peregrinação da vida, e lhe pediu outra coisa que a obediência e o brilho dos dons físicos. Pediu-lhe a bondade que gera o amor, a dedicação que gera a ternura, o apoio que gera a união promovida por uma só crença.

Então o matrimônio, já criado pela lei judaica, tomou proporções mais perfeitas e mais santas, e a mulher, como esposa e como

mãe, passou a exercer na família e, portanto, na humanidade, uma ação duas vezes bendita.

Daí para cá muito se tem feito para ser completa a sua emancipação e tornar-se cada vez mais benéfica a sua influência.

Se entretanto ainda há nesse sentido muito a desejar, é que não se rompe facilmente com um passado de seis mil anos. O progresso nasce da experiência, e por fraqueza nossa as idéias mais simples são, como bem diz Laplace, as que mais custamos a compreender. Só o erro pega depressa, porque é relativo. A verdade, coisa absoluta, nem todos os espíritos compreendem, e se compreendem poucos se lhe submetem sem dificuldades e resistências.

Mas não desanimemos com isso. O caso nada tem de estranho, e o mundo inteiro trabalha para se conformar com a natureza.

Todos os povos, pois, hão de chegar, conduzidos pela mulher à ultima fase do seu aperfeiçoamento moral.

Em que dia, não se pode dizer. Uns estão mais atrasados que os outros, e nem todos podem andar *pari passu*. Tal como o Brasil, que agora nasceu, não poderá chegar com os que lhe precederam na jornada.

No meio de tudo, porém, uma coisa se pode fazer. É aplicar a este desiderato o que Cristo disse a quem lhe perguntou quando o seu reino se estabeleceria no mundo.

“Quando dois fizerem um, quando o que está dentro estiver por fora, ou quando o homem e a mulher, inseparavelmente unidos, não forem mais homem nem mulher.”

E na verdade tudo induz a crer que assim será.

Unidas as duas metades do gênero humano, o amor passará do coração para as ações e das ações para os costumes. Quando houver amor nos costumes haverá igualdade. E quando houver igualdade a mulher há de reassumir o lugar que a usurpação do homem lhe tirou. Então se abraçarão o homem cristão e a mulher regenerada, a felicidade eterna nascerá desse abraço, e esse abraço e essa felicidade constituirão as grandes núpcias que Salomão celebrou no seu magnífico epitalâmio.

.....

## *Capítulo Segundo*

### ALGUMAS INFLUÊNCIAS DA MULHER

M.

I

John Lemoine escreveu a propósito d’*A Cabana do Pai Tomás* algumas linhas, cuja transcrição é o melhor princípio que eu posso achar para este capítulo.

“Eis aí um livro”, disse ele, “que em algumas centenas de páginas contém todos os elementos de uma revolução. Esse livro, cheio de pranto e fogo viaja atualmente em torno do mundo: multiplicado por centenas de milhares percorre os dois hemisférios arrancando lágrimas a todos os olhos que o lêem, sensibilizando todos os corações que o entendem, fazendo tremer todas as mãos que o pegam. É talvez o golpe mais profundo que se tem desfechado nessa ímpia instituição que se chama escravidão; e esse golpe foi desfechado pela mão de uma mulher!

“As mulheres são temíveis revolucionárias: o ponto é elas quererem. Só elas sabem achar o caminho dos corações e o segredo dos afetos. Nunca ouvistes falar desses entes especialmente dotados que com uma simples varinha de condão descobrem olhos-d’água sob a terra? As mulheres têm essa espécie de adivinhação magnética. Elas sabem onde a origens se ocultam, e têm a varinha mágica, que abre o mistério

reservatório das lágrimas. É isso o que torna irresistível a propaganda que as tem por instrumento.

“Nas cadeiras magistrais, na tribuna, nos livros, nos jornais, em todos os países, em todas as línguas, vozes eloqüentes hão denunciado o crime da escravidão; mas no meio desse concerto universal uma nota aguda e penetrante atravessa o ar como uma flecha, e faz estremecer todas as cordas sensíveis da humanidade: é o grito da mulher e da mãe, o grito das entranhas que domina as vozes mais poderosas e mais altas. Esse pequeno livro que todos têm diante de si fará mais pela emancipação dos negros do que têm feito todos os discursos, todos os sermões, todos os tratados e todos os cruzeiros. Por quê? Simplesmente porque ele faz chorar. Ele fala tanto aos ouvidos como aos corações.

“As máximas filosóficas não tocam senão o pequeno número dos espíritos letrados e cultos; mas a pintura e o drama atuam sobre as massas, sobre todo o mundo. Ora, esse livro é uma série de quadros vivos, ou de quadros de mártires, que se levantam um após outro, mostrando suas cadeias, seu sangue, suas feridas, e pedindo justiça em nome da humanidade e do Deus que sofreu e morreu por eles, como por nós. Nada pode igualar o efeito dessa ardente demonstração, onde a cada passo se respira o sopro sagrado da Bíblia.

“O que não puderam fazer os maiores filósofos acaba de fazer uma cristã. Ela elevou os escravos à categoria de seres humanos, provou que eles tinham almas, deu-lhes a mesma linguagem, os mesmos sentimentos que seus senhores possuem, mostrou em suma que assim como nas casas dos brancos nas choças dos negros há pais, mães, maridos, mulheres e filhos.”

## II

O que se diz da escravidão pode-se dizer de tudo mais. Quando Jackal dizia “*cherchez la femme*” não enunciava um princípio só aplicável ao crime, mas a todos os atos do homem.

Quereis alguns exemplos da influência da mulher? Atendei.

Ela vive longe dos tronos, dos governos e dos exércitos, mas não obstante domina os monarcas e os ministros e estimula o ardor dos guerreiros.

Nós a excluímos do templo de Têmis, mas por meios que ela só conhece aí mesmo faz sentir o seu poder.

O duro e avaro agiota esconde para todos os seus tesouros, mas tem sempre uma mulher, a quem os abandona e deixa dissipar.

A mulher não é incumbida de negócio algum, mas figura em todos os negócios.

Não dispõe de distinções nem de empregos, mas distribui as distinções e os empregos que quer.

Não tem classe, mas regula todas as classes.

Não exerce funções públicas, mas é mola das sociedades; move tudo a seu gosto, e todos lhe rendem homenagem. Pareça ela estranha ao que se passa, seja em muitas ocasiões impossível reconhecer o vestígio da sua influência, nem por isso poderemos negar que ela se acha em toda a parte, como em toda a parte se acha o ar que respiramos.

É por isso que diz Rousseau: “O império das mulheres não existe porque os homens o queiram, mas porque o quer a natureza. Infeliz da idade em que esse império se perde, ou em que ele não influi na conduta do homem.”

É por isso ainda que, não obstante o mundo antigo desprezar a mulher, ela intervinha algumas vezes nos atos mais importantes da sua existência.

E para não citar muitos exemplos apenas mencionarei os seguintes:

Na Grécia os guerreiros recebiam os escudos de suas mães ou mulheres, e guardavam religiosamente na memória as palavras que elas ao colocá-los no corpo lhes dirigiam: “Voltai com ele, ou ficai com ele.”

Em Roma as façanhas dos generais triunfantes eram vitorizadas pela grata voz das mulheres. Nas grandes calamidades suas lágrimas eram consideradas oblatas aos deuses. Em todos os casos seus votos e juramentos eram tão consagrados como o mais sagrado voto ou juramento dos homens.

Foram elas que deram causa às maiores revoluções da República. Por uma mulher Roma adquiriu a liberdade. Por outra os plebeus adquiriram o Consulado. Por outra acabou-se a tirania dos decênviros.

### III

A influência da mulher não se faz sentir só pelo modo que fica dito.

Quase todos os hábitos e ações do homem são influências da mulher.

No tempo em que os nossos bárbaros antepassados desprezavam a mulher, suas figuras eram tão selvagens como os seus costumes. Eles enfeitavam suas roupas com indecentes desenhos, e sua barba longa e maltratada, na frase de uma elegante escritora, dava-lhes o odor do bode e a aparência dos sátiros. Logo que as mulheres adquiriram alguma influência, os homens apararam a barba e pensaram em se assear.

É portanto à companhia da mulher, ao desejo de lhe agradar, que o homem deve o seu asseio.

Mas como nem só pelo asseio consegue o homem agradar à mulher, ou em seguida ao asseio apareceu a necessidade da sua cultura moral, temos que ele ainda lhe deve as graças do seu espírito e a elegância das suas maneiras.

Há uma virtude que exerce grande influência na conservação da vida. É a temperança ou a moderação nos prazeres da mesa e do copo.

Essa virtude, quem pode negar que o homem a deve principalmente à mulher? Que é uma direta consequência do desejo de agradar?

Ninguém se permite certos atos, certas conversas, certas explicações na presença da mulher.

Que prova isto? Que é a mulher que depois de ter feito o homem amar o asseio, as graças do espírito, a delicadeza e a temperança, faz que ele seja comedido e circunspecto.

Muitas vezes a mediação e as lágrimas da mulher têm evitado guerras iminentes, acalmado rixas funestas e posto termo a dissensões já principiadas!

Não será isto ainda uma prova de que ela é que inspira no homem a indulgência e a brandura de sentimentos que tanto concorrem para a paz e a felicidade geral?

Se quiserdes contemplar a influência da mulher em todo o seu alcance lançai os olhos para a Inglaterra e para a França.

Na França vê-se sorrir a indignação. Aí o aldeão extenuado de trabalho e esmagado de impostos dança e folga no campo, como se nenhum mal o oprimisse!

Mais ainda: A França é habitualmente alegre, e tão alegre que o homem não entristece mesmo no meio das maiores calamidades públicas; prova o que ultimamente sucedeu durante o cerco de Paris.

Em presença deste fato diríeis que os franceses são indiferentes aos males da vida? Que possuem natureza diversa da dos outros povos? Pois ninguém poderia negar que se eles parecem superiores a todos os acontecimentos da vida, é isso em grande parte devido à mulher! Que a mulher aí tem junto ao homem o mesmo poder que Davi tinha junto a Saul. Como Davi com sua harpa abrandava as penas de Saul, a mulher com seu espírito e suas graças dissipa os acessos da tristeza do homem!

Deixai a França, vede a Inglaterra e perquiri a causa do contraste que há entre uma e outra nação.

Na mesa, por que têm lugar tantos excessos? Porque a mulher se levanta e os homens ficam sozinhos.

Nos salões, por que falta a vivacidade, a alegria e o brilho? Porque a filha de Albion não tem o espírito da filha da Gália.

Nos centros em geral da sociedade, por que há tanta dureza, tanto egoísmo e tanta sequidão? Porque a mulher aí não impera como em França.

.....

## *Capítulo Terceiro*

### A MULHER E A EDUCAÇÃO

S

I

é tal e não se pode negar a influência da mulher nos destinos da humanidade, posso estabelecer sem hesitação este asserto.

A querermos seriamente reformar o ensino público, e com ele os nossos costumes, uma das primeiras coisas que devemos fazer é chamar a mulher em seu auxílio.

Na verdade a mulher que influi sobre tudo não pode deixar de influir sobre a instrução da mocidade.

É por esse motivo que um escritor notável falando da instrução no Chile disse: “As mulheres nos Estados Unidos têm para isso trabalhado tanto como os homens. Quem nos dera que elas aqui fizessem o mesmo. As mulheres podem muito quando desejam, tudo quando querem. Se elas desejassem, poucos ignorantes haveria; se elas quisessem, não haveria um só.”

II

Como se entende o auxílio que a mulher pode prestar à instrução? De dois modos: fazendo-se elas promotoras da instrução, ou cuidando cada uma da instrução de seus filhos.

O nosso Estado, porém, não me deixa pensar na mulher propagandista. Ela só existe nos países de elevada civilização.

Conseqüentemente o papel que assino à mulher, no Brasil, só diz respeito às mães de família, ou só compreende o que se passa no lar.

### III

Já viu o leitor que o homem é suscetível de três educações – a física, a moral e a intelectual.

A primeira representava um grande papel entre os antigos, e vinha ele do seu gênio belicoso. O cidadão, além de tudo, tinha de servir à pátria como guerreiro, e o guerreiro primitivo era o homem físico em toda a extensão da palavra.

Banida pelo poder do canhão, a educação física espera que este agente desapareça para reassumir o seu lugar.

Não que o homem deva tornar ao estado primitivo, mas porque a educação física é hoje olhada por outro aspecto ou tem de servir para outro fim.

Outrora se dizia: “Ela é necessária para o homem ser guerreiro.” Hoje se diz: “Sem ela o homem não pode ser completo.”

Na verdade para o homem ser completo é preciso que o desenvolvimento das suas faculdades físicas esteja de harmonia com o das intelectuais e morais. Como diz Burton o corpo é a habitação do espírito, *domicilium animae*. Da mesma forma que uma tocha dá luz mais viva e de cheiro mais suave, segundo a matéria de que é feita, a alma exerce mais ou menos bem a sua missão segundo as disposições mais ou menos favoráveis dos seus órgãos. Ou então, acrescenta o mesmo autor, como o vinho conserva o gosto da pipa em que esteve, a alma conserva a impressão do corpo, que é o instrumento da sua atividade.

Depois da educação física vem a moral, e depois desta a intelectual. O fim da intelectual é fertilizar o pensamento. O da moral é vivificar a alma e conferir-lhe o juízo das nossas ações.

Da combinação dessas três educações é que sai o homem completo. Seu desenvolvimento isolado ou superficial nada produz de bom. Se ele só cultivar as forças físicas, será um atleta ou um selvagem. As morais, um exaltado, um fanático ou um maniaco. As intelectuais,

um caquético ou quiçá um monstro pela sua originalidade e o seu orgulho científico.

#### IV

Qual dessas educações deve pertencer à mulher? É claro que a primeira cabe cumulativamente ao professor e à mãe de família. Da mesma forma que o professor, a mãe pode exercitar as forças físicas do filho.

A segunda, Rousseau dá exclusivamente à mãe, e suas razões são estas. Sendo a educação a arte de tornar o homem bom, e não havendo no mundo nada tão difícil como o amar e saber inspirar o bem, pode-se afirmar que essa arte foi exclusivamente reservada para a mulher. O homem não lhe pode disputar o privilégio da paciência, da longanimidade e da constância que para isso se requerem.

Na verdade o homem não disputa à mulher o privilégio de que fala Rousseau.

Mas se ele não pode ser igual a ela, nem por isso é incapaz de auxiliá-la.

O melhor ensino da moral é a prática da virtude; e a virtude deve ser ensinada antes pelo hábito que pelo raciocínio.

Assim tem-se entendido geralmente que o professor pode e deve compartilhar com a mãe o cuidado da educação moral do menino.

Se o ensino é dado pelo hábito e não pelo raciocínio, professor e mãe têm iguais meios de preencher aquela tarefa. Tais são: o exemplo de sua vida, a sua atitude no meio dos trabalhos, a reserva, a bondade, a firmeza da sua palavra, a narração de bons exemplos, a escolha dos assuntos de conversação, a dos livros que lê, as anedotas que conta, os conselhos, que cada ocasião pode sugerir.

Quanto à educação intelectual, a mãe só deve dá-la na falta do professor pela razão de que esta educação é um trabalho, e o trabalho coletivo é mais eficaz que o individual.

Se, pois, sob os primeiros aspectos a mulher é um agente natural e indispensável do ensino público, o que se pode dizer quando ela tem de suprir a falta do professor?

Eu deixo ao leitor o julgar.

Pela minha parte só me sinto obrigado a dizer-lhe uma coisa.

É que para esse fim torna-se necessário dar todo o desenvolvimento à educação da mulher, ou instruí-la de modo que cada casa possa ser uma escola.

Nem só para isso. É uma crueldade condenar-se um ente tão sensível a ver seu filho crescer na ignorância sem ter meio de libertá-lo dessa escravidão.

M. Jules Simon compreendeu perfeitamente o alcance da instrução da mulher quando disse: “Se eu vivesse num país bastante inteligente para dar sem pena à instrução todos os milhões de que ela necessita, e me perguntassem o que se pode fazer com um grande *budget* escolar, eu aditaria de bom grado quaisquer reformas de detalhe e faria consistir todos os meus votos nestas palavras – tornar a instrução obrigatória e criar a educação da mulher.”

## V

Do que fica dito resulta que entra na classe dos deveres de uma boa mãe:

– Empregar toda a vigilância para que os meninos não faltem à escola às horas próprias.

– Estimulá-los para estudarem, prezarem o estudo e o bem e serem morigerados, dóceis e amáveis.

– Trazê-los aseados, acostumá-los aos exercícios do corpo e impedir que este se enerve pela inação ou se torne defeituoso pelos movimentos.

Quando a mãe de família se esquece destes deveres, o ensino público por mais bem organizado que seja fica em seus resultados muito aquém da expectativa geral.

Não obrigue ela os meninos a ir à escola, ou deixe isso à sua vontade, e a escola ficará deserta e sem vida. Muitos se matricularão no princípio do ano, mas só a metade e menos ainda frequentarão regularmente as classes.

Não os faça estudar em casa e o resultado será igual ao da escola deserta. Não indo o aluno para a escola com a lição meio estudada,

difícilmente a estudará nos bancos. Se, pois, ali a lei é iludida porque o ensino não se difunde geralmente, aqui os indivíduos por quem ele se difunde não o recebem de modo conveniente.

Não se esforce para tornar o menino amável pela sua conduta e docilidade, e ele pouco ou nada lucrará com a escola. O professor o repreenderá de instante a instante, terá mesmo muitas ocasiões de perder a paciência com ele, ou de castigá-lo freqüentemente, e ele próprio viverá num estado de irritação e constrangimento que nada lhe deixará compreender.

Finalmente não menos prejudicial é o esquecer-se a mãe de trazer o filho aseado, bem como de acostumá-lo aos exercícios do corpo.

Sem asseio ficará exposto à risota dos companheiros e contrairá muitos hábitos nocivos à saúde. Sem a atividade que provém daqueles exercícios será um ente enervado, fraco, sem utilidade e sem préstimo.

## VI

Perguntar-me-ão porque chamo a mãe e não o pai em auxílio do mestre, e confio mais nela que nos zeladores do ensino e na sanção penal das leis.

A resposta não é de embaraçar, mas preciso se faz que não seja muito breve.

Começo pelos agentes do ensino e pela sanção das leis.

Eu quero os zeladores do ensino e bem assim a sanção das leis, como noutra parte estabeleci.

Os zeladores do ensino podem muito exercendo toda a vigilância e aplicando com prudência a lei aos refratários.

Mas nem sempre se pode contar com empregados que bem preenchem a sua missão.

Além do que, a maior dedicação dos agentes do ensino não se compara aos desvelos e cuidados de uma medíocre mãe, nem pode suprir as faltas daquelas mães que não prezam esse nome. Basta dizer-se que eles não penetram nem mandam no lar: apenas aí fazem sentir o seu poder para o efeito de ser o menino mandado à escola, o que aliás não é tudo, como já mostrei.

Só portanto a mãe de família, ajudando o mestre e os agentes da instrução, pode fazer com que os meninos vão regularmente à escola, apresentando-se aí vestidos com asseio, preparados nas lições e dispostos a obedecer a disciplina escolar e os conselhos magistrais.

E o pai? Não é menos claro, nem menos justo o motivo da sua exclusão.

Para estas coisas quase não se pode contar com o pai.

Eu pudera dizer: se lhe sobra tempo falta-lhe vontade; se lhe sobra vontade falta-lhe tempo.

Mas, por honra da civilização e do século, sendo raras as exceções dos pais, que podendo não curam da educação de seus filhos, a regra é que só não o fazem por lhes faltar tempo para isso.

Com efeito o pai tem a vida a ganhar, para si e para toda a família, e deveres a cumprir para com a sociedade. Advogado, juiz, negociante, artista, lavrador, e mais que tudo cidadão, o pai pertence menos à sua família que às suas ocupações. Dali vem que estas, absorvendo toda a sua atenção durante o dia, não lhe deixam livre senão a noite para o repouso.

Assim nada é mais natural que deixar o pai ao cuidado da mãe o velar pela educação de seus filhos.

Pode-se dizer mesmo que o pai, tanto pelo seu caráter como pelas suas funções, é o ente menos próprio para curar desse melindroso negócio.

O despotismo paterno já se não faz sentir no seio da família. É todavia certo que na frente do pai existe ainda e sempre existirá o selo de um respeito e gravidade que vale muito para restituir à família o seu estado normal em certas ocasiões, mas não serve para dirigi-la em seus dias ordinários.

Então só a voz doce da mãe, a graça de seu gesto e a ternura de seu olhar penetram de tal forma no coração dos filhos, que ela consegue pelo amor o que o pai conseguiria pelo constrangimento.

Quanto às funções vê-se que o pai representa a família na sociedade e a sociedade na família, ao passo que a mãe representa a virtude, a tranquilidade e a ordem no seio desta.

É por isso que a sociedade, de acordo com a natureza, tendo imposto o dever de educar à mãe, imporia o de instruir ao pai, se não precisasse dele para outros misteres, e a escola mesmo não fosse mais eficaz.

O pai traz à família os cômodos da vida e as vantagens da sociedade. A mãe lhe oferece na educação dos filhos, nos cuidados, na estima, nos confortos, de que o cerca os cotidianos prazeres do lar. Corre ao pai o dever de ganhar e governar o patrimônio da família; à mãe o de formar o coração dos filhos no amor de Deus e dos homens. É a mãe que inspira o bem e faz amá-lo. É o pai que por virtude positiva corrige ou comprova o que as lições da mãe têm de falso ou verdadeiro.

Assim, seja o pai o que for – magistrado, médico, militar, obreiro, negociante –, todas as suas funções são mais exteriores que interiores, ao passo que as da mãe sempre são de natureza privada.

Conseqüentemente o ofício do pai junto aos filhos não é nem uma lição nem um trabalho, mas simplesmente um exemplo.

Que ele, pois, defenda na família os interesses da sociedade e na sociedade, os da família, honrando seu estado pelo caráter, sua vontade pelo dever, suas palavras pela ação e fará mais que se exercesse as atribuições da mãe.

É isso o que fortalecerá o caráter da mulher, ou que a estimulará para ser boa, e se é boa para ser melhor. É isso o que premiará sua virtude e lhe fará conhecer tudo quanto esta tem de amável. É isso enfim o que entre um e outro pode estabelecer a doce intimidade ou a comunhão espiritual que aos cônjuges é tão necessária para formarem o caráter dos filhos em afetuosos sentimentos e elevadas idéias.

.....

## *Capítulo Quarto*

### A MULHER NO BRASIL

A

I

mulher brasileira será capaz de compreender e preencher a missão que acabo de assinar-lhe? Em boa fé ninguém o dirá. Todos vêem que lhe falta a educação para isso necessária.

Não se agastem comigo as senhoras que souberem desta minha opinião. Eu provo o que digo, e se tenho essa ousadia é porque faço da mulher uma alta idéia, e quero vê-la representar o papel que a justo título lhe pertence.

II

Já mostrei que, salva a pequena diferença daquilo que é exclusivamente próprio do seu sexo, a mulher deve receber a mesma educação que os homens recebem.

Entretanto o que é que se lhe ensina? Quais são as perfeições e os dotes que se requerem no sexo destinado a fazer a felicidade geral?

Se é incompleta a educação dos homens, para logo se vê quanto deve ser a da mulher.

A mulher é rica ou pobre. Seu pai tem ou não tem alguns meios de vida.

Pobre ou sem meios de vida, de duas coisas uma quase sempre sucede. Cresce na ignorância, ou é recebida em algum asilo ou recolhimento, e ali confiada aos cuidados de senhoras incapazes de a educarem.

Incapazes!...

Será ofensa a tão *dignas* pedagogas? Se é faça-a por amor aos interesses da sociedade.

Um mal sabem ler, escrever e contar. Outras, a pretexto de formar seu espírito na moral e seu corpo no trabalho, a trazem quase sempre reclusa, ou de tal sorte separada do mundo que dele não tem nenhuma idéia. Donde resulta que quando a ele volta a pobre moça, por isso que não o conhece, e sua condição a põe em contacto com o baixo povo, facilmente se deixa corromper e com seu exemplo corrompe aquelas que o observam.

Destes males eu não sei qual seja maior.

Destinada para a sociedade, não convém só que a mulher seja educada na sociedade, mas ainda por pessoas da sociedade.

Senhoras celibatárias ou viúvas gastas pela inércia, pela superstição e pelo fanatismo, como essas que dirigem os recolhimentos das meninas desvalidas, são as pessoas menos próprias para lhes ensinar os verdadeiros deveres da vida conjugal e social.

Mestras desprovidas de instrução e de experiência poderão premunir suas educandas contra seduções e perigos que elas próprias desconhecem?

É assim que se lhes dão algumas lições de moral, estas são comumente desfiguradas pelos desvarios da superstição, ou pela crença de que a virtude consiste em práticas totalmente alheias aos interesses da sociedade.

É assim ainda que se as habilitam para algum trabalho este é quase sempre muito vulgar e tão rotineiro que as educandas não lucram com ele, nem podem prestar o menor concurso às inovações do progresso social. De modo que semelhante educação apenas serve para encher seu espírito de terrores pânicos ou de vãos escrúpulos e nugas capazes de as inquietarem toda a vida, não para pôr um freio real às paixões que o mundo desperta, nem para habilitá-las a promover por trabalho profícuo os meios de sua subsistência.

Da mulher rica ou abastada o que se pode dizer? Será ela mais bem-educada e mais feliz?

Não falando da leitura, da contabilidade e da escrita, que é partilha da rica e da pobre educada, alguns trabalhos de agulha, a música, a dança e o canto são ordinariamente toda a ciência que coroa o escasso ensino que a escola lhe dá.

Daí todos os inconvenientes imagináveis.

Conversai com as moças que passam por mais bem-educadas. Tratais de assuntos sérios? Elas não vos acompanharão. O maior esforço que fizerdes será inútil para entretê-las. Se não souberdes falar de bagatelas e nonadas, a vossa interlocutora começará logo a bocejar, e vós enfiareis com o seu desprazer.

Aproximai-vos de uma boa mãe, e vede o que ela ensina às suas filhas. No fim de alguns instantes a vossa curiosidade estará satisfeita.

Se ela não as entretém com as intriguinhas, que constituem a política do sexo, ou se a cada passo não lhes fala de enfeites e modas, bailes e reuniões, espetáculos e divertimentos, ostentações e grandezas, também não lhes dá nenhuma lição de maior alcance. Sua bondade é negativa, ou consiste em não fazer o mal, quando deveria ser positiva ou consistir em fazer o bem. Algumas até supõem que incorrerão no desagrado de suas filhas se lhes derem conselhos ou fizerem a mais simples admoestação. Pelo que enquanto cuidam nos seus misteres as filhas passeiam, namoram, dormem ou cantam sem nenhuma ser contrariada nos seus desejos e nos seus caprichos.

Assim qual a idéia que uma tal mãe inspira às suas filhas no intuito de dispô-las para a nobre e elevada missão que as espera na sociedade? Essa moral tão insuficiente, tão fraca, tão vulgar poderá formar seu coração na virtude e encaminhar seu pensamento para o bem?

Passai adiante; vede outra mãe.

Se todo o mérito daquela está em deixar de ser má, esta outra nem por essa qualidade se recomenda.

Coquetismos, fofices, vaidades, que ela própria devia desprezar, eis a moral que pela manhã ensina às filhas e pelo dia adiante lhes repete. De modo que quando as meninas chegam à idade de refletir, esta operação do espírito é coisa incômoda e inútil. A inteligência tem se afundado em prejuízos, em erros, em vícios de toda a sorte e uns e outros prevalecem sobre todas as razões.

Ora, se como esta é a maioria das mães, o que se deve concluir da educação da mulher?

Que ela forma seu coração na prática do bem e seu espírito no amor aos deveres, que quando esposa e mãe terá de preencher? Que lhe dá conhecimentos e qualidades, com que ela possa evitar o tédio, a que seu sexo está sujeito?

Não, não, mas que a educação da mulher entre nós procura fins inteiramente opostos àqueles que se deveriam desejar. Ela parece querer acanhar suas vistas, desacreditar o trabalho e proscrever o estudo das leis naturais que constituem a higiene, a fisiologia, a história natural, a economia e a moral.

A moral também, custa-me dizê-lo, mas é verdade! Tanto vale o inspirar-se-lhe ainda nos braços das amas o gosto da ostentação e do luxo, o ensinar-se-lhe a dar importância a banalidades e misérias, o preocupar-se seu ânimo só com os atrativos do corpo, em prejuízo das graças do espírito e das qualidades do coração!

A moral, sim, repito e reitero francamente. Não será esse o natural efeito da educação, que dispõe a mulher menos para a cordura e a modestia que para o irritamento de paixões, pelas quais devia ter horror?

Eu diria que semelhante educação pretende fazer da mulher um ídolo destinado a se alimentar de incenso ou a viver, como os príncipes, numa total ignorância do que ela deve a si mesma, a Deus e à sociedade, se não visse quanto é efêmero o poder que se lhes prepara.

Digo, porém, que os pais parecem querer que suas filhas sejam flores peregrinas destinadas a agradar alguns instantes, quando deviam querer que se perpetuassem pelos dotes do espírito as homenagens que elas conquistam por causa do corpo! Cegos que não imaginam quantos encantos tem a beleza quando acompanhada de pudor, de talentos, de razões e de virtudes, ou que não vêem que a mulher bela e educada é o espetáculo mais surpreendente que se pode conceber!

### III

Educada por esta forma a mulher (falo tanto da rica como da pobre) sem experiência, sem princípios, sem idéias, é de repente tirada

do círculo em que vive para passar aos braços de um desconhecido, cuja felicidade deve fazer.

Mas ó! o que pode ser uma tal esposa ou mãe? Ela não possui nenhuma qualidade com que possa promover a própria felicidade. Durante a vida, de que saiu, nunca pôde prender pelas graças do espírito a atenção dos adoradores, que seus atrativos lhe davam. Mais de uma vez quase cai nos laços que lhe armava a galanteria e a lisonja! Sem compreender, pois, a grandeza da sua missão, ela anda em tudo ao acaso, e tudo compromete e sacrifica. Faltem no esposo luzes e sentimentos, que a guiem e suportem, e o que será da pobre vítima da educação? Será posta a um lado como inútil e péssima companheira, se não enquanto puder cativá-lo pelos encantos do corpo, com certeza depois que estes desaparecerem!

Feliz aquela que não é surda aos conselhos e às razões com que o esposo quer dirigi-la ao verdadeiro caminho do dever, ou torná-la capaz de para aí conduzir a sua posteridade. O desprezo pode aconselhar desforços, que para sempre a cobririam de eternos baldões.

#### IV

Eu não conheço nada mais triste que a sorte da mulher que sobrevive aos seus atrativos, e, no abandono em que a deixe o mundo, não acha em si um meio de suprir a falta das reuniões, dos divertimentos, dos prazeres, em que ela durante muitos anos fez consistir a sua felicidade.

Perder a mocidade, a beleza, a corte, as paixões, é uma verdadeira desgraça! Desgraça que quase sempre conduz à moléstia ou à devoção!

É contudo a esta sorte cruel que a educação parece condenar uma boa parte das mulheres da nossa sociedade.

E, pais negligentes, ignorantes, sem idéias e sem vistas, quase tanto como o Estado, sois vós a causa disso. Como o Estado não tem mandado, vós tendes esquecido de fazer instruir esses entes tão sensíveis, de fortalecê-los contra os perigos do seu coração, de lhes inspirar a resolução e a coragem que a virtude reclama.

Por que assim procedeis? Acaso receais que os ornamentos do espírito conspirem contra as graças do corpo? Que a educação dispa

vossas filhas da sua santa inocência? Que elas com isso deixem de ser poéticas?

Entretanto quem não vê que o contrário justamente é que sucede? Que o espírito culto presta à virtude mais império, torna a beleza mais amável? Que só a beleza do espírito substitui a do corpo quando esta desaparece?

Não, não temais cultivar o espírito desse sexo feito para espalhar o conforto e a doçura pela vida dos homens. Interdizer o estudo à mulher é obrar como Maomé, que para torná-la mais voluptuosa julgou conveniente negar-lhe a alma! Os conhecimentos úteis nunca prejudicarão as suas graças. Assim cuide ela tanto da inteligência como do coração, que a natureza lhe deu suscetível de aninhar as mais altas virtudes! Quando Horácio escreveu o seu célebre *utile cum dulce* estava longe de pensar na aplicação que tal sentença tem às mulheres.

Por essa forma as mulheres agradarão sempre, e o tempo será impotente contra elas. Velhas que fiquem, seu império será sempre o mesmo: até mais lisonjeiro e mais grato que o conquistado por atrativos efêmeros.

Não é só isso. Fixados que sejam os sentimentos que elas legitimamente puderem inspirar, as homenagens que receberem serão inesimáveis. Terão tanto de sinceras e constantes quanto teriam de fugitivas e falazes aquelas que lhes dispensariam os louvaminheiros, sempre prontos a abusar de toda a franqueza como de toda a cordialidade!

Enfim a mulher nestas condições para ser apreciada e honrada durante toda a vida não precisa se cansar à procurada sociedade. Na solidão mesmo tem diversões apreciáveis, sabe que goza da estima geral, vive portanto numa serenidade preferível aos divertimentos, que a outras ordinariamente apenas dá momentâneos gozos no meio de tédios contínuos.

.....

## *Capítulo Quinto*

### ESPERANÇAS

**P**or ser tal a mulher e a realidade da sua vida devemos desesperar da possibilidade do seu concurso em favor da instrução? Não por certo.

Nas nossas condições isso será simplesmente uma das muitas dificuldades que temos a vencer.

E tudo está numa coisa. Reconheçamos que nada é mais desperado que a educação da mulher, e procuremos quanto antes melhorá-la no sentido que proponho, isto é, no sentido de a fazermos mãe de família.

A verdadeira mãe de família é assim descrita por Aimé Martin:

“As mulheres não serão mães enquanto não souberem trabalhar pelo desenvolvimento da alma de seus filhos. Sua missão na terra não é procriar um bípede inteligente. O que o mundo lhes pede é um homem completo, um homem cujas paixões participem do belo e do infinito e que saiba escolher sua companheira, inspirar o bem a seus filhos e se for preciso morrer pela virtude. Há, pois, para a mulher um duplo dever, como há para o homem um duplo nascimento. Nascer para a vida é apenas nascer para o prazer ou para a dor. O nascer para o amor de Deus e dos homens é que constitui o verdadeiro nascimento, e esse nascimento nossa mãe no-lo deve se ela quer gozar outra felicidade que

a de nos ver respirar e digerir, isto é, a felicidade que Shakespeare exprime tão bem quando faz dizer à mãe de Coriolano: “Eu experimentei menos alegria pelo seu nascimento do que pela primeira ação de homem que o vi praticar.”

Conseguindo isso, sua obra será naturalmente principiada e acabada.

Cada casa será uma escola, cada mulher, um professor, cada fase do seu aperfeiçoamento um como avatar dos nossos progressos.

Elas que até agora só pelo seio têm servido a sociedade, passarão a lhe servir também pelo espírito.

Como incubam em suas entranhas as gerações que hão de vir, trarão em seu espírito os destinos dessas gerações. Quero dizer: a primeira geração em que brotar o gérmen transmitirá o fruto às suas sucessoras, e estas por sua vez cuidarão em desenvolvê-lo.

Então a instrução e o amor se tornarão gerais, e a sociedade brasileira se livrará da maior parte dos seus sofrimentos.

Então o homem, compenetrado da sublimidade da sua origem, há de propor-se o bem à vista da eternidade de sua vida.

Sempre desejoso de achar o verdadeiro caminho, depois de achá-lo marcará, de distância em distância, os pontos por onde seus sucessores devem passar.

Sua vida não se escoará mais entre o egoísmo e a indiferença, mas sem excluir os fins individuais, que cada um deve propor-se, visará sempre o fim geral de toda a sociedade.

Este bem hoje não temos. Nossa vida é a dos povos sem história que não deixam sinais da sua existência.

Na mocidade vivemos sem saber como, sem termos tempo para nenhum exame. O passado não existe; e o presente parece ser o futuro, mas não é senão uma miragem, que a cada instante varia com os caprichos da imaginação.

Na idade madura temos um passado, é certo, mas ele já tarde mostra os escolhos da nossa ruína. Além do que o vago do presente nos absorve, e este é apressado pelas impaciências da ambição.

Velhos, nos debruçamos à fria janela do presente e nada achamos no passado. Então o futuro o que é? Nem um desejo, nem

uma aspiração, nem uma certeza tranquilizadora, mas uma longínqua esperança.

E assim morremos sem termos vivido por não termos quem nos indique no passado os pontos que devemos atingir no presente e no futuro.

Pais de família, ainda uma vez invoco os vossos piedosos sentimentos.

Nenhuma destas desgraças é inevitável; mas só de vós isso depende.

Sede mais amigos dos vossos descendentes do que tendes sido até hoje. Nas vossas condições eles vos imitarão, e cada um de vós terá preparado gerações felizes, que perpetuarão a vossa lembrança, e com ela o culto da vossa sabedoria!<sup>1</sup>

---

1 Para escrever esta Parte do meu trabalho pedi muitas idéias às conhecidas obras de Aimé Martin e de Larcher – *Éducation des Mères de Famille e La Femme*. Lendo-se, porém, as mesmas obras vê-se que a nenhuma copiei literalmente. Apropriando-me dos pensamentos que me agradaram, traduzi-os por palavras minhas e com as alterações que julguei convenientes.

.....

## Conclusão

O

s leitores que não me acompanharam desde o princípio do meu trabalho, ou que não vêem no esclarecimento do povo o único meio de avançarmos no caminho do progresso, podem deixar de ler estas linhas. É um apelo que faço a quem deseja a reforma da instrução, e está disposto a trabalhar por ela.

Vistes, amigo leitor, o que no deplorável estado do ensino público eu me julguei com direito a dizer-vos.

Não pretendo ter escrito a última palavra sobre tão importante matéria, nem tenho a veleidade de supor que vos convenci das minhas doutrinas.

Nenhuma destas circunstâncias, porém, torna inteiramente inútil o meu esforço.

Se a monarquia ou o jesuitismo condenassem ao fogo o meu livro, eu, à parte a modéstia, poderia repetir a exclamação de André Chenier: *“Et pourtant il y avait quelque chose là!”*

E se eu não vos convenci das minhas doutrinas, é todavia certo que vos ofereço materiais, que, bem examinados e refletidos, podem dar-vos algumas convicções. Nem isso é tudo. Um inquérito sobre estas páginas não vos colocará só no estado de aceitar as suas boas idéias, mas de completá-las com outras que me escaparam. Como sucede com

a virtude, uma idéia traz outras idéias, e todas juntas se completam reciprocamente.

Assim, supondo que sois um progressista daqueles que dizem: “*res non verba*” respondi a esta pergunta: Achais alguma coisa útil no meu trabalho?

Se não achais refutai-o. O mal se tornará maior passando despercebido. Demais um progressista da vossa têmpera não pode estar na inação. Seja espalhando o bem, ou confundindo o erro e aniquilando o mal, para vós a inércia deve ser um suplício, o movimento, uma necessidade.

Se pelo contrário, deveis concorrer para que ele não fique sem aplicação naquilo que vos parecer bom.

Cumpre mesmo que tenhais em vista uma coisa: não deveis operar sozinho, nem demorar a vossa resolução.

Sozinho, pouco eficaz será o vosso esforço. Verdadeiramente eficaz só pode ser a força coletiva. A associação, disse-o eu numa conferência, que anda impressa, é o cubo da força individual, o Hércules moral da humanidade. Se então refletisse melhor podia ter acrescentado: Cada obreiro que ela adquire aumenta o seu poder numa progressão geométrica.

Pelo que toca a demora qualquer que ela seja será uma desgraça. As gerações não ficam sempre infantes, e o jesuitismo cada vez estende mais suas redes pelo país. Conseqüentemente quanto mais tarde principiar a vossa tarefa tanto mais dificuldades achareis.

Todos os melhoramentos de que necessitamos pendem destas duas condições: a instrução e o trabalho.

Entretanto, conforme as circunstâncias dos individuos, ambas elas se refundem numa só: para o ignorante, a instrução, para o instruído, trabalho. Na verdade o trabalho brota da instrução, e é a feição característica do homem instruído.

Mas o trabalho de que precisamos não é só o fisico.

No nosso mundo moral tudo está por fazer, e nada se fará sem a dedicação e o esforço dos trabalhadores do progresso. Espancando as trevas que nos envolvem, eles farão neófitos em toda a parte, e ganharão terreno à medida que seu número se aumentar.

Assim, caro leitor, pois que nenhum ignorante me lerá, e eu aqui só trato com quem está no caso de trabalhar, permiti que vos diga o seguinte:

A vossa missão é um tríplice trabalho.

Trabalho em ver o que convém e o que cumpre fazer.

Trabalho em combater os indiferentes ou hostis à instrução.

Trabalho em corrigir forças para ação e encaminhá-las devidamente.

Trabalhai, pois, desenvolvei toda a vossa atividade e ficai certo de que o dia do triunfo há de chegar.

Se estais sozinho hoje, tereis companheiros amanhã. E, se estes forem poucos a princípio, serão muitos mais tarde.

.....

## *Advertências*



Quando escrevi a nota à página 83 ainda o Sr. Dr. Cunha Leitão não tinha apresentado à Câmara temporária o seu projeto sobre a instrução obrigatória. Depois que tive conhecimento do mesmo projeto quis redigir a nota noutro sentido, isto é, argumentando com ele para provar a necessidade de uma lei geral a esse respeito; mas passou-me isso na ocasião oportuna.

---

Só depois de impressa a Parte Segunda, soube que a Escola Central foi desligada do Ministério da Guerra.

---

Em nenhum lugar do meu trabalho falo da nova lei sobre os exames preparatórios. Não pareça descuido o que fiz de propósito. Do que digo na Parte Segunda, Capítulos 6, 7, 8 e 10, se depreende facilmente que não reconheço a necessidade de valerem numas províncias os exames preparatórios feitos nas outras, que válidos em todo o Império só podem ser os exames dos cursos superiores. Primeiramente pedindo eu a descentralização do ensino, quer inferior quer superior, não posso aplaudir uma lei, que vem ainda mais centralizá-lo, e, o que é pior, matar o ensino privado. Em segundo lugar, ficando todo o ensino sujeito aos poderes da província em que se der, é claro que isso o torna incompatível

com qualquer intervenção do Estado. Por último, se o Estado não pode impor às províncias que umas tenham por válidos os exames preparatórios feitos nas outras, muito menos podem as províncias ter essa pretensão. Em outros termos: sendo o ensino superior legislado pelas províncias não pode uma impor à outra a validade dos seus exames de preparatórios do mesmo ensino. Pelo contrário, o que parece de rigor, e constitui uma grande garantia social, é que, pois, os preparatórios são condição indispensável à matrícula, estabeleça regras a respeito a província em que o ensino for professado.

# ANEXOS

## Nº 1

Mapa da receita das províncias e da despesa que cada uma faz com a intrusão pública primária e secundária, organizado à vista dos relatórios do Sr. Ministro do Império de maio de 1872, e do da repartição de estatística do corrente ano

PROVÍNCIAS	RECEITA	EXERCÍCIOS	LEI QUE ORÇOU	DESPESA COM A INSTRUÇÃO	QUANTOS POR CENTO
Maranhão . . . . .	854:854\$000	1873 a 1874	Nº 1.045 de 26 de julho de 1873 . . . . .	263:455\$000	30,8
Goiás . . . . .	148:922\$574	1873 a 1874	Nº 494 de 2 de agosto de 1872 . . . . .	45:250\$000	30,3
Minas Gerais . . . . .	1.412:942\$883	1872 a 1873	Nº 1.811 de 10 de outubro de 1871 . . . . .	411:840\$000	29,5
Santa Catarina . . . . .	243:698\$487	1872 a 1873	Nº 685 de 24 de maio de 1872. . . . .	63:619\$797	26,1
Ceará . . . . .	850:897\$197	1872 a 1873	Nº 1.517 de 31 de dezembro de 1872 . . . . .	217:100\$000	25,5
Espírito Santo . . . . .	275:930\$000	1872 a 1873	Nº 55 de 4 de dezembro de 1872 . . . . .	64:864\$000	23,5
Sergipe . . . . .	505:519\$000	1872 a 1873	Nº 951 de 8 de maio de 1872 . . . . .	106:880\$000	21,4
Paraíba . . . . .	600:000\$000	1872 a 1873	Nº 445 de 19 de dezembro de 1871 . . . . .	119:693\$800	19,9
Pernambuco . . . . .	2.425:194\$612	1872 a 1873	Nº 1.001 de 13 de junho de 1872. . . . .	459:959\$166	18,9
Rio Grande do Norte . . . . .	357:678\$169	1872 a 1873	Nº 652 de 14 de dezembro de 1871 . . . . .	64:620\$000	18,6
Pará . . . . .	1.671:800\$000	1872 a 1873	Nº 694 de 25 de outubro de 1871 . . . . .	307:740\$000	18,4
Alagoas . . . . .	687:414\$000	1872 a 1873	Nº 648 de 11 de abril de 1872 . . . . .	125:384\$000	18,2
Bahia . . . . .	1.885:305\$000	1872 a 1873	Nº 1.246 de 27 de junho de 1872. . . . .	335:240\$331	17,7
São Paulo . . . . .	2.110:787\$000	1872 a 1873	Nº 73 de 26 de abril de 1872 . . . . .	345:612\$660	16,3
Paraná . . . . .	621:965\$409	1872 a 1873	Nº 334 de 12 de abril de 1872 . . . . .	92:588\$000	14,8
Rio Grande do Sul . . . . .	1.850:800\$000	1872 a 1873	Nº 807 de 30 de outubro de 1872 . . . . .	250:000\$000	13,5
Piauí . . . . .	362:796\$869	1871 a 1872	Nº 765 de 6 de setembro de 1871 . . . . .	47:090\$422	12,9
Mato Grosso . . . . .	226:000\$000	1872 a 1873	Nº 12 de 28 de outubro de 1871 . . . . .	23:960\$000	10,6
Amazonas . . . . .	511:712\$312	1872 a 1873	Nº 244 de 27 de maio de 1872. . . . .	61:320\$000	10,1
Rio de Janeiro . . . . .	4.437:000\$000	1872 a 1873	Nº 1.646 de 18 de dezembro de 1871 . . . . .	629:582\$000	9,2
Soma . . . . .	21,041:217\$512			4,035:799\$176	19,18

Nº 2

Mapa das escolas e escolares que devia ter cada Província do Brasil, dando-se uma escola para 375 habitantes, e considerando-se que os meninos em idade escolar representam a sétima parte da população

PROVÍNCIAS	POPULAÇÃO LIVRE	QUANTAS ESCOLAS DEVIA TER	QUANTOS ESCOLARES	QUANTAS ESCOLAS TÊM	QUANTOS ESCOLARES	QUANTAS ESCOLAS FALTAM	QUANTOS MENINOS CRESCEM NA IGNORÂNCIA
Amazonas.....	75.000	200	10.714	44	1.217	156	9.497
Pará.....	290.000	773	41.428	183	5.891	590	35.537
Maranhão.....	420.000	1.120	60.000	156	6.320	964	53.680
Piauí.....	161.518	430	23.074	74	1.816	356	21.250
Ceará.....	530.000	1.413	75.714	271	17.135	1.142	58.579
Rio Grande do Norte...	220.000	586	31.428	92	2.938	494	28.490
Paraíba.....	270.000	720	38.571	123	4.952	597	33.619
Pernambuco.....	1.000.000	2.666	142.857	457	14.727	2.209	128.067
Alagoas.....	306.534	817	43.790	207	6.715	610	37.075
Sergipe.....	230.000	613	32.857	179	6.073	434	26.566
Bahia.....	1.140.000	3.066	162.857	376	19.666	2.690	14.319
Espírito Santo.....	51.825	138	7.403	87	1.974	51	5.429
Rio de Janeiro.....	800.000	2.133	114.285	580	13.774	1.553	100.509
Município Neutro.....	226.033	602	32.290	176	8.649	426	23.641
São Pedro.....	360.000	960	51.428	362	11.651	598	39.777
São Paulo.....	770.000	2.053	110.000	582	18.738	1.471	91.262
Paraná.....	110.000	293	15.714	102	2.445	191	13.269
Santa Catarina.....	125.000	333	17.857	122	3.934	211	13.923
Minas Gerais.....	1.200.000	3.200	171.428	621	18.005	2.579	153.523
Mato Grosso.....	60.000	159	8.571	32	1.236	127	7.335
Goiás.....	145.000	386	20.714	74	2.211	312	18.503
Soma.....	8.490.910	22.651 <sup>1</sup>	1.212.980 <sup>2</sup>	4.890	170.067	17.761	1.042.910

1 Este número – 22.651 – é a soma dos quocientes da divisão parcial de cada província. A divisão geral do Império dá 22.642 escolas. A diferença é motivada pelos restos de uma e outra divisão. O resto da divisão parcial é 3.100, o da geral, 160. Somando-se, pois, estes números e dividindo-se o resultado por 375 acham-se mais 8 escolas e ficam 267 habitantes indivisíveis.

2 Resultado da divisão parcial. A geral dá 1.212.987. O resto de uma é 50, o de outra, 1.

Nº 3

Mapa das escolas primárias e secundárias do Império do Brasil

PROVÍNCIAS	INSTRUÇÃO PRIMÁRIA												INSTRUÇÃO SECUNDÁRIA											
	PÚBLICA						PARTICULAR						PÚBLICA						PARTICULAR					
	AULAS			ALUNOS			AULAS			ALUNOS			AULAS			ALUNOS			AULAS			ALUNOS		
	SEXOS			SEXOS			SEXOS			SEXOS			SEXOS			SEXOS			SEXOS			SEXOS		
	MASC.	FEM.	TOTAL	MASC.	FEM.	TOTAL	MASC.	FEM.	TOTAL	MASC.	FEM.	TOTAL	MASC.	FEM.	TOTAL	MASC.	FEM.	TOTAL	MASC.	FEM.	TOTAL	MASC.	FEM.	TOTAL
Amazonas.....	28 <sup>(1)</sup>	8	36	771	187	958	7 <sup>(2)</sup>	1	8	252	7	259	2		2	84		84						
Pará.....	90 <sup>(1)</sup>	73 <sup>(2)</sup>	163	4.217	1.202	5.419	17 <sup>(3)</sup>	3	20	414	58	472	3 <sup>(4)</sup>		3	130		130	7	5	12 <sup>(5)</sup>	875	302	1.177
Maranhão.....	76 <sup>(1)</sup>	47 <sup>(2)</sup>	123 <sup>(3)</sup>	4.153	1.161	5.314	14	9	23	600	406	1.006	4 <sup>(4)</sup>		4	139		139	6	5	11 <sup>(5)</sup>	386	301	677
Piauí.....	40 <sup>(1)</sup>	22	62	1.268	366	1.634	11	1	12 <sup>(2)</sup>	10	172	182	1 <sup>(3)</sup>		1	55		55						
Ceará.....	139 <sup>(1)</sup>	83	222	6.965	3.388	10.353	28	21	49	4.562	2.220	6.782	10 <sup>(2)</sup>		10	473		473	2 <sup>(3)</sup>	7 <sup>(4)</sup>	9	99	335	434
Rio G. do Norte....	54	27	81	1.897	735	2.632	7	4	11	212	94	306	5 <sup>(1)</sup>		5	117		117	1		1	5		5
Paraíba.....	80 <sup>(1)</sup>	31	111	3.697	948	4.645	36	6	12	155	152	307	4 <sup>(2)</sup>		4	115		115	4	1	5	69	11	80
Pernambuco.....	196 <sup>(1)</sup>	148	344 <sup>(2)</sup>	8.118	4.919	13.037	60	53	113	1.100	590	1.690	7 <sup>(3)</sup>		7	379		379	22	10	32	471	201	672
Alagoas.....	72 <sup>(1)</sup>	56	128	3.449	2.405	5.854	38	41	79	393	468	861	3 <sup>(2)</sup>		3	96		96	5	2	7	195	65	260
Sergipe.....	86 <sup>(1)</sup>	62	148	3.355	2.136	5.491	20	11	31	410	172	582	4 <sup>(2)</sup>		4	226		226	1	2	3	26	5	31
Bahia.....	219 <sup>(1)</sup>	61	280	11.592	3.418	15.010	60	36	96 <sup>(2)</sup>	3.106	1.550	4.656	3	3 <sup>(3)</sup>	444		444	28	15	43	1.024	479	1.503	
Espírito Santo.....	68 <sup>(1)</sup>	14	82	1.561	275	1.836	4	1	5	106	32	138	2	1	3 <sup>(2)</sup>	61	32	93	1	1	2 <sup>(3)</sup>	17	10	27
Rio de Janeiro.....	239 <sup>(1)</sup>	177	416	6.486	3.175	9.661	116 <sup>(2)</sup>	48	164	2.936	1.177	4.113	3		3	43		43	10	4	14	617	207	824
Município Neutro..	36 <sup>(1)</sup>	31	67	2.296	1.721	4.017	53	56	109 <sup>(2)</sup>	2.921	1.711	4.632	3 <sup>(3)</sup>		3	370		370	37	28	65	1.250	533	1.783
São Pedro.....	164 <sup>(1)</sup>	90 <sup>(2)</sup>	254	4.642	2.607	7.249	69	39	108	3.042	1.360	4.402	2 <sup>(3)</sup>		2	39		39	1 <sup>(4)</sup>		1	53		53
São Paulo.....	298 <sup>(1)</sup>	181 <sup>(2)</sup>	479	9.255	4.853	14.108	61	42	103	3.010	1.620	4.630	4 <sup>(3)</sup>		4	226		226	9		9	436		436
Santa Catarina.....	53 <sup>(1)</sup>	41	94	2.186	1.002	3.188	24	4	28	632	114	746	<sup>(2)</sup>											
Paraná.....	53 <sup>(1)</sup>	33	86	1.506	629	2.135	11	5	16 <sup>(2)</sup>	236	74	310	2 <sup>(3)</sup>		2	57		57	3	1	4 <sup>(4)</sup>	133	18	151
Minas Gerais.....	391	125	516	14.552	2.790	17.342	73	32	105 <sup>(1)</sup>	462	201	663	37 <sup>(2)</sup>		37	1.250		1.250	26 <sup>(3)</sup>	3	29	97	55	152
Goias.....	49	24	73	1.687	492	2.179	1		1	32		32	2 <sup>(1)</sup>		2	145		145						
Mato Grosso.....	22	5	27	1.005	171	1.176	5		5	60		60	8 <sup>(1)</sup>		8	87		87	1		1	26		126
Total	2.453	1.339	3.792	94.658	38.580	133.238	685	413	1.098	24.651	12.178	36.829	109	1	110	4.536	32	4.568	166	84	248	5.769	2.522	8.291

## RECAPITULAÇÃO

INSTRUÇÃO PRIMÁRIA						INSTRUÇÃO SECUNDÁRIA					
AULAS			ALUNOS			AULAS			ALUNOS		
MASC.	FEM.	TOTAL	MASC.	FEM.	TOTAL	MASC.	FEM.	TOTAL	MASC.	FEM.	TOTAL
PÚBLICAS						PÚBLICAS					
2.453	1.339	3.792	94.658	38.580	133.238	109	1	110	4.536	32	4.568
PARTICULARES						PARTICULARES					
685	413	1.098	24.651	12.178	36.829	164	84	248	5.759	2.522	8.291
3.138	1.752	4.890	119.309	50.758	170.067	273	85	358	10.305	2.554	12.859

- AMAZONAS . . . . . (1) Compreendem-se as casas dos educandos artífices e aprendizes marinheiros, bem como os respectivos alunos.  
 (2) Compreendem-se 3 aulas particulares subvencionadas.
- PARÁ . . . . . (1) Compreendem-se o estabelecimento dos educandos, dos aprendizes marinheiros e o dos menores artífices.  
 (2) Compreende-se o Colégio do Amparo, que só tem aulas de instrução primária.  
 (3) Como fiz no Amazonas contei entre as particulares as aulas subvencionadas.  
 (4) Liceu, Seminário e casa de educandos, que também dá ensino secundário.  
 (5) Colégios particulares da capital e do interior da Província.
- MARANHÃO . . . . . (1) Compreendem-se os estabelecimentos de educandos e aprendizes marinheiros.  
 (2) Compreende-se a Escola do Recolhimento.  
 (3) A Assembléa Provincial acaba de criar mais algumas cadeiras de instrução primária.  
 (4) Liceu, 3 aulas avulsas, uma das quais na casa dos educandos. O Liceu tem 11 cadeiras.  
 (5) Seminário pequeno e outros estabelecimentos de humanidades.

SERGIPE .....(1) Compreende-se a casa dos aprendizes marinheiros.  
(2) Liceu e aulas avulsas.

BAHIA.....(1) Compreendem-se os menores dos arsenais de Marinha e Guerra.  
(2) Compreendem-se aqui as particulares subvencionadas.  
(3) Liceu, Seminário e curso preparatório da escola de Medicina.

ESPÍRITO SANTO .....(1) Compreendem-se os aprendizes marinheiros.  
(2) Colégios.  
(3) Idem.

RIO DE JANEIRO .....(1) A Província não tem educandos, nem aprendizes marinheiros.  
(2) Compreendem-se aqui as aulas particulares subvencionadas.

MUNICÍPIO NEUTRO ..(1) Compreendem-se os menores dos arsenais de marinha e guerra.  
(2) Compreendem-se as aulas subvencionadas.  
(3) Colégio de Pedro II, internato e externato e curso preparatório do Seminário. Ignora-se o número de alunos deste estabelecimento.

SÃO PEDRO .....(1) Compreendem-se os menores dos arsenais de Marinha e Guerra.  
(2) Compreendem-se as aulas e meninas dos 5 asilos que tem a província.  
(3) Ateneu Rio Grandense e 1 aula avulsa.  
(4) Partenon literário.

PIAUI.....(1) Compreende-se a casa dos educandos artífices.  
(2) 8 no município da capital e 4 em Oeiras, Valença e Parnaíba.  
(3) Liceu.

CEARÁ.....(1) A província não tem casa de educandos artífices; tem de aprendizes marinhos, e essa é contemplada na conta.  
(2) Liceu, curso preparatório do Seminário e 8 aulas avulsas.  
(3) Ateneu e o Colégio Cearense.  
(4) Colégios de educandas e outras instituições piás subvencionadas pela Província.

RIO GRANDE DO NORTE .....(1) Liceu e 4 aulas avulsas.

PARAÍBA.....(1) Compreendem-se os educandos artífices e aprendizes marinheiros.  
(2) Liceu e 3 aulas avulsas.

PERNAMBUCO .....(1) Compreendem-se as aulas dos arsenais de Marinha e Guerra.  
(2) Não se compreendem as particulares subvencionadas.  
(3) Colégio das artes , Ginásio, Seminário e 4 aulas avulsas.

ALAGOAS .....(1) A província não tem educandos nem aprendizes marinheiros.  
(2) Liceu e aulas avulsas.

- SÃO PAULO .....(1) Compreende-se a escola dos aprendizes marinheiros.  
(2) Compreende-se o colégio das educandas.  
(3) Seminário pequeno, curso de preparatórios de faculdades e aulas avulsas.
- SANTA CATARINA .....(1) Compreende-se a casa dos aprendizes marinheiros.  
(2) A província não tem instrução secundária, nem pública nem particular. Fechou ultimamente o colégio em que tinha convertido o Liceu.
- PARANÁ .....(1) Compreendem-se os aprendizes marinheiros.  
(2) O número é 10; 8 para o sexo masculino, e 2 para o feminino, mas há 3 mistas, o que eleva o número de umas a 11 e de outras a 5.  
(3) Liceu na capital e colégio em Ponta Grossa.  
(4) Colégios.
- MINAS GERAIS .....(1) Estão aqui as aulas subvencionadas.  
(2) Seminário de Mariana e Diamantina e aulas avulsas.  
(8) Compreendem-se aqui as aulas subvencionadas.
- GOIÁS .....(1) O Liceu e Seminário.
- MATO GROSSO .....(1) Seminário e aulas avulsas.

Nº 4  
Mapa dos estabelecimentos de instrução profissional que existem no Império

PROVÍNCIAS	PÚBLICOS						PARTICULARES					
	ESTABELECIMENTOS			ALUNOS			ESTABELECIMENTOS			ALUNOS		
	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total
Amazonas . . . . .	3		3	290		290						
Pará . . . . .	5		5	337		337						
Maranhão . . . . .	3		3	570		570						
Piauí . . . . .	2		2	65		65						
Ceará . . . . .	2		2	255		255						
Paraíba . . . . .	2		2	249		249						
Pernambuco . . . . .	7		7	747		747	1	1	2	93	80	173
Alagoas . . . . .	1		1	11		11						
Sergipe . . . . .	2		2	228		228						
Bahia . . . . .	7	1	8	1.098	26	1.124						
Rio de Janeiro . . . . .	2	1	2	66	16	82						
Município Neutro . . . . .	14	1	14	4.713	92	4.805						
São Pedro . . . . .	3	1	3	271	32	303						
São Paulo . . . . .	3		3	386		386						
Minas Gerais . . . . .	3		3	103		103						
Paraná . . . . .	2		2	231		231						
Mato Grosso . . . . .	2		2	57		57						
Goiás . . . . .	1		1	3		3						
Espirito Santo . . . . .	1		1	218		218						
Santa Catarina . . . . .	1		1	219		219						
Soma . . . . .	66	4	67	10.117	166	10.283	1	1	2	93	80	173

## Notas

Amazonas – Escola Normal, casa de educandos artífices e de aprendizes marinheiros.

Pará – Curso teológico, Escola Normal, menores artífices, educandos provinciais e aprendizes marinheiros.

Maranhão – Curso Teológico, casa de educandos e aprendizes marinheiros.

Piauí – Escola Normal e educandos artífices.

Ceará – Curso Teológico.

Paraíba – Educandos artífices e aprendizes marinheiros.

Pernambuco – Faculdade de direito, curso teológico, Escola Normal para homens, dita para mulheres, escola dos artistas mecânicos liberais, aprendizes marinheiros e menores artífices.

Alagoas – Escola Normal.

Sergipe – Escola Normal e aprendizes marinheiros.

Bahia – Faculdade de Medicina, curso de farmacêuticos, curso teológico, Escola Normal para homens, dita para mulheres, aprendizes marinheiros e menores artífices, e Liceu de artes e ofícios.

Rio de Janeiro – Curso teológico, Escola Normal comum a ambos os sexos.

Município Neutro – Escola Central, escola militar, escola de marinha, curso de medicina, de farmácia, de comércio, de belas-artes e de música, aprendizes marinheiros, menores artífices, Liceu de artes e ofícios, aulas da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, escola industrial da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e da Sociedade Propagadora da Instrução às Classes Operárias.

São Pedro – Curso teológico, aprendizes de marinheiro e Escola Normal para um e outro sexo.

São Paulo – Escola de Direito, curso teológico e aprendizes marinheiros.

Minas – Cursos teológicos e de farmácia. A Lei provincial de 4 de abril de 1871 mandou criar duas Escolas Normais. Não sei se já estão criadas.

Paraná – Escola Normal e aprendizes de marinheiros.

Mato Grosso – Curso teológico e menores artífices.

Goiás – Curso teológico.

Santa Catarina – Aprendizes de marinheiros.

Espirito Santo – Aprendizes de marinheiros.

.....  
Das escolas de agricultura não pude obter informações.

A escola de pilotagem da Bahia já não existe.

Os asilos de meninas pobres desta e das províncias do Pará, Ceará, Pernambuco, São Paulo, São Pedro e outras não são contemplados neste quadro, mas no da instrução primária. A razão é que, a bem dizer, o ensino dado por eles não é profissional. Seu programa se limita às primeiras letras e algumas prendas domésticas.

Nº 5  
Bibliotecas existentes no Brasil

PROVÍNCIAS	PÚBLICAS		PARTICULARES		PROVÍNCIAS	PÚBLICAS		PARTICULARES	
	Números	Volumes	Números	Volumes		Números	Volumes	Números	Volumes
Amazonas . . . . .	1	1.400			Transporte . . . . .	11	50.563	10	33.849
Pará . . . . .	1	3.691	2	6.139	Rio de Janeiro . . . . .	7	8.000	3	5.000
Maranhão . . . . .			2	6.323	Município Neutro . . . . .	11	153.834	11	125.457
Ceará . . . . .	1	3.750			Minas Gerais . . . . .	2	3.575	1	
Rio Grande do Norte . . . . .	1	764			Santa Catarina . . . . .	1	2.628		
Pernambuco . . . . .	2	5.955	1	9.465	São Pedro . . . . .			2	6.200
Alagoas . . . . .	1	4.674	1	359	São Paulo . . . . .	1	11.234	8	9.100
Sergipe . . . . .	1	500	1	800	Paraná . . . . .	1	2.300		
Bahia . . . . .	3	29.829	3	10.763	Goiás . . . . .			2	5.107
<b>Soma . . . . .</b>	<b>11</b>	<b>50.563</b>	<b>10</b>	<b>33.849</b>	<b>Soma . . . . .</b>	<b>34</b>	<b>231.134</b>	<b>37</b>	<b>184.713</b>

Amazonas – Na capital.  
Pará – Todas três na capital.  
Maranhão – Ambas na capital. A biblioteca pública está fechada e pode ter 2.000 volumes. Acaba-se de fundar mais uma biblioteca com o nome de militar, cujos volumes não se contam aqui.  
Ceará – Na capital.  
Rio Grande do Norte – Na capital.  
Pernambuco – Todas as três na capital. A Escola Normal tem uma de 124 volumes que não contei no mapa.  
Alagoas – Uma na capital, outra em Penedo.  
Sergipe – Ambas na capital.  
Bahia – Cinco na capital e uma em Valença.  
Rio de Janeiro – Uma lei provincial mandou criar biblioteca em todas as cidades. São estas 15, portanto 15 devem ser as bibliotecas. Consta porém que além da capital só em 6 cidades estão criadas bibliotecas, ignorando o número dos seus volumes. Calcula-se que cada uma tem pouco mais de 1.000 volumes. As particulares são: uma em Vassouras, outra em Ponte Nova e outra em Nova Friburgo.  
Município Neutro – Na Corte.  
Minas – Uma em Ouro Preto, outra em São João d'El-Rei e outra na cidade de Campanha, cujos volumes ignoro.  
Santa Catarina – Na capital.  
São Pedro – Na capital.  
São Paulo – Três na capital, duas em Campinas, uma em Santos, uma em Sorocaba, uma no Bananal e uma em Itu.  
Paraná – Na capital.  
Goiás – Na capital.

Nº 6  
Mapa das escolas noturnas para adultos que existem no Brasil

PROVÍNCIAS	PÚBLICOS						PARTICULARES					
	AULAS			ALUNOS			AULAS			ALUNOS		
	SEXOS			SEXOS			SEXOS			SEXOS		
	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total
Amazonas . . . . .	2		2	102		102	1		1	75		75
Pará . . . . .	7		7	98		98	5		5	268		268
Maranhão . . . . .							6		6	495		495
Piauí . . . . .	6		6	142		142						
Ceará . . . . .	(1)											
Rio Grande do Norte . . . . .	1		1	66		66	3		3	130		130
Paraíba . . . . .	1		1	79		79						
Pernambuco . . . . .	13		13	377		377	5(1)		5	121		121
Alagoas . . . . .	9		9	236		236						
Sergipe . . . . .	1		1	67		67	3		3	68		68
Bahia . . . . .	15(1)		15	547		547	11		11	312		312
Espírito Santo . . . . .	2		2	41		41	1		1	13		13
Rio de Janeiro . . . . .	19(1)		19				6		6			
Município Neutro . . . . .	3		3	199		199	6		6	1.896		1.896
Santa Catarina . . . . .												
São Pedro . . . . .							2		2	131		131
São Paulo . . . . .	3		3	121		121	1		1	29		29
Minas Gerais . . . . .	(1)											
Paraná . . . . .	1		1	38		38	1		1	22		22
Mato Grosso . . . . .												
Goiás . . . . .							2		2	47		47
Soma	83		83	2.113		2.113	53		53	3.607		3.607

Ceará – (1) Diz-me o Sr. João Brigido que se criaram três escolas para adultos em 1871, mas, que tendo sido provida só uma, essa mesma foi depois extinta por falta de frequentadores.

Pernambuco – (1) Compreende-se a escola dos mecânicos liberais.

Bahia – (1) Como se trata de escolas para adultos, compreendo aqui uma existente na cadeia, não obstante ser diurna.

Rio de Janeiro – (1) Ignora-se o número dos alunos, quer das escolas públicas quer das particulares.

Minas – (1) Não tive informações a respeito.

.....

## *Bibliografia*

- ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um Sargento de Milícias*. 2ª Edição, São Paulo, Editora Ática, 1971.
- EDITORIAL. "A Brazilian Archbishop's Pastoral Letter". *The Missionary Survey*. Baltimore, Md., November, 1921.
- KILGORE, Caroline. "Education in Pernambuco". *The Firing Line*, Garanhuns, PE, Novembro, 1929.
- RAGO, Margareth. *Os Prazeres da Noite*. Campinas: Universidade de Campinas, 1998.
- SACRAMENTO BLAKE, Augusto Vitorino Alves. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1883.
- SANTOS NEVES, Antônio S. *Louros e Espinhos*. Rio de Janeiro, Tipografia Popular, 1867.
- VIEIRA, David Gueiros. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1980.

.....  
*Índice Onomástico*

**A**

Agassis, Luís – 48, 51, 63, 182  
Aguiar, Antônio Pinheiro de – 239  
Alencar, José de – 199  
Almeida, Manuel Antônio de – 15  
Ameinategui – 62  
Azevedo, Aluísio – 15  
Azevedo, Álvares de – 80

**B**

Bacon – 233, 292  
Barroso – 57, 60, 91  
Basedow – 234, 236  
Bastos, Aurélio Cândido Tavares – 17,  
18, 93, 301  
Belfort, Tavares – 93, 129  
Bertolino – 274  
Bevilaqua, Clóvis – 16  
Blake, Sacramento – 14  
Boileau – 246  
Borges, Abílio César – 239  
Bosch – 233  
Brígido, João – (anexo nº 6)  
Buckle – 281  
Bushing – 233

**C**

Caldas, Davi Moreira – 46, 117  
Canaes – 185  
Caramuel – 275

Carnot – 257  
Castilho – 236  
Castro Alves – 274  
Castro, João de (dom) – 53  
Catão de Útica – 322  
Cellarius – 233  
Chamberlain, G. W. – 117  
Chamberlaine (reverendo) – 15  
Chateaubriand – 34  
Chenier, André – 351  
Chevalier, Michel – 302  
Clapeyron – 124, 147  
Comênio – 233  
Condé – 291  
Coriolano – 348  
Costa, Antônio da (dom) – 84, 207, 208,  
221, 281  
Cousin – 70  
Creuser – 233  
Cruz (professor) – 180  
Cunha Leitão – 83, 93, 355

**D**

Daguerre, M. – 274  
Daligault, M. – 161, 163, 231  
Davi – 331  
Delasalle – 256, 257  
Descartes – 232  
Droz, José – 237

**E**

Ernesti – 233

**F**

Felbiger (bispo de Sagan) – 236  
Fellenberg – 236  
Fenelon – 232  
Francke – 232  
Franklin, Benjamin – 276, 281, 282, 284  
Freyer – 233

**G**

Galileu – 112  
Gesner – 233  
Gomes de Castro – 100  
Gonçalo – 115  
Gualtier (abade) – 236  
Gutenberg – 276

**H**

Herman – 233  
Heine – 233  
Hippeau, M. – 125, 132, 135, 166, 208,  
224, 225, 243, 261, 268, 297, 309  
Hoffmann – 233  
Hortêncio – 322  
Huss, J. – 112

**J**

Jackal – 328  
Jacobs – 233  
Jacotot – 236  
Jansenius – 232  
Jerônimo, S. – 275  
Jones – 135

**K**

Krusi – 135

**L**

La Fontaine – 140  
La Rochefoucauld – 114  
Laboulaye, M. – 111, 208, 267, 274  
Ladislau Neto – 154  
Lafaiete – 94  
Lamê – 124, 147  
Lamenais – 112  
Laplace – 325  
Larcher – 349  
Laveleye, M. E. – 59, 70, 77, 103, 165,  
168, 173, 221, 263, 266, 297, 298, 304  
Leme (cardeal) – 18  
Lemoine, John – 327  
Lencaster – 256  
Locke – 233  
Lutero – 19, 112, 204

**M**

Malthus – 275  
Mann, Horácio – 236, 243, 264  
Marques, César – 185  
Martin, Aimé – 34, 234, 347, 349  
Mayo, Isabel – 135  
Melanchton – 19  
Mèrriem, Jean-Yves – 15  
Mill, Stuart – 91, 93  
Milton – 276  
Montesquieu – 50  
Morus – 233

**N**

Napoleão III – 95  
Neves, Antônio José dos Santos – 18

**O**

Oliveira, Antônio Almeida – 13, 14, 15,  
16, 19, 20, 21, 22, 35, 284

**P**

Pascal – 113  
Pasquier – 113  
Pedro I (dom) – 30  
Pedro II (dom) – 17, 18  
Pedro Ivo – 80  
Penna, Lucas de – 274  
Pestalozzi – 14, 234, 235, 236  
Pierce – 249  
Pimenta, Silvério Gomes – 18  
Pires, Antônio – 15  
Portalis – 28

**R**

Rago, Margareth – 17, 19  
Rambach – 233  
Randall – 70  
Reische – 233  
Rice – 169, 224  
Rousseau, Jean-Jacques – 233, 234, 235,  
329, 335

**S**

Salomão – 323, 324

Saul – 331  
Schaefer – 233  
Schneider – 233  
Shakespeare – 348  
Sheldon – 135  
Silva, Augusto Freire da – 239  
Silva, Domingues da – 96  
Simon, M. Jules – 51, 54, 59, 68, 83, 87  
91, 51, 149, 268  
Sousa, Antônio Ennes de – 282, 284  
Sousa, Barreto de – 93  
Spener – 232  
Steinmets – 233

**T**

Temples, M. – 264

**V**

Vargas, Getúlio Dorneles – 18  
Vasconcelos (senador) – 68  
Vezale – 112  
Vieira, David Gueiros – 22  
Virgílio – 246  
Voltaire – 27  
Voss – 233

**W**

Wesleys – 232  
Wolf – 233

*O Ensino Público*, de A. de Almeida Oliveira,  
foi composto em Garamond, corpo 12, e impresso em papel vergê areia 85g/m<sup>2</sup>,  
nas oficinas da SEEP (Secretaria Especial de Editoração e Publicações), do  
Senado Federal, em Brasília. Acabou-se de imprimir em abril de 2003,  
de acordo com o programa editorial e projeto gráfico do  
Conselho Editorial do Senado Federal.